



JULIANA NEVES BARROS

O DESENCANTAMENTO DAS ÁGUAS NO SERTÃO

crenças, descrenças e mobilização social
no Projeto de Transposição do Rio São Francisco



an
pur

LETRACAPITAL

O trabalho que o leitor tem em mãos é representativo da renovação pela qual passa o campo do Planejamento Urbano e Regional. Juliana Neves Barros contribui para a atualização do debate em pelo menos duas frentes.

Na frente teórica, apresenta e discute literatura recente, à qual recorre para analisar os embates em torno da implementação de um grande projeto em territórios distribuídos por vários estados da Federação. As categorias acionadas – “estratégias discursivas”, “regimes de justificação”, “dádiva”, “provas de força”, entre outras – relacionam posições sociais a interesses e cálculos, a crenças e referências morais. Combinadas, estruturam um modo de ver que permite refletir sobre a ação planejadora do Estado, sobre as estratégias governamentais de legitimação do empreendimento e sobre as formas e referências mobilizadoras da contestação que o projeto suscita.

Na frente metodológica, investe em extensa pesquisa empírica. Os achados dão sentido à teoria e solidez à análise de forças sociais em disputa pelo controle dos recursos naturais e, em última instância, pela transformação das relações que tais forças guardam entre si e com o território. O rigor do trabalho se pode inferir das reflexões sobre os desafios da investigação, evidências de exercícios de autoanálise e de vigilância epistemológica que marcaram uma “travessia” intelectual.

O resultado coloca em novo registro respostas às questões que interessam ao campo: no sentido acadêmico, relacionadas à natureza do planejamento em circunstâncias de acentuada assimetria; no sentido prático,

relativas aos expedientes e repertórios dos disputantes e às condicionantes e possibilidades decorrentes da implementação do projeto.

Tudo é desenvolvido com linguagem fluente e analogia ao rio São Francisco, pano de fundo do drama narrado.

Pedro Novais

Professor Adjunto do IPPUR/UFRJ;

Presidente do Júri de Premiação do IX Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” – categoria Dissertação de Mestrado

Juliana Neves Barros é professora assistente no Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É mestre e atualmente doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Gradou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), desenvolvendo experiência no campo da assessoria jurídica popular e atuando, entre outros espaços, na Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do estado da Bahia. Tem interesse de pesquisa nas seguintes áreas: grandes projetos de desenvolvimento, conflitos ambientais e direitos humanos; questões agrárias e territoriais.

Copyright© Juliana Neves Barros, 2017

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

EDITOR João Baptista Pinto
REVISÃO Patrícia Freitas e Vanessa Pugliese
PROJETO GRÁFICO Rian Narcizo Mariano
CAPA E CONTRACAPA Ilustração de Luciano Tasso
CONSULTORIA DE DESIGNER Patrícia Simplício

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B278d

Barros, Juliana Neves, 1980-

O desencantamento das águas no sertão [recurso eletrônico]: crenças, descrenças e mobilização social no projeto de transposição do Rio São Francisco / Juliana Neves Barros. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-941-2 (Recurso eletrônico)

1. Desenvolvimento de recursos hídricos - São Francisco, Rio, Bacia. 2. Desenvolvimento de recursos hídricos - São Francisco, Rio, Bacia - Aspectos sociais. 3. Desvio de águas - Brasil, Nordeste. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

CDD: 333.916209813

24-88508

CDU: 556.18(813)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Juliana Neves Barros

O DESENCANTAMENTO
DAS ÁGUAS NO SERTÃO

*crenças, descrenças e mobilização social no
Projeto de Transposição do Rio São Francisco*



LETRAPITAL

IX Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”

Categoria Dissertação de Mestrado

(Melhor dissertação defendida entre o período de
25 de fevereiro de 2013 e 06 de fevereiro de 2015)

Júri de Premiação Pedro Novais (UFRJ) – Presidente
Carolina Maria Pozzi Castro (UFSCar)
Doralice Sátyro Maia (UFPB)
Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)
Flaviana Barreto Lira (UnB)
Juliana Gonzaga Jayme (PUC-Minas)
Rosana Denaldi (UFABC)

Diretoria da ANPUR (2013-2015)

Presidente Virginia Pitta Pontual (UFPE)
Secretária Executiva Lúcia Leitão (UFPE)
Secretário Adjunto Fabiano Rocha Diniz (UFPE)
Diretores Eduardo Alberto Cusce Nobre (USP)
Ivo Marcos Theis (FURB)
Pedro Novais (UFRJ)
Rodrigo Ferreira Simões (UFMG)
Conselho Fiscal (titulares) Benny Schvasberg (UnB)
Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)
Simaia do Socorro Mercês (UFPA)
Conselho Fiscal (suplentes) Clarice Maraschin (UFRGS)
Francisco de Assis da Costa (UFBA)
Geraldo Majela Gaudêncio Faria (UFAL)

Diretoria da ANPUR (2015-2017)

Presidente Rodrigo Ferreira Simões (UFMG)
Secretária Executiva Geraldo Magela Costa (UFMG)
Secretário Adjunto Pedro Vasconcelos Maia do Amaral (UFMG)
Diretores Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)
Fabrício Leal de Oliveira (UFRJ)
João Farias Rovati (UFRGS)
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (USP)
Conselho Fiscal (titulares) Cidival Morais de Sousa (UEPB)
Flaviana Barreto Lira (UnB)
Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR)
Conselho Fiscal (suplentes) Rita de Cássia Lucena Velloso (UFMG)
Ivo Marcos Theis (FURB)
Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN)

*À Martinha, Fatinha, João Zinclar
e Elaine, pelas memórias de luta,
afeto e companheirismo que nos deixaram.*

*Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um
rio a nado, e passa; mas vai dar na outra
banda é num ponto muito mais embaixo,
bem diverso do em que primeiro se pensou.*
Guimarães Rosa

Sumário

Prefácio.....	13
Apresentação.....	19
CAPÍTULO 1 - A enunciação oficial do projeto.....	33
O projeto de transposição de águas para o sertão ou as “boas-novas” de Lula	33
O plano-discurso no EIA/RIMA do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco	38
A dimensão macroeconômica em outras linhas	48
CAPÍTULO 2 - O Estado, o São Francisco e o Semiárido: <i>da amarração das águas e do arrebentar de conflitos</i>	62
As áreas de abrangência do Projeto de Transposição	63
O Rio São Francisco e os sertões: algumas notas da formação social	66
O “Nordeste das secas”: entre a região, os regionalismos e o planejamento regional.....	73
As institucionalidades estatais, a regulação autoritária e velhas-novas conformações do Semiárido nordestino	77
A crítica social, os conflitos e as ações coletivas.....	88
CAPÍTULO 3 - Conflitos de interesse e estratégias de legitimação do projeto	113
O campo dos “profissionais da representação política”	114
<i>O discurso do interesse nacional sobre as disputas oligárquicas regionais</i>	115

<i>A rotatividade na distribuição de cargos das agências regionais</i>	117
O campo empresarial	120
<i>Os negócios com consultorias ambientais e empreiteiras</i>	121
<i>Os setores hidroatensivos: o agronegócio e a indústria</i>	123
Os grupos locais e regionais subalternos.....	128
<i>A prevalência do discurso humanitário sobre o desenvolvimento econômico</i>	131
<i>A “simplificação” do empreendimento</i>	135
<i>O repertório carismático do Presidente Lula</i>	136
<i>Conciliação entre a convivência com o semiárido e o combate à seca</i>	139
<i>Divulgação de benefícios econômicos</i>	140
 CAPÍTULO 4 - As trincheiras da disputa: o confronto pelos movimentos sociais	 154
As condições políticas do confronto	154
As ideias-força da contestação ao Projeto e os grupos mobilizados	159
O repertório de ações e os ciclos do confronto	168
<i>A greve de fome de Dom Luiz e a fase de mobilizações</i>	169
<i>As rodadas de negociação e o ano eleitoral</i>	173
<i>A difusão do conflito ou o acirrar da luta</i>	176
<i>A ocupação do canteiro de obras</i>	180
<i>A 2ª greve de fome e a decisão do STF: o apelo de “Lula” ao “Estado”</i>	182

Considerações finais: a dinâmica das mobilizações e tendências de mudança social	198
A dinâmica das mobilizações.....	198
Tendências de mudança social	202
Notas posteriores	205
Referências	213
Caderno de imagens.....	225

Prefácio

Ao longo do processo de construção da categoria “grande projeto de investimento” como objeto de pesquisa, a literatura do campo do planejamento urbano e regional foi delineando um problema recorrente: a disjunção entre, de um lado, a dinâmica dos “negócios” que estão associados às grandes obras e, de outro, a operação dos mecanismos sociopolíticos que regulam a apropriação e o uso social dos produtos de tais obras. Eis que os processos em grande escala de inserção, extração e transformação de matéria e energia, através dos quais concretizam-se os referidos projetos, terminam por se verem condensados na “construção pesada” de objetos técnicos, aparatos e instalações cuja função social é, com frequência, posta em dúvida. É que as decisões governamentais que levam à realização de tais projetos são correntemente tomadas no quadro de uma conjunção entre grandes e “pró-ativos” interesses privados e uma máquina estatal renitentemente imune a mecanismos de controle social. Estas decisões, via de regra, justificadas na retórica da necessidade de criar empregos e gerar bem-estar social, tendem, entretanto, a se afastar dos critérios correntes do que se entende por bem comum. Seu caráter, que é, para muitos de seus críticos, arbitrário e avesso à prestação de contas, é objeto, por sua vez, de um investimento compensatório em *marketing* institucional, visando apresentar a transformação ecológica em grande escala como portadora indiscutível das esperadas benesses do “desenvolvimento”. As grandes operações de transferência de poder sobre ativos ecossistêmicos e paisagísticos que são consubstanciadas por tais projetos são, entretanto, completamente omitidas, não só no debate público, como, quase sistematicamente, nos próprios estudos de impacto.

Sabemos como uma publicidade de tipo “microeconômica” procura manipular as decisões individuais de compra de mercadorias; mas há também que considerar o papel da publicidade “macroeconômica” que procura reduzir nos cidadãos – que não conseguem se evadir da condição de consumidores forçados desta mesma publicidade – sua

capacidade crítica em relação a determinados processos políticos. Estes processos podem ser específica e episodicamente eleitorais – a saber, de “venda” de candidaturas a cargos eletivos via *marketing* – ou de construção de uma aceitação passiva de certas decisões de governos e grandes corporações. Ou seja, tratam-se de peças publicitárias que “vendem”, por exemplo, o caráter “filantrópico” de uma grande exploração mineral, o caráter “democrático” dos procedimentos adotados na construção de usinas hidrelétricas como a de Belo Monte etc. Em se tratando de *spots* dos quais não se espera que provoquem nenhum ato de compra, não podemos deixar de nos perguntar se sua difusão não visaria tão somente obter consentimento/aceitação de decisões que são logicamente sujeitas a suspeita – senão, não justificariam tal tipo de dispêndio –, decisões estas tomadas por poderosos atores econômicos ou políticos, ao mesmo tempo que costumam apresentar fortes implicações para terceiros, em regra geral, destituídos de poder, além de tampouco consultados ou implicados em tais decisões. Mais que isso, com o recurso intensivo à publicidade institucional de grandes projetos, acaba-se por restringir o próprio alcance da esfera pública, inibindo-se a possibilidade de que certos temas, informações e questionamentos venham a ser publicizados em órgãos da mídia que são beneficiados pelos recursos de tais anúncios. Fato é que esta publicidade “macro” mostra-se decisiva para fechar a cadeia produtiva do estilo de vida dominante – articulando o consumismo “das famílias” ao padrão macroestrutural de utilização do espaço, de seus recursos e das massas de capital em busca de sua rentabilização, de modo a viabilizar logisticamente e alimentar em insumos a própria produção destinada ao consumo final, além de disseminar, paralelamente, uma determinada concepção do que seja o progresso e o desenvolvimento da nação.

O modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos de investimento já foi objeto de repetidas análises críticas. Estas críticas foram apresentadas tanto no plano de sua concepção – por parte daqueles que contestam a sua compatibilidade com padrões democráticos de gestão dos recursos do país – como pelas próprias populações que se descobrem atingidas pelos impactos sociais e ambientais indesejáveis decorrentes das transformações espaciais e ecológicas geradas tanto em razão da alteração do curso de rios, como da construção de barragens, de minas, instalações petrolíferas, gasodutos etc. Num ciclo

que se mostra típico da dinâmica desenvolvimentista que tem por base grandes projetos de investimento, podem-se destacar dois momentos-síntese: o momento em que as obras são anunciadas e aquele em que estas são concluídas. O primeiro momento é caracterizado por um afluxo populacional que se mostra excessivo para as possibilidades de acolhimento das municipalidades-sede dos empreendimentos, seja no que respeita à oferta de moradia digna ou de serviços locais de saúde e educação. Dentre os diversos males associados à grandiosidade de tais obras, encontram-se a elevação do custo dos aluguéis, o advento de uma inflação localizada – dada a insuficiência da oferta local de bens essenciais – a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, o aumento da prostituição e da violência, o aparecimento de variados tipos de endemias associadas às transformações ambientais, seja por proliferação de mosquitos, por carência de saneamento ou por perda de condições de exercício de ocupações tradicionais como a pesca, a mariscagem, a agricultura de vazante e outras. A decisão política de executar tais projetos é, via de regra, criticada por estar associada a dinâmicas de superfaturamento, de clientelismo e de vinculação das estratégias de negócios das empreiteiras às síndromes de um sistema político caracterizado pela falta de transparência e pela falta de abertura para a participação social nos processos decisórios, que, com frequência, são corrompidos para fins negociatas e eleitoreiros.

O segundo momento é aquele caracterizado pela desmobilização das obras, tendo por consequência a dispensa de grande quantidade de mão de obra pouco qualificada, que permanece ociosa e sem recursos naquelas mesmas localidades que, em sua maioria, continuam sem infraestrutura urbana de qualidade, na expectativa, em geral vã, de surgirem novas oportunidades. Uma depressão econômica localizada se instaura, então, na maior parte das atividades que dependiam da circulação da renda dos trabalhadores que estiveram antes empregados nas grandes obras. Apesar da queda dos custos dos aluguéis, aumenta o número de sem-teto, agravando as condições já precárias da vida urbana que havia sido conturbada pelo afluxo de trabalhadores provenientes de outras regiões do país. O aumento da proporção de populações de baixa renda em deslocamento permanente faz aparecerem novas modalidades de agravos à saúde, próprios de situações em que há pobreza acentuada em condição de elevação das taxas de contato interpessoal.

A crise que comprometeu parte importante dos negócios das grandes empreiteiras do país a partir de 2016 trouxe novos elementos a esta “ciência” dos males das estratégias de “desenvolvimento” baseadas em grandes obras. A saber, que a crise de um sistema que sempre articulou, através das grandes obras, a satisfação dos requisitos de rentabilização dos negócios das grandes empreiteiras à lógica de reprodução de coalisões de governo alimentadas pelo clientelismo e pelo *marketing* eleitoral pode gerar novos tipos de danos, como os que vieram afetar em particular grupos sociais entre os mais despossuídos. Se, por um lado, ela implicou na interrupção, por um certo tempo, da cadeia de expropriações até então promovida em nome do “desenvolvimento”, ela fez, por outro lado, entrar em cena a maciça “quebra de contratos” de assalariados que não recebem salários, assim como crises urbanas localizadas decorrentes da concentração de situações de desemprego em áreas que já haviam sido anteriormente desestruturadas pelo próprio desequilíbrio entre investimentos físicos e “não-investimentos” sociais.

A pesquisa de Juliana Neves Barros sobre o projeto de Transposição do Rio São Francisco vem agregar a este campo de conhecimentos um olhar inovador: ao longo das várias incursões no terreno para realizar seu trabalho de campo, sua pesquisa procurou apreender o que seria um grande projeto “em movimento”. Por um lado, o objeto é estudado como uma composição entre uma pluralidade de eventos e situações, discursos e interações, ações de protesto e campanhas publicitárias. Mas, por outro lado, para captar o grande projeto em movimento, as relações entre os fatos observados e os contextos de que dependem são também entendidas como processos. É da espessura do material empírico constituído que se fez possível apreender a diversidade de situações encontradas através de uma reflexão sobre experiências cujos sentidos não estão dados, mas precisaram ser produzidos pelo trabalho reflexivo. Ademais, ao mesmo tempo que a investigação buscou caracterizar a pluralidade de contextos necessários à compreensão dos fatos observados, ela recorreu também a elementos de uma modalidade de “método indiciário”, no qual fatos aparentemente pontuais nos permitem entender realidades mais profundas a partir da vinculação de acontecimentos históricos singulares a sistemas mais abrangentes de dados e significados. Este é o caso, por exemplo, da foto que surpreende a ação de um carro pipa de propriedade de uma

empreiteira envolvida no projeto da Transposição captando, para uso nas obras, a água de um açude quase seco do qual dependem os animais da pequena criação dos camponeses da região. Igualmente significativo é o relato da busca vã de informações sobre o projeto tanto nos corredores de Brasília como nas instalações do antigo hotel “Castelo”, onde seus responsáveis localizaram o que diziam ser o órgão destinado a atender ao público com esclarecimentos e recebimento de reclamações.

Estes detalhes valem pelas fatias de realidade que revelam, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suportam e pela compreensão dos contextos que nos permitem alcançar. No presente trabalho, Juliana Neves Barros mostra uma admirável capacidade de entender o modo como os contextos fazem parte das práticas, das contradições e fraturas internas de um poder que, nos termos de Alain Deneault¹, poderia ser caracterizado por sua natureza perversa. É que buscando entender o poder na sociedade capitalista contemporânea, este autor distingue três formas de seu exercício. As formas de poder de caráter psicótico, caracterizadas por uma autoridade vociferante, bem visível e que berra suas ordens. Um poder de tipo neurótico, que se apoia numa espécie de transcendência, impondo uma “verdade” na qual, de algum modo, acaba-se por acreditar. E, por fim, um poder perverso, aquele que se integra à ordem das coisas. Este é o poder do tipo que se manifesta em grandes projetos como o aqui estudado, onde as pessoas que o constituem não o podem assumir; onde através de diferentes tipos de “feitiço”, as potências econômicas fazem com que seu próprio poder venha a se traduzir na ordem pública.

Henri Acselrad

Professor Titular do IPPUR/UFRJ

¹ Alain Deneault, *Les entreprises multinationales - un nouveau pouvoir souverain, un nouvel état du droit*. Conferência proferida no Seminário Internacional “Capitalismo extrativo, conflitos territoriais e direitos das populações atingidas: problematizando a gestão empresarial do ‘social’”, promovido pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ), no Rio de Janeiro, entre 28 e 30 de setembro de 2016.

Apresentação

Este livro debruça-se sobre o conflito em torno da implementação do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco, no período do Governo Lula (2003-2010), com a pretensão *de abastecer de água 12 milhões de pessoas, em 390 municípios do Semiárido nordestino*. Considerando um contexto regional de legitimação do paradigma da *convivência com o Semiárido* frente ao do *combate à seca*, buscamos compreender as estratégias de legitimação produzidas, as formas de reação social à intervenção do Estado e as forças mobilizadoras acionadas na tomada de posições diante do Projeto, germinado sob a marca da polêmica e do mito nas suas tantas outras aparições na história política brasileira.

Vale destacar que a minha relação com a pesquisa dá-se tanto por um interesse temático pelos discursos sobre a seca e os estigmas associados aos grupos sociais atingidos e aos lugares de sua ocorrência, estimulados pelas raízes geoculturais às quais estou intensamente vinculada - Vale do Jequitinhonha -, quanto pelo fato de ter atuado como membro da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, durante os anos de 2005 a 2009, no acompanhamento jurídico-político de grupos e movimentos sociais que questionavam as violações de direitos do referido Projeto de Transposição. O fato de ter atuado sob uma determinada perspectiva militante e profissional, ao tempo que me permitiu grande proximidade com os agentes e o “campo” do conflito, por outro lado instigou a formulação de várias perguntas e reflexões que a imersão jurídico-instrumental não me permitia abordar ou aprofundar.

Uma vez que o real nunca toma a iniciativa, ele só dá resposta quando é questionado (BACHELARD apud BOURDIEU, 1999), como ponto de partida dessa pesquisa foram elaboradas e refinadas perguntas que se apresentaram primeiramente como “inculcações” da experiência e das percepções imediatas. Tomada pela incompreensão diante da realização de uma “ideia absurda”, o problema

que me instigava era compreender como o Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco mobilizou um campo de adesões e forças críticas no Semiárido nordestino, valendo-se de um discurso aparentemente desvelado sob a insígnia da “indústria da seca” e objeto de crítica intensa há mais de cinquenta anos, considerado esgotado por diversos autores. Como compreender a possível eficácia do discurso do “combate à seca” diante do acúmulo de resistências que frente a ele se constituíram e se consolidaram no paradigma da convivência com o Semiárido? Em que medida as crenças, representações e experiências produzidas (re)orientaram a conduta dos grupos sociais? Seria possível inscrever o Projeto numa perspectiva de atualização histórica da “indústria da seca”? Até que ponto o atravessamento da conjuntura política de Lula na Presidência inverteu posições no campo de polarização histórica dos aliados e opositores do Projeto? Considerando as diversas disputas criadas em torno da questão ambiental, as quais se associam razões e estratégias diferenciadas num campo que Acselrad (2010) denominou de “nebulosa associativa ambiental”, como se situaram os agentes e quais as racionalidades manifestadas em relação ao uso das águas e à apropriação de técnicas sobre as secas?

No plano objetivo da distribuição e redistribuição do capital no espaço, considerado numa totalidade, moveu-me também o intuito de, a partir das pesquisas documentais, investigar outros alcances e coalizões de interesses associados ao Projeto que trouxessem pistas sobre seu papel numa perspectiva mais macroeconômica, que fosse além do encerramento regional e dos fins humanitários privilegiados no discurso oficial. Com que outros projetos se relacionaria? Valendo-me aqui da ideia de Milton Santos (2000) de que a realização das técnicas hegemônicas na atual globalização dá-se por um sistema político formado pelo Estado e por empresas, quais agentes - e com que alinhava de interesses - conduzem econômica e politicamente o sistema técnico da transposição? Quais alianças mediaram um possível conflito de interesses entre grupos dominantes regionais e grupos nacionais e internacionais?

Por fim, e não necessariamente nessa ordem de questionamentos, perguntava-me sobre o enquadramento jurídico-institucional de grandes projetos numa conjuntura de regime formal democrático e constitucionalização de diversos direitos ambientais: como se moveu

o aparelho burocrático, nos vários espaços construídos no “paradoxal processo de ambientalização do Estado brasileiro” (ACSELRAD, 2011) na construção da “legalidade” e “legitimidade” de um plano com repercussão tão ampla sobre os territórios?

Dividida entre a valorização do vivido, da tomada de posições políticas em qualquer exercício de argumentação intelectual, do compromisso em contribuir para a transformação de realidades, como lastros incontornáveis do meu desejo de pesquisa acadêmica, e os riscos da *ilusão empirista* de quem esteve muito “por dentro” do conflito e se apresenta ao mundo marcadamente como “migrante” e “sertaneja”, mergulhei nesse desafio sem saber a qualidade dos resultados e do raciocínio que conseguiria imprimir. Sabia que “essa viagem exploratória ao que ficara recalcado, que fora vivido e não raciocinado exigiria grande esforço de reflexão e ruptura”, um árduo exercício de vigilância epistemológica a fim de disciplinar as intermitências do afeto na apreensão daquele mundo social (BOURDIEU, 2005). Ainda que não seja socióloga de formação, valeria para mim o alerta de Bourdieu (1999):

[...] a familiaridade com o universo social constitui para o sociólogo o obstáculo epistemológico por excelência porque ele produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade. O sociólogo nunca acabará com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. (BOURDIEU, 1999, p. 23)

Ancorada nas indicações metodológicas que se norteiam pelo conceito de campo de Bourdieu (2003) e focada numa abordagem panorâmica do conflito, a pesquisa privilegiou um mapeamento ilustrativo das forças sociais, diretamente associado às suas posições no espaço social que, no caso do Projeto de Transposição, é fortemente marcada pela oposição ente catingueiros e ribeirinhos, grupos situados em estados “doadores de água” (Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco) e estados “receptores das águas” (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará). Além da pesquisa de campo por todos os estados, foram investigados diversos pronun-

ciamentos oficiais, relatórios, notícias de jornal, propagandas, fotografias, documentos técnicos referentes ao processo de licenciamento ambiental, processos judiciais, contratos com empresas, pareceres de órgãos de fiscalização, notas do Comitê da Bacia Hidrográfica, entre outros.

A “pescaria” final, resultante do material empírico coletado, foi farta e animada por conversas e histórias muito ricas - e não poderia ser diferente tratando-se do território do “Velho Chico” e dos sertões. Já o trabalho de “limpeza” e “avaliação” do pescado foi árduo. Como ferramentas necessárias ao cozimento das reflexões e análises, a pesquisa referenciou-se nas teorias do conflito social, da ação coletiva, da sociologia da crítica e do conflito ambiental. Produções acadêmicas no campo da antropologia de barragens e antropologia política do campesinato foram também essenciais na interpretação de dados e estruturação da abordagem. Mais diretamente relacionadas ao caso estudado, outras teses e dissertações produzidas sobre o Projeto de Transposição, bem como toda uma vasta bibliografia crítica sobre as secas e o planejamento regional no Nordeste, vieram completar o arsenal.

Buscando identificar quais indagações os elementos do presente faziam ao passado e como questões de “dentro” do lugar invocavam as de “fora” do lugar, tentamos nos equilibrar na corda bamba de uma abrangência que não recaísse na contumaz

[...] oposição entre pesquisas circunscritas ao local – incapazes de apreender os mecanismos cujos efeitos são registrados por elas – e as análises de ambição mais sistemática, que escolhem, mais ou menos arbitrariamente, entre a complexidade dos fatos, para construir modelos estilizados. (BOURDIEU, 2008, p. 215)

Considerando a forma totalizante de apreensão do vivido, o mais difícil e doloroso foi fazer os recortes analíticos que nos obrigam a opções, ao exercício do desapego de algum personagem ou lugar. A todo o momento, rondava o espectro do que estava ficando para trás, das tantas outras coisas que não couberam na projeção da escrita e tiveram que “descer do trem” para aguardar a próxima migração rumo ao mundo das ciências sociais, em outros projetos de pesquisa.

*

O resultado da travessia segue agora escrito, assentado, porém como se continuasse a flutuar... entre margens de papel, num correr inquieto de palavras que não sossegam em busca da terceira margem que poderia levar a outros rumos, porque afinal “o que aprendemos mesmo é sempre fazer maiores perguntas”.

Atenta à precisão do navegar alertada pelo poeta, mas também ciosa do quão arriscada e limitada é a aventura de compreender os múltiplos sentidos da ação social, tentamos abaixo elaborar um traçado da rota para leitura.

No primeiro capítulo, *A Enunciação Oficial do Projeto*, como ponto de partida, discorreremos sobre o anúncio de retomada do projeto no Governo Lula e a produção do seu discurso oficial, com todas as suas representações sobre a região, os modos de construção dos problemas e das soluções. A principal base de análise é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto, colocado como a matéria-prima, a base discursiva carimbada de suposta autoridade científica, a ser utilizada pelas autoridades políticas nos diversos espaços de circulação do discurso (BOURDIEU, 1989). Por outro lado, a fim de investigar o que se oculta no EIA/RIMA, sua dimensão macroeconômica, buscamos também analisar a representação oficial do Projeto em um outro plano mais abrangente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. O cotejo entre ambos, pondo em relevo seus contrastes discursivos, leva-nos a algumas reflexões sobre o lugar estruturante das dualidades presentes nos modos de justificação social hegemônicos no capitalismo contemporâneo, onde se torna difícil fazer com que a crítica aponte o “déficit entre situação social concreta e ideal normativo” (SAFATLE, 2008).

No segundo capítulo, *O Estado, o São Francisco e o Semiárido: da amarração das águas e do arrebanhar de conflitos*, sob a compreensão de que a ação programática do Estado bem como o modo de reação dos grupos se processam no interior de um conjunto de relações sociais preexistentes, propomos um recuo histórico para análise de elementos da formação social das áreas de intervenção – o São Francisco e o Semiárido – que reverberam no conflito atual. O padrão de intervenção do Estado, as representações sobre as secas, as experiências e os conflitos vivenciados, a construção da crítica social e das formas de resistência constituem referências irredutíveis para compreensão da movimentação dos agentes.

No terceiro capítulo, *Conflitos de interesse e estratégias de legitimação do Projeto*, de posse das disposições sociais constitutivas do campo do conflito, apresentamos as estratégias de legitimação construídas pelo governo, voltadas a diferentes grupos de interesses e contextos, a fim de estabelecer as bases de um pacto social em torno do Projeto. Buscamos analisar essa dinâmica em três subcampos onde a dimensão conflitiva mais se destacou: os “profissionais” da representação política, os empresários e os grupos locais subalternos.

No último capítulo, *Nas trincheiras da disputa: o confronto pelos movimentos sociais*, situado nos limites de uma contestação crítica mais radical, não neutralizada pela ação do Estado, analisamos a constituição de uma política confrontacional ao Projeto impulsionada pelos movimentos sociais. São analisadas as estratégias argumentativas criadas para contrapor o discurso do Governo e disputar a opinião pública; as alianças constituídas; os aparatos de mobilização e os repertórios acionados. A partir de uma passagem pelos vários ciclos dos protestos, sobretudo entre os anos de 2005 e 2007, destacam-se os desafios de enfrentamento político colocados pela nova conjuntura do Governo Lula e os fatores de força simbólica e material que interferiram na desmobilização e implementação inicial das obras. Recorremos nesse capítulo à contribuição teórica de Sidney Tarrow e Charles Tilly referente à ação coletiva e ao confronto político.

A título de considerações finais, fazemos um apanhado sobre os modos de constituição dos vínculos sociais frente ao Projeto, mostrando que a complexidade das forças mobilizadoras das condutas afasta qualquer efeito mecânico entre representação/crítica social e engajamento na ação. Arriscamo-nos igualmente, a partir de um balanço da análise empírica, a avaliar os déficits de legitimação do Projeto, analisando o recurso preponderante do Estado a estratégias próprias ao regime de justiça ou regime de força, coerção ou consentimento, para dar início à sua implementação. Ainda, somando ao conflito breves perspectivas sobre a experiência inicial das obras, buscamos indicar tendências de mudança social e efeitos territoriais sobre o Semiárido que poderão ser avaliados em futuros projetos de pesquisa.

Por fim, considerando que a pesquisa que resultou neste livro foi finalizada em 2013, encerramos com uma nota de atualização sobre

os desdobramentos do Projeto, elaborada a partir de uma breve revisão a alguns locais do campo em dezembro de 2016. O livro também é acompanhado de um caderno de imagens que buscam ampliar a experiência de imersão do no universo analisado, ativando-a por outros sentidos de linguagem.

*

A pesquisa de campo *propriamente dita* foi realizada no ano de 2012, entre os meses de abril a julho. Entretanto, cabe reforçar que, desde o ano de 2005, estava inserida como advogada no campo do conflito e desde então fui visitando lugares, estabelecendo contatos e reunindo depoimentos e documentos que obviamente se somaram ao material de análise deste livro.

Já em 2012, orientada pelas perguntas formuladas para a pesquisa, o planejado inicialmente foi entrevistar, com algum nível de representatividade, os seguintes grupos paradigmáticos no campo do conflito: i) pessoas não vinculadas a organizações, em relação às quais grupos organizados, poderes públicos e grupos empresariais disputaram a adesão ou oposição ao Projeto de Transposição, pertencentes a pequenos municípios diretamente afetados, tanto em estados doadores quanto receptores das águas, áreas ribeirinhas e catingueiras; ii) grupos sujeitos às políticas de reassentamento ou de indenização promovidas pelo empreendedor; iii) trabalhadores nas obras; iv) povos e comunidades tradicionais do Rio São Francisco; v) organizações pró e contra o Projeto; redes de apoio e resistência; vi) Universidades e representantes do poder público; vii) representantes das empresas envolvidas/consórcios.

Pela própria disposição da obra e ocupação social do espaço, o roteiro de viagem da pesquisa de campo foi bem itinerante. Por agregar uma série de representações institucionais, em especial o Centro de Referência em Comunicação Social do Projeto (estrutura descentralizada do Ministério da Integração Nacional), e possuir o maior número de reassentamentos nas vilas produtivas rurais, além de ter sido palco de diversas mobilizações, os municípios de Salgueiro e Cabrobó, em Pernambuco, foram locais de estadia de maior tempo. Paulo Afonso, na Bahia, foi outro local de referência e apoio para deslocamentos: de lá fiz visitas a comunidades indígenas e

assentamentos rurais afetados, bem como aos municípios de Petrolina e Juazeiro. Caruaru (PE), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Fortaleza (CE) e Salvador (BA) foram cidades de maior porte visitadas para realização de entrevistas com representantes de instituições públicas e de movimentos sociais.

Dentre as oportunidades que surgiram no contexto, que não estavam traçadas e foram de suma importância, destaco o acompanhamento de uma viagem pelos canais da transposição realizada por membros da Comissão Pastoral da Terra, através da qual tive acesso a povoados rurais e famílias localizadas em áreas mais isoladas, com um nível de mobilidade que eu jamais alcançaria sozinha. Passamos por áreas rurais e sedes municipais de Cabrobó, Salgueiro, Mauriti, São José de Piranhas, Monteiro, Sertânia, Betânia, Floresta, Jati, todas localizadas entre os estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Nesse itinerário, pude observar o estágio das obras, ser impactada pelas longas paisagens de concreto, ver as reorientações espaciais e mudanças na circulação de animais e pessoas, conversar com alguns operários, trabalhadores rurais e com algumas famílias parcialmente atingidas; visitar antigas áreas de povoados com os moradores relocados e ouvir uma recomposição imaginária das relações sociais ali estabelecidas antes do empreendimento. Talvez tenha sido o trajeto onde mais “gritou” a situação de pobreza, de destituição dos meios mais básicos de condições de existência, de total desprovimento de serviços públicos, onde a *presença-ausente* do Estado é violenta. Disso tudo, o que mais nos toma de sobressalto é ainda a repetição do real já contorcido em *clichê*, mas duro e real: a lata d’água na cabeça ou, pior, a realidade da falta de água para tomar banho, cozinhar o feijão, lavar a roupa e a estrutura das casas que não deixam esquecer a miséria persistente.

Outra oportunidade foi o Encontro dos Povos do São Francisco em Januária, Minas Gerais, onde pude encontrar em um mesmo espaço grupos ribeirinhos e tradicionais de vários estados da Bacia e entrevistá-los. No mesmo sentido, o acompanhamento da Marcha contra as Usinas Nucleares no município de Floresta (PE), em que vários militantes de movimentos sociais, sobretudo povos indígenas, se reuniram novamente. Nesses dois espaços pude absorver melhor as várias perspectivas de representação e simbolismo do rio, as lutas socioambientais do Alto ao Baixo São Francisco que atravessam e

alimentam/alimentaram a luta contra a transposição; a atualidade ou não do Projeto na agenda dos movimentos; as dinâmicas de articulação de grupos ribeirinhos situados dispersamente numa extensa faixa territorial.

Se a familiaridade e a confiança foram marcas nas entrevistas com representantes de grupos de movimentos sociais, com o poder público tive a experiência do fechamento que muitas vezes fez sobressair a advogada invocando o direito à informação. Achava que teria mais facilidade no trâmite burocrático, até mesmo pela experiência adquirida na advocacia; entretanto o que encontrei na chamada “burocracia de base” (BOURDIEU, 2008, p. 218) do Centro de Referência em Comunicação Social foi uma total desautorização dos funcionários para prestar qualquer tipo de informação e uma recorrente remissão ao “pessoal de Brasília”. O máximo que me deram “para não perder a viagem” foi o *kit* de propaganda do Projeto.

Atribuo a duas possíveis razões a restrição no que se chama “comunicação social do projeto”: as tantas repercussões negativas da obra pela imprensa no ano de 2012, com denúncias e informações desconstruídas, levaram a um controle maior sobre os porta-vozes oficiais; a outra, mais particular à minha pessoa, ao fato de ser identificada – pela minha experiência passada – ao “grupo contrário”. Além disso tudo, soma-se a naturalização de uma cultura política não afeita à dimensão pública da gestão administrativa e que tem como álibi a burocracia. À época, no *sítio eletrônico* do Ministério da Integração, as referências a papéis, responsabilidades e contatos não existiam; sabendo da existência de um escritório regional em Salgueiro, busquei saber referências para agendar entrevistas e, para obter um simples número de telefone, me pediram para fazer um ofício que, por sua vez, se transformou num procedimento protocolado pela ouvidoria a ser encaminhado e apreciado na via-crúcis por outras instâncias. Passados 15 dias, até a data da viagem de campo não tinha tido retorno do Ministério. Resolvi comparecer diretamente ao escritório em Salgueiro e fui novamente frustrada: ninguém dava informação, a mais mezinha, a não ser com autorização do *pessoal de Brasília*; os responsáveis das empresas igualmente. Surpreenderam-se com minha visita e desejo de pesquisa como se eu fosse uma das primeiras pessoas a fazer isso. O resultado infeliz de uma renitente negociação foi que não consegui entrevistas diretas com o pessoal de campo do Governo

nem das empresas, extraindo percepções de modo indireto, mediante a participação em algumas oficinas de educação ambiental e reunião de formação de comitê ou conversas informais. Dúvidas de caráter mais comprometedor, sobre questões que apareceram nas falas das pessoas acerca de falhas e denúncias nas indenizações, uso da água pelas obras, desmatamento, obstrução no acesso a territórios etc, não foram respondidas. Nesses casos, a estratégia mais comum de resposta era delegar a responsabilidade a outro órgão.

A conclusão, não tão inusitada, é de que a estrutura local do empreendedor montada para “esclarecimentos, dúvidas, reclamações” é de mera aparência. A mesma dificuldade e filtro de informação que tive como pesquisadora que fazia um investimento considerável de tempo, recurso financeiro e domínio de informações multiplica-se infinitamente quanto se trata de uma pessoa com menos escolaridade e recurso. Um prédio imenso alugado pelo poder público, com inúmeros carros na porta e servindo de sede também para pessoal de empresas era mantido de modo extremamente disfuncional quanto à finalidade de atendimento ao público. O lugar, ironicamente denominado de “Castelo” em referência ao nome do hotel que ali funcionava, parece de fato corresponder ao “encastelamento” da dimensão pública do projeto e à suntuosidade dos custos em relação à forma de ocupação do espaço.

Como alternativa trabalhada para análise de discurso e prática do Governo e empresas, resolvi apostar não mais em entrevistas e sim nos documentos oficiais e material de propaganda, bem como a partir de outros modos de interação no campo. Assim, pelas cidades, fui observando e pegando o material que o Governo fazia circular: as urnas para consulta, panfletos, bolsas, canetas e propagandas na televisão, nos locais onde estavam instalados; abordei funcionários públicos por meio de conversas esparsas e conversei com alguns funcionários da CMT Engenharia Ambiental, empresa que mais circula pelo local e é responsável pelos programas ditos ambientais.

No que toca aos consórcios construtores, sem desconsiderar a suspeita de que também seriam guiados pela mesma lógica da pouca transparência do Ministério da Integração e de controle *ferrenho* sobre possíveis interlocutores e funcionários subordinados, a tentativa de acesso ficou prejudicada por ter sido um período em que grande parte dos contratos estavam sendo rescindidos ou revistos, e a maior parte dos escritórios de campo dos consórcios estavam de portas cerradas.

A paisagem predominante era de desmobilização e abandono nos canteiros das obras.

Quanto aos grupos sociais diretamente afetados (reassentados e povoados rurais com dificuldade de acesso à água), cuja fala não tem tanta ressonância pública e não teria outro acesso senão por entrevistas, felizmente contei com bastante solicitude e solidariedade, muito nessa medida de valorização da pesquisa, da possibilidade de ser canal de denúncia pública e dar visibilidade ao que está reprimido, ao que não sai na mídia, bem como retomar processos de mobilização e avaliação da luta em relação ao Projeto. O desafio aqui foi demarcar meu papel para não sustentar expectativas que seriam frustradas e os próprios limites da pesquisa.

Ao todo, realizei 70 entrevistas presenciais, semiestruturadas ou abertas, que variavam conforme a posição de cada interlocutor, algumas rápidas, bem objetivadas, outras mais delongadas e fluidas. O fio condutor das entrevistas partia de uma lembrança do conflito, seguindo pelas representações sobre o Projeto, as estratégias de mobilização, o desfecho, as mudanças de vida, os efeitos esperados e a representação sobre a seca. Como o período igualmente coincidiu com o que se diz ser a maior seca dos últimos 40/50 anos, as falas “abriram o leque” e trouxeram muitas comparações históricas com o modo de se enfrentar o fenômeno em períodos anteriores e poucas, por incrível que apareça, faziam menção à transposição como “promessa não cumprida a tempo” para enfrentar esse período.

*

Este livro é resultado de uma dissertação de mestrado desenvolvida entre os anos de 2011 e 2013 junto ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), cuja oportunidade de publicação deve-se ao fato de ter sido contemplado com o IX Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” - Categoria Dissertação de Mestrado, pela Associação Nacional de Pesquisadores em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

Antes, durante e depois da dissertação, a chegada até aqui é obra de muita gente que me envolveu de incentivos e solidariedade nesse processo, às tantas quais gostaria de expressar minha gratidão. À

minha mãe e ao meu pai, pelo apoio da vida inteira nas horas mais difíceis e tantas abdições em nome *dos estudos para os filhos*. Ao meu irmão, Vinícius, e à minha irmã, Cláudia, pelo amor cultivado mesmo que na distância e no silêncio. Ao meu orientador, Prof. Henri Acselrad, pela confiança que me foi fundamental. Agradeço, sobretudo, pelo que admiro como professor: a generosidade e a simplicidade no compartilhamento do conhecimento; o respeito à autonomia do aluno e estímulo à criação de um pensamento próprio e crítico; a valorização das experiências traçadas fora da academia e a busca persistente das pontes entre teoria e prática. Às professoras Beatriz Heredia e Ana Daou e ao professor Helion Povia que gentilmente aceitaram compor a banca de avaliação do trabalho e nele aportar suas contribuições críticas. Aos amigos e companheiros de estradas Alzeni Tomaz, Ruben Siqueira, Lu Khouri, Maria Tumbalala e Juracy Marques, pelas tantas portas abertas durante a pesquisa, pela reflexão crítica conjunta e pela instigação apaixonada e apaixonante pela caatinga, pelos sertões e pelo São Francisco. Aos tantos amigos e amigas que me acolheram e incentivaram nas longas ruminações dessa escolha, em diferentes tempos e espaços: Alê, Ariadne, Sandrinha, Luís Carlos, Vanessa, Rosa, Pati San, Pati Freitas, Pedro, Glaucia, Elaine, Paulo Vitor, Reduzino, Marilza, Manolo, Maurício, Rê, Dudu, Edu, Isadora, Carla, Cintia, Matheus, Gegê, Kau, Flavinha, Dayse, Kira, Bruno, Sara, Myla, Filipe, Sil, Carmó, Ana, Eneida, Mirna, André, Paulo, Camila, Tiago, Thaiana. Às grandes amigas e amigos que fiz no IPPUR, pelos diálogos de janelas largas, que tornaram os estudos e as rotinas de aulas ainda mais interessantes e animadas: Laís, Tiago, Bernardo, Pedro, André, Dante, Raquel, Diana. Aos funcionários e também amigos Ana Cristina, Márcia, Zuleica, André, Dona Zezé. Aos professores e professoras com os quais tive oportunidade de aprender muito, em especial Marildo Menegat, Marijane Lisboa, Cecília Melo, Ana Clara Ribeiro (*in memoriam*), André Dumans, José Sergio Leite, Rainer Randolph, Hermes Tavares, Hipólita Siqueira, Carlos Vainer. Ao professor André Monteiro, pelas pesquisas compartilhadas. A seu Dé, por ter sido um guia tão especial em Salgueiro. Aos colegas e amigos da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais, da Articulação Popular São Francisco Vivo, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e dos movimentos sociais em geral, na figura de seus militantes que

tecem no dia a dia os rebentos de resistências e conflitos que nos movem a vontade de pesquisar. A todos e todas que muito gentilmente me concederam entrevistas, disponibilizando tempo e confiança para expor e dividir memórias, ideias, dor, indignação, sonhos, ajudando este trabalho a ser um pouco mais alimentado de vida. Ainda à CAPES, CNPQ e ANPUR pela oportunidade da pesquisa e publicação.

CAPÍTULO 1

A enunciação oficial do projeto

O projeto de transposição de águas para o sertão ou as “boas-novas” de Lula

Em julho de 2003, Luís Inácio Lula da Silva, recém-eleito Presidente da República, com a maior votação popular da história do Brasil, sob a insígnia de ser o primeiro operário, de origem humilde, nordestino, a ocupar tal posto, anunciava o que seria sua obra de *batismo*:

[...] não importa se vai vir do Nilo, mas vai chegar. O importante é que devemos a água para uma região empobrecida. Eu agora acabei de fazer um decreto nomeando o meu vice José Alencar para coordenar um grupo de trabalho para fazer definitivamente a transposição das águas para o Nordeste brasileiro. (Jornal da Globo, 08/07/2003)

Assim, inusitadamente apresentado como o “grande sonho” de Lula¹, o Projeto de Transposição de águas para o Semiárido Nordestino seria a primeira grande obra inserida no PPA (Plano Plurianual) 2004-2007 que desfiaria o novelo de tantas outras caracterizadas como grandes obras de infraestrutura hídrica e energética para promover o crescimento do país. Juntamente com esse anúncio, o governo determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar as propostas existentes e propor medidas para viabilizar o projeto (BRASIL, 2003), cabendo a direção dos trabalhos ao vice-presidente da República José de Alencar².

As propostas existentes diziam respeito a estudos e projetos apresentados em vários governos anteriores, particularmente as versões mais recentes discutidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Com escopo ampliado, nessa fase inicial, abarcavam tanto a captação de águas do Rio São Francisco quanto a do Rio do Sono, na

Bacia do Tocantins. A megaobra envolveria diretamente treze estados brasileiros, incluindo a construção de várias barragens e a transposição do Rio Tocantins integradas ao conjunto da transposição do Rio São Francisco, em uma segunda etapa do empreendimento (ARAÚJO, 2012). Da mesma forma, previam-se várias ações nos estados doadores das águas, considerados contrários à transposição do São Francisco³.

O anúncio da grande obra causou surpresa em boa parte do eleitorado de Lula vinculado a movimentos sociais organizados, já que a decisão política contrariava posição histórica do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴ e não havia sido mencionada nas campanhas eleitorais nem se encontrava no seu plano de governo⁵. Ressoou ainda para muitos como descumprimento da promessa feita por Lula às organizações populares da Bacia do São Francisco de que o compromisso prioritário seria, em primeiro lugar, com a revitalização do São Francisco:

Bom, eu me lembro da luta em torno da transposição do São Francisco antes de Lula. Naquele momento, o PT de toda região do São Francisco era contrário à transposição, havia uma posição fechada de partido em relação a isso. É tanto que, anos depois, acho que em 2002, ele fez a caravana, aquelas caravanas, e antes disso ele fez a caravana do São Francisco, se não me engano em 1994, e num discurso lá em Juazeiro, gravado, ele falando que o que ele viu ao longo da viagem pelo Rio São Francisco, que não tinha condição de fazer transposição, não tinha como suportar um projeto daquele, que seria um absurdo, o rio precisava era de cuidado, ser revitalizado, então ali ele já utilizava o discurso dos movimentos sociais. Então, eu me lembro da luta contra a transposição a partir daí. (Depoimento de campo, membro do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA -, Juazeiro-BA, 15/05/12)

Então, o quê que a gente achava? Quando você discutia isso politicamente com esses homens que estão no poder hoje e circularam lá por Campo Alegre de Lourdes e se fizeram politicamente, o Lula, a porta de entrada do Lula no Nordeste foi Juazeiro, ele entrou pelo sertão, acho que ele ganhou todas as eleições presidenciais lá, porque tinha todo o estofo das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base]. Quando Lula desceu em 1994 o São Francisco, por exemplo, eu fui encontrar com ele na caravana,

eu e o Pedrinho, que é um pescador lá de Remanso. Quem organizou aquilo foi o Alcides, o Paulo Jackson, o Gabrielli. Nós subimos de lancha, eu e Pedrinho, para chegar lá em Xique-Xique, chegando na véspera e encontramos com eles lá. E lá, no dia seguinte, a campanha era em Remanso, a viagem foi de 12 horas. Então a certa altura fizemos uma reunião: era eu, Lula, Paulo Jackson, Pedrinho, Gabrielli, se eu não me engano Leonardo Boff e Aziz Ab´Saber. Nós tínhamos um documento bem genérico em defesa do Rio São Francisco, crítico à transposição porque o Fernando Henrique tinha ameaçado fazer, só que FHC recuou, o Banco Mundial considerou inviável economicamente. Aí veio o 2º turno e a grande surpresa com Lula. Por todas as informações que a gente tem, teve uma negociação com Ciro no sentido de só apoiar Lula no segundo turno se ele apoiasse a transposição. E aí, mal tomou posse, Lula já anunciava a transposição. Eu lembro que a gente reagiu de imediato, nós da CPT. Já tinha a possibilidade da internet e eu comecei a escrever os primeiros textos a respeito. (Depoimento de campo, membro do Conselho Pastoral de Pescadores, Floresta-PE, 16/05/12)

O anúncio do Projeto trouxe consigo todo um século de debates e polêmicas: o plano de realização da transposição das águas do São Francisco já havia rondado, por inúmeras vezes e de modo fantasmagórico, tanto os sertões da caatinga quanto os gabinetes de governos estaduais e federais, onde lobistas tentaram retomá-lo a cada nova “grande seca” do século XX. Destaca-se que os primeiros registros historiográficos conhecidos e estudados mostram que as primeiras ideias sobre a transposição emergiram no início do século XIX, quando o assunto era designado de *canalização do Rio de São Francisco*, destacando-se as elites provinciais do Ceará como uma das suas principais impulsionadoras (ARAÚJO, 2012). Desde então aparecerá outras vezes, com algumas poucas modificações, mas sempre restando inviabilizado seja por razões de ordem técnica ou política: em 1958, retomado pelo engenheiro Mário Ferracuti; em 1983, pelo candidato à Presidência da República, Mário Andreazza; no início dos anos 1990, no governo de Itamar Franco, pelo então Ministro da Integração Nacional, Aluísio Alves, e em 1994 e 1998, no primeiro e segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (COELHO, 2005).

O Projeto já tinha passado por tantas provas de sua não realização

na história que se alçava às vezes à condição de mito, abstração, algo da ordem do não concretizável. Tratava-se, assim, da enunciação de uma velha profecia, para alguns apocalíptica, para outros messiânica:

A gente tem que analisar a questão da transposição numa perspectiva histórica, então ela já existia como uma perspectiva nos estados receptores há muito, desde o Império, ela vem de lá, se arrastando como um fantasma que ressurge de vez em quando para assombrar. A transposição era uma obra que tinha uma história, ela não surgiu como algo novo, ela tinha sido construída, ela já existia como ideia na cabeça do nordestino e ele foi absorvendo essa ideia da água do São Francisco que um dia viria. (Depoimento de campo, membro de pastoral social, Bom Jesus da Lapa-BA, 05/07/2012)

Em contraponto à contestação crítica dos movimentos sociais da Bacia do São Francisco, muitos trabalhadores rurais das áreas de sequeiro⁶ já idealizavam o projeto - *acreditavam sem saber como* - antes mesmo de ser anunciado por Lula:

O Projeto de Transposição, eu comecei como todo brasileiro começou, com aquela ideia de que é a velha solução para nós, aquilo que meu pai já dizia como agricultor, desde quando estava em casa, comendo minha rapadura. A ideia da transposição é antiga, já estava no imaginário coletivo das pessoas, de que a transposição seria um bem, iria solucionar todos os problemas que a gente dizia que tinha na época da seca, e isso foi passado de geração a geração até chegar a mim, meus pais diziam isso e eu também acreditava... era corriqueiro, todo mundo acreditava que a transposição seria uma solução, o pessoal acreditava, sem saber como, mas que se acontecesse seria bom para todo mundo. (Depoimento de campo, membro de pastoral social, Afogados da Ingazeira-PE, 03/06/2012)

Tinha uma cartilha antes, no tempo do FHC, que era um sujeito numa casa, deitado numa rede, e a água do Rio São Francisco chegando, até com uma piscina. Mas, é claro, você criou um imaginário, de água fácil, farta, que vai chegar na sua casa (Depoimento de campo, membro de pastoral social, Juazeiro-BA, 05/06/2012)

Essa ideia de que tá na cabeça do nordestino desde antes é e não é verdade; como o São Francisco vem de onde tem água, vai subindo, subindo e de repente desvia e vai desembocar no mar, as pessoas se perguntam por que ele não continuou a subir. Desde criança ouvia “a única solução para nós é trazer água do São Francisco”. Até o migrante que vem lá dos fundos do Ceará e vai para São Paulo de gaiola - vinha de pau-de-arara até Juazeiro, pegava a gaiola até Pirapora e de lá partia pra São Paulo - se depara no meio do caminho com um rio-mar daquele, pensa: realmente o São Francisco é a solução. (Depoimento de campo, membro de pastoral social, Salvador-BA, 05/05/2013)

Do anúncio, ainda considerado muito abstrato, seguiu-se um período de perplexidade e de descrença na realização do Projeto, seja pela distância entre a representação do que seria um programa de governo petista e a ação enunciada, seja pelo caráter “impensável” da obra em si.

Em paralelo, o governo foi impulsionando as etapas de viabilização burocrática-institucional e realizando as concertações políticas com autoridades chefes de Estado para conformar a dimensão “propriamente pública” do Projeto.

A fim de minimizar as polêmicas entre representantes políticos de tantos estados doadores e receptores de águas, onde os primeiros renovaram as resistências apresentadas em governos anteriores, o plano tornou-se mais modesto, excluindo-se a transposição do Rio Tocantins e transformando-se, em julho de 2004, no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). A responsabilidade direta passou a ser do Ministério da Integração Nacional (MI), que durante quase todo o 1º mandato do governo Lula (2003-2006) foi assumido por Ciro Gomes, político cearense conhecido por sua fervorosa posição favorável ao projeto, o próprio *pai da transposição*, e que deu apoio político decisivo no segundo turno das eleições presidenciais para a vitória de Lula (ARAÚJO, 2012).

Já com essa abrangência um pouco mais restrita, os estudos de viabilidade técnica, ambiental e inserção regional do Projeto foram realizados pela Funcate (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais), apoiando-se em projetos de engenharia já realizados no governo anterior. A Funcate, por sua vez, subcontratou as empresas *Ecology and Environment* do Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Téc-

nicos e JP Meio Ambiente para finalização dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), entregues no final de 2004 (BRASIL, 2004b).

O plano-discurso no EIA/RIMA do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco

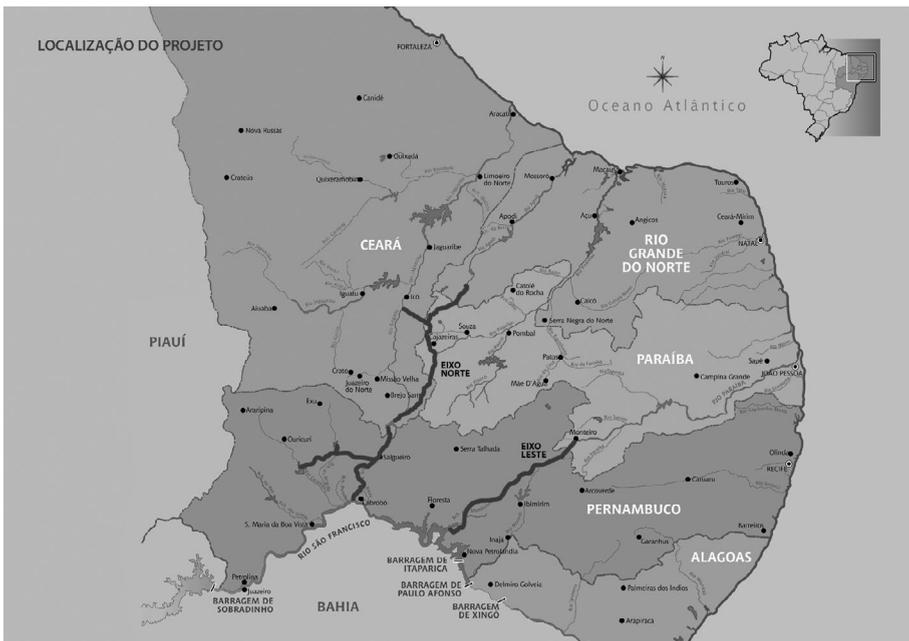
Como referência de apresentação do Projeto de Transposição enquanto plano de intervenção do Estado no Semiárido Nordestino, o EIA/RIMA constitui-se numa importante síntese do discurso oficial, do discurso político autorizado para registro, apropriação e circulação em vários segmentos. Propondo-se a cumprir exigências da Constituição Federal e de resoluções da Política Nacional de Meio Ambiente relativas à realização obrigatória de estudos de impacto sobre projetos potencialmente degradadores do meio ambiente (BRASIL, 1988; CONAMA 1986), é um documento abrangente que descreve os vários aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos envolvidos numa proposta de intervenção, indo desde a formulação do diagnóstico e do problema a ser atacado às possibilidades de solução, sob a perspectiva da visão dos agentes estatais. Sua publicidade é obrigatória e dá-se por meio do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), que deve trazer a conclusão dos estudos em linguagem acessível à compreensão pública.

Carimbado com suposta autoridade científica, o EIA-RIMA é o “guarda-chuva” de um amplo discurso político que comporta interesses de várias clientelas (BOURDIEU, 2003) e que será utilizado pelo empreendedor conforme a localização social do discurso e o que está em jogo nas lutas por legitimação. Tratando-se de um documento longo, na prática pouco acessível à população em geral, importará vários exercícios de tradução, recortes, seleção de destaques, omissões e representações cartográficas, que serão construídos a favor dos interesses específicos dos grupos que as veiculam e disputam interpretações/visões sobre o projeto. É, contudo, o melhor ponto de partida para identificarmos a posição programática do Estado, a matéria-prima sobre a qual serão produzidos e processados variados discursos.

Na sua versão oficial, traduzida em informações constantes no sítio eletrônico do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2013) e no EIA/RIMA, o Projeto de Transposição – renomeado como Projeto de Integração de Bacias – visa, em síntese, a construção de dois

canais – eixo leste e eixo norte – e todo um sistema composto por 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, redes de energia, linhas de transmissão e quatro túneis - para transpor águas da Bacia do São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Norte, a partir da captação no Rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó – PE, abrange cerca de 400 quilômetros, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste, que terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta – PE, inclui 220 quilômetros até o Rio Paraíba – PB, após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da Região Agreste de Pernambuco. Para o atendimento das demandas da região Agreste de Pernambuco, prevê-se a construção de um ramal de 70 quilômetros que interligará o Eixo Leste à Bacia do Rio Ipojuca. No plano retórico, tem como pretensão abastecer de água 12 milhões de pessoas, de 390 municípios, com um custo orçamentário estimado, no ano de 2013, em 8,2 bilhões de reais (BRASIL, 2013).

Figura 1 - Projeto de Integração de Bacias



Fonte: Ministério da Integração, 2004

Apresentado como a grande “solução para a seca”, formatada em um sistema ainda mais complexo e vultoso de engenharia, o conjunto de obras do Projeto pode ser caracterizado com o que Milton Santos (1994) denomina de “grandes objetos”: grandes coisas artificiais localizadas no espaço, produtos da história dos homens e dos lugares, e cujos sistemas técnicos definem-se pela ubiquidade, universalidade, tendência à unificação, sob um mesmo comando; servem aos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política; tornam-se a problemática regional de uma região que resta natural para uma quantidade de coisas e que, de supetão, recebe objetos imensos, cheios de intencionalidades, dotados de uma força que jamais antes se viu.

Como todo objeto necessita de um discurso revelador de sua funcionalidade e legitimador de suas ações e usos, na página oficial do Ministério da Integração Social (2013) observa-se:

Projeto São Francisco

Saiba tudo sobre o programa que vai mudar a cara do Nordeste

O projeto de integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do MI, destinado à busca de solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região, que inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria. (BRASIL, 2013)

O *slogan* escolhido para compor o discurso foi “São Francisco: água a quem tem sede”. A falta de água é, no projeto, apontada como a principal responsável pela miséria do sertanejo: “Sujeito a frequentes secas prolongadas e consequentes ações emergenciais dos governos, o semiárido nordestino tem na falta de água o maior obstáculo para a prática de atividades produtivas fundamentais para o seu desenvolvimento” (BRASIL, 2004b, p. 10).

A justificativa apresentada pelo MI para a realização do projeto englobaria alguns motivos principais, construídos numa argumentação de maximização dos benefícios e minimização dos impactos, a partir de uma simplificação do “vulto” da obra de engenharia: “A falta de informação pode levar a se acreditar em uma obra faraônica, de imensas proporções” (BRASIL, 2004b, p. 24), mas “para beneficiar a

região mais seca do País, a captação de água do rio São Francisco será de cerca de 3,5% da sua vazão disponível” (BRASIL, 2004b, p. 2).

O diagnóstico que constrói o problema e a solução tem base retórica de fundo malthusiano, baseado na desproporção entre disponibilidade hídrica e densidade populacional do “Nordeste setentrional” se comparado à beira do Rio São Francisco:

A região Nordeste, que possui apenas 3% da disponibilidade de água do país e abriga 28% da população brasileira, apresenta internamente uma grande irregularidade na distribuição dos seus recursos hídricos, uma vez que o Rio São Francisco representa 70% de toda a oferta regional. [...] a discrepância nas densidades demográficas no Semiárido nordestino faz com que, do ponto de vista da sua oferta hídrica, o Semiárido brasileiro seja dividido em dois: o Semiárido da bacia do São Francisco, com 2 mil a 10 mil m³/hab/ano de água disponível em rio permanente, e o Semiárido do Nordeste Setentrional, compreendendo parte do Estado de Pernambuco e os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com pouco mais de 400m³/hab/ano disponibilizados através de açudes construídos em rios intermitentes e em aquíferos com limitações quanto à qualidade e/ou à quantidade de suas águas. Dessa forma, o Projeto de Transposição estabelecerá a interligação entre a bacia hidrográfica do rio São Francisco, que apresenta relativa abundância de água e as bacias inseridas no Nordeste Setentrional, com quantidade de água disponível que constitui uma das limitações ao desenvolvimento socioeconômico da região (BRASIL, 2004b *apud* IPEA, 2011, p. 10)

Os Estudos de Impacto (EIA/RIMA) reportam-se ao destino de uma região semiárida sem água fadada ao subdesenvolvimento, reproduzindo um cenário de empobrecimento associado às secas, cujas políticas de governo – caracterizadas por uma repetição ineficaz – não conseguiram estancar:

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste setentrional surge agora como a principal alternativa para enfrentar o problema da escassez de água no sertão e no agreste. Sem ele, não se vislumbra uma solução para o abastecimento

regular de água, e espera-se uma continuidade do processo secular de empobrecimento e de crescimento da miséria na região e dos problemas a ele associados (BRASIL, 2004b, p. 117)

Uma breve volta ao passado mostra que a procura por soluções para o problema da seca no Nordeste é antiga. Desde a perda do poder político e econômico dessa região para o Sudeste, no século XVIII, a seca é pauta de discussões. A partir do século XIX, ela passou a ser tratada como uma questão de governo – e as ações implementadas para resolvê-la são basicamente as mesmas ao longo desse período. (BRASIL, 2004b, p. 20)

Observa-se que a realização da crítica às anteriores medidas estatais de combate às secas cumpre o papel de ressaltar o caráter inovador e pioneiro do projeto, com ênfase no conceito de “segurança e sinergia hídrica” e na complementaridade com outras obras:

A reorganização da infraestrutura hídrica começou a ser conduzida segundo o enfoque de redes. Esse enfoque substitui e complementa o armazenamento de água pela interligação dos açudes existentes. A infraestrutura hídrica realiza o transporte da água articulando diversos espaços em busca dos usos mais adequados às situações variadas do Nordeste Semiárido. [...] Essa iniciativa, ao desgarrar-se do estilo de atuação tanto da CODEVASF quanto do DNOCS no Nordeste Semiárido, procura estabelecer um novo padrão de intervenção pública, que integra o uso produtivo ao uso humano da água, bem como as diferentes escalas de produção (BRASIL, 2005, p. 53)

Apesar de mencionar o estado de degradação da Bacia do São Francisco, a ser superado com ações de revitalização, os estudos tratam da disponibilidade de água a ser transposta como passível de usos ilimitados – água ao alcance de todos–, contemplando tanto interesses de grupos econômicos quanto das populações pobres do Semiárido:

Com o Projeto, a água acumulada nos reservatórios e açudes poderá ser usada de forma mais eficiente para atender às necessidades do uso humano, estimulando o crescimento e o

desenvolvimento social e econômico, com melhorias consistentes na agricultura, na pecuária, na indústria e na infraestrutura local. O Projeto de Integração representará, portanto, uma segurança para as bacias do Nordeste Setentrional diante das irregularidades climáticas da região. A população, tanto urbana quanto rural, as indústrias, os pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região para gerar empregos, renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Se a chuva não cair, as águas do rio São Francisco garantirão o abastecimento humano, as safras agrícolas e as atividades industriais e do turismo. (BRASIL, 2004b, p. 10)

O empreendimento viabilizará o fornecimento de água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão), numa área que, atualmente, possui cerca de 12 milhões de habitantes (BRASIL, 2004b, p. 3)

O universalismo de interesses é a todo momento referenciado por meio do discurso do “desenvolvimento sustentável”, uma das armas utilizadas pelo governo para anunciar um futuro de oportunidades comuns, um mundo de maior equidade social e equilíbrio ambiental, sem abrir mão da lógica do mercado, tornando-o de fácil assimilação por setores da sociedade que, em termos de projetos políticos, são vistos como adversários históricos (SCOTTO, 2007). Tal operação discursiva é reforçada pela abordagem regionalista tradicional, sustentada na seca como fenômeno que atinge a todos e é elemento unificador de interesses, transformada na *questão nordestina por excelência* (OLIVEIRA, 1990).

Reportando-se ao próspero nordeste litorâneo, cujo crescimento econômico dos últimos anos é bastante exaltado, o EIA/RIMA busca nas próprias diferenças intrarregionais – abandonando o velho contraste com o Sul/Sudeste – a referência de outros patamares de desenvolvimento e dinamização econômica a serem alcançados pelo Semiárido:

Nordeste desenvolvido e turístico

A falta de alternativas da população do Semiárido, provocada principalmente pela seca, contrasta com a região litorânea do Nordeste, área mais desenvolvida e economicamente ativa. Uma razão importante do dinamismo dessa região está no turismo. Dados da EMBRATUR mostram que, no comparativo de janeiro/fevereiro de 2004 com o mesmo período de 2003, houve um acréscimo de 18,8% nos desembarques internacionais ao País. Se esse dado for regionalizado apenas com o Nordeste, o aumento foi de 87,3%. O sucesso do turismo nas capitais nordestinas se deu graças a uma união de investimentos corretos e programas bem-definidos. O Projeto de Integração é uma alternativa estruturante para dar ao Semiárido condições de também desenvolver suas potencialidades econômicas: a agricultura, a indústria e, também, o turismo. Dessa maneira, é possível diminuir diferenças socioeconômicas entre o Litoral e Semiárido Nordestino e reduzir as migrações da área rural. (BRASIL, 2004b, p. 22)

Face a possíveis conflitos com a estatal CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) por interferências do projeto na produção energética - o que teria sido um dos principais motivos para arquivamento do projeto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) -, faz-se a ressalva de que a mínima perda de 2,4% da energia média gerada pela CHESF poderá ser compensada com a produção gerada pelas usinas termelétricas que estão sendo instaladas na região ou por usinas em outras bacias, por meio do Sistema Interligado Nacional. Remete, ainda, à priorização do consumo humano como necessidade vital em relação à demanda de energia:

Geração de energia X combate à seca

Numa região afetada por secas constantes, embora esteja relativamente próxima a uma fonte perene de água, qual seria o uso mais adequado desse bem? Gerar energia elétrica - mesmo sabendo que a demanda de energia pode ser atendida pela produção de outras regiões - ou ampliar o acesso da população à água, fundamental para o desenvolvimento humano e econômico? (BRASIL, 2004b, p. 16)

A representação da região é construída como local de frágil estrutura econômica, onde a agropecuária é a principal atividade, apresentando baixa eficiência por conta das secas prolongadas, sendo que a reduzida renda da população local não permitiria o desenvolvimento do comércio ou da produção industrial. Cita-se inclusive o déficit de crescimento populacional, o “problema” da migração e o risco dessa área se tornar um vazio demográfico com o passar dos anos. A questão da concentração de terra e água e o problema da estrutura fundiária não são associados a essa pobreza; escassez, e não uma melhor distribuição, é a tônica:

As regiões afetadas pela seca sofrem de diferentes problemas, em função da pouca oferta de água: desemprego no meio rural, escassez de alimentos, baixa produtividade no campo, dizimação dos rebanhos, queda no nível socioeconômico e êxodo da população local. (BRASIL, 2004, p. 82)

Os efeitos das secas sobre o setor produtivo agropecuário e sobre o modo de vida das populações são aterradores e determinantes da estagnação econômica generalizada, das enormes dificuldades para a sobrevivência, das condições de saúde inadequadas e do acelerado esvaziamento populacional das zonas rurais. A seca impede a fixação do homem no campo e é a principal responsável por um processo migratório que pressiona pequenas e médias cidades incapazes de absorver essa população. [...] O reconhecimento nacional da gravidade da situação encontrada nessa região transformou-a, há muito tempo, em prioridade das políticas públicas. Elas buscam mecanismos para o desenvolvimento econômico e social na região, mas sempre terminam por deparar com um grande obstáculo: a pouca disponibilidade de água. (BRASIL, 2004b, p. 116)

Ao final, dentre os impactos negativos do Projeto, cita-se: perda temporária de emprego e renda por efeito das desapropriações; modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; risco de redução da biodiversidade nas bacias receptoras; risco de tensões durante a fase de obra; interferências no patrimônio cultural (sítios históricos); risco de introdução de espécies

de peixes daninhos, dentre outros. Destaca-se que, além de perdas de áreas produtivas, há previsão de remanejamento de 1889 famílias, dos quais quase 70% são de não-proprietárias⁷, mediante desapropriação de 24.400 hectares de terras (todas as áreas localizadas até 2,5 km dos canais).

Interessante notar que o desgaste do discurso associado aos impactos negativos dos grandes projetos *em função do passado de desconfianças em relação às intervenções governamentais* (barragens e projetos de irrigação falidos) também é elencado como fator de criação de tensões sociais, a merecer cuidadoso programa de comunicação social (BRASIL, 2004b). Para *corrigir de forma decisiva esses efeitos negativos*, são apresentados 24 programas ambientais – posteriormente aumentados para 38 – a serem implantados junto com as obras e que teriam o condão de contribuir para uma mudança local positiva a partir dos seguintes benefícios: inserção dos 24.400 hectares ao longo dos canais no processo produtivo (por meio da irrigação); disponibilização de água para rebanhos; geração de novas possibilidades de renda; aumento do número de famílias fixadas no campo; garantia de abastecimento das comunidades ao longo dos canais com água de boa qualidade, através dos chafarizes; ampliação da oferta de água para consumo domiciliar e para várias áreas com alto potencial de irrigação, permitindo a inserção, na região, de cerca de 186.000 hectares de novas terras agricultáveis com irrigação (BRASIL, 2004b).

Dentre os programas ambientais mencionados, destacam-se o de descentralização da gestão (com a implantação de um escritório de referência em Comunicação Social na cidade de Salgueiro, representando o Ministério da Integração Nacional); programas de indenização de benfeitorias; regularização fundiária; educação ambiental; desenvolvimento de comunidades indígenas e quilombolas; reassentamento de populações e assistência técnica, dentre outros (BRASIL, 2013).

Conforme a lógica do campo burocrático a que precipuamente deve atender o EIA/RIMA, sobretudo relacionada à temática ambiental e de gestão das águas, o mesmo serviu de suporte às sucessivas etapas do licenciamento ambiental, à realização de processos licitatórios para contratação de empresas de engenharia e consultoria ambiental e às práticas de *minimização das tensões sociais e impactos negativos* a

serem implementadas junto à população local diretamente afetada. O verniz textual do projeto também buscou atender ao vasto aparato jurídico-estatal que foi se consolidando a partir da Constituição de 1988 no sentido da proteção dos direitos ambientais e de participação popular e, de modo mais notório, pela nova Política Nacional dos Recursos Hídricos (“Nova Lei das Águas” - Lei 9433/97), que resultou na criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)⁸.

Em relação a versões anteriores do projeto, podemos observar que a nova proposta buscou se antecipar à recorrência de críticas, promovendo as seguintes mudanças que aparecem denominadas como “ganhos” no texto oficial:

i) mudança do nome, onde “integração” no lugar de “transposição” traz a noção de benefício compartilhado por todos, tentando romper com a dicotomia “ganhos para estados receptores das águas” e “perdas para os estados doadores”, enfatizado através do conceito de sinergia hídrica;

ii) incorporação da tese da revitalização do Rio São Francisco, ainda que com um aporte de recursos orçamentários de valor ínfimo em relação ao total da obra;

iii) tônica na lei e não mais na capacidade tecnológica (a institucionalização da Política Nacional de Recursos Hídricos, do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e a elaboração do Plano Decenal dos Recursos Hídricos, somada à vasta legislação ambiental, foram propulsoras dos questionamentos/argumentos centrados na legalidade);

iv) deslocamento do foco do rural - da irrigação - para o urbano;

v) ideia de gestão em rede e não obra isolada (complementaridade com ações estaduais e com tecnologias de convivência com o Semiárido);

vi) diminuição da vazão de água retirada, como resultado do conflito com a produção energética monopolizada pela CHESF;

vii) em termos de representação regional, tem-se um parâmetro de desenvolvimento e progresso centrados no próprio Nordeste litorâneo e não mais no Sul/Sudeste;

viii) previsão de programas ambientais como medidas compensatórias.

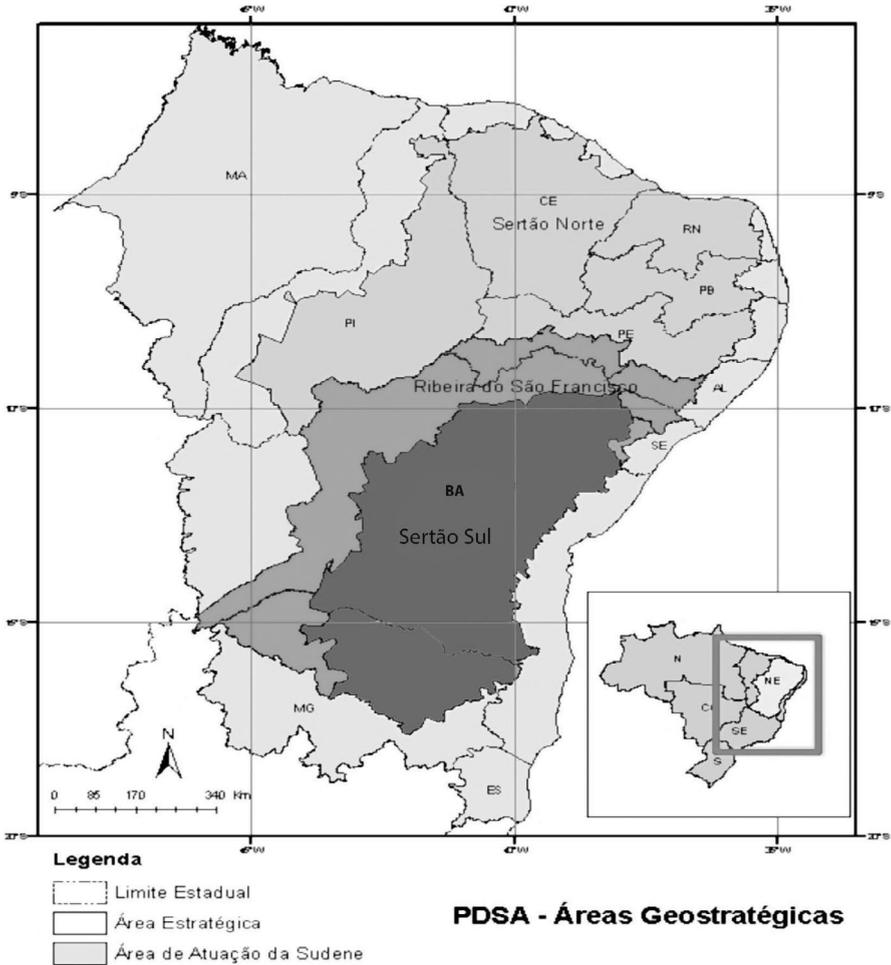
A dimensão macroeconômica em outras linhas

Observa-se nos Estudos de Impacto Ambiental que as finalidades associadas ao projeto - sejam humanitárias ou econômicas - estão referidas à própria região, sem se tecer considerações a respeito da dimensão macroeconômica do empreendimento. A inserção nacional e internacional do projeto só é abordada de modo mais explícito no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA), onde aparece associado a outros megaprojetos como Ferrovia Transnordestina, Porto Pecém, Porto Suape (BRASIL, 2005), em uma lógica de integração territorial voltada para o fluxo de capitais alinhada às orientações macrorregionais da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, renomeada em 2009 para COSIPLAN - Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul). Acerca da IIRSA, assim nos sintetiza Vitte (2005):

A IIRSA tem sido estimulada na América do Sul desde 2000 como uma tentativa de integração dos meios de transportes, fontes de energia e redes de telecomunicações, visando organizar o espaço do subcontinente. A partir de um plano de integração elaborado pelo BID, as estratégias de integração foram elaboradas a partir da análise da localização das principais riquezas naturais da América do Sul, as formas como poderiam ser utilizadas e a infraestrutura necessária para seu aproveitamento, considerando: as oportunidades de integração física mais evidentes; a consolidação das cadeias produtivas competitivas e a redução de custos. A integração propugnada nessa iniciativa, com o apoio das agências multilaterais, visa aumentar a *fluidéz* do território para facilitar o escoamento dos recursos naturais e dos principais produtos da pauta de exportação dos principais países da região, Brasil em especial, sem considerar os impactos ambientais e sem uma ampla discussão com a sociedade. (VITTE, 2005, p. 4)

No PDSA (BRASIL, 2005), o Projeto de Transposição é situado num Nordeste Semiárido sob uma nova regionalização, dividido em três novas áreas geoestratégicas: o Sertão Norte, a Ribeira do São Francisco e o Sertão Sul.

Figura 2 - Novas áreas geoestratégicas do Semiárido



Fonte: Brasil, 2005 (Ministério da Integração)

Segundo o Plano, tal regionalização vem atender a uma nova concepção logística de consolidação das redes estruturantes do espaço - como as de transporte, energia e telecomunicações -, mas principalmente a de um sistema capaz de garantir água às cidades, que no decorrer das últimas décadas passaram a se constituir em focos de transformação da economia sertaneja. Ganha ênfase assim a preocupação com uma nova forma de gestão dos recursos hídricos e dos solos voltada mais para a garantia de fluxos das re-

servas disponíveis do que de estoque. A Ribeira do São Francisco, pela disponibilidade hídrica, é considerada vetor de transformação e conexões entre os Sertões do Norte e do Sul, “com potencial de aumentar a densidade das redes e ocupar os vazios logísticos que permitam uma reestruturação do Semiárido no contexto nordestino e regional” (BRASIL, 2005, p. 60).

A Integração de Bacias Hidrográficas atenderia de forma mais específica a demandas da Área Geoestratégica do Sertão Norte e aparece na interface de um amplo conjunto de iniciativas do governo federal, com o papel de permitir o remanejamento espacial dos corpos d’água existentes e iniciativas de relocação da capacidade de armazenamento:

A exigência de se manterem cheios os grandes açudes, para se contar com reserva estratégica de água na região semiárida do Nordeste, é mal compreendida pelo grande público, que vê, no fato, um desperdício, com a falsa impressão de que a região dispõe de muita água acumulada, e de que a mesma é pouco explorada. O Nordeste conta com cerca de 70.000 açudes de variada capacidade de armazenamento de água. Daquele total, não mais do que 300 açudes são considerados de porte. A capacidade de armazenamento pode ser ampliada para aproveitar a disponibilidade dos recursos hídricos locais. Mas esse aumento da capacidade de armazenamento depende do recurso à transposição de águas de bacias hidrográficas localizadas parcial ou totalmente fora do Nordeste (BRASIL, 2005, p. 85)

As apostas para o Sertão Norte destacadas como ações inovadoras ou associadas a empreendimentos de grande porte, territorialmente identificadas, são as seguintes: i. Revitalização da Bacia do Rio São Francisco; ii. Integração de Bacias Hidrográficas; iii. Hidrovia do São Francisco; iv. Ferrovia Transnordestina; v. Agricultura Irrigada: Agronegócio e Revitalização de Perímetros Públicos; vi. Energia Alternativa: Biodiesel, Gás Natural e Outras Fontes Não-Fósseis de Energia; vii. Mineração; e viii. Refinaria de Petróleo. No que toca à mineração, atividade de natureza hidrintensiva, a região do Semiárido é apontada como a de melhor potencial para o setor no Nordeste; já a Ferrovia Transnordestina apoiará a

criação de nova logística com os Portos de Pecém e Suape, criando um corredor de exportação dos grãos dos Cerrados (do Maranhão, Piauí e da Bahia) e transportando principalmente soja e milho, cimento, feijão, sal, álcool, derivados de petróleo, arroz, fertilizante e gipsita (BRASIL, 2005).

Apesar de admitir que tal conjunto de atividades significa maior pressão sobre os recursos físicos não-renováveis da região, o Plano aponta o mecanismo de transferências financeiras, como a tributária para os governos estaduais e municipais, a previdenciária, para as famílias, e política de crédito à produção e ao consumo, como possíveis atenuantes. Conclui o Plano que, nos últimos anos, a correspondente massa monetária a partir dessas transferências significou menos pressão sobre os recursos físicos e contribuiu para a garantia da pauta de exportação:

As transferências representadas pelos recursos da previdência social [...] constituem uma suplementação da capacidade local de consumo no Semiárido. Como transferência líquida favorável à região, a correspondente massa monetária deixou de exercer pressão sobre os recursos físicos locais. Ademais, as transferências nas outras dimensões referidas contribuem, complementarmente, para aumentar a eficiência do uso dos recursos locais. Isto significa menos pressão sobre os recursos físicos. Ao lado disso, a estratégia também considera as exportações como fonte importante do dinamismo regional. Como as atividades de produção para exportação fazem uso dos recursos naturais do Semiárido - contribuindo, neste sentido, para a pressão sobre eles, especialmente dos não renováveis -, é necessário que as forças responsáveis pela viabilização das transferências dialoguem com as que geram renda interna proveniente das exportações. (BRASIL, 2005, p. 58)

A contradição de valores e finalidades é parte estruturante dos discursos presentes nos documentos oficiais. Assim, o PDSA, ao tempo em que fala da degradação ambiental para recepcionar retoricamente a demanda de revitalização do Rio São Francisco, reforça que, em seu conjunto, a situação de disponibilidade hídrica na bacia é confortável e que os conflitos pelo uso das águas ainda são incipientes.

“Incipientes” como adjetivo para uma extensa - e intensa - lista que passa a relacionar:

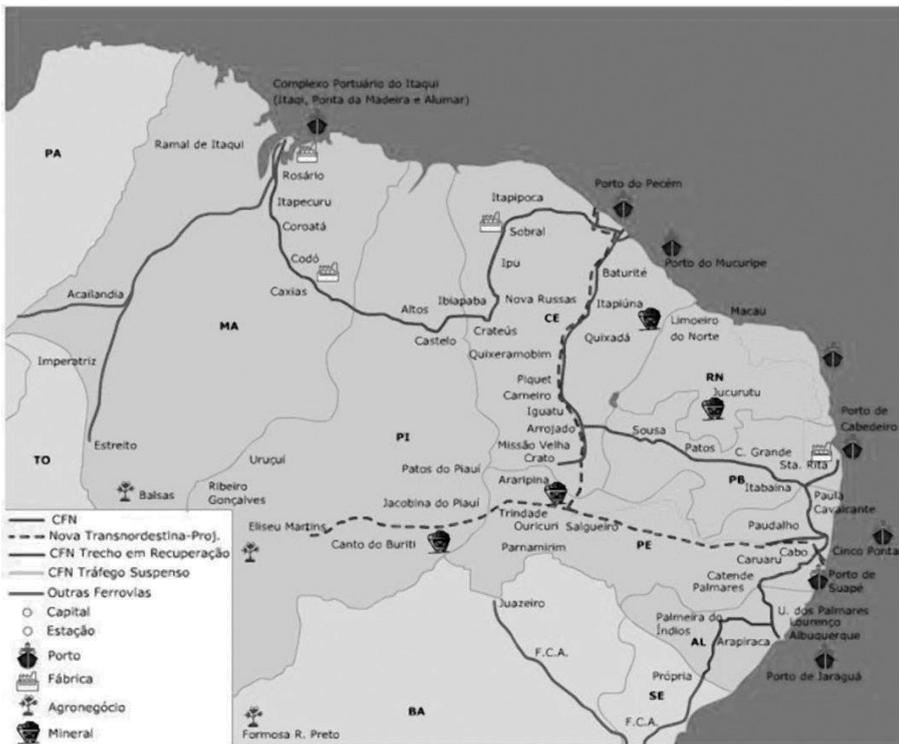
As principais áreas onde ocorrem conflitos de grande relevância são as sub-bacias dos rios das Velhas, Paraopeba, Alto Preto, Alto Grande, Verde Grande, Salitre e Baixo São Francisco. De forma geral, esses conflitos envolvem a agricultura irrigada, a geração de energia (instalação das barragens e operação de reservatórios), o uso da água para o abastecimento humano, a diluição de efluentes urbanos, industriais e da mineração, e a manutenção dos ecossistemas. A expansão da irrigação também levou a fortes impactos sobre os recursos hídricos e disputas entre usuários nos afluentes do Paracatu, na sub-bacia do Alto Preto. A mineração de ouro em Paracatu é outro fator de forte pressão sobre a qualidade de água, principalmente no que se refere ao transporte de sedimentos e assoreamento. (PDSA, 2005, p. 83)

Ao contrário da ênfase do EIA/RIMA na relação entre maior densidade populacional e menor disponibilidade hídrica do Sertão Norte em relação à Ribeira do São Francisco, a justificar a relocação das águas, o PDSA (2005) enfatiza a carência de água frente à abundância de recursos minerais que podem ser explorados economicamente pela indústria extrativa:

Embora seja a Área mais carente em matéria de recursos físicos, [o Sertão Norte] é a mais bem dotada de recursos minerais, é também a que apresenta o maior índice de urbanização. Por esta razão, o Projeto de Integração de Bacias Hidrográficas corresponde à sua aposta mais importante, tanto do ponto de vista econômico como social. Como o Sertão Norte se ressentia de uma vertebração necessária ao desenvolvimento de muitas de suas potencialidades, a exemplo do agronegócio da irrigação, da mineração e do turismo, a Ferrovia Transnordestina vem cumprir papel integrador de apostas e ações. (PDSA, 2005, p. 100)

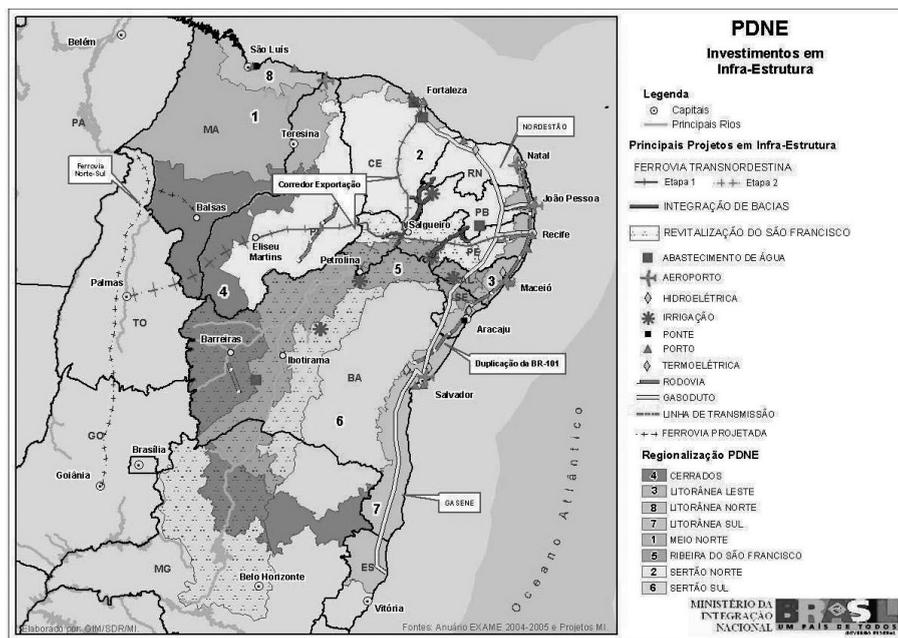
Por fim, o Plano reforça a posição singular do Nordeste Semiárido por não dispor de fronteira seca com nenhum país vizinho, limitando-se, a Oeste e Sul, com outras porções do território nacional e a Leste e Norte com o Oceano Atlântico. Restaria, portanto, à Região uma integração internacional com preponderante caráter econômico e baseada em acordos multilaterais gerais assinados pelo País, já que a região não está credenciada a acordos bilaterais de efeito marcadamente regional entre países vizinhos.

Figura 3 - Projetos de Infraestrutura no Nordeste



Fonte: Transnordestina Logística S/A (CFN), 2010

Figura 4 – Plano Desenvolvimento Estratégico Sustentável do Nordeste – Investimentos em infraestrutura



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005

Breves considerações

O EIA/RIMA é base do discurso da intervenção estatal que busca conter em si toda a diversidade de expectativas e de confrontações jurídico-institucionais e sociais a que um projeto será desafiado, tendo seus destaques e omissões manejados na circulação do discurso conforme a conveniência das localizações. No caso do Projeto de Transposição, observa-se uma continuidade estrutural na forma de representação do Estado sobre a região semiárida, onde se busca o efeito de naturalização de problemas substancialmente sociais a partir do fenômeno das secas. No geral, o discurso assenta-se na mesma base do padrão de planejamento regional nordestino, onde à construção do problema - seca - seguiram-se as formulações políticas em torno das suas possíveis soluções, sendo acionada de diferentes modos conforme os ciclos econômicos da região e necessidade de reprodução do capital.

A motivação principal que destaca a oferta abundante de água do Rio São Francisco e a baixa densidade populacional, contrastada com a alta densidade de ocupação do Nordeste setentrional, associa-se aos debates ambientais contemporâneos centrados na ideia de “crise ambiental”. Pode-se dizer que, no caso, a problemática regional associou-se a uma problemática ambiental fundada *na objetividade suposta da escassez quantitativa do recurso “água”,* de alcance supraclassista e projetado por “um colapso na relação quantitativa malthusiana entre população e território ou entre crescimento e base finita de recursos” (ACSELRAD, 2004, p. 13). Para Acselrad (2004), as estratégias associadas a tais tipos de diagnóstico tendem a esvaziar o debate político, sendo absorvido por buscas de aperfeiçoamento nos indicadores técnico-científicos ou justificando soluções autoritárias. Bem traduz isso o “diagnóstico” tantas vezes sustentado nos discursos públicos de que “seria o semiárido mais populoso do mundo” e, portanto, inviável, ou demandante de investimentos especiais do governo federal e mesmo de deslocamento de parte da população.

Lacunas importantes são notadas em relação a demandas históricas de movimentos sociais na região, a exemplo da ausência da reforma agrária, da preocupação com relações trabalhistas no campo e da segurança jurídica no caso do desmantelamento dos sistemas produtivos, dos conflitos interclasses e da problematização da distribuição de água acumulada na vasta rede de açudes construída durante o século XX. O que é elencado como “impacto negativo” é logo transformado em programa ambiental ou medida de compensação que se propõe como vetor de mudança social positiva para as populações. Com o que se observou, em momento algum há menção à participação de grupos sociais na elaboração do EIA/RIMA capaz de conferir-lhe a representatividade política e valorização qualitativa necessária. Os sujeitos e suas práticas territoriais que se incompatibilizam com o projeto são apagados do exercício da previsibilidade “científica” dos estudos ambientais, negando-se aos mesmos o reconhecimento de qualquer oposição legítima.

Por outro lado, em contraponto à representação homogênea da pobreza causada pelas secas, que é a tônica do EIA/RIMA, o PDSA - como um plano oficial mais abrangente - explicita a inserção do projeto numa regionalização valorizadora das heterogeneidades sub-regionais e das potencialidades dos recursos físicos existentes no Semiá-

rido, como vetor de integração e produção do espaço conforme os fins de acumulação de capital ditados por um enfoque neoliberal. A partir de critérios de eficiência associados à lógica das redes, da “deslocalização” e dos “fluxos globais”, o Projeto de Transposição fundamenta-se como necessário a uma gestão otimizada dos recursos territorializados, sobretudo para as atividades de mineração e fruticultura irrigada no Semiárido; e também como meio de integração de uma extensa rede logística – composta de portos, ferrovias, hidrovias etc – com vistas a facilitar o escoamento de produtos que lideram a pauta de exportações: grãos, minérios, frutas.

As transferências de rendas monetarizadas são apontadas no PDSA como mecanismos que diminuem a pressão sobre os recursos hídricos existentes e que devem ser impulsionadas e articuladas para garantir as demandas de *commodities* dos setores ligados à exportação. Esse viés nos revela também a funcionalidade capitalista da prática de transferências dinamizada pelo Estado: determinados grupos sociais são despojados do acesso a recursos territorializados como terra e água, liberando-os para novos usos e práticas mais conformados aos interesses mercantis. Parece-nos assim que parte do êxito de programas como bolsa-família e políticas de crédito para consumo no Semiárido deve ser avaliado por sua capacidade de relativa estabilização social da dinâmica de “acumulação por espoliação” que rapidamente ganha proeminência sob a égide do neoliberalismo (HARVEY, 2005) e que consiste em transferir ativos e redistribuir a riqueza e renda da massa da população em benefício das classes altas. Essa espoliação inclui, segundo Harvey (2005), a comoditização e a privatização da terra e a expulsão forçada de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (por exemplo, propriedade comum, coletiva, pública) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão de direitos aos bens de uso comum; a comoditização da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e consumo; a monetarização da troca e da arrecadação fiscal, particularmente da terra; entre outros. Funda-se uma verdadeira *gestão neoliberal do território* a partir de uma série de novas normatizações que estabelecem, por exemplo, novos mecanismos de “parceria” entre o poder público e o capital privado para a implantação de novas infraestruturas territoriais.

No caso das águas, o próprio Projeto de Transposição se insere

num contexto de reforma legal e institucional que estabelece critérios para a outorga e a cobrança de uso das águas (Lei de Águas de 1997), tendo sido a formação do Comitê de Bacia um primeiro passo para sua implementação. Além do Projeto em si, debates institucionais adjacentes ocorrem em torno da definição do sistema de gestão e da necessidade de articulação prévia entre operadores federais e estaduais dos recursos hídricos, bem como debate-se acerca da viabilidade econômica futura do empreendimento pelo alto valor na cobrança de uso da água que chegará até o Nordeste setentrional. O cenário traduz a geopolítica dos recursos hídricos no contexto neoliberal, onde, segundo Ioris (2010), além dos mesmos se constituírem como insumo fundamental da atividade produtiva, têm sua própria gestão tornada objeto de transações comerciais e fonte direta de acumulação. A justificativa moral e política para tanto baseia-se principalmente no conceito de escassez de recursos a permitir que toda uma racionalidade capitalista seja sobreposta aos procedimentos de uso e conservação e organize o funcionamento dos mercados, ratificando o processo mais geral de comoditização da natureza.⁹

Por fim, destacamos o descompasso de justificativas entre um e outro documento oficial acerca do Projeto, revelando um cabedal de contradições e incoerências: ora prende-se à homogeneidade regional centrada nas secas e à precariedade dos recursos naturais, ora ressalta a heterogeneidade sub-regional e a riqueza dos recursos; ora justifica-se para abastecimento humano, ora para exploração potencial das riquezas minerais e como plataforma territorial para exportação de mercadorias; ora apresenta-se como proposta antiga, ora como proposta inovadora na gestão dos recursos hídricos e tece crítica aos erros do modelo de intervenção anterior; ora cita os inúmeros conflitos pelo uso das águas, ora os toma por incipientes; ora fala da degradação da Bacia do São Francisco, ora menciona uma situação confortável de disponibilidade hídrica.

A “estrutura normativa dual” dos fundamentos trazidos pelo Estado parece em conformidade à análise feita por Vladimir Safatle (2008, p. 22) sobre os modos de legitimação das condutas no capitalismo contemporâneo: o “processo de socialização na contemporaneidade tende a não passar mais pelo agenciamento de contradições através do recalçamento, mas por meio da aceitação de estruturas normativas duais”. O autor aponta uma fase de generalização das distorções per-

formativas, restando à crítica partir do esgotamento dos seus próprios critérios e padrões normativos. O semblante de dualidade, de acomodação de disposições absolutamente contrárias umas às outras na estrutura unitária de um mesmo projeto, decorreria de uma interversão da crítica através de sua própria realização e da instabilidade do fundamento que faz com que toda tentativa de articulação entre ideia e efetividade seja, por sua vez, marcada pela experiência da inadequação e da indeterminação, só se resolvendo na maior parte dos casos pela via da ironização (SAFATLE, 2008, p. 59).

A crítica a medidas anteriores vinculadas à solução hidráulica – como se o atual projeto não tivesse a mesma natureza – e o ato de renomear para “reserva estratégica” a quantidade de água acumulada nos açudes – cujo acesso não é democratizado à população – remetem-nos ao que Peter Sloterdijk (2012) chama de ideologia reflexiva, ou seja, “aquela posição ideológica que porta em si mesma a negação dos conteúdos que apresenta como uma maneira astuta de perpetuá-los em situações históricas nas quais eles não podem mais esperar enraizamento substancial algum” (SAFATLE, 2008, p. 101). De igual modo, Ribeiro (2008) assinala como é bastante comum o fato de burocratas ou tecnocratas de agências de desenvolvimento criticarem seus próprios modos de operação:

É inerente à racionalidade das burocracias produzir sua própria crítica, como uma forma de disseminar e naturalizar a própria estrutura burocrática que elas parecem criticar e à qual, algumas vezes, parecem se opor. De fato, e isso é especialmente verdadeiro na história do desenvolvimento, a capacidade de produzir desculpas por erros cometidos, de reciclar formulações e de criar novas panaceias faz parte dos “idiomas de auto exoneração” em muitas instituições. (RIBEIRO, 2008, p. 19)

Apesar das dualidades e incoerências dos discursos oficiais não nos permitirem extrair uma *metanarrativa teleológica* enquanto fundamento para os processos de legitimação do Projeto, certo é que, por meio de narrativas múltiplas, segmentadas, muitas vezes incommunicáveis entre si, buscam-se “efeitos de discurso” por grupos que minimamente partilham de um conjunto de proposições ou valores normativos.

Para compreender essas produções de discurso a partir das especificidades da *clientela*, Bourdieu (1977, p. 8) ressalta que “é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona [...] mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes”. Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo, o que é aceitável, recebível, crível, eficaz, num determinado estado das relações de produção e de circulação. O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a *pessoa social*, com toda estrutura social presente na interação:

[...] a razão e a razão de ser de uma instituição ou de uma medida administrativa e dos seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as vontades e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta –, a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos. (BOURDIEU, 2003, p. 81)

Assim, um olhar mais abrangente e histórico sobre o campo do conflito e suas estruturas constitutivas é fundamental para compreendermos a produção e modos de circulação dos discursos do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco, as diferentes ordens de legitimação construídas, bem como os interesses que se puseram em confronto e as alianças constituídas e desfeitas ao longo do próprio processo.

Notas

¹ “A transposição de águas do rio São Francisco, um dos projetos mais polêmicos do governo Fernando Henrique Cardoso, está de volta, só que em versão ampliada. O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Carlos Lessa, disse que a transposição conjunta de águas do Tocantins para o São Francisco e do São Francisco para perenizar rios temporários do Semiárido do Nordeste é ‘o sonho do presidente Lula [Luiz Inácio Lula da Silva]’. SANTOS, Chico. BNDES quer transpor águas do Tocantins. Folha de São Paulo, 04/08/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0408200308.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

² “Transposição do São Francisco. Debate volta com tudo apoiado pelo presidente Lula e pelo vice José Alencar”. Folha do Meio Ambiente, 01/08/2003. Disponível em: <http://>

folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2003/08/transposicao.html. Acesso em 10 de agosto de 2012.

³ “O estado da Bahia, por exemplo, seria contemplado com o chamado Eixo Sul, com adutoras que engrossariam o caudal do rio Vaza-Barris e do rio Itapicuru. O estado de Pernambuco receberia o benefício dos Eixos Norte (com o ramal do Entremonte a oeste do estado) e Leste. Alagoas seria contemplada com o Canal Sertão Alagoano e Sergipe receberia o Canal Xingó. O estado do Piauí receberia o Eixo Oeste da transposição partindo da barragem de Sobradinho. O estado de Minas Gerais também estaria contemplado com a construção de grandes barragens no norte do estado caracterizado por regiões semiáridas”. (ARAÚJO, 2012, p.83)

⁴ “Nota Técnica sobre Projeto Governamental de Transposição da Bacia do rio São Francisco: Esta nota tem como objetivo sistematizar os dados técnicos disponíveis sobre a proposta do Governo Federal em transpor o rio São Francisco. Esta transposição tem como justificativa elevar a oferta de água, doce, bruta a disposição dos Estados: Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco[...] Conclusão: Assim sendo, conforme está concebida esta Indicação Legislativa torna-se, por princípio, inviável o apoio do Partido dos Trabalhadores ao projeto do Governo Federal de Transposição das Águas do Rio São Francisco para o Semiárido do Nordeste setentrional e a implementação de medidas complementares destinadas a revitalização ambiental de seus afluentes e ao aumento da disponibilidade hídrica daquele rio.” (Partido dos Trabalhadores, 2000)

⁵ Ainda falando do Lula presidenciável, verifica-se no seu Programa de Governo para candidatura à Presidência, em 2002, a inexistência de menção ao projeto de transposição, assim como a qualquer outro grande empreendimento em recursos hídricos, embora tantos desses projetos tenham surgido imediatamente após o êxito eleitoral. O Programa de Governo de 2002 indicava apenas um foco estratégico que tendia à revitalização do São Francisco e também a programas que contemplariam o acúmulo de conhecimentos das organizações ribeirinhas, ainda que colocado, contraditoriamente, ao lado de seus conhecimentos, o de empresas hidrelétricas. “O novo governo, aproveitando o conhecimento acumulado pelos organismos responsáveis pela administração dos recursos hídricos, pelas empresas responsáveis por hidrelétricas, pelas organizações ribeirinhas e por outras tantas organizações que vivem em função de nossos rios, vai dar prioridade à revitalização de bacias, numa visão de integração nacional, entendendo que os rios são corredores de desenvolvimento fundamentais.” (PALOCCI FILHO, 2002 apud ARAÚJO, 2012).

⁶ Lugar seco; terreno não regado pelas águas, com baixa pluviosidade, que demanda plantio sem irrigação, mediante técnicas de cultivo específicas.

⁷ Perfil de ocupação das áreas afetadas pelo Projeto: 1.889 propriedades afetadas, 273 proprietários, 572 não proprietários, 845 reassentamentos. A grande maioria das famílias proprietárias afetadas, cerca de 76%, poderão permanecer na propriedade, deslocando-se para as áreas remanescentes; entre o total das famílias a serem deslocadas predominam as de não proprietários sobre a de proprietários, correspondendo, respectivamente, a 67,7% e 32,3% do universo(Programa Básico Ambiental 07, Projeto São Francisco).

⁸ Criado em junho de 2001 pelo Decreto-Lei n° 3883, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composto pelos secretários de recursos hídricos dos sete estados envolvidos no debate, além do IBAMA, da Agência Nacional de Águas e representantes da sociedade civil, constituiu-se numa resposta às mudanças em curso em vários países no campo da gestão dos recursos hídricos, sintonizada com uma política do incentivo do Banco Mundial voltada para a atribuição de um valor econômico à água e por conseguinte à criação de ferramentas para instituir a cobrança. O espaço do Comitê,

com a participação de vários segmentos de usuários da sociedade civil e competência para deliberar sobre conflitos de usos das águas e plano de gestão, foi parte central da discussão sobre o projeto de transposição.

⁹ “A cobrança tem servido para ampliar a racionalidade ligada ao fetichismo das mercadorias, que resulta de uma reificação das relações sociais e socionaturais, imposta justamente pela condição de classe. [...] Colateralmente, a cobrança opera como legitimador de atividades historicamente responsáveis pela produção de impactos ambientais na bacia hidrográfica, as quais encontram nesse instrumento uma justificativa política para evitar um controle mais rigoroso por parte dos reguladores ambientais. [...] Segundo Heynen e Robbins, a neoliberalização da natureza ocorre por meio à imposição de uma estrutura de governança, da valoração monetária de processos ecológicos, da apropriação de recursos comuns e privatização de recursos ou serviços públicos.” (IORIS, 2010, p. 239).

CAPÍTULO 2

O Estado, o São Francisco e o Semiárido: *da amarração das águas e do arrebentar de conflitos*

Considerando a perspectiva de que os modos de enfrentamento ou mesmo os efeitos de um acontecimento como a transposição das águas de um rio não estão contidos apenas no acontecimento em si, mas são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território (SIGAUD, 1992), buscamos analisar as formas anteriores de apropriação dos territórios onde o Projeto se inscreve, as críticas acumuladas em torno do uso das águas no Semiárido e os conflitos entre diferentes práticas espaciais que servirão tanto à construção das estratégias de legitimação por parte do empreendedor quanto a mobilizações críticas de adesão ou oposição ao Projeto.

Tais disposições, percebidas em suas lógicas de continuidade, constituirão um repertório de práticas e argumentos conformadores de diferentes visões sobre o desenvolvimento do Semiárido, onde o fenômeno climático da estiagem e a situação de pobreza da região servem como “divisor de águas” das tomadas de posições sociais.

Entendemos essa imersão na história como fundamental para apreender as linhas de força do ambiente que influenciam o *habitus* dos agentes sociais e a lógica do campo, sob a perspectiva proposta por Bourdieu da relação dialética entre história reificada e história incorporada, *habitus* e situação:

[...] a prática é, antes o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências

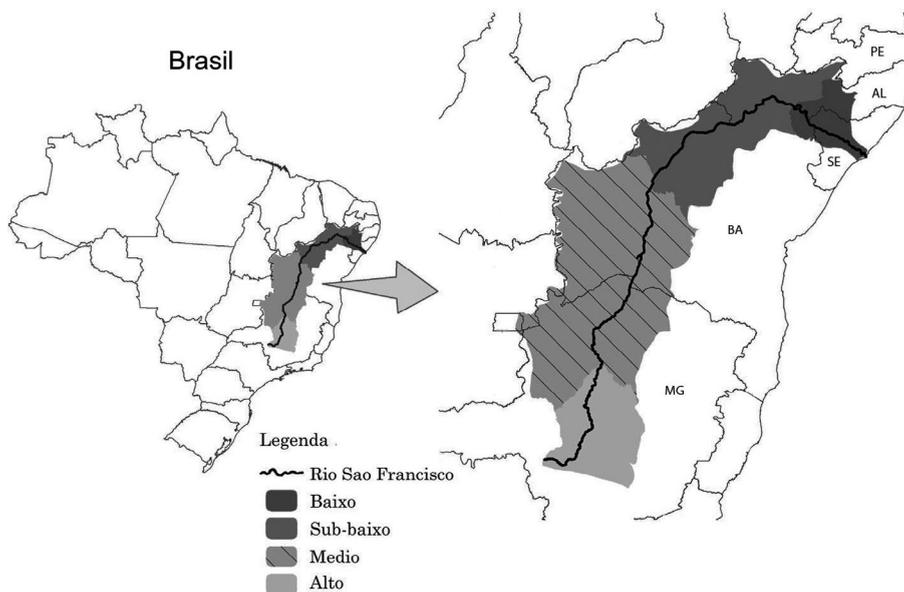
passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática.[...] Contra o estruturalismo, a teoria do *habitus* reconhece que os agentes fazem ativamente o mundo social por meio do envolvimento de instrumentos incorporados de construção cognitiva; mas também afirma, contra o construtivismo, que estes instrumentos foram também eles próprios feitos pelo mundo social (BOURDIEU, 2000 apud WACQUANT, 2007, pp. 66-67).

As áreas de abrangência do Projeto de Transposição

O Projeto refere-se mais diretamente a duas sub-regiões do semiárido brasileiro¹: a área de tomada das águas, a ribeira do São Francisco, envolvendo o trecho situado na divisa entre os estados de Pernambuco e Bahia (submédio), estendendo-se até a foz localizada entre Alagoas e Sergipe (baixo), caracterizada como região “doadora”; e o Sertão Norte, área de construção dos canais por onde correrão as águas, envolvendo áreas de sequeiro localizadas na Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, posicionadas como “região receptora” de águas.

O Rio São Francisco possui 2800 km de extensão, percorrendo seis estados da federação (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Goiás), além do Distrito Federal, até desaguar no mar. Abrange, em sua bacia, 504 municípios. É dividido em quatro regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco². De Minas Gerais ele recebe a maior parte das águas, cerca de 80%, e cresce no sentido Norte, atravessando o sertão nordestino, do cerrado para o semiárido brasileiro, desaguardo no Atlântico, na divisa dos estados de Alagoas com Sergipe (ANA, 2013).

Figura 5 - Regiões fisiográficas da Bacia do São Francisco



Fonte: ANA (2004)

O Rio encontra-se quase todo inserido no semiárido brasileiro, onde se encontram cerca de 1135 municípios, assim delimitados oficialmente com base, segundo Ministério da Integração Nacional (MI) e Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), nos “critérios técnicos de precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; índice de aridez de até 0,5 e risco de seca maior que 60%” (BRASIL, 2012, p. 1). Desse total de municípios, 93% são de pequeno porte e com uma população de aproximadamente 23 milhões de pessoas, sendo que cerca de 40% vivem no meio rural (BRASIL, 2012).

Figura 6 - Semiárido brasileiro



Fonte: ANA/MI

Mesmo com riquíssima biodiversidade, a situação de maior parte da população do Semiárido é de extrema pobreza, com falta de acesso a bens vitais como a água, terra e alimentação. A corrupção com os investimentos públicos na região é marca histórica, estando as elites acostumadas a serem beneficiadas pelos governos federal e estadual através da chamada “indústria da seca”, referindo-se à corrente utilização da seca - que há cerca de 150 anos é constitutiva central das políticas de desenvolvimento da região - como fundamento ideológico para manutenção e reprodução de relações de dominação social.

Assim, as referências territoriais do projeto de intervenção estatal remetem a uma zona de confluência entre o “velho chico” e “os ser-

tões”, lugares que conformaram identidades próprias, praticamente duas autônomas forças “civilizacionais”³ – a civilização da palha e do couro, o beradero e o catingueiro - muito emblemáticas na conformação social brasileira, com suas intercessões, mas também desbordadas: o rio é uma parte do Semiárido, mas nele e nem no Nordeste se contém; por outro lado, adquiriu tamanha força de unidade como eixo de organização social, econômica, política e cultural que flui como um todo, misturando no rumo de suas águas povos, lutas, projetos e conflitos que extrapolam os limites das regiões administrativas e fronteiras estaduais⁴. Já a lente sobre o Semiárido move as linhas de força da análise para o discurso das secas, a questão regional nordestina, a territorialização conformada a partir da idéia de escassez de água e coletividades alinhadas em torno de paradigmas como *combate à seca e convivência com o Semiárido*.

É nosso desafio, pois, pensar os variados modos como esses territórios contrastantes, sobrepostos, antes de realidades distintas e incomunicáveis, foram formando e retroalimentando um ao outro, desde as formas itinerantes de ocupação, circulação, práticas organizativas, à constituição de uma rede de movimentos sociais e políticos que, transitando no vai e vem da condição de catingueiros e ribeirinhos, construíram referências comuns de representação da política, do modo de intervenção do Estado, bases comuns de identidade e solidariedade, mas também referências conflitivas que resvalam com toda a intensidade numa proposta onde o que se discute é *levar o São Francisco para outros sertões, ou, banhar a caatinga de ribeira*.

O Rio São Francisco e os sertões: algumas notas da formação social

O Rio São Francisco é o único rio permanente na região, daí ser conhecido também como um verdadeiro oásis no deserto (ANDRADE, 1986, p. 43). Funcionando como uma espécie de elo de ligação entre o Norte e o Sul do país, é chamado de “rio da unidade nacional”:

Esboçemo-lo; e para não nos delongarmos demais, afastemo-nos pouco do teatro em que se desenrolou o drama histórico de Canudos, percorrendo rapidamente o rio de São Francisco, “o grande caminho da civilização brasileira”, conforme o dizer feliz

de um historiador. Vimos, de relance, em páginas anteriores, que ele atravessa as regiões mais díspares. Ampla nas cabeceiras, a sua dilatada bacia colhe na rede de numerosos afluentes a metade de Minas, na zona das montanhas e das florestas. Estreita-se depois passando na parte mediana pela paragem formosíssima dos gerais. No curso inferior, a jusante de Juazeiro, constricta entre pendores que a desnivelam torcendo-a para o mar, torna-se pobre de tributários, quase todos efêmeros, derivando, apertada por uma corredeira única de centenares de quilômetros, até Paulo Afonso - e corta a região maninha das caatingas. Ora, sob esta tríplice disposição, é um diagrama da nossa marcha histórica, refletindo, paralelamente, as suas modalidades variáveis. Balanceia a influência do Tietê. Enquanto este, de traçado incomparavelmente mais próprio à penetração colonizadora, se tornou o caminho predileto dos sertanistas visando sobretudo a escravização e o “descimento” do gentio, o S. Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e, na região média, a tem clássica do regímen pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia (Em *Os Sertões*, de 1902, Euclides da Cunha).

Ao longo de suas margens desenvolveram-se “modos de vida profundamente vinculados à utilização de suas águas, numa combinação de pesca, agricultura de vazante, agricultura de terra firme e criatório nas áreas secas, que atravessou sem grandes transformações quatro séculos de colonização” (SIGAUD, 1986, p. 3). Configurou-se também como um vasto território tradicional com presença forte de povos indígenas, vazanteiros, quilombolas, fundos e fechos de pasto e pescadores⁵. Por essas territorializações, tem também a denominação indígena de Opará (que significa *rio-mar* ou *rio sem rumo definido como o mar*).

Nas palavras de Siqueira (1992), o rio representava o centro do mundo, a artéria por onde circulava a vida no sertão, marcava o ritmo da vida e o “tempo dos homens”, oferecia as principais possibilidades e limites, numa dinâmica de estreita relação entre tempo-espaco físico e tempo-espaco social. Estruturava a sociedade camponesa e suas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em torno de pares de opostos: beira-caatinga; enchente-vazante; baixo-alto; cheia-seca.

Os variados potenciais de uso e navegabilidade do Rio São Fran-

cisco condicionaram a ocupação do sertão, facilitando a “penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis [...] afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d’ água durante quase todo o ano (ANDRADE, 1986, p. 149). O Rio serviu de abertura para a constituição do latifúndio sertanejo quando fazendas de sesmeiros tomaram conta das suas margens desenvolvendo ali basicamente a pecuária, ora como atividade econômica exclusiva, ora em associação com o algodão, formando o assim chamado complexo algodoeiro-pecuário.

A partir do São Francisco, os currais de gado também se estenderam às margens e nas várzeas de outros rios como Açu, Apodi-Mossoró e Jaguaribe. Segundo Manoel Correia de Andrade, ressaltando os caminhos do gado na ocupação do sertão a partir do século XVI,

[...] foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. A forma de ocupação fundiária criada pelas sucessões hereditárias dos sesmeiros dividiram as propriedades de tal forma que elas se tornaram estreitas e alongadas, tendo algumas braças de testada na margem do rio, por quilômetros de comprimento, penetrando as caatingas do interior. E é a extensão que possui à beira-rio, na várzea, que indica seu valor, sendo as terras das caatingas quase sempre desvalorizadas. (ANDRADE, 1986, p. 155)

A formação do complexo algodoeiro-pecuário foi crucial sobretudo para absorção do excedente de mão-de-obra nos períodos de crise e estagnação do açúcar. Permitiu a “formação daquilo que Djacir Menezes chamou “O Outro Nordeste”, do Nordeste das caatingas e do gado, que, a um só tempo, se opõe e complementa o Nordeste do massapê e da cana-de-açúcar” (ANDRADE, 1986, p. 154).

A atividade agrícola nunca alçou a condição de atividade principal: desenvolveu-se à sombra dos currais, ocupando pequenas áreas, uma vez que era feita visando ao abastecimento da população de cada curral, e os locais mais úmidos, como os leitos dos rios e as lagoas secas. O cultivo do leito dos rios acontecia à proporção que o baixar das águas deixava descobertas as “praias” e “ilhas”; eram, portanto, agriculturas de vazante. Normalmente restringiam-se à mandioca, milho, feijão, al-

godão e, às vezes, melancia e melão. Esses pequenos roçados eram feitos, a princípio, pelo próprio vaqueiro com sua família ou agregados. As terras em geral não eram arrendadas, preferindo os proprietários entregá-las aos agricultores sob regime de parceria, entre os quais destaca-se o “sistema de meia” onde metade da produção era entregue ao dono da terra como pagamento pelo seu uso, embora existissem muitas diferenças internas nas próprias comunidades ribeirinhas em torno dessas relações contratuais (ANDRADE, 1986, p. 155).

A produção familiar na agricultura dava-se em pequenas extensões de terra, utilizando tecnologias rudimentares e sua dinâmica acompanhava as oscilações da estrutura produtiva das grandes propriedades. As condições de pobreza que, de modo geral, caracterizam os produtores familiares nessas regiões eram reforçadas nas secas: num contexto de solos rasos, com características físicas arenosas e da escassez relativa de água, quem tinha menos de 100 hectares de terra nas áreas mais afetadas pelas secas - denominada de “miolão semiárido” - tinha reduzidíssimas possibilidades de geração de excedentes acima da linha da sobrevivência (CARVALHO, 1988, p. 129). Nos anos de calamidades, sem capacidade de suporte para passar pelas vicissitudes climáticas do semiárido, “os pequenos proprietários inviabilizados vendiam suas terras a baixos preços e os latifúndios cresciam” (ANDRADE, 1988 apud ARAÚJO, 1995). A única opção, historicamente determinada, consistia na migração rumo às frentes de expansão pioneira ou às cidades; ou a criação de mecanismos de apoio à reprodução da força de trabalho pelo próprio Estado, como as frentes de trabalho.

Por outro lado, a partir da condição de vida de ribeirinho ou povo do São Francisco, e de catingueiro das áreas mais distantes do rio, desenvolveram-se modos de vida bastante diferentes nas formas de representar ou simbolizar um grupo e outro. O elemento central dessa articulação é a presença da água e o modo de produção, que projeta a oposição ribeirinho/catingueiro também como uma oposição “populações com água/populações sem água”.

Se os ribeirinhos aproveitavam as ilhas e vazantes para o plantio, combinado com a atividade pesqueira, os segundos ordenavam seu tempo conforme o tempo das chuvas, o *tempo do inverno*, ou o tempo seco, o *tempo do verão*; plantava-se no tempo do inverno, colhia-se e guardava de um ano para outro; no momento da falta de água, o hábito era cavar poço, cacimba, fazer cisterna de calçadão (ANDRADE, 1983).

Essa dinâmica, ainda que alterada, persiste até os dias atuais e foi bastante referenciada nas entrevistas de campo:

Me criei aqui em Cabrobó, nasci em Macururé. Morei na zona rural, em Riacho Grande, na fazenda Jatobá. Sempre fui agricultora, toda vida. Água, nessa época assim pra trás, quase a gente não sentia falta porque chovia. Agora, quando faltava, a gente cavava poço, cacimba, era um trabalho danado. Lá a gente não tinha essas coisa de água encanada, por isso que não sentia falta, hoje é que já tem, mas lá na época não tinha e não sentia falta porque a gente não tinha costume de ter água. A gente só plantava no tempo do inverno. Se não tivesse no tempo do inverno, a gente plantava de chuva... milho, legumes... aí a gente tirava e guardava de um ano para o outro (Depoimento de campo, feirante, Cabrobó-Pe, 10/06/12).

A referência de plantio num ‘tempo de inverno’ que não vem com regularidade teria influenciado no hábito de ‘previdência’ e ‘poupança’ que se tornou característica da representação social do catingueiro: homem trabalhador, que tira o máximo proveito das adversidades da natureza, de consumo comedido, que só é pobre pela dificuldade de acesso à água. Em contraponto, a representação social do ribeirinho remete ao hábito de consumir tudo o que produz no dia e sua condição de pobreza à beira do rio só é explicada no imaginário do catingueiro como uma questão de preguiça e de jeito perdulário:

[...] no sertão, você trabalha trabalha e junta pra comprar de uma vez porque se faltar eles não vão saber mais como e quando ter para comprar de novo, aí assim planejam mais; o ribeirinho tá muito mais acostumado assim com aquela história de pegar no dinheiro todo dia e gastar todo dia, ir na feira todo dia para comprar algo. E como tem essa questão de pegar o dinheiro todo dia, ao invés de ter o planejamento de 01 mês, 02 meses, ele não tem; tem o planejamento da hora, do momento e isso acaba perdendo um pouco da qualidade de vida (Depoimento de campo, membro do Conselho Pastoral de Pescadores, Recife-PE, 1705/12)

O catingueiro, se você for ver, eu posso dizer porque sou uma também e não tinha costume com o São Francisco, quando eu

conheci, eu dizia o seguinte: gente, a gente tem pobreza lá nas caatingas que não é a pobreza dos ribeirinhos. A pobreza dos ribeirinhos eu achava mais degradante, porque era uma pobreza com uma riqueza, que era a água, e nossa pobreza lá era uma pobreza de quem não tinha a água. E eu em determinado momento desisti de fazer uma comparação, inclusive a gente trouxe algumas comunidades do Pajeú lá pra Resina na foz do São Francisco e os catingueiros começaram a dizer que o pessoal daqui era tudo preguiçoso. Porque com tanta água como é que o pessoal não tinha uma horta, nada plantado, enquanto os catingueiros, mesmo sem uma água, você percebe que pelo menos tem um pé de coentro plantado. Então é isso que os catingueiros quando vieram conhecer os ribeirinhos aqui saíram dizendo, que os ribeirinhos não conseguiam fazer essa coisa, por outro lado os ribeirinhos saíram dizendo que os catingueiro era tudo besta, acorda 05 hora da manhã e só volta 05 hora da tarde, de sol a sol. Diferente do ribeirinho, o ribeirinho vai lá de manhã cedinho, pega seu peixe, tem a vazante, vai fazer algumas coisinha por ali e o restante da tarde é livre, então eles não se concebiam nesse sentido... são modos de viver diferentes do povo do São Francisco e do povo das caatingas mais distantes, que não são ribeirinhos” (Depoimento de campo, membro da Articulação Popular São Francisco, Paulo Afonso-Ba, 30/07/12)

Essas representações refletem também os efeitos da regionalização produzidos pelo Estado que, no caso da área semiárida da caatinga, centra-se na ideia de ambiente hostil ao homem e *produtor natural* de miséria. Como nos aponta Heredia (2001), “essas representações também constroem realidades na medida em que são incorporadas pelos sujeitos/objetos que as assumem e que, ao incorporá-las, introduzem em si a imagem que deles fazem os outros e então se transformam em portadores dessa imagem, reproduzindo-a e assumindo estigmas que as caracterizam” (HEREDIA, 2001, p. 184)

A partir de 1970 essas dinâmicas territoriais vão ser profundamente alteradas com a intensificação das investidas governamentais, sobretudo no Rio São Francisco, para a integração da região ao *país moderno*, levando à concentração de capitais e concentração de terras associadas às condições de acessibilidade à água. Nesse processo, onde

permanências e mudanças conjugam-se para reproduzir/ampliar formas de expropriação dos camponeses, os efeitos mais drásticos, em termos de ruptura de sistemas de produção, foram sentidos nas áreas localizadas às margens dos rios e vales, tomadas para produção monocultora de alimentos em larga escala, sobretudo a fruticultura irrigada, e produção de energia mediante construção de hidrelétricas (ANDRADE, 1986), que acabaram com o regime de vazantes do rio e levaram a uma dependência do sistema de irrigação por bombeamento, quando não implicaram a transformação dos ribeirinhos em catingueiros:

[...] com as barragens, a população saiu das terras aluvionais, processo natural onde todo ano o São Francisco removia aquilo, adubava, molhava e criava as vazantes, as ilhas, eram terras de primeira qualidade. Para onde eles foram? Para os cascalhos. Saem de lá e foram coagidos a mudar para a área de sequeiro, acostumados com uso das ilhas e vazantes, aquilo foi uma mudança secular; eram ribeirinhos e foram coagidos a viver no cascalho; beradero é o ribeirinho e catingueiro o que mora no sertão, de chuvas. São duas questões que caminham paralelas, integradas, mas totalmente diferentes, a dos tropeiros e dos canoeiros.” (MODESTO, 2011)

A condição de “cingueiro, do fundo das caatingas”, se não tão alterada como a dos ribeirinhos expulsos, teve a tônica da permanência na vulnerabilidade às secas, cujos ciclos trágicos só ensaiaram mudanças nos últimos anos devido à projeção de iniciativas da sociedade civil como o programa de convivência com o semiárido e programas sociais de transferência de renda, que minimamente interditaram a reprodução do cenário de morte por subnutrição e fome, mas cujo potencial produtivo agrícola continua sucateado pela presença difundida do latifúndio.

Essa inflexão, denominada por muitos autores de “modernização conservadora” ou “conservadorismo dinâmico”⁶ teve suporte decisivo das várias institucionalidades estatais voltadas ao planejamento regional e à problemática do desenvolvimento do Semiárido, que foram criadas em diversos contextos históricos, engendradas por diferentes interesses políticos e econômicos, mas que foram se recriando e se

sobrepondo umas às outras, de modo que todas, com mais ou menos força e vigor, permanecem até hoje.

O “Nordeste das secas”: entre a região, os regionalismos e o planejamento regional

A definição de região para Bourdieu (2003) é ato propriamente social, remetido à própria etimologia da palavra (*régio*), que conduz ao princípio de di-visão por ato de autoridade, que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural e impõe a definição legítima, conhecida e reconhecida das fronteiras e do território. As lutas a respeito de identidade regional constituem “um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos” (p. 113).

Referenciando-se em Bourdieu, Vainer (1995) ressalta que as regiões e interesses regionais dos quais se tanto fala, em nome de quem se fala, não tem existência em si, nem é geradora em si e por si, de interesses; são resultado de um complexo processo histórico de construção social em que intervêm, sincrônica e diacronicamente, relações econômicas, políticas e simbólicas:

“Geógrafos, economistas e planejadores podem, segundo critérios extraídos de suas disciplinas ou racionalidades que julgam pertinentes, realizar exercícios classificatórios e recortar quantas regiões quiserem; suas regiões no papel, porém, não passarão de especulações arbitrárias sempre que não estiverem encarnadas e acionadas por grupos/coalizões sociais atuantes. Assumir essas premissas significa romper no exame do processo de constituição de interesses regionais e da configuração de suas representações com uma postura objetivista/substancialista, segundo a qual a origem e a explicação dos interesses regionais e de suas manifestações políticas estariam nas chamadas diferenças ou desigualdades regionais.” (VAINER, p. 450)

Assim, considerando a região como historicamente construída, mas também fração estruturada do território - concreta, observável, vivida (Castro, 1992) - como poderíamos, indo além do “papel”,

“encarnar” o que se convencionou delimitar como região Nordeste do Brasil e, mais ainda pertinente à nossa pesquisa, o Semiárido nordestino?

Se por um lado podemos afirmar que a região não existiu desde sempre, certo é que elementos de formação de uma territorialidade, de uma existência espacial que foram importantes na sua institucionalização, estavam colocados desde antes. Assim, Bernardes (2007) destaca esse *Nordeste antes do Nordeste* sendo formado desde a colonização, tanto pela forma de apropriação dos espaços e acidentes geográficos quanto pela forte influência exercida por Pernambuco em uma área que compreendia desde o atual estado de Alagoas até o Ceará que criava, de alguma maneira, uma referência espacial que ultrapassava as fronteiras das respectivas capitanias hereditárias. Além dessa estrutura política, segundo Denis Bernardes (2007), um outro fator que pesou na gradual formação de solidariedade e identidade regional foi a criação da diocese de Olinda, cuja jurisdição ia do Ceará até parte do território de Minas Gerais, reforçada com a criação do Seminário de Olinda em 1800. Desse processo é que culmina, em 1817, pela primeira vez, uma ação política com um projeto comum para o espaço que compreendia do Ceará até Alagoas e aparece a idéia de criação de um governo único para esse espaço:

“Em síntese, para todo o período colonial, é possível afirmar que a formação da região apresenta-se sob dois aspectos essenciais. A formação de uma elite de proprietários, militares, letrados, altos funcionários, clérigos, comerciantes que possuem laços de parentesco ou de interesses que ultrapassam as fronteiras das respectivas capitanias e que elaboram pouco a pouco uma *identidade* comum, não necessariamente contrária, mas distinta da identidade do colonizador. E a formação de um *território*, tendo por base o espaço geográfico, mas, sobretudo, a implantação de estruturas administrativas, de uma base produtiva voltada para a exportação de produtos primários, a grande propriedade, a escravidão. No interior dessa economia exportadora e ao lado das relações sociais escravistas desenvolveu-se uma categoria de pequenos e médios proprietários, de arrendatários, de trabalhadores livres, que podiam encontrar-se em conflito com a grande propriedade ou com ela coexistir de uma forma complementar. Contudo,

tais relações distinguem, mas não isolavam, a região das determinações tanto da existência de um espaço econômico e político nacional quanto de sua inserção na economia capitalista em sua dinâmica internacional. Entretanto, para a inteira e clara emergência de interesses locais, que podiam ser identificados, também, com interesses regionais, foi fundamental a existência de um Estado moderno, ou seja, um Estado com Parlamento, opinião pública, imprensa livre e partidos.⁷ (p. 52)

Se Bernardes nos oferece elementos da formação social do *Nordeste antes do Nordeste*, cuja aglutinação em torno de interesses regionais só avançaria posteriormente com a criação do Estado moderno, a economista Tania Bacelar (1995) nos oferece uma caracterização geral e sucinta de pelo menos três subconjuntos espaciais característicos de diferentes processos de ocupação socioeconômica:

De início, deve-se ressaltar que nunca houve um Nordeste economicamente homogêneo e que, historicamente, era possível destacar:

a - O “Nordeste” que se estendia do Rio Grande do Norte até Alagoas, onde a economia açucareira e a pecuária gestavam duas poderosas oligarquias e uma incipiente burguesia industrial. Dele já se distinguia o Ceará, onde o complexo gado/algodão/agricultura de alimentos conformava uma oligarquia sertaneja que se expandia na acumulação comercial, e onde não existia o complexo canavieiro;

b - O “Nordeste” de Sergipe e Bahia é comandado por Salvador, cidade portuária e mercantil, onde desde cedo se desenvolveu uma burguesia banqueira. No interior, a cana, o cacau e as zonas sertanejas dominavam. O oeste baiano era um vazio econômico e mesmo demográfico, até décadas recentes;

c - O “Nordeste” do Piauí e Maranhão, mais conhecidos como espaço de transição entre o Nordeste seco e a região amazônica, era chamado por alguns estudiosos de “meio norte”, e visto como área aberta à expansão da fronteira agrícola regional.” (ARAÚJO, 1995, p. 16)

É justamente a partir da crise num desses subconjuntos, o complexo algodoeiro-pecuário, que de 1877 em diante se alimentará uma nova visibilidade para o sertão, operando mudanças nas representações da natureza e fazendo surgir o “Nordeste das Secas” (Oliveira, 1977). Segundo Ribeiro (2002), o reconhecimento da seca como algo inerente àquela área de abrangência que se distinguia do restante do país e da floresta tropical das províncias do Norte teve papel fundamental na legitimação de um novo recorte regional. Esse processo é corroborado na análise de Lopes de Andrade (1947), segundo o qual, antes mesmo da institucionalização da região, já havia uma elaboração regionalista preexistente projetada no evento das secas e na ideia de uma natureza árida (colocada como sujeito) que conformava o espaço social de uma população miserável (objeto da natureza):

“com efeito , do mesmo modo que se fala de uma lavoura das secas, do “dry-farming”, pode-se falar de uma sociedade das secas, cuja estrutura e fisionomia tenham sido profundamente influenciadas pela falta de chuvas...Uma das mais expressivas consequências desse contato do homem com as secas, quem nos dirá, por exemplo, que não venha a ser o fato de , para o nordestino, estas terem deixado de ser uma simples ideia sobre a falta de chuvas, convertendo-se numa determinada “coisa”, ontologicamente numa “entidade”? A existência de um tipo próprio de civilização no interior do nordeste brasileiro também não é algo que tenhamos descoberto e estejamos agora pressurosamente comunicando ao público. Sabem todos que esse tipo de civilização reocupou muito a inteligência privilegiada de Capistrano de Abreu, que o designava pitorescamente de “civilização do couro”, assim como Euclides da Cunha chegou a descrever vários de seus contornos em “Os Sertões”(LOPES DE ANDRADE, p. 15)

Promovida de fenômeno natural a fator explicativo das causas da pobreza no Nordeste, a seca serviu de elemento unificador de interesses, escamoteando conflitos intra-regionais de classe, e viabilizou o surgimento da “questão nordestina”. A operação regionalista teve duplo efeito: de um lado, diluiu desigualdades e eventuais antagonismos presentes no espaço social da região, transformando o que seria oposição em unidade; de outro, projetou o conflito para

a relação com as outras regiões - Centro-Sul, Sudeste - ou com o poder central.

Como à construção do problema⁸ seguem-se as formulações políticas em torno das suas possíveis soluções, a seca tornou-se também a principal base do discurso do planejamento regional nordestino e foi acionada de diferentes modos conforme os ciclos econômicos da região e necessidade de reprodução do capital.

Segundo Durval Muniz (1988), “esse discurso da seca que tem na grande seca sua possibilidade vai sendo reelaborado ao longo da história cumprindo sempre o estratégico de explicar o real, criando-o e servindo de “acelerador histórico da expropriação sucessiva” e, via de consequência, fundamentando políticas “de gestão da localização e ocupação das grandes massas de populações e trabalhadores atingidos por crises climáticas no semiárido nordestino” (Póvoa Neto, 1988). Já as oligarquias em crise buscaram na canalização de recursos públicos para a região, sob o fundamento do combate à seca, uma forma de compensação pelas perdas econômicas sofridas e assim o faziam por meio da apropriação privada dos mesmos, tornando-se uma inesgotável “mina de ouro” .

As institucionalidades estatais, a regulação autoritária e velhas-novas conformações do Semiárido nordestino

Na publicação comemorativa dos 100 anos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), completados em 2009, Otamar de Carvalho começa com a seguinte afirmação: “o ‘problema da seca’ contém boa parte da natureza, da lógica e do sentido de tudo que foi feito e continua a se fazer para levar o desenvolvimento ao Nordeste Semiárido ou ao Polígono das Secas, seja sob a ótica do ‘combate às secas’, seja por meio da ‘criação de um novo enfoque de desenvolvimento’” (CARVALHO, 2009, p. 3).

Isso aconteceu em período que vai da segunda metade do século XIX, quando a crise do complexo algodoeiro-pecuário entroniza a seca como problema de monta, até quase o final da primeira metade do século XX. Nessa dupla perspectiva é que foram instituídas a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IOCS, 1909) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 1946), mais voltados ao combate às secas, e a Companhia Hidroelétrica do São

Francisco (CHESF, 1945) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CVSF, 1948, mais tarde transformada em CODEVASF), voltadas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco. Além dos problemas de ordem climática, também foram consideradas as demandas de fortalecimento da economia regional, com base nas quais se instituíram o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 1952) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 1959) (CARVALHO, 2009).

De um modo geral, as instituições mais voltadas às secas, como o DNOCS, por exemplo, circunscreveram sua atuação à construção de açudes, barragens e políticas de socorros públicos, como a criação de frentes de trabalho. Marcadas pela “mentalidade engenherística” (HIRSCHMAN, 1963), propunham a solução hidráulica como medida anti-seca por excelência, chegando a atingir 37 bilhões de metros cúbicos em 70 mil represas, constituindo o maior volume de águas represadas em regiões semiáridas do mundo (RIBEIRO, 2007), sem, entretanto, alcançar o objetivo de minimizar os efeitos da seca sobre a maioria da população, sobretudo do meio rural. Tornou-se alvo de críticas contundentes por beneficiar grandes proprietários de terras com o dinheiro público, a mais repercutida de todas elas proferida pelo jornalista Antônio Callado na sua obra *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*:

A seca foi institucionalizada em organismos como o DNOCS que fornecem emprego a granel em todo o polígono, não apenas nos anos de emergência mas em todos os anos e durante o ano inteiro. Interesses econômicos e financeiros da maior importância agarraram-se às instituições criadas para dissolver uma calamidade: tendem agora a perpetuar a calamidade. Os açudes são porções de água cercadas de problemas por todos os lados. A indústria da seca que poderíamos denominar a indústria de exploração das miseráveis populações nordestinas; o emprego irregular das verbas; a falta de planificação e equacionamento irracional dos problemas; falta de orientação do DNOCS, que constrói os açudes e não executa o plano de irrigação das terras a jusante.

[...]

O pior, para quem observa com olhos de brasileiro a tragédia do nordeste, é ver uns 20 milhões de criaturas prejudicadas por

aqueles para quem ser nordestino é uma profissão. Vivem de ser nordestinos como outros vivem de criar gado ou fabricar sapatos. São os industrializadores da calamidade.

[...]

O DNOCS é hoje o maior ninho de escândalos do Nordeste. Todo poderoso, com um orçamento de bilhões, bilhões que se multiplicam a cada “emergência”, como a de 1958, o DNOCS é o califa da miserável Bagdá nordestina. Constrói açudes eleitorais quando lhe convém, açudes familiares quando lhe interessa, e, muito principalmente, durante as emergências, emprega com dinheiro federal a mão-de-obra em que, pelo momento, não está interessando o proprietário nordestino. Depois o DNOCS desempregará devidamente esses braços que retornarão ao eito do senhor grato ao DNOCS. DNOCS paga salário mínimo aos escravos do proprietário. Finda a emergência, o DNOCS põe todo o mundo na rua, e o proprietário uma vez mais dispõe de mão-de-obra abundante e baratíssima. (CALLADO, 1959, p. 83-107)

As críticas recorrentes, crises políticas e econômicas foram levando a uma mudança de foco do “combate à seca” para a “industrialização” como alternativa de desenvolvimento. Nesse contexto é que foram criadas a Comissão do Vale do São Francisco, a quem incumbia tarefas amplas de desenvolvimento do vale fluvial, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), encarregada de aproveitar o considerável potencial das quedas do rio para produção de energia elétrica. Para um plano mais sistemático de desenvolvimento do vale, a Assembleia Constituinte votou em setembro de 1946 um artigo em suas disposições transitórias, obrigando o governo federal a despende pelo menos um por cento de sua receita fiscal ao Vale do São Francisco.⁹ A intervenção era pensada como “plano regional”, sob o imperativo geopolítico de “consolidar a unidade nacional e, no dizer dos constituintes de 46, implantar uma civilização que fosse uma síntese entre as civilizações que se desenvolvem no Nordeste, no centro e no sul do país” (CVSF, 1957, e Lopes, 1955, apud SIGAUD, 1986, p. 13).

Já em 1952, no segundo governo Vargas, propõe-se a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) do Brasil, através da Lei 1.649/52, como uma ação indutora do desenvolvimento regional, que implicaria a existência de um conhecimento técnico mais elaborado sobre

a economia regional e, por consequência, em uma ação planejada. A ênfase geral era crédito para a agricultura, mas gradualmente o banco expandiu suas operações para uma carteira de “crédito geral” (HIRSCHMAN, 1963).

Como coroamento dessa nova época, cuja palavra síntese era o desenvolvimentismo, o Governo Juscelino Kubitschek (JK) desafiou-se a algo tido como radicalmente novo diante do “problema do Nordeste”, nomeando o economista Celso Furtado para coordenar um amplo projeto que recebeu o nome pomposo de “Operação Nordeste” que, mais tarde, viria a se desdobrar na criação da SUDENE.¹⁰ Advogando a desapropriação e o cultivo controlado das bacias de irrigação, e criticando o uso da terra na Zona da Mata pelos latifúndios da cana-de-açúcar, Furtado contrapunha-se tanto ao direcionamento da política do DNOCS quanto aos interesses de fazendeiros e usineiros da região, travando uma verdadeira batalha pela criação da SUDENE (FURTADO, 1989; CALLADO, 1960).

Aprovada mais com o apoio dos parlamentares do centro-sul, dos movimentos sociais e da Igreja Católica em sua ala mais progressista e sob forte oposição dos políticos nordestinos (FURTADO, 1989), a criação da SUDENE deu-se numa perspectiva de composição política (PÓVOA NETO, 1988), uma solução moderada sem reforma agrária¹¹ e com o esvaziamento do projeto de lei de irrigação¹² que previa desapropriação de áreas irrigadas com águas de sistema público. Segundo Otamar de Carvalho (2009):

[...] criada como instituição especial, dotada de caráter e funções extraordinárias, a SUDENE era considerada infensa aos domínios das oligarquias da região. Estas sim já se haviam adonado do DNOCS, desde os tempos da IOCS e da IFOCS, que atuaram em grande sintonia com os interesses daqueles grupos sociais. A captura do DNOCS e de suas antecessoras – a IOCS e a IFOCS, instituída a primeira em 1909 – já durava cinquenta anos quando nasceu a SUDENE, em 1959. O problema das oligarquias regionais (do Nordeste) é que suas bases de sustentação costumam a se render às evidências proporcionadas pelas mudanças praticadas pelas forças sociais progressistas. Os agentes sociais que lhes dão sustentação, como se diz no jargão popular, “dão nó em pingo d’água” para manter e/ou recuperar o poder. (CARVALHO, 2009, p. 26)

Assim, pouco tempo se passa e os propósitos de mudança da SUDENE projetada por Furtado transformam-se em *fantasia desfeita* (FURTADO, 1989) com o Golpe de 64: vendo o seu poder econômico e político definhar-se numa “espécie de movimento de pinças, que tinha uma ponta no solapamento econômico produzido pelo avanço capitalista no sudeste e a outra nos fortes movimentos sociais e políticos contestadores que alçaram a *Questão Nordeste* a dimensões nacionais e mesmo continentais”¹³ (OLIVEIRA, 1990), as oligarquias regionais salvam-se pela adesão ao movimento militar, dando significativo suporte para a instalação de uma ditadura que desencadeou, particularmente no Nordeste – eleito como região explosiva – uma repressão, direta e brutal, contra o campesinato e o proletariado (BERNARDES, 2007).

Com a redefinição autoritária de 1964, coube à SUDENE o papel de implementar a industrialização do Nordeste e a modernização agrícola dentro dos moldes impostos pelo capital monopolista. O crédito fiscal instituído através da resolução 34/18 passou a ser aplicado não só na indústria, mas em grandes projetos agropecuários, permitindo uma diminuição – subsidiada – do custo do capital das empresas que se transferiram para o Nordeste (OLIVEIRA, 1990). O papel relevante das estatais e dos fundos públicos na regulação autoritária e na expansão capitalista do Nordeste é analisado de forma muito percuciente por Oliveira (1990), para quem as agências estatais – esvaziadas da sua estratégia de regionalização das políticas¹⁴ – foram a mola propulsora da chamada “modernização conservadora”: atuando numa lógica privada e financiando grupos econômicos com fundos públicos, propiciaram mudanças concentracionistas e reforçaram o poder de classe de velhas e novas estruturas erguidas a partir do governo militar.

O período foi marcado pelos grandes projetos de irrigação, realizados tanto pelo DNOCS quanto pela CODEVASF, e pela política de implementação de grandes barragens no Rio São Francisco, sob a iniciativa da CHESF, observando-se uma curva descendente para as antigas políticas de açudagem.

No Rio São Francisco, a CHESF se empenhou em criar o badalado “maior lago artificial do mundo”, construindo a barragem de Sobradinho, após já ter implementado outras hidrelétricas (UHE Três Marias, Paulo Afonso I, II e III e IV, Xingó, Moxotó) e na sequência

construir a UHE Itaparica, chegando ao aproveitamento de cerca de 90% do potencial hidrelétrico do rio. Tal complexo hidrelétrico viabilizou a promoção de uma nova espacialização pelo Estado através do deslocamento forçado e promoção de reassentamentos de mais de 150 mil atingidos pelas barragens, sujeitos a novas regras de ocupação, uso, exploração e distribuição de terras e águas, propiciando a expansão da razão hegemônica da territorialidade estatal sobre inúmeras outras práticas territoriais que a confrontavam (TOMAZ et al., 2013).

Segundo Daou (2013), ao referir-se à experiência da hidrelétrica de Sobradinho, a supressão do regime da vazante pela formação de reservatórios suprimiu, em curto espaço de tempo, todo o sistema articulado de produção que caracterizava o modo de vida dos camponeses. Foi ignorado “o princípio da beira” e o “o modelo de retirada” segundo o qual há um vai e vem da beira para terra seca e desta para a beira (MARTINS-COSTA, 1989). A proposta de fixação num lote em nada se assemelhava com o espaço natural e social até então compartilhado e conhecido pelos ribeirinhos.

Em que pese a CHESF ter propalado empreender uma “significativa transformação fundiária” e “democratização do acesso à terra” através da distribuição de lotes rurais, o que se verificou na prática foi uma concentração fundiária e um processo correlato de privatização do acesso à água devido à inacessibilidade dos ribeirinhos deslocados de suas áreas de ocupação tradicional (DAOU, 2013). As análises realizadas após a formação do Lago de Sobradinho mostram que a redistribuição fundiária não foi capaz de consolidar a posição dos pequenos produtores na região. “A venda de lotes, o arrendamento das terras e o assalariamento dos pequenos produtores foram entendidos como sinais significativos de sua proletarização” (SIGAUD et al., 1987 apud DAOU, 2013, p. 90). Na perspectiva do campesinato, a intervenção do Estado sobre o espaço físico significou expropriação das melhores terras. A “concentração da concentração” foi a expressão utilizada por Sigaud (1987) para referir-se a um dos efeitos não explicitados nas intenções do projeto da hidrelétrica, decorrentes do modo de operar do aparelho do Estado.

A atuação da CHESF, para além de órgão tecnocrático, projetou-a como uma poderosa força política na região, de imagem autoritária e repressora, a qual todos deveriam se alinhar. Seus funcionários inclusive são referenciados nos depoimentos como uma classe, “os ches-

fianos”, associados a profissionais bem-sucedidos que se tornaram a elite da cidade-sede da estatal no sertão, Paulo Afonso- BA:

As pessoas tinham muito medo, “a gente vai se organizar, e aí? E a CHESF?” E eu sofro *chesfose*?” Que a CHESF vai achar? Então não acreditava que na Vila Poti a gente pudesse organizar alguma coisa que não fosse feita pela CHESF, com o apoio da CHESF... então essa foi a mudança, de uma política extremamente autoritária da CHESF desde que chegou, não foi por causa da ditadura não, desde que ela chegou em 48, a elite sulista veio de lá pra cá achando que nortista eram uns burros que não sabiam de nada, é somente peãozinho pra carregar pedra na cabeça. E com a ditadura é claro que essa superioridade, essa autoridade, se fortaleceu, porque eles já vinham tarimbados como pessoas de confiança da ditadura. E a maioria era militar, tínhamos almirantes, generais, coronel, capitães, etc. Não era gatinha, não, era general, almirante, quem era o almirante que tava na missa naquela noite do AI-5? Hoje ainda 90% da população de Paulo Afonso repete o que a CHESF pensa por eles...até pra escrever é assim, vão lá no memorial da CHESF atrás de documento, pronto, não vai além disso (MODESTO, 2011).

No vale, a CODEVASF desenvolveu o maior programa de irrigação do País. Segundo Manoel Correia de Andrade (1983, p. 103), tendo sido organizada como uma empresa, a CODEVASF voltou-se à obtenção de lucros em seus projetos, dando mais prioridade à ação dos grupos empresariais do que à localização de colonos, que eram alistados dentre os próprios trabalhadores locais, muitas vezes habitantes de áreas desapropriadas. Ainda segundo o mesmo autor:

Nas áreas em que foram implantados programas de irrigação, aproveitando a construção de grandes barragens, como Sobradinho e Itaparica, as melhores terras agrícolas, situadas a montante da barragem, são inundadas e os agricultores transferidos após receberem pequenas indenizações (logo consumidas pela falta de trabalho e pela inflação) ficaram desempregados e sem opções de trabalho permanente. Nas áreas a jusante, onde deveriam ser desenvolvidos os projetos de irrigação, os posseiros foram indenizados e expulsos para as cidades próximas, como primeira

etapa para uma migração maior, e a área, após a plantação dos canais, passa a ser explorada por sociedades anônimas de acionistas do Sudeste e do próprio Nordeste, dedicando-se a agriculturas mais rentáveis como frutas, uvas e pastagens, beneficiando assim os grandes grupos econômicos em detrimento da população rural. (ANDRADE, 1986, p. 197)

Na análise de Anthony Hall (1978, p. 278), o desenvolvimento da irrigação no Nordeste do Brasil mostra um exemplo claro de uma política tecnocrata que está amplamente divorciada do contexto dos problemas que tenta solucionar.¹⁵

Vários projetos implantados sob o discurso da reforma agrária e de um fortalecimento dos pequenos produtores do semiárido face aos efeitos da seca – Proterra (1971 a 1977), Polonordeste (1974), Projeto Sertanejo (1976) - acabaram por servir de fonte de créditos rurais para fazendeiros e como instrumentos de integração da estratégia global da modernização da agricultura assentada na grande empresa capitalista, sem, contudo, cumprir a função de potencializar a agricultura camponesa para enfrentar os problemas trazidos pela seca¹⁶. (CERQUEIRA, 1983)

O aumento da disponibilidade de água no Nordeste, segundo as perspectivas convencionais de intervenção do Estado, foi tratado sem maior consideração para com o problema do acesso à terra. A modernização conservadora contribuiu para aumentar o grau de concentração da estrutura fundiária e aumentar a miséria dominante nas áreas rurais (ARAÚJO, 1997). Um século de medidas estatais pouco alteraram os efeitos socioeconômicos das estiagens prolongadas e o drama da população flagelada. Duas pesquisas realizadas por encomenda da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1970 e no período 1979-1983, corroboradas por pesquisas durante a seca de 1998-1999, confirmaram que os efeitos da seca recaem mais pesadamente sobre as camadas menos favorecidas da população rural, que são os pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra¹⁷.

A crise das atividades produtivas, em especial a do complexo algodoeiro, e a modernização que provocou a migração do camponês para as cidades do Semiárido, reconfiguraram também as zonas urbanas e as interconexões urbano-rurais. O crescimento demográfico não foi acompanhado da implementação das necessárias redes de infraestrut-

tura nem da provisão de serviços básicos à população. A maior parte dos municípios é de pequeno porte, possuindo entre 20.000 e 50.000 habitantes e, em sua maioria, ainda dependem do desempenho da agropecuária regional (BRASIL, 2005). É celeiro de mão-obra, normalmente sob a função de diaristas, para a área rural circunvizinha ou temporária para mineração e safras como a da cana:

A gente tem que trabalhar na diária, ganhando 25 reais por dia, vai trabalhar no sol quente, se acabando, se morrendo, adoecendo, diária de agricultura, né, que aqui a gente trabalha de agricultor (boia-fria)...30 reais é a diária de um servente, 25 conto é a diária de um agricultor, para trabalhar o dia todinho debaixo de um sol quente. A gente não tem fuga para nada aqui, somente pra comer, é comendo e voltando atrás. Não tem outro jeito para pessoa comer senão na diária de serviço, sendo humilhado pelos patrão. Quando é amanhã já joga pra fora. Desse jeito a gente vive aqui, melhora a gente não pode dizer que houve, a não ser o salarinho da prefeitura que não pode suprir a cidade inteira (Depoimento de campo, diarista, Sertânia-PE, 14/06/12)

Nosso quilombo hoje continua lá, parado no tempo, um grupo pequeno de famílias que são excluídas da sociedade porque eles não têm recurso pra sobreviver. Eles vivem ali se submetendo a um dia de trabalho, de fazendeiros que moram próximos, recebendo 20 reais pela diária como agricultor. Tem as firmas pesqueiras que foi levada pelo atual prefeito que ofereceu emprego pra população, mas a maioria não trabalha. O terreno é pedregoso. Os terrenos bons pra plantio pertence a outras pessoas de mais dinheiro. Com a barragem, os colonos saíram de suas terras para procurar outras condições lá fora e aquelas pessoas que não pertenciam aquele quadro ali, chegaram e se alojaram, fizeram seus cercados, seus documentos, e pronto, dali não saem. (Depoimento de campo, quilombola, Itacuruba-PE, 17/07/12)

Na avaliação de planos governamentais, a indústria no Semiárido, quando existe, constitui um prolongamento da atividade agrária, concentrando-se principalmente na produção de bens de consumo não duráveis, principalmente nos ramos alimentar, têxtil e vestuário

e artefatos de couro. Boa parte do comércio dessas cidades opera em função dos aposentados rurais, que, ao receberem seus benefícios, migram para elas (BRASIL, 2005).

Nos últimos anos, principalmente a partir do governo Lula, muito tem se propagado a respeito das transformações operadas pelas políticas de transferência de renda, incrementadas sobretudo a partir do programa bolsa-família, nos municípios rurais do Semiárido. Entretanto, há aqui duas ressalvas críticas: a melhoria de indicadores deve-se à situação de extrema fragilidade que se encontravam esses municípios, onde qualquer mínimo investimento realizado já seria capaz de causar diferenças¹⁸; a dinâmica da renda que impulsiona a economia local continua relacionada a uma economia sem produção¹⁹. Há aqueles que apontam o papel do bolsa-família no Nordeste na manutenção do mercado agrícola do Sul e Sudeste²⁰:

Bolsa-família, isso aí é o que tem gerado impacto muito mais positivo que o processo de industrialização. E particularmente nos pequenos e médios municípios. Você não vê miséria. Isso eu sou testemunho, meu fim de semana eu passo no sertão, que é a região mais complicada e o bolsa-família impacta positivamente. Você veja - um negocinho que abria no comércio informal fechava na semana seguinte -, hoje você pode fazer um histórico de coisas que tem mais de 10 anos de funcionamento. Não saiu daquele lugar, mas continua funcionando e a coisa tá gerando dentro da cidade. Eu acho que a 1ª fase do bolsa-família está cumprida no sentido de garantir que a pessoa tem o mínimo para comer, junto com a bolsa-família vem o bolsa-escola, bolsa maternidade. etc. Vem bolsa-defeso, bolsa estiagem, você tem uma série de mecanismos que deixa cada vez mais patente que ao invés de buscar fora, é preciso buscar dentro. (Depoimento de Campo, professor universitário da UEPB, Campina Grande-PB, 20/06/12)

O papel do bolsa-família, ninguém fala, mas são 24 milhões aqui no Nordeste para se consumir produtos do Sul/Sudeste. Todos os créditos concedidos no Nordeste são poupados dentro do próprio Nordeste, da própria capacidade de poupança do povo, não é mesmo o Sul que sustenta o Nordeste. (Depoimento de Campo, consultor Sebrae, Paulo Afonso-BA, 19/06/12)

Alguns recantos vêm assumindo dinâmicas avaliadas pelo governo como exitosas, sobretudo com o agronegócio da irrigação, revelando um novo rural (BRASIL, 2005), mas que uma avaliação colocada sob outros parâmetros, centradas em questões sociais e ambientais, qualificaria de falidos e desastrosos. Esse novo rural compor-se-ia basicamente de três grandes grupos de atividades: as da agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; as não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e as “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado (a exemplo da piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa e criação de pequenos animais). Dentre os polos de desenvolvimento baseados no agronegócio da irrigação ganham destaque, por sua importância econômica, os de Petrolina-Juazeiro, Oeste Baiano, Baixo Jaguaribe, Alto Piranhas, Assu-Mossoró e Norte de Minas. Os estados com maior potencial de irrigação no Nordeste são a Bahia, Pernambuco e Ceará, em especial em vales como os do São Francisco e Jaguaribe (BRASIL, 2005).

Por fim, cabe assinalar que a dinâmica da modernização e a crescente diferenciação sub-regional vêm provocando deslocamentos na representação espacial sustentada no evento das secas. Desde meados de 80, confluindo com a agenda ambiental pautada pelos organismos internacionais no sentido da “modernização ecológica” (ACSELRAD, 2004), novas referências do meio ambiente vão sendo criadas no horizonte da ideia de um Nordeste sustentável, onde o *atraso e isolamento* do *Sertão* vai cedendo lugar ao *promissor Semiárido*. Novas representações tentam se adequar às novas demandas de inserção do capital na região Nordeste, onde já não interessa mais uma imagem homogeneizada em torno da pobreza e miséria; antes, pelo contrário, é preciso trabalhar as vantagens comparativas, a ideia da viabilidade da região. Ao capital interessa também uma “reinvenção do Nordeste”, onde caibam novos dizeres, representações mais plurais e manejáveis, que se afinem com as diferentes possibilidades de exploração econômica da natureza, desde a indústria extrativa da mineração ao plantio de cana, fruticultura irrigada, turismo, carcinicultura, dentre outros:

[...] preso nas tramas da rede simbólica, tecida por mais de um século através dos textos intelectuais, políticos e literários que

sub-repticiamente construíram um imaginário regional fundado na natureza, definindo as bases da identidade e da solidariedade no seu território, o Nordeste confronta-se com vozes dissonantes. Estas refletem o novo papel da natureza como vantagem comparativa para atividades como o turismo ou o *agrobusiness*. A imagem projetada pelos atores destes novos setores econômicos é profundamente contraditória com a que foi historicamente construída na Região. Este confronto sugere a reedição do dualismo conservador / moderno, que na Região Nordeste possui um caráter particular. (CASTRO, 2000. p. 07)

A crítica social, os conflitos e as ações coletivas

Importante ressaltar que o padrão hegemônico de intervenção do Estado/capital na região, inobstante os esforços de legitimação social e as construções ideológicas operadas, nunca se deu em terreno pacífico sob a perspectiva da relação com as classes exploradas. Muito pelo contrário, além de um pensamento crítico, nunca deixaram de atuar formas de resistência que se puseram a questionar a legitimidade de certas formas de apropriação do espaço e de distribuição do poder sobre os recursos do território.

Contestações à exploração de classes no Semiárido e insurreições populares contra a carestia de alimentos, dificuldades de acesso à terra e água, condições de trabalho, encontram registros desde o século XIX em diversos movimentos, como Ronco da Abelha (1851-1852), Quebra-Quilos (1874-1875), Guerra das Mulheres, o fenômeno do cangaço ou banditismo rural, entre outros (Monteiro, 1981)²¹.

Manifestações políticas lastreadas na tradição religiosa, como as romarias e peregrinações, também constituíram formas recorrentes de reivindicação crítica, dos quais a Revolta de Canudos, na Bahia, e o Movimento do Caldeirão do Beato Zé Lourenço, no Ceará, constituem exemplos de marca maior. A peregrinação conhecida como Caminhada da Seca foi outra forma de manifestação político-religiosa que se consolidou e ocorre até os dias atuais no município de Senador Pompeu, no Ceará, para lembrar as vítimas dos campos de concentração das secas²², assim como a grande mobilização que ocorre anualmente em torno da Romaria da Terra e da Água.

Outros confrontos mais radicais, com registros ao longo de todo o

século XX, até o ano de 1998, foram os saques ocorridos nas grandes secas, inscritas na forma de ações diretas (sem mediadores e à margem do sistema representativo) e legitimada por uma moral popular sobre a distribuição de comida e trabalho.²³

Também na região teve-se a atuação de um dos mais importantes movimentos de luta pela reforma agrária no país, as Ligas Camponesas, duramente reprimidas no regime ditatorial, mas que ficaram como memória a inspirar a organização de outros movimentos de luta pela terra. Igualmente destacam-se formas de resistência cotidiana emblematizadas na organização social da produção, marcada por práticas de solidariedade e cooperativismo das quais *o mutirão* tornou-se recorrente unidade de mobilização para o exercício das atividades agrícolas.²⁴ (PEREIRA, 2006)

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1970, os grandes projetos motivaram um outro histórico de ações coletivas de resistência caracterizadas por uma escala mais ampliada e articulada, que redundaram na criação de diversos movimentos sociais. Ao lado dessas lutas, intensificou presença a ala progressista da Igreja Católica, com a relevante participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975. Esses desencadeamentos organizativos aparecem na narrativa histórica feita pelo ex-deputado e ex-Padre bastante atuante na região, Alcides Modesto:

As barragens foram pouco a pouco criando um conjunto de experiências junto às populações e isso foi acumulando experiência e vontade e determinação de luta para ir pra frente dessa situação e não deixar isso acontecer, porque muita população ficou em estado de miséria; quem não pegou o 1º ônibus e partiu para outro lugar, foi quem ficou, perdeu tudo, o dinheiro que ganhou mal deu para sobreviver 03 meses e caiu na vala da pobreza absoluta.

[...]

É difícil você separar todo esse processo das barragens desse contexto sindical e político se a pessoa não souber trazer para a mesa a confluência desses vários processos; como a igreja entra também numa etapa anterior, da teologia da libertação, foi quem preparou as comunidades de base da igreja; o PT na área rural era mais forte que na sede; é difícil você separar as barragens com o foco assim “barragens”; é uma relação de populações secularmente

dominadas, sem voz e sem vez, que num dado momento resolve gritar alto num período que ninguém tinha coragem de gritar, ir pra praça pública e gritar alto: na lei ou na marra, isso vai acontecer, assim, em praça pública. Se não vai na lei, vai na marra. Se você não fizer isso, vai correr sangue naquelas comportas e não vai correr água, era assim quando invadiram lá no canteiro de obras; então esse processo eu acho que foi assim uma história que lamentavelmente tá sendo diluída para essa população de hoje, cabe a vocês dizerem assim “será que nós estamos omissos também?” Cabe a nós recontá-la, tem muito entulho nela.

[...]

Naquela época não tinha nem sindicato nem nada; com o movimento de Itaparica nós tivemos que organizar o sindicato de Rodelas, Petrolândia, Floresta, Itacuruba, para formar o Polo Sindical do Submédio São Francisco... pastoral rural que eu representava como vigário da igreja e tinha a CPT que surgiu posteriormente, já em Itaparica, e o Polo é resultado do trabalho desde de 76, que começou lá em Rodelas. Passamos a fazer reuniões com esses sindicatos em Petrolândia para discutir o encaminhamento dos problemas em Itaparica e a prática dos sindicatos de discutirem todo mês isso é que deu origem ao polo; não existia isso, foi na marra que eles engoliram isso do polo, eram duas federações – Bahia e Pernambuco – para fazer uma unidade de luta; então a confederação e as federações tiveram que se reajustar... aí é que vem um novo fenômeno dentro dessa coisa do sindicalismo, de um novo sindicalismo, que deu origem a CUT, e esse movimento daqui nunca esteve fora da movimento nacional, estadual, eu não ia mas meu grupo ia...nesse novo período eu fazia questão de ficar na retaguarda e mandava outros...na hora de representar iam os trabalhadores, os diretores do movimento, o sindicalismo cresceu realmente como um movimento autônomo, pode ser até hoje que o polo esteja pelegando, não sei. CPT dava apoio e nunca deixou de acompanhar esses trabalhos, me dava cobertura, eu continuo atuando nesse movimento de Itaparica e a partir dele me relaciono com o mundo inteiro, a gente faz uma articulação ampla; Itaparica foi uma novidade dentro do sindicalismo; não tinha nenhum sindicato naquela época com uma luta tão frontal ao sistema como em Itaparica. Essa passagem

Moxotó–Itaparica vai coincidir com esse processo sindicalista e logo em seguida vai acontecer o processo político. Nós já estamos chegando em 85, abertura, eleições, eleições em Paulo Afonso, aí eu já fui candidato a prefeito pelo PT que tava nascendo, em 86 fui candidato a deputado, era um movimento de massas, a própria campanha pra prefeito. Então veja bem, nasce a consciência dentro de Itaparica que precisa um Partido dos Trabalhadores, onde todo mundo aparecia do lado da CHESF junto com a polícia de ACM...Esse PT não veio enlatado de São Paulo pra cá, esse PT da área rural se identificou com o outro lá do abc, mas nasceu ali das lutas, nas discussões de Itaparica, dizendo “ninguém é por nós não, somos nós mesmo (MODESTO, 2011).

Segundo Acselrad (2004), assim que foram estabelecidas garantias de visibilidade do espaço público após a ditadura, com a chamada abertura democrática, conflitos ambientais eclodiram em uma série de reclamações e reivindicações de direitos associados aos impactos negativos e desestruturantes dos grandes projetos implementados pelo Estado desenvolvimentista. A questão agrária não resolvida motivou a formação do Movimento dos Sem-Terra. A luta contra as barragens, articulada inicialmente por membros da Igreja e sindicatos - como foi a experiência em 1986 do Polo Sindical do Submédio São Francisco reunindo os atingidos pela UHE de Itaparica - convergiu no Movimento dos Atingidos por Barragens. Assiste-se na sequência à organização do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais (MONAP), do Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e posteriormente a organização da Via Campesina no Nordeste, bem como a forte emergência de movimentos de caráter étnico-territorial, como os movimentos indígenas do Nordeste (criação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste - APOINME) e de povos tradicionais como pescadores e fundos de pasto.

No caso específico do debate sobre as secas no Nordeste, a partir *do final dos anos 1990*, trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações (federações estaduais, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores e ONG's de assessoria e apoio) e segmentos representativos de diferentes movimentos sociais, motivados por uma conjuntura política e social provocada por novas secas - a de 1998 - contestam o modelo de intervenção governamental

e propõem orientações e medidas sistematizadas a partir das experiências populares de ocupação do território. Reunidos em torno da Articulação do Semiárido (ASA), difundem propostas que mudam o foco da intervenção voltado à dominação do ambiente natural e sua modificação - explícito na visão do combate à seca por meio de obras hídricas que mudariam as condições climáticas do Semiárido - para uma intervenção baseada no conhecimento e respeito às condições ambientais da região - com tecnologias como cisternas, mandalas, bomba populares, cisterna calçadão, barragem subterrânea, tanque de pedra, adutoras, etc (MOREIRA NETO, 2010).

O valor das tecnologias difundidas pela ASA é enfatizado em vários depoimentos como o grande vetor de mudança no sertão:

A gente acompanhou aqui pelo STR a implantação das cisternas. O projeto de 1 milhão de cisternas foi o programa mais importante para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do Semiárido, não existe outro programa melhor do que esse porque ele trouxe um pouco de dignidade para as famílias, trouxe saúde, educação, trouxe de tudo um pouco, não só cisterna, mas essa convivência com o nosso lugar. (Depoimento de Campo, assessor CPT, Fortaleza-CE, 02/07/12)

Hoje tá superada a ideia de que o clima inviabiliza, claro que tem peso, mas em diferentes situações já foram dadas respostas. Por outro lado, com relação à caatinga, já se discutiu bastante o que se pode plantar, criar, o que se dá bem aqui com o clima. Então eu acho que o discurso da convivência ajudou muito na construção dessas alternativas, o que eu acho fantástico. Esse é um ponto. (Depoimento de Campo, professor universitário UEPB, Campina Grande, 20/06/12)

O aproveitamento econômico do rio por grandes projetos, associado a atividades hidroativas e ao desmatamento, que comprometeram significativamente as condições de uso das águas²⁵ (Articulação Popular São Francisco, 2008), provocou a formação de movimentos pela revitalização e recuperação da bacia do Rio São Francisco, de cunho ambientalista, a exemplo da *Associação Pra Barca Andar* e do *Fórum Permanente de Defesa do São Francisco*, espaços que passaram a congregiar não só ribeirinhos, mas profissionais, cientistas, conselhos

de classe etc. As diversas pastorais sociais com atuação pelo Vale do São Francisco também constituíram no ano de 2004 um amplo projeto de Articulação Popular do São Francisco (APSF) a fim de acompanhar os conflitos ambientais em curso e estimular a organização das populações ribeirinhas nos diversos trechos do rio. O debate acumulado sobre modelos de desenvolvimento no Semiárido e as péssimas condições do rio já tinham constituído inclusive posições firmes de resistência a propostas anteriores de transposição do Rio São Francisco.

No chamado Nordeste Setentrional, especificamente nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, a fruticultura irrigada avançando sobre áreas de agricultura familiar e as consequências do uso dos agrotóxicos provocando malefícios à saúde da população e contaminando nascentes de rios também estimularam a organização de redes de resistência como a Frente Cearense em Defesa das Águas e várias mobilizações de sindicatos e movimentos sociais camponeses, sobretudo na Chapada do Apodi e Jaguaribe. Ou seja, nas “ilhas de dinamismo”, onde se experimentou uma expropriação mais abrupta dos camponeses das águas concentradas em açudes, tem-se a presença mais fértil de críticas do que em “áreas mais estagnadas”, onde tal ostentação não é visível e a representação da seca como “maldição de todo o sertão” circula mais impunemente. Conclui-se pois, que as experiências de modernização por meio dos grandes projetos no Semiárido acumularam para a desconfiança e descrença nos mesmos como meio de justiça social.

A literatura crítica e a difusão da expressão “indústria da seca”

Quanto à literatura crítica, importa registrar que, antecipando as perspectivas analíticas do que seria o padrão da ação estatal no combate às secas, a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, relembra os debates sobre a grande seca de 1877 condenando a postura do governo imperial que ignorou experiências exitosas de outros países e deixou-se seduzir por propostas mirabolantes e gigantescas:

“Idearam-se, naquela ocasião, luxuosas cisternas de alvenarias, miríades de poços artesianos perfurando as chapadas, depósitos colossais, armazéns desmedidos para as reservas acumuladas, açudes vastos, feitos Cáspios artificiais e, por fim, como para

caracterizar bem o desbarate completo da engenharia ante a enormidade dos problemas, estupendos alambiques para a destilação das águas do Atlântico!.. O alvitre mais modesto, porém efeito imediato de um ensinamento histórico, sugerido pelo mais elementar dos exemplos, suplanta-os. Porque é, além de prático, é evidentemente o mais lógico” (CUNHA, 2002, p.47) .

Já na década de 40, Lopes de Andrade, na sua obra intitulada “Sociologia das Secas” (1947), criticará a ineficiência das técnicas de intervenção do Estado para resolução do problema das secas, sobretudo por seu caráter exógeno e distanciado dos exitosos métodos das culturas tradicionais dos povos indígenas. Caracteriza as medidas sobre aquela “civilização das secas” como típicas de um estado autoritário, inspirado no viés eurocêntrico colonizador, que fez “uma civilização nordestina nascer das casas-grandes e das cidades Reinóis e não das tabas ou aldeias de índios”. Igualmente faz a crítica da exploração de classes na região, explicitada na relação entre latifundiários e camponeses.

Josué de Castro (1967) ressaltará não só a importância de romancistas como Jorge Amado, Graciliano Ramos, mas, sobretudo, a emergência da literatura de cordel ou os folhetins populares a partir da segunda década do século XX, chamada pelo autor de *brecha* na muralha cultural erguida pelo latifúndio²⁶.

Albuquerque (2009) já enfatiza a década de 30, com a influência do pensamento marxista, como um novo marco na forma de ver e dizer o Nordeste, seja artística seja politicamente, contrapondo-se ao Nordeste do açúcar de Gilberto Freire. O espaço passa a ser referenciado como território popular da revolta, o avesso do espaço romancado pela burguesia; a região dos heróis populares: Lucas da Feira, Lampião, Zumbi, Zé Ninck, Besouro; Nordeste sem viscondes, barões ou marquesas do açúcar: Nordeste proletário, da miséria a ser destruída pelos homens sem pátria, sem lei e sem deus. Djacir Menezes, Josué de Castro, Guimarães Duque, Celso Furtado, despontarão como demiurgos desse pensamento crítico que enfatizará as causas sociais e não naturais da pobreza no Nordeste.

Constituída como a melhor síntese histórica do diagrama de forças que se metamorfoseia no semiárido nordestino, a categoria “indústria da seca” - inaugurada pelo jornalista Antônio Callado, do Jornal Correio da Manhã, que visitou a região em 1959, para se referir “à

teia de interesses criados que envolvem uma tradicional calamidade brasileira”²⁷- tornou-se expressão antes de tudo de uma prática política que é engrenagem de um conflito de classes, constituída não só pelos “industriais” como classes dominantes que se apoiam na “captura” de órgãos estatais, mas também por suas forças críticas e suas classes dominadas.

A título de testemunho-síntese de tudo que viu, o jornalista alcunha o termo “industriais da seca” para referir-se às forças oligárquicas locais que refutavam as propostas de criação da Sudene. O diagnóstico sobre o Nordeste visitado por Callado foi além da imagem estereotipada de uma massa de pobreza rural/regional para lançar holofotes sobre as desigualdades intra-regionais, os conflitos de classe na própria região, mostrando a pujança e concentração de riqueza de alguns grupos que se beneficiavam da exploração de muitos e ainda faziam da seca o álibi para capturar e desviar recursos do estado. O jornalista buscou denunciar ali a loteria dos açudes, onde reservatórios de água construídos com recursos públicos eram cercados e controlados por grandes proprietários; máquinas e equipamentos do DNOCS eram diretamente utilizados pelos fazendeiros em suas terras; as frentes de emergência constituíam um modo de manutenção pelo estado da mão-de-obra escrava dos fazendeiros que tinha de ser liberada da terra durante as secas. Constituiu, conforme repercussões na imprensa da época, “o mais documentado e corajoso libelo contra os celerados – latifundiários, políticos, administradores – que vivem, que aumentam a sua fortuna ou improvisam fortunas durante a seca, protelando indefinidamente a solução do problema e agravando em cada período da calamidade a miséria das populações nordestinas” (Osório Borba, setembro de 1959). Teve o condão de mudar a interpretação da região sob a senda da exclusão para a da exploração:

“O Nordeste brasileiro se singulariza no hemisfério ocidental como a mais extensa e populosa zona de nível de renda inferior a cem dólares por habitante. A pior calamidade do nordeste é essa e não a seca em si. A seca provoca no nordeste uma catástrofe social porque representa o colapso da produção de alimentos e esse colapso ocorre em grande parte pela teimosia das chamadas elites nordestinas, conservadoras, egoístas, politizadas no mais inferior sentido da palavra, e o paternalismo governamental de que

se beneficiam. Em lugar de se organizarem para combater a seca, essas elites industrializaram a seca. Vivem dela e do que ela rende e não a despeito dela. Precisavam de um Banco da seca, que nutrisse a calamidade e seus industriais, e o obtiveram do DNOCS.

[...]

A ideia central da SUDENE, porém, é investir o dinheiro do governo, no Nordeste, para enriquecê-lo pela industrialização, para industrializar sua lavoura, para multiplicar, em suma, pela máquina, a força (nada pequena) do bravo trabalhador do Nordeste... Esse eterno problema do Nordeste criou na região uma estranha fauna: a dos industriais da seca, que vão perder sua matéria-prima; a dos nordestinos profissionais, que vivem das misérias da região como o mendigo que explora suas mazelas para esmolar, e a dos Ioiôs de engenho, os proprietários que não quiseram acompanhar os tempos e acham que Deus botou no mundo o lavrador nordestino e a cana para que, juntos, forneçam ao senhor de engenho açúcar, rapadura e cachaça. Esses são os inimigos da SUDENE e tudo fizeram para, frustrando a nomeação do atual superintendente, frustrarem a própria Superintendência do Nordeste. Recusando-se, com firmeza, a ouvi-los, o presidente fez obra de governo. E restituiu, a 20 milhões de brasileiros, a esperança, bem mais escassa do que a água no Nordeste (CALLADO, 1960, p.32).”

Além de nomear os principais responsáveis pela “indústria da seca”, as reportagens denunciavam o trabalho escravo e exultava, otimista, a organização dos lavradores ao redor das Ligas Camponesas. Promoveram tamanha comoção pública que, em apenas três meses, além do pedido de prisão do jornalista, levaram à desapropriação das terras do Engenho Galiléia (PE). Embora o Correio da Manhã tenha atendido, quase explicitamente, aos interesses do governo ao dar visibilidade à Operação Nordeste, a tônica construída por Callado à série de reportagens possibilitou também que a nascente organização camponesa viesse à baila do debate com igual peso. Nas palavras de Furtado, “Callado aproximou a luta desses homens simples, que tentavam escalar os primeiros degraus da atividade cívica da saga do Galileu, que, de pés descalços, iniciou uma caminhada que acenderia a chama da esperança no coração de milhares de seres humanos” (FURTADO, 1989).

Muitos me perguntam por que, ao contrário do meu estilo sóbrio de costume, escrevi com tanta veemência sobre o nordeste agora. (...) No Galiléia vi um trecho do futuro, e de certa forma fiquei mais conformado com o presente. Nordestinos como aqueles “galileus” de Pernambuco são os legítimos, são os que merecem ser salvos contra a pequena elite de aproveitadores. E já começaram a se salvar por suas próprias mãos. Esta, pelo menos, foi uma boa nova que eu trouxe do Nordeste (CALLADO, 1960, p.125 e 128).

“Se uma agência responsável solicitasse da ONU uma investigação sobre as condições de trabalho no nordeste do Brasil, íamos passar por uma grande vergonha. As Nações Unidas nos incluiriam entre as zonas do mundo onde ainda permanece em vigor o trabalho escravo(CALLADO, 1960, p.33)”

“O Nordeste deixa um gosto de cinza na boca da gente. A exploração do homem pelo homem é ali igual à de que não importa qual região torpe do mundo” (CALLADO, 1960, p.51). Eu acredito que Julião ainda consiga muita coisa com as Ligas e torço, mesmo, para que vários Engenhos Galiléias inquietem num futuro próximo aquele Nordeste egoísta e rotineiro (...) [embora] a solução melhor provavelmente não venha de Ligas Camponesas e sim de um processo de acúmulo de riquezas, proveniente da industrialização do Nordeste (CALLADO, 1960, p.52).”

Alertando para a opacidade do conceito, que já nos autoriza a perquirir suas metamorfoses hoje, Antônio Callado indaga:

“Que é a indústria da seca, de que tanta gente fala? Sabe-se naturalmente que é a teia de interesses criados que envolvem uma tradicional calamidade brasileira. Mas é uma indústria disfarçada, indefinida...como será possível aponta-la e descreve-la, de modo a incorpora-la ao chamado do parque da indústria nacional? Temos que pegar a indústria da seca pelos seus gestos evasivos, pelas suas omissões. A ampla literatura sobre a seca e seus problemas já retirou todos os seus véus. Onde então permanecem os disfarces e as indefinições? (CALLADO, 1960, p.22)”

Otamar de Carvalho, na sua obra *Economia Política do Nordeste* (1988), tratará mais detidamente sobre o que se convencionou chamar de indústria da seca e seus desdobramentos no decorrer dos anos, relacionando-a sobretudo aos conflitos de interesses existentes entre as classes que mais se beneficiam com as secas – os grandes proprietários rurais e os grandes comerciantes e industriais da região – e as que aumentam ainda mais suas dificuldades nos anos de seca – os trabalhadores agrícolas assalariados, os parceiros, moradores e pequenos proprietários rurais. Interpretando a obra de Callado, o autor aduz:

“Callado demonstra que a indústria da seca corresponde, de um lado, ao desvirtuamento do uso dos recursos públicos aplicados pelo governo federal no Nordeste, durante as secas, em benefício da oligarquia algodoeira-pecaria; equivale, por outro, à exacerbação dos efeitos das secas, como forma de atrair ainda mais atenção do governo federal para os problemas da região. Note-se que o fortalecimento desses interesses também atende ao Estado brasileiro dado ao apoio que essa oligarquia empresta aos detentores de poder, em escala federal, na sustentação do seu projeto político nacional. É em virtude desses compromissos mútuos que a oligarquia amplia, modernizando-se, as dimensões econômicas e sociais subjacentes às verdadeiras dificuldades que as secas propiciam à população pobre do semiárido.”

Segundo Carvalho (1988), os desdobramentos da indústria da seca diferem muito das exteriorizações tipificadas ainda nos anos 50, pelos barracões de fornecedores instalados nas frentes de serviço, quer vendendo gêneros alimentícios, a preços extraordinariamente elevados, quer realizando operações de usura com os flagelados nessas frentes:

Ela existe e continua sendo um formidável fomento dos crescentes interesses conservadores da região. Sua condição básica de existência é dada pela criação de mecanismos que asseguram a destinação de um fluxo contínuo de capital, sob a forma de dinheiro, para alimentar a execução de programas dados como capazes de solucionar os problemas da seca, mas que se sabe de antemão serem ineficazes. Tais recursos acabam constituindo o instrumento básico de renovação do fluxo de caixa de todos

os que tem interesses organizados: o Estado, os industriais, os comerciantes e os grandes proprietários de terra, que podem exercer cumulativamente essas funções; os flagelados, em número muito maior do que das classes dominantes são aquinhoados com remunerações simbólicas para que as ações subjacentes à indústria da seca possam ser legitimadas e mantidas.” A “indústria da seca” representa a síntese do que se deixa de fazer para resolver os males atribuídos à seca. Como atributo da seca, é tida como uma expressão indesejável, inverídica, maldosa. Pelo menos, é assim que consideram todos os que a ativam e dela tiram proveito, direta ou indiretamente. É por isso que no seio dos que admitem a sua existência, poucos são os que a reconhecem (CARVALHO, 1988)

Embora pareça paradoxal com a motivação de origem do termo, o autor relacionará o renascimento vigoroso da indústria da seca justamente à criação da SUDENE, no início dos anos 60 em diante, quando o combate aos efeitos da seca passou a ser objeto de cuidadosa programação anual. A SUDENE teria garantido a modernização das oligarquias rurais sob a influência da emergente classe industrial nordestina, viabilizando alianças com os empresários ligados à indústria tradicional (têxtil e alimentos) ou possibilitando sua transformação em empresários agroindustriais ou industriais, beneficiados por toda uma gama de incentivos governamentais e crédito fácil. O que é mais importante: fizeram tudo sem transformações na estrutura agrária da região.

Assim, acompanhando reflexão de Otamar de Carvalho, também o que Oliveira (1990) nos aponta como uma *reconstrução recorrente da homogeneidade subdesenvolvida do Nordeste*, um modo de se recolocar a *questão nordestina* para garantir o movimento do capital financeiro via recursos do estado, pode ser associada a essa faceta mais atualizada da *indústria da seca*:

O movimento do capital financeiro em geral - na forma das isenções fiscais, dos subsídios e do papel das estatais - *reifica* constantemente a hoje ficcional “economia do Nordeste”; é pela reificação das diferenças de desenvolvimento, pelo conceito de região mais atrasada – em que, subliminarmente às vezes e explicitamente na maior parte dos casos, o Nordeste foi utilizado

como ameaça de convulsão social e de “prioridade” nacional, que os mecanismos fiscais-financeiros foram erigidos, mantidos, reforçados e ampliados. Esse movimento centrípeto reconstrói recorrentemente a homogeneidade subdesenvolvida do Nordeste, obscurece as diferenças entre os estados, os ritmos de expansão, as clivagens de interesses e de classes, buscando manter os referidos mecanismos fiscais-financeiros. É certo que os empreendimentos estatais escapam, pela fonte de seus recursos e pela amplitude de suas articulações, a essas determinações, mas no interior das alianças ou do magma argamassado pelos empreendimentos estatais, os mecanismos fiscais-financeiros continuam a valer para os processos particulares de empresas e grupos. No interior e como resultado desses processos, a “questão nordestina” se recoloca e se refaz, em primeiro lugar, do ponto de vista daquela reificação. (OLIVEIRA, 1990)

Observa-se, entretanto, que a crítica mais atual em relação à indústria da seca colhida dos depoimentos de campo enfatiza ainda mais as formas tradicionais de atuação da mesma, focada mais na dinâmica do carro-pipa e dos interesses eleitorais que nos interesses propriamente econômicos; o seu grande agente é mais identificado no “político profissional”, em escala local e nacional, do que no empresário. Politicamente a região é representada nas várias entrevistas como marcada pelo coronelismo e mandonismo e a “seca” como questão acionada para perpetuar as relações de dependência política. O fornecimento do carro-pipa é o motor da dinâmica recíproca do dar-receber-dever, é o que garante o exercício do domínio político. Conforme depoimentos, a política no âmbito local é vivenciada como a *política do curral*, interpretada mais pelo viés das relações pessoais e do palpável do que por interesses mais distantes e abstratos:

O mais beneficiado com a indústria da seca aqui é o político. Cabrobó tem adutora pra Salgueiro, tem perímetro irrigado na beira do rio e precisa de carro-pipa. Tem 10 carros -pipa, o prefeito tem que alugar, quem indica? Cria o vínculo político do pipa, do motorista, da água na casa na fazenda... quem bota tudo é o prefeito. (Depoimento de Campo, comerciante, Cabrobó-PE, 13/06/12)

Eu observo assim que antigamente havia as frentes de serviço. Fala-se que aquilo era uma forma de desvio, mas o que vejo na indústria da seca é mais a questão eleitoral. Quando se fala da seca no ano eleitoral, isso aumenta o poder dos políticos para usar a necessidade do agricultor como moeda de troca. A indústria da seca ainda existe, ela ainda é forte. A utilização do carro-pipa, apesar dessas tecnologias todas de convivência com o Semiárido, a capilaridade é muito pouca. E o carro-pipa ainda faz parte – é uma forma de reforçar determinados grupos – tudo isso é um modo de vulnerabilizar o agricultor. Tá mantida a lógica de reforçar o poder através da necessidade. (Depoimento de Campo, membro da Frente Cearense em Defesa das Águas, Fortaleza-CE, 02/07/12)

Persiste e muito ainda a indústria da seca, porque assim desgraça nunca é pouca, ela sempre vem de duas vezes. Esse ano veio a seca num ano de eleição municipal. Aí pra você ter ideia, que acontece: operação-pipa. Operação-pipa totalmente dessincronizada dos municípios, é um negócio que vem pelo MDS, tem que passar pela assistência social porque tem aquele negocio do pacto federativo e tal, mas é o exército que gere. Mas tem município que o pessoal vai lá, faz o cadastro pra perceber, aí o vereador vai lá e diz: olhe, você vai receber porque eu fui lá e ajitei. Isso é um exemplo: o governo tá dando o carro-pipa, a água e o cara está se promovendo em cima disso. (Depoimento de Campo, membro do Diaconia, Mossoró-RN, 03/07/12)

Esse relevo na dimensão política sobre os agentes contemporâneos da indústria da seca corrobora o fenômeno descrito por Francisco de Oliveira (1990, p. 84) como o da “da invisibilidade das mudanças e dos novos grupos econômicos como agentes políticos e a manutenção do poder político dos grupos proprietários agrários que progressivamente foram perdendo poder econômico”. Segundo o autor, pelo fato de o processo de “modernização” ter sido alavancado pelas estatais, promovendo deslocamentos de poder, mas sem mudança nas estruturas, garantiu-se que as atividades agropecuárias – mesmo com menor peso no PIB - ainda retenham significativa parcela da população ocupada total e isso reverbera numa *desproporcional capacidade de domínio político sem domínio econômico*.²⁸ Oliveira ainda apontará o peso

do grupo representativo das oligarquias rurais de outro ângulo: na feitura do mercado de força de trabalho, na estrutura da distribuição de renda, na sociabilidade geral e nas estruturas mais localizadas do poder, com as seguintes conclusões:

Essa contradição entre base material do poder econômico e controle de uma parcela expressiva da população ocupada - e de seus dependentes - produz, no Nordeste, alguns fenômenos que, à primeira vista, parecem paradoxais. O primeiro deles é uma certa imperceptibilidade das mudanças, permanecendo os proprietários rurais como referências sociais e políticas de primeiro plano, quando economicamente já não o são. É o caso dos usineiros de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, por exemplo. Em eleições majoritárias, o velho curral não funciona, mas em eleições proporcionais é fato que as velhas oligarquias continuam produzindo deputados, os quais renovam-se longevamente nos mandatos, quase à semelhança da açucarocracia pernambucana (OLIVEIRA, 1990, p.79).

Do ponto de vista do domínio de classe, as velhas classes burguesas nordestinas não são mais *exclusivas*: o “exclusivo regional” foi rompido e tiveram que se associar com outros capitais, presididos pela argamassa dos fundos públicos e empresas estatais. Entretanto, essa dinâmica do econômico parece não se transladar para a esfera das identidades, alteridades e finalmente para o imaginário sócio-político. São categorias burguesas relativamente desimportantes economicamente que continuam a galvanizar a rivalidade da esquerda ou dos setores políticos populares (OLIVEIRA, 1990, p.84).

Um outro efeito mais perceptível deu-se com o incremento das políticas de transferência de renda, sendo o bolsa-família a mais emblemática de todas elas: o fato novo é que os recursos públicos dirigidos diretamente aos beneficiários, sem a necessidade de mediação de uma burocracia local e baseadas em critérios que independem da influência de padrinhos políticos, relevam a importância cada vez maior do Estado em relação a uma hegemonia agonizante da oligarquia agrária tradicional. A fidelidade deixaria de se traduzir em apoio

político a velhas elites locais, cujo poder emanava da terra, e passa a ocorrer frente ao próprio “Estado provedor”, que se representa fisicamente por meio dos “governos da situação” e dos políticos que os governam. O voto, a adesão ao governo, é a grande retribuição a essa “ajuda do governo Lula”, o meio de vários chefes de família saldarem essa grande dívida moral.

Essa grande adesão de determinadas frações de classe ao governo Lula foi interpretado por Singer (2012) à luz do que denominou de *lulismo*: um fenômeno sociopolítico que emerge a partir das eleições de 2006, onde se explicita um realinhamento eleitoral que estabelece a separação política no Brasil entre ricos e pobres, passando os últimos a conformarem a base social de Lula e do PT, sobretudo no Nordeste. Tal realinhamento deveu-se à adoção de um conjunto de políticas de redução da pobreza na agenda lulista, viabilizadas por uma conjuntura mundial favorecida pelo *boom* das *commodities*:

O lulismo é o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT “o subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem – deu-lhe suporte para avançar, retribuindo na forma de apoio maciço na eleição de 2006” (SINGER, 2012, p. 15)

Breves considerações

As mudanças de concepção sobre as secas e sobre os grandes projetos avançaram significativamente nos últimos anos a partir de uma atuação consistente, organizada e mobilizadora de inúmeras organizações e movimentos sociais, bem como um papel ativo crítico das pastorais sociais numa região marcada pela forte tradição do catolicismo popular. As formas de resistência e organização coletiva estiveram vinculadas duplamente tanto a um processo de racionalização de estratégias de luta quanto à ativação de elementos culturais e simbólicos.

Observa-se que o terreno da crítica teve como húmus a ocorrência de grandes conflitos com o Estado e é mais perceptível, portanto, nas áreas tidas como prósperas sob a perspectiva da acumulação de capital: as áreas ribeiras do São Francisco e os vales da fruticultura irrigada; áreas que ilustram com maior concretude e visibilidade a experiência da falta de terra/água diante da abundância tomada pela agroindústria. O conflito contribuiu para a desnaturalização da pobreza e para a politização sobre os efeitos perversos de um fenômeno – a seca – que por muitos anos era conformado localmente na “vontade de deus”. Essa mudança é assim concomitante às iniciativas de modernização e de penetração avançada do capitalismo em determinadas sub-regiões do Semiárido.

Tem-se, pois, em concordância com as análises de Little (2002), que nos locais de intensificação da disputa pelo controle dos recursos naturais e dos espaços produtivos, os grupos sociais engajaram-se em movimentos de resistência que culminaram em demandas territoriais de diferentes categoriais, dentre as quais se destaca o forte componente étnico-identitário; novas distinções e *(re)existências* - na contramão da ideologia do desaparecimento - foram sendo operadas face à tendência de homogeneização da globalização (Sahlins, 1996).

Nas áreas consideradas mais desprovidas de recursos naturais estratégicos, que não sofreram a penetração massiva dos grandes projetos, essa percepção da produção da desigualdade já é mais incipiente, passando por um processo mais paulatino de mudança frente ao trabalho da ASA que tem provado - na *marra* da experiência - o sucesso das tecnologias populares de convivência com o Semiárido, em especial a construção de cisternas.

Certo é que tais conflitos, em paralelo às resistências geradas e ao

acúmulo crítico, também incitaram transformações e deslocamentos por parte do Estado. Como afirma Boltanski (2009), a apropriação da crítica constitui um dos motores mais poderosos do capitalismo, obrigando-o a se justificar, a reforçar os dispositivos de justiça que comporta e a se referir a certos tipos de bens comuns, a serviço dos quais ele diz estar a serviço; incita-o a “deslocar-se” mais depressa, ou seja, a transformar a natureza das provas fundamentais de sua ordem para escapar à crítica de que é alvo.

Isso culminou com a ampliação dos dizeres hegemônicos sobre a região, ganhando em heterogeneidade e passando a jogar com os binômios combate à seca/convivência, viabilidade/inviabilidade, demandando também uma atualização viva, no esforço de constante demarcação, dos discursos e práticas espaciais contra-hegemônicos. Nessas reformulações, que não guardam uma lógica linear nem substitutiva das formas anteriores de representação – antes recaem na dinâmica do velho-novo, arcaico-moderno, que é marca constitutiva das interpretações sobre o Nordeste – há lugar também para o que parecia já discurso anacrônico e desnudado ideologicamente, como a retórica do combate às secas. No esteio do que afirma Acselrad (2004), se “o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual”, o que importa – nesse campo de nebulosidades e de confluência perversa dos discursos – é verificar o modo como as remissões ao meio ambiente afirmam ou contestam a distribuição e poder sobre o território e seus recursos.

Levando em conta todo esse conjunto de representações e estruturas objetivas do campo onde se desenrola a proposta governamental de transpor águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional, podemos identificar alguns sistemas de disposição das possíveis reações sociais ao Projeto. A grande linha de força associa-se à posição geográfica dividida entre grupos localizados nos estados/áreas doadores das águas e grupos das áreas receptoras, tendendo o projeto a ser representado como negativo para os primeiros e positivo para os segundos. Já entre os grupos locais subalternos, essa divisão é formulada em torno da oposição ribeirinhos/catingueiros. No campo dos chamados “profissionais da política” (deputados, vereadores, governadores etc) traduz-se na construção de um “conflito federativo”, guiado pela orientação dos mandatários políticos conforme as bases

estaduais de seus eleitores e apoiadores. No que toca ao setor empresarial e as disputas entre facções de classes dominantes, refere-se à concorrência pela outorga dos recursos hídricos entre setores hidrointensivos (agronegócio, mineração, siderurgia etc) da Bacia do São Francisco e do Nordeste setentrional. Essas posições-chave são ainda atravessadas pelas situações sociais específicas onde a capacidade organizativa e articulação de “bandeiras” defendidas pelos movimentos sociais e povos tradicionais impõem o debate sobre outro modelo de desenvolvimento, outro modo de relação com a natureza e apropriação sociotécnica, tendendo a se manifestar contrariamente ao grande Projeto independentemente da posição geográfica em área doadora ou receptora.

Considerando esses sistemas de disposições, no próximo capítulo analisaremos os modos de circulação dos discursos e práticas de negociação realizadas pelo Governo federal no sentido de legitimar o Projeto de Transposição, buscando minimizar o caráter conflitivo e criar pactos e consensos junto a esses grupos.

Notas

¹ Conforme nova regionalização proposta pelo PDSA (BRASIL, 2005).

² A Região do Alto São Francisco é formada pelas cabeceiras, na Serra da Canastra, Município de São Roque de Minas (MG), até a cidade de Pirapora (Norte de Minas), abrangendo as sub-bacias dos rios das Velhas, Pará e Indaiá, além das sub-bacias dos rios Abaeté a oeste e Jequitaiá a leste. A vegetação é constituída por florestas e cerrados. A Região do Médio São Francisco compreende o trecho desde Pirapora (Norte de Minas) até a cidade de Remanso (BA), incluindo as sub-bacias dos afluentes Pilão Arcado a oeste, e do Jacaré a leste e, além dessas, as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande, Verde Grande e Paramirim, situando-se nos Estados de Minas Gerais e Bahia. Suas condições climáticas vão se tornando mais características de uma região tropical semiárida. A Região do Sub-médio São Francisco abrange áreas dos Estados da Bahia e Pernambuco, estendendo-se de Remanso até a cidade de Paulo Afonso (BA). Inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó, último afluente da margem esquerda. A caatinga predomina em quase toda a área. As principais cidades são: Juazeiro e Paulo Afonso, na Bahia; Petrolina, em Pernambuco. A região do Baixo São Francisco vai da cidade de Paulo Afonso-BA à foz, no Oceano Atlântico, compreendendo as sub-bacias dos rios Ipanema e Capivara. Está situada em áreas dos Estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A vegetação é de dois tipos: caatinga no trecho mais alto, e mata, na região costeira. As principais cidades são Propriá e Nossa Senhora da Glória, em Sergipe; Penedo, em Alagoas (BRASIL, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, 2013)

³ Cf. ROCHA, Geraldo. O Rio São Francisco: Fator Precípua da Existência do Brasil. 4^a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004; ANDRADE, Lopes. Sociologia das secas. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1947. ANDRADE, Manoel Correia. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo; Ed. Atlas, 1986.

⁴ Mauro Almeida (2007) refere-se à configuração de “focos especializados na cultura” como “manchas culturais que marcam a ocupação do território brasileiro, orientada pelas bacias hidrográficas; estas revelam sistemas cognitivos dos camponeses, sistemas jurídicos de herança e propriedade da terra, práticas de parentesco, religiões, manejo da natureza, técnicas de fabricação.” (ALMEIDA, 2007 apud DAOU, 2013, p. 87)

⁵ Povos tradicionais do rio São Francisco: i) Vazanteiros - denominação mais comum no Médio São Francisco Mineiro, os *vazanteiros* assim se definem na *Carta-Manifesto das mulheres e homens vazanteiros: Povos das águas e das “terras crescentes” do São Francisco: “Chamam-nos de Vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas “terras crescentes”, tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais”*. Por séculos, a produção da vazante ou “lameiros” predominou entre o Médio e o Submédio São Francisco. Aliada à navegação, era a base da “economia do catado”, através dos barcos que compravam e vendiam nas centenas de portos que tinha quase todo lugarejo ribeirinho; ii) Fundos e Fechos de Pasto - os Fundos e Fechos de Pasto são um modo tradicional de viver, criar animais e cultivar a terra nos sertões da Caatinga e do Cerrado sanfranciscanos, em que o acesso e a gestão dos recursos territoriais combinam as posses e os usos familiares e comunitários. O que os caracteriza é a área de uso comum ao fundo das roças familiares de cultivo – daí o nome –, destinada ao criatório de caprinos e ovinos (fundos) e de gado (fechos), de forma extensiva, aproveitando-se da pastagem nativa, o cuidado dos animais sendo também compartilhado. Os fundos são mais comuns na Caatinga e os fechos no Cerrado. Povos indígenas - atualmente em torno de 42 povos e comunidades, os indígenas da região, no Nordeste em particular, dos anos 1940 para cá, vivem processos de “emergências étnicas” – “etnogênese” ou “retnização”. Eles próprios preferem não se ver como “povos ressurgidos”, mas “resistentes”, o que já dá ideia do que sejam esses processos. (Articulação Popular do São Francisco, 2012)

⁶ Segundo Francisco de Oliveira (1990, p. 67), “há mais continuidade no Nordeste transformado que na Amazônia redefinida a partir dos grandes projetos-impacto promovidos pelo regime autoritário; mas há profundas rupturas. O todo resulta num tecido misto, em que se combinam continuidade e ruptura, isto é, a resistência de velhas estruturas nordestinas, como é o caso particularmente do campo, e as novas estruturas erguidas a partir do período em referência... O que se encontra não são camadas consistentes que se superpõem, mas um solo misto, combinado, argamassado, cujos elementos constitutivos interagem dinamicamente”.

⁷ Para Bernardes, os interesses regionais foram solidificados a partir de elementos da vida política *moderna*, como a discussão do *orçamento* do Império e, portanto, quanto da renda das províncias era transferido para o poder central e quanto nelas permanecia ou a elas retornava sob a forma de obras públicas ou outros gastos. Essa seria uma questão central que não escapou aos contemporâneos. Severas críticas eram feitas ao *parasitismo* da corte sobre a nação e a desigualdade de tratamento entre as províncias no que se referia à política de obras públicas e ao crédito. A queda da monarquia, substituída por uma república de modelo federalista, trouxe novas condições para a manifestação da *questão regional* e para as relações entre os interesses das elites locais e o poder central.”

⁸ Segundo Vainer (*apud* Póvoa 1988), “a construção do problema a ser resolvido constitui elemento central da formulação de políticas. Nem mera operação técnica que supõe a presença empírica de tal ou qual problema na realidade concreta, nem simples reconstituição formalizada dessa realidade, a construção do problema remete precisamente à natureza da posição a partir a qual o Estado fala e busca intervir”.

⁹ A seguir um trecho da mensagem do texto constitucional ao projeto de lei que destinava

recursos para o desenvolvimento do vale do São Francisco: “Não é mais lícito protelar a restauração do grande rio: cumpre, ao revés, restituir-lhe, deliberadamente, as suas funções históricas que lhe reconheceram os estudiosos: traço de união vital entre o norte e o sul do país, fonte de energia hidráulica, celeiro de víveres, condensador de populações... o Rio São Francisco, que foi considerado, na relatividade dos conceitos que a história dinamiza, um condensador de gentes, perdeu, há muito, esta função para se tornar principalmente uma rota de migração (...). A recuperação econômica do Vale deverá restituir-lhe essa função... para que, mais tarde, seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até as vertentes do Tocantins e às nascentes do Parnaíba. (CVSF, 1957; Lopes, 1955, apud SIGAUD, 1986).

¹⁰ O documento do GTDN continha um Plano de Ação com quatro diretrizes básicas: a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida (FURTADO, 1959)

¹¹ “A maior parte dos autores que analisam a conjuntura política de criação da SUDENE confere especial atenção aos debates em torno da chamada questão agrária, entendida aqui como o campo onde se dá o confronto entre as diversas propostas de reestruturação do regime de propriedade e das relações produção no meio rural. É comum, neste caso, que a emergência da questão regional nordestina, na segunda metade dos anos 50, seja entendida como uma tentativa de deslocamento para o nível territorial de uma questão que envolve a luta de classes travada no campo. Aspásia Camargo é uma autora que encara a emergência da agência de planejamento regional que é a SUDENE como uma forma de contornar o conflito entre classes existentes tanto a nível do Nordeste quanto nacional, para uma instância na qual a mediação por parte do Estado se dá mais “comodamente”. Leonildes Medeiros, por sua vez, encara a ênfase na questão Nordeste, ao final dos 50, como tentativa de solucionar a questão agrária, só que matizando-a regionalmente e encarando-a sob um aspecto predominantemente técnico. No final do Kubitschek, a questão agrária era transformada em Questão Nordeste. O problema, que era de confronto de classes, aparecia como um desequilíbrio regional. O documento enfatiza justamente as desigualdades regionais” (PÓVOA NETO, 1988, p 53-55)

¹² Artigo 28 da proposta de lei de irrigação (derrubada no Congresso Nacional): As propriedades que, na data desta lei, tiverem terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação, serão total ou parcialmente desapropriadas, nos seguintes casos: a) Se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade permanente; b) Quando maiores que dois lotes agrícolas do sistema; c) Quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema (CALLADO, 1960, p. 8)

¹³ Diga-se que, entre outubro e novembro de 1960, reportagens publicadas pelo Jornal New York Times, sob o sugestivo título “Os marxistas estão organizando os camponeses no Brasil”, associam a situação explosiva com o sistema econômico imperante e as péssimas condições de vida, disseminando a ideia de que, se nada fosse feito no Nordeste com urgência, situações revolucionárias de maiores dimensões seriam inevitáveis, o Nordeste se tornaria comunista e teríamos aí uma situação dez vezes pior do que em Cuba (CASTRO, 1967). Esse lugar de iminente ruptura social também se tornou uma

das principais motivações do golpe civil-militar de abril de 1964: “Sob vários aspectos, a Questão Nordeste foi posta de uma forma direta, clara e brutal em 1964, por ocasião do Golpe de Estado que derrubou o Presidente João Goulart. Nessa ocasião, a ditadura instalada no País elegeu o Nordeste como uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política selvagem. As vítimas escolhidas foram trabalhadores rurais, membros de ligas camponesas e sindicatos rurais, dirigentes dessas organizações. Também foram atingidos pela repressão os políticos, membros de grupos e partidos políticos que lutavam em defesa dos interesses desses trabalhadores rurais. A verdade é que a repressão atingiu amplamente as classes assalariadas da região, no campo e na cidade. Mas o maior peso da repressão, direta e brutal, foi descarregado sobre os trabalhadores rurais. A burguesia agropecuária e agroindustrial nordestina havia conseguido que a ditadura pusesse todo o peso da repressão política contra o proletariado e o campesinato, cujas organizações, atuações e lutas estavam modificando as condições de exploração às quais esta burguesia estava habituada. Além das demissões, cassações e prisões, muitos desapareceram. ‘Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre’. Muitos ‘mortos sem sepultura’. A repressão ‘trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato’. Sumiram. Muitos eram sepultados como indigentes. ‘Nunca se soube ao certo a identidade dos mortos. Foi assim que a ditadura jogou muito do seu peso, da sua brutalidade, sobre as forças democráticas do Nordeste’”(Otávio Ianni apud BERNARDES, 2007, p. 75) .

¹⁴ No mesmo sentido, afirma Carlos Vainer: O que se assistiu no período foi o esvaziamento das agências de planejamento regional e sua substituição pelo discurso da integração nacional, pensada tanto setorialmente quanto espacialmente em termos de complementaridade das diversas regiões. As agências ficaram completamente subsumidas ao planejamento territorial total e aos grandes investimentos setoriais; os grandes projetos passam a dirigir a gestão dos espaços, inserindo-se neles como verdadeiros enclaves. (VAINER, 1990).

¹⁵ De acordo com um estudo recente do Banco Mundial (2004) sobre os impactos e as externalidades sociais da irrigação no Semiárido nordestino, estima-se que, por volta de 2000, existiam no Brasil aproximadamente 3,5 milhões de hectares irrigados, dos quais pouco mais de 500 mil localizados no Semiárido. Desses 500 mil, em torno de 140 mil hectares estariam localizados em áreas públicas de assentamento e cerca de 360 mil em propriedades privadas. Ou seja, segundo essa estimativa, a meta dos programas ministeriais mais distante de ser atendida diz respeito à área irrigada em projetos públicos de irrigação no Nordeste (CASTRO, 2011).

¹⁶ Segundo Andrade (1986, p. 194): “As atividades agrícolas transferiram-se para os sistemas de administração de empresas, dominantes nos setores industriais e comerciais, que davam os primeiros passos no meio rural, sobretudo os setores dominados pelas grandes empresas. Esta política estatal, que conserva uma situação de injustiça social, se consubstanciou de várias formas e em várias ocasiões. Nos primeiros anos da década de 70 foi oficialmente dado grande apoio à política de reequipamento da indústria açucareira com a finalidade de torná-la mais competitiva com o Sudeste. Áreas sertanejas tradicionalmente produtoras de rapadura e de cereais, onde predominava a pequena propriedade e havia razoável distribuição da renda, passam a ser ocupadas por canaviais. Grandes projetos agropecuários foram financiados pelo FINOR e estimulados pelas agências de desenvolvimento SUDENE e SUDAM – visando à implantação de grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva nas áreas em povoamento, como sul do Maranhão e oeste da Bahia. Com a construção de estradas asfaltadas cortando a região nordestina em todas as direções, grandes grupos econômicos do Sudeste e o próprio Nordeste vêm adquirindo pequenas posses dos antigos ocupantes ou ocupando áreas de

matas e implantando projetos agroindustriais subsidiados pelo FINOR, após aprovação pelas agências de desenvolvimento. Geralmente estas empresas, ao iniciarem as suas atividades utilizando o fogo e as máquinas agrícolas pesadas, destroem a vegetação natural e expulsam os ocupantes para as cidades e povoações, criando grande impacto ecológico pela destruição da fauna e da flora e pela aceleração do processo erosivo, em face da retirada da proteção dos solos. Os subsídios recebidos compensam os investimentos feitos e até os baixos rendimentos dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que se desestrutura uma sociedade tradicionalmente organizada sem que se ofereçam opções de reorganização socioeconômica que preservem as condições mínimas de sua qualidade de vida.”

¹⁷ A primeira pesquisa, realizada no decorrer da seca de 1970, constatou que 69% dos trabalhadores inscritos nas frentes de trabalho eram não proprietários, predominantemente parceiros (42% dos inscritos). A pesquisa realizada durante a seca de 1979-1980 chegou a resultados parecidos, pois revelou que 64% dos inscritos nas frentes de trabalho eram não proprietários, dos quais quase metade eram parceiros.[...] Corroborando as pesquisas realizadas durante as secas de 1970 e 1979-80, a pesquisa de 1999 constatou que 34% dos entrevistados nas frentes produtivas eram proprietários rurais. Os parceiros e meeiros correspondiam a 26%, os diaristas a 15%, os membros não remunerados da família a 11% e os moradores a 6% dos trabalhadores alistados. Vê-se, portanto, que apenas um terço dos entrevistados cultivava as suas próprias terras. A área média de que os entrevistados dispunham para cultivar, em períodos de inverno normal, era de 8,03 hectares, absolutamente inadequada nas condições ambientais predominantes na zona semiárida. A exploração agropecuária de pequenas áreas em solos pobres resulta em baixos rendimentos físicos e, portanto, em limitados volumes de produção. Nessas condições, as famílias rurais não têm como formar excedentes econômicos de que possam fazer uso nas adversidades provocadas pela seca. Esse problema havia sido diagnosticado há mais de 40 anos (Brasil, GTDN, 1967, p. 68-72). A pesquisa identificou que predominava, nas relações de parceria, a divisão pela meação, ou seja, a entrega ao dono da terra de metade da produção (36% dos informantes) e a quarteação, isto é, a entrega de um quarto da produção ao proprietário da terra (28%). Nas relações entre proprietários e arrendatários eram mais comuns os sistemas do quinto (54% dos informantes) e da quarteação (31%). A forma de divisão da produção predominante entre os donos das terras e os seus moradores era a quarteação (67% dos informantes). Fazendeiros também entrevistados, caracterizados como médio proprietários, tinham mais capacidade de resistência, sobretudo, devido à disponibilidade de recursos hídricos em suas propriedades (açudes, cacimbas, poços, presença de rios ou riachos). Esses dados, segundo Duarte (2000), confirmam eloquentemente a relação entre a estrutura fundiária, a pobreza e o flagelo da seca na zona semiárida no Nordeste do Brasil, que promove desiguais condições de posse e uso da terra, agravada pela instabilidade do trabalho assalariado temporário. (DUARTE, 2000).

¹⁸ A economista Tania Bacelar, durante o seminário “A crise e os desafios para um novo ciclo de desenvolvimento” realizado pelo Centro Celso Furtado, no Rio de Janeiro (agosto/2012), avaliou que a política de crescimento com inclusão social foi muito benéfica para o Nordeste, principalmente no Nordeste rural. Ressaltou, porém, que essa mudança no bolsão de miséria é anterior ao governo Lula; começa com a Constituinte e a implementação da aposentadoria rural. Onde anteriormente havia uma massa de população sem renda, sobretudo a partir do desaparecimento da cultura do algodão, único produto que compunha a renda monetária das famílias do Semiárido. A criação do bolsa-família e o aumento do salário mínimo vêm a exercer um segundo papel nesse processo de incremento da renda monetária. Nos pequenos municípios exercem um papel que vai além da cobertura social, interferindo na base produtiva: a renda interfere

no consumo que reforça a dinâmica comercial; amplia-se o investimento privado puxado pela dinâmica do consumo.

¹⁹ Economia sem produção seria o termo utilizado para caracterizar um aspecto peculiar do Semiárido nordestino, o de ter renda, mas não ter, ou ter pouco, produto. Guardadas proporções, uma parte da economia do Semiárido é como a da Espanha dos séculos XVI e XVII (que no apogeu de seu Império colonial, vivia em grande estilo, pilhando o ouro da América); tem muita renda e pouco produto. (Ou talvez, no caso nordestino, fosse melhor dizer: pouca renda e quase nenhum produto.). Os três principais agentes constitutivos dessa economia são os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. Os aposentados com seus benefícios, os funcionários públicos com seus empregos e seus salários e as prefeituras (assim como as câmaras de vereadores), com seus funcionários permanentes e temporários, com as empresas locais que lhes prestam serviços ou fornecem mercadorias e com os seus recursos financeiros, especialmente, a cota do fundo de participação dos municípios (FPM) (GOMES, 2001, apud ARAÚJO E LIMA, 2005).

²⁰ Depoimento de consultor técnico do SEBRAE, em Paulo Afonso, Bahia. Relatório de entrevistas de campo, 2012.

²¹ Para mais detalhes sobre esses movimentos, conferir a obra *Nordeste Insurgente* de Hamilton Monteiro (1981).

²² A respeito, sugere-se leituras de trabalhos orientados pelo professor Frederico de Castro Neves, do curso de história da Universidade Federal do Ceará, que tematizam centralmente dois acontecimentos pouco visibilizados na história do Brasil: os saques durante as secas e os campos de concentração no Nordeste. Para um noção do que foram esses campos, segue breve descrição de Rios (2001): eram locais para onde grande parte dos retirantes foi recolhida a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podia sair sem autorização dos inspetores do campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dois concentrados. Ali ficavam retidos milhões de retirantes a morrer de fome e doenças. As estatísticas oficiais, que não conseguiam abarcar todos os alistados nos “currais”, dão conta de 73.918 “molambudos” nas seis áreas de confinamento – 6.507 em Ipu; 1.800 em Fortaleza; 4.542 em Quixeramubim; 16.221 em Senado Pompeu; 28.648 em Cariús e 16.200 no Crato (RIOS, Kênia. *Campos de concentração no Ceará. Isolamento e poder na seca de 1932*. Museu do Ceará. Fortaleza, 2001).

²³ Cf. trabalhos acadêmicos também do Prof. Frederico Castro Neves (UCF, Curso de História).

²⁴ Tais práticas como resistência guardam esteio no conceito de economia moral ampliada por James Scott, que inclui: as reciprocidades e trocas comunitárias, obrigações mútuas, laços de dependência, deveres e direitos sociais, ética de subsistência, direito de viver, senso de justiça, bem como seus desdobramentos nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses encontram estratégias de resistência à dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses (PEREIRA, 2006; SCOTT, 2002).

²⁵ Ao longo das últimas quatro décadas, o rio sofreu e vem sofrendo uma série de intervenções que colocam em risco suas águas e que já levaram à dizimação boa parte dos povos tradicionais e do seu patrimônio histórico-arqueológico. Os grandes projetos hidrelétricos, os desmatamentos de suas matas ciliares, a poluição - consequência dos efluentes urbanos e industriais -, a monocultura de soja, os grandes projetos de irrigação contribuem, dia a dia, para sua degradação. As hidrelétricas presentes no São Francisco respondem por 15% da produção nacional; os projetos de irrigação, públicos e privados,

ocupam uma área de 342 mil hectares e se expandem através do uso de mão de obra escrava e degradante; 500 mil ribeirinhos sofrem com a inexistência ou a precariedade do abastecimento de água e falta de saneamento básico. O rio já perdeu 95% de suas matas ciliares e cerca de 150 mil pessoas já foram compulsoriamente deslocadas (Articulação Popular São Francisco, 2008).

²⁶ Segundo Castro (1967), um sentimento difuso de povo revoltado contra a opressão econômica começou a ser difundido através da abundante literatura dos folhetos, impressos em papéis ordinários e vendidos nas feiras do nordeste. Provavelmente por receio de punição pela rebeldia, “o poeta camponês fala numa linguagem comparativa, em ricas parábolas com as quais tomam contato tanto os pouco letrados como os analfabetos, seja através dos folhetos, dos violeiros e cantadores que repetem os versos nas feiras e festas do interior. O inferno descoberto pelo poeta camponês é uma evolução da casa do senhor das terras, tem cerca, portão, vigia, depósito de algodão, tem tudo na casa do patrão”. Analisando as reverências literárias a Lampião, o autor observa que se expressa ali o sentimento de revolta apoiado no cano do fuzil e tendo na alça da mira a lei e a ordem consideradas como uma iniquidade a serem combatidas, fazendo lembrar até certo ponto “aquela ordem de que nos fala Sartre, em carta que dirigiu a Camus, na qual dizia que “por enquanto a ordem humana não passa da desordem que é injusta e precária, pois nela se mata e morre de fome”.

²⁷ A viagem de Callado significou, à época, uma estratégia de mídia para denunciar, em âmbito nacional, as classes políticas nordestinas que se mostravam contrárias às propostas de reforma do governo Juscelino Kubitschek para o Nordeste e quais interesses as moviam. As reformas propunham uma mudança de foco do “combate à seca” para a “industrialização” como alternativa de desenvolvimento. É no cenário dessa disputa que Celso Furtado, em seu livro de memórias (*A Fantasia Desfeita*, 1989), conta como o Governo Federal buscou o apoio do Correio da Manhã ao lançamento do projeto da SUDENE e como o então diretor do periódico entusiasmou-se com a possibilidade de apoio, concedendo uma entrevista de primeira página com Furtado e, mais adiante, enviando o jornalista Antônio Callado para acompanhar de perto a situação na região. Estamos diante, portanto, de uma série de reportagens que foi fruto de uma encomenda política, parte de uma estratégia para defesa da criação da SUDENE frente ao caos de corrupção que teria se transformado o DNOCS: “Ficou decidido que se tentaria o apoio do Correio da Manhã, então o jornal de mais influência na capital da República. (...) A atuação do Correio da Manhã foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto (...) em um dado novo de peso no debate político nacional. (...) Esse jornal deu credibilidade ao projeto e balizou o espaço em que se desenvolveria o debate subsequente (FURTADO, 1989, p.46)”.

²⁸ Vale dizer que Oliveira trabalhou com dados de 1985, onde a uma participação de 13% das atividades agropecuárias no PIB regional correspondiam 46% da população ocupada. Apesar da mudança vertiginosa desses dados, dados de 2010 divulgados pelo MDA mostram que, embora produzam apenas 7,9 % do PIB regional, os estabelecimentos agropecuários ocupam 29,6% da população; a região é aquela que tem a maior população rural proporcionalmente à população total e representa quase metade da população rural brasileira.

Conflitos de interesse e estratégias de legitimação do Projeto

As dinâmicas históricas de conflitos no Semiárido nordestino e no São Francisco, apanhadas no capítulo anterior, envolvendo sobretudo grandes projetos de desenvolvimento e/ou de combate à seca, permitem-nos a configuração de três grupos de interesse ou subcampos específicos de discussão em torno do Projeto de Transposição: i) o campo dos “profissionais da representação política”¹; ii) o campo empresarial, representando interesses diversos das frações de classe dominantes; iii) o campo dos grupos locais e regionais subalternos² diretamente afetados pelo Projeto.

Analisaremos aqui os repertórios ou *ordens* de justificação mobilizados pelo empreendedor – o governo federal – para fundar a legitimidade do Projeto nesses diferentes campos. Inspirando-nos na sociologia da crítica de Boltanski e Thevenot (2000), abordaremos as ordens de justificativa da ação, quais bases normativas de valores e julgamentos foram acionadas para servir como *provas de grandeza*, em diferentes universos, capazes ou não de conferir o atributo moral de justo (BOLTANSKI, 2000) ao Projeto.³

Ao lado dos recursos acionados para a construção da crítica, consideraremos também os elementos próprios da lógica da dádiva (MAUSS, 2003) que mobilizam realidades, onde os vínculos são fundamentais e escapam a qualquer determinação de cálculo, direito ou ideal de justiça; quando o engajamento dos outros na ação afirma-se por meio da confiança, da crença na superioridade do autor da ação, na transcendência de suas qualidades e de sua grandeza. Esse foi um suporte de marca maior do governo Lula, explorado a partir do inegável carisma do Presidente.

O campo dos “profissionais da representação política”

O projeto fez reemergir dissonâncias territoriais de base político-eleitoral entre tradicionais grupos oligárquicos do Nordeste e seus respectivos representantes políticos, constituindo-se um núcleo fortemente favorável à Transposição e outro contrário.

O Congresso Nacional tornou-se um palco expressivo dos conflitos entre parlamentares, os ditos “profissionais da representação”, que já vinham medindo forças em momentos anteriores, a exemplo do que se viu na jornada de debates promovida no grupo de trabalho criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 2000⁴. Os impasses nos arranjos políticos dentro do Congresso Nacional foram inclusive a justificativa pública do ex-presidente FHC para não ter conseguido levar à frente o Projeto⁵.

A retomada no Governo Lula reacendeu todos os debates e foi considerada causadora de tumulto no seio da bancada parlamentar nordestina. Esse processo de adesão ou oposição parlamentar, entretanto, sofreu deslocamentos entre o Governo FHC e o de Lula e deve ser compreendido dentro da dinâmica de instabilidade e relatividade própria às estruturas políticas, sujeita a divisões e realinhamentos entre os sujeitos políticos e, dependendo do caso, modificando a própria composição dos pertencimentos políticos, sendo as unidades partidárias mais permeáveis e instáveis do que usualmente se crê (MELLO, 2005).

Em um estudo que analisa o comportamento parlamentar na discussão da transposição do Rio São Francisco, a autora Márcia Regina Azevedo (2008) aponta que os pronunciamentos parlamentares revelam que o debate sobre a matéria foi capaz de unir políticos de esquerda e de direita, governistas e opositores do mesmo lado, seja contra ou a favor. O que preponderou nesse debate não foi a orientação partidária, mas as bancadas estaduais agindo em defesa dos interesses de seus estados, revelando comportamento territorial e suprapartidário.⁶ Entre os opositores do Projeto, a objeção girou em torno dos impactos ambientais, do vultoso custo da obra, da existência de alternativas mais simples e menos onerosas, da necessidade de revitalização do Rio São Francisco. Outros argumentos aduzidos foram o “açodamento” da obra e sua natureza publicitária, de “marketing político” para promoção da imagem do Governo ou do Presidente. Já do lado favorável, os representantes dos Estados receptores e o Governo

federal passaram a argumentar que o rio São Francisco, um bem da União, deve servir a todos os estados da Federação para garantir a “equidade no desenvolvimento econômico” na região nordestina.

Observamos que os argumentos usados pelos deputados pró e contra a Transposição - gasto público, prioridades para a nação, projetos de desenvolvimento regional, equilíbrio regional, o interesse do Estado - reportam-se às noções de equidade, vontade geral, interesse da coletividade e princípios da cidadania que são regimes de justificativa peculiares à função pública encarnada pelos “representantes da política”. É o chamado regime discursivo cívico, onde os grandes são os que encarnam o coletivo, representam os demais e servem de expressão à *vontade geral* (BOLTANSKI, 2000, p. 33).

Essa divisão entre posições parlamentares reproduziu-se em todas as escalas e esferas de poder, de prefeitos a governadores de estados, de vereadores a deputados estaduais e federais. Abaixo, destacamos algumas estratégias argumentativas e movimentações realizadas pelo governo Lula para, em meio a tantas divisões, estabelecer o chamado pacto federativo. Desafio esse que foi razoavelmente alcançado se comparado a governos anteriores, mas também demonstrou seus limites e constrangeu o governo a atos de demonstração de força no controle do aparato burocrático-institucional.

O discurso do interesse nacional sobre as disputas oligárquicas regionais

Frente às disputas de cunho regionalista, o governo investiu no discurso da escassez hídrica e elaborou um contra discurso que qualificava a crítica oposicionista de “bairrista” e como portadora de interesses iguais aos da “indústria da seca”. A seca, apresentada como um mal natural de uma região, foi enfatizada como uma questão de âmbito nacional tendo em vista a difusão, por todo o país, dos sintomas da secular tragédia da seca nordestina. Nesse sentido, destacamos as seguintes manifestações parlamentares e do Presidente Lula:

[referindo-se à moção de apoio da frente parlamentar de defesa do projeto] Somente alguém que sentiu na pele a situação de enfrentar longos períodos de estiagem, vendo-se obrigado a deixar a sua terra natal em busca de uma vida melhor, poderia entender o clamor do nosso povo e não se deixar levar pelas pressões dos

que são contrários a oferecer um pouco d'água a quem tem sede. (AZEVEDO, 2008, p. 60)

Devemos esclarecer que não se trata de uma questão nordestina, mas de um grande tema pátrio. A distribuição da água no território nacional é assunto que diz respeito a cada um de nós, brasileiros. E o princípio da federação, que nos rege, pressupõe compromisso com o todo, e solidariedade entre os Estados-membros. (ALCÂNTARA, 2007 apud AZEVEDO, 2008, p. 60)

Não tem estado doador e estado receptor. A água é criada pela natureza, o rio é federal, o rio, portanto, é um rio de integração nacional. Nós estamos apenas fazendo aquilo que D. Pedro queria fazer em 1847. (Lula, entrevista coletiva a Rádio Local, Custódia-PE, 15/10/2009)

Para reforçar o discurso do interesse público e do bem comum, a prevalecer sobre possíveis interesses de grupos políticos estaduais, o sistema de classificação regional foi remobilizado para dar ênfase numa *sub-região das secas*: a criação do “Nordeste Setentrional” como zona diferenciada e mais sujeita às tragédias do fenômeno climático dentro do que era a homogeneidade subdesenvolvida do “Nordeste das secas”, do “Polígono” e do próprio “Semiárido”. Essa reelaboração serviu para legitimar os interesses de uma elite política regional sobre outra, em especial a elite cearense, já que o projeto é visto como fruto de um pacto eleitoral entre Lula e Ciro Gomes:

Lula muda de posição a partir do apoio de Ciro Gomes. Ele não é eleito no primeiro turno, vai para o segundo e essa é a fatura que os políticos, os coronéis do Ceará, do chamado Nordeste Setentrional, apresentam para apoiá-lo, conseguindo juntar forças ali na Paraíba e tal, e Lula aceitou. O início do Projeto é quando ele afirma que vai fazer o Projeto, quando ele vai e diz: “eu vou fazer a transposição porque vai ajudar a matar a fome do Nordeste Setentrional, ali se divide o Nordeste, o Nordeste Setentrional”. Minha leitura é que ali, naquele momento, as velhas oligarquias do Nordeste conseguiram respirar de novo. É as oligarquias de Minas e Bahia não eram contrárias por conta da finalidade do projeto, mas do local, se

fosse para transpor pra Bahia, elas seriam a favor. Mas aquele povo do Ceará, eles conseguiram com o Projeto de Transposição um fôlego muito grande. E no caso do Nordeste Setentrional, eles conseguiram um apoio muito grande. Naquele momento ali, o governo possibilitou uma nova roupagem para a indústria da seca. A velha conhecida indústria da seca, ali ela consegue uma nova roupagem, os coronéis conseguem uma fonte de recursos públicos para sustentar o processo eleitoral, uma indústria da seca numa dimensão bem maior. E nesse sentido eles terminaram que tendo que negociar com os coronéis de outros estados do Nordeste, aconteceram várias reuniões na SUDENE. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 29/05/12)

A gente participava do fórum de Defesa do São Francisco e FHC, então presidente, no final dos anos 90 por aí, ele resolveu ensaiar a retirada do Projeto de Transposição da gaveta, [...] naquela época não se dividia muito em Nordeste Setentrional. (Depoimento de campo, membro da CPT, Juazeiro-BA, 29/05/12)

A rotatividade na distribuição de cargos das agências regionais

A própria superposição de instituições com competência sobre políticas para o Semiárido também serviu à acomodação dos interesses das oligarquias de diferentes estados. A ocupação rotativa de cargos e chefias foi seguindo o ritmo das necessidades de destensionamento. Assim é que um breve giro mostra as sucessivas nomeações de ministros da Integração Nacional: de início o próprio Ciro Gomes, representando segmentos do Ceará; na sequência, Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), com o encargo de arrefecer os ânimos contrários no estado da Bahia e, depois, Fernando Bezerra (PSB), de Pernambuco. O DNOCS, vinculado ao MI, é entregue ao domínio político do PMDB do Rio Grande do Norte; a CODEVASF, por muito tempo na cota do PSB do Piauí, muda para a cota do governo do PT na Bahia, Jacques Wagner; e o recém-criado Instituto Nacional do Semiárido é sediado em Campina Grande, na Paraíba, absorvendo quadros técnico-políticos desse estado (BRASIL, 2015).

Nessa rotação de cargos é que se explicam mudanças de posição e exceções ao comportamento territorial e suprapartidário dos Deputados no que se refere à transposição do São Francisco. Durante o pri-

meiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB/BA), na condição de membro da bancada baiana, representava posicionamento contrário à transposição; passando a ocupar o cargo de Ministro da Integração Nacional em março de 2007, assumiu para si a responsabilidade de defender, promover e executar a obra. Segundo pesquisa realizada por Azevedo (2008), logo após assumir a pasta da Integração Nacional, o Ministro concedeu o seguinte depoimento ao jornal Correio Braziliense (17/03/2008), que assim publicou:

Depois de passar boa parte do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazendo campanha contra o projeto de transposição do Rio São Francisco, o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) mudou de opinião. Ao tomar posse, ontem, no Ministério da Integração Nacional, ganhou a responsabilidade de tocar a obra. ‘Conheci melhor o projeto e evoluí. Até as pedras mudam, já dizia Ruy Barbosa’, justificou. (...) Geddel tem como base eleitoral a região da Bahia cortada pelo rio ou sob influência do Velho Chico. No ministério, tentará explicar a vereadores, prefeitos e à bancada de deputados federais – a maioria contrária à transposição – que, agora, o projeto é bom. Como desculpa, o novo ministro ressaltou no pronunciamento de posse que, antes das obras de engenharia, o governo começou a tratar da revitalização das margens do rio. (AZEVEDO, 2008, p. 61-62)

Em outra entrevista ao Jornal O Povo, o Ministro Geddel novamente declarou:

Eu não mudei. Quem mudou foi o projeto. (...) O projeto não falava em revitalização do Rio São Francisco e citava a captação de 300 metros cúbicos por segundo de água. Esse projeto passou por uma ampla adaptação, incorporando o programa de revitalização e redimensionou a quantidade de água a ser captada. Rui Barbosa, meu conterrâneo mais ilustre, já dizia: **“até as pedras mudam”**. (AZEVEDO, 2008, p. 62, grifo nosso).

A mudança nas composições político-partidárias dos governos de alguns estados, alinhadas com o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula, também provocou deslocamentos no tradicional con-

flito federativo entre estados doadores e receptores. Um exemplo foi a Bahia, onde diminuiu o poder do grupo relacionado a Antônio Carlos Magalhães (ACM), sobretudo porque em 2007 assumiu o posto de governador pelo PT o ex-ministro das Relações Institucionais da primeira fase do governo Lula, o político Jaques Wagner. O alinhamento do governador de Pernambuco também foi decisivo. Eduardo Campos, também presidente nacional do PSB à época, ocupou logo a pasta federal do Ministério da Integração em 2010 - vista pelas suas atribuições como canal privilegiado de aliança com a política local - como contrapartida do apoio político nas eleições de 2009.

O apoio e adesão de prefeitos municipais foi mobilizado pela criação de comitês estaduais pró-transposição nos quatro estados receptores, sob iniciativa de associações de municípios e deputados, contando com apoio do Ministério da Integração Nacional. Na relação com o poder local, depoimentos denunciam que a própria verba destinada à revitalização do rio teve uso indevido e serviu para alinhamento dos prefeitos com o projeto:

De fato, a partir daquele diálogo, houve um investimento muito grande para a revitalização do Rio São Francisco. O que aconteceu? Esse dinheiro foi colocado para ser utilizado pelo Ministério da Integração Nacional e na época então, do atual governador da Bahia, foi para o Geddel. Era o Jacques Wagner e o Geddel assumiu. Olha, foi um dinheiro que este ministro usou para a corrupção...olha, eu sou beradero do Rio São Francisco e foram feitas várias reuniões com prefeitos da região em que foram distribuídos cheques, cheques vultosos, para que fossem usados em obras públicas. Um desperdício, uma jogada de dinheiro assim no lixo, no ralo da corrupção, em vez de haver projetos bem feitos, pensados, no sentido de haver recomposição das matas ciliares, limpeza do rio, saneamento básico, foi um dinheiro que foi gasto a serviço da corrupção para colocar indivíduos no poder. O próprio Geddel, a base eleitoral dele nas eleições para governador do ano passado, foi com o dinheiro do Ministério da Integração Nacional. Quer dizer, ele deitou e rolou em cima desses recursos que poderiam realmente ter sido utilizados na revitalização, mas foi utilizado na corrupção política. Infelizmente, a única coisa que foi feita e não foi terminada, foram alguns projetos de saneamento

básico dos municípios da beira-rio. Aqui em Barra, mesma coisa em Ibotirama, Xique-xique, assim infelizmente foram gastos os recursos que seriam destinados à revitalização. Se tivesse tido seriedade, competência, o Projeto da Revitalização teria tido um rumo totalmente diferente. (Depoimento de campo, membro Diocese, Barra-BA, 29/05/12)

Segundo Bezerra (2006), essa prática de concessão de apoio político em função de recebimento de recursos parece estar de acordo com os princípios éticos que regulam a relação entre os políticos locais e nacionais. O repasse de recursos federais para os municípios e a sua aplicação em obras e programas governamentais têm se apresentado como oportunidades econômicas para que empresas, políticos locais e nacionais, paralelamente às suas atividades propriamente políticas, consigam obter ganhos pecuniários - frequentemente através de procedimentos que infringem os regulamentos oficiais e implicam a desconsideração a princípios éticos próprios ao poder público. Articulados de diferentes modos, o que parece unir os políticos em diferentes planos são as trocas de serviços e favores e os vínculos de dependência pessoal construídos ao longo do tempo e a partir das posições ocupadas (BEZERRA, 2006).⁷

O campo empresarial

A polêmica da Transposição repercutiu em conflitos de interesses entre as próprias frações de classe dominantes. De um modo geral, em torno do Projeto orbitaram setores que representavam diferentes capitais em concorrência: i) empresas de consultoria ambiental e de engenharia, que se agrupam em consórcios internacionais e concorrem às verbas públicas de grandes projetos de infraestrutura hídrica na América Latina; ii) construtoras e empreiteiras; iii) grupos ligados ao hidronegócio ansiosos por disponibilidade de água para investimentos em projetos de irrigação, sobretudo para o agronegócio na Chapada do Apodi (RN) e Vale do Jaguaribe (CE), o setor minerossiderúrgico, principalmente aquele presente no complexo do Porto Pecém e a indústria do turismo dos centros urbanos litorâneos. Poderíamos ainda agrupá-los entre aqueles que lucram com a implementação do empreendimento, tendo-se o próprio instrumental da técnica e

tecnologia como modo de acumulação (i e ii), e aqueles que disputam o produto do empreendimento, no caso a água transposta (iii e iv).

As empresas de consultoria e empreiteiras, por questões óbvias, convergem na defesa da execução do projeto e concorrem entre si na realização dos contratos com o Governo Federal. Já os setores que disputam os recursos hídricos – agronegócio (de irrigação) e minero-siderúrgico – trazem tanto uma forte oposição quanto um poderoso *lobby* para implementação da transposição.

Segundo alguns depoimentos, o principal articulador dessa ordem de disputa intraclasses do capital, numa divisão de papéis dentro do governo, foi o vice-presidente José de Alencar:

[...] o vice-presidente José Alencar foi fundamental; ele cuidava do capital e Lula cuidava do povo dele. E o Lula mandava recado, mandava carão, dizia que o bispo na greve de fome podia morrer porque nunca tinha carregado uma lata d'água na cabeça, fazia o discurso do viti-mismo para beneficiar o capitalismo, as grandes indústrias (Depoimento de campo, membro da ASA, Mossoró-RN, 04/07/12)

[...] Eu lembro, esse projeto não é novo. Você está lembrado que esse projeto é de 1847, ou seja, Dom Pedro era imperador e não conseguiu fazer, porque as forças ocultas eram muito fortes. E nós fomos com jeito, primeiro mandamos o Zé Alencar [então, vice-presidente da República] fazer um trabalho de campo [...]

(BRASIL, Presidência da República, 2009).

Pode-se perceber nesse campo o predomínio de um regime de discurso mercantil, ordenado na ideia de concorrência e na capacidade de atração do mercado, e *industrial*, com benefícios calculados segundo os valores da eficiência, da produtividade e da previsibilidade do investimento (BOLTANSKI, 2000, p. 82). Além dos discursos, destacaram-se as trocas e práticas de favorecimento de alguns grupos privados, além do uso de *provas de força* para anular a movimentação contrária de alguns segmentos empresariais.

Os negócios com consultorias ambientais e empreiteiras

No que toca aos recursos canalizados para as empresas de consultoria responsáveis por estudos e pareceres do Projeto de Transposi-

ção, pronunciamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram vários direcionamentos para empresas privadas (BRASIL, 2006). Segundo o órgão, por meio de um convênio entre a SEPR (Secretaria Especial de Políticas Regionais) e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) foi contratada, por inexigibilidade de licitação, a empresa FUNCATE (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais) para realização dos estudos ambientais; esta, por sua vez, subcontratou de modo irregular outros dois consórcios – o consórcio Engecorps/Harza (elaboração do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica) e o consórcio Jaakko Pöyry/Tahal (elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, EIA) e na sequência a empresa VBA Consultores (Estudos de Inserção Regional) e as empresas *Ecology and Environment* do Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Técnicos e JP Meio Ambiente (complementação do Eia/RIMa, 2004). Vícios na própria contratação da FUNCATE, na subcontratação dessas empresas e outras levaram o TCU, em seu Acórdão 1045-26/06-P, a afirmar que o “Estado estava criando ‘reserva de mercado’ e favorecendo determinadas organizações privadas da espécie, quer dizer, do ramo de consultoria ambiental e de engenharia”. A falta de detalhamento orçamentário também revelou que o contrato foi fechado para acessar todo recurso disponível no orçamento - cerca de 70 milhões de reais - e que as escolhas das empresas contratadas foram fundadas em vínculos de confiança⁸.

Relativamente silenciado o escândalo quanto à ausência de licitação e irregularidades nos Estudos Ambientais, o “burburinho” maior deu-se na briga entre as construtoras - polarizadas entre as grandes construtoras e as pequenas organizadas em consórcio - que levou a sucessivas suspensões e impugnações dos editais lançados. A corrida das construtoras para disputar o projeto da transposição inseriu-se num quadro mais amplo de disputas do conjunto de obras do PAC, num total de 100 bilhões de reais, que segundo reportagem de Hugo Studart (2007) para a Revista *Isto É* transformou “o clima de compadrio vigente entre as grandes empreiteiras brasileiras em verdadeiro canteiro de intrigas”. Segundo denuncia a reportagem, houve quebra do acordo feito entre 19 empreiteiras sobre a divisão dos 14 lotes de obras da transposição, onde todas entrariam em várias licitações, mas só uma disputaria o lote para valer.

As irregularidades cometidas em prol dos interesses empresariais – superfaturamentos, retenção indevida de verbas salariais, compra

de material de qualidade inferior ao projetado, estudos incompletos (BRASIL, 2006) - levaram o orçamento total do projeto a dobrar seu valor, pulando de um inicial estimado em 4,8 bilhões para 8,2 bilhões de reais (BRASIL, 2013), com assinatura de vários aditivos contratuais com as empresas. Isso significa que, se a transposição fosse uma aplicação financeira, teria rendido 65% acima da inflação do período (SCARPIN, 2012). Some-se ainda ao faturamento isenções concedidas através do REIDI - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura -, implantado no contexto do PAC e tendo por beneficiárias pessoas jurídicas que tinham projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia, saneamento básico e irrigação (BRASIL, 2006).

Os setores hidroatensivos: o agronegócio e a indústria

As disputas do hidronegócio em torno do projeto tradicionalmente orbitaram em torno de grupos de irrigantes da Bacia do São Francisco, sobretudo presentes nos estados de Minas Gerais e Bahia, e entre irrigantes do Ceará/Rio Grande do Norte, configurando assim uma queda de braços entre forças econômicas mais ou menos equilibradas (CARVALHO, 1988).

Segundo publicação da Revista *Ciência Hoje*, a reação empresarial ao projeto seria “absolutamente natural e semelhante ao que tem ocorrido em muitas regiões do mundo em casos similares” (MAGALHÃES, 2005, p. 40) devido ao enorme potencial de irrigação na bacia e os muitos projetos governamentais de irrigação que competem por recursos. Toda e qualquer transposição significaria “perdas” para o doador e “ganhos” para o receptor, motivando um natural conflito de interesses; a retirada de água é vista como uma renúncia hídrica que também significa uma renúncia de lucratividades futuras. Portanto, como observa ainda Magalhães (2005, p. 52), “a discussão transcende meramente à disponibilidade de água e passa a ser também uma competição por investimentos que é legítima, dado que os problemas e as aspirações existem nas duas regiões”.

O discurso do Governo voltado ao contorno dessas oposições empresariais encontra-se bem ilustrado nos boletins informativos do Ministério da Integração⁹ que circulam entre a elite intelectual formuladora de projetos políticos sobre o Semiárido. Nesses meios, o projeto

aparece como criador de conexões com outras regiões internas do país e com o mundo, superando a ideia de encerramento da região em si mesma para tratá-la como “ente aberto”. O discurso da necessidade de se resgatar e recuperar instrumentos de competitividade, como a infraestrutura, por exemplo, é bastante enfático. A transposição é valorizada pelo seu potencial - como uma infraestrutura de grande escala - para organizar social e economicamente o espaço em seu entorno; como elemento estruturante do projeto de desenvolvimento regional, referenciado na participação negociada entre iniciativa privada e Estado; fator de aumento da produção, contribuindo para resolver o problema global de uma região de “economia sem produção”. Os boletins enfatizam os fins econômicos, de aumento da produção e das vantagens comparativas, em um contexto de competitividade inter-regional, acerca do Projeto; e destacam os fins de reprodução do capital, trazendo relação com macro-escala.

O potencial do Projeto para a indústria é assumido inclusive com a convocação pelo Ministério da Integração para que a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) participe do sistema de gestão do mesmo. É o que se vê na notícia “Transposição – Indústria quer participar da elaboração do sistema de gestão do projeto”, publicada no sitio eletrônico da CNI no dia 02 de setembro de 2011:

A indústria deve participar da elaboração do sistema de gestão dos recursos hídricos da transposição do Rio São Francisco. A afirmação é de José Machado, assessor especial do ministro da Integração Nacional, durante a reunião do Conselho Temático de Meio Ambiente da região Nordeste da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Precisamos estabelecer uma política de parceria coerente com as demandas das indústrias”, destacou Machado. Para ele, a visão que a CNI tem sobre os recursos hídricos é moderna e apropriada, porque incentiva a indústria a buscar o uso racional da água nos processos produtivos. “A transposição do São Francisco é uma realidade e uma preocupação do setor industrial do Nordeste. Portanto, a CNI vai discutir com os representantes da região e apresentará sugestões. A água do São Francisco poderá chegar também ao setor industrial e criar riqueza e desenvolvimento... É importante a participação do setor industrial nesse processo”, ressaltou Souza. A CNI tem hoje uma Rede de

Recursos Hídricos que abrange todo o país com representantes em todos os estados. A Rede é o meio de atuação e acompanhamento da indústria nos comitês de bacias hidrográficas e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. (CNI, 2011)

Para amenizar os conflitos de usos das águas entre grupos empresariais dos estados doadores, o governo organizou o discurso em torno da ideia de sinergia hídrica e da segurança para os investimentos. A sinergia hídrica é usada como discurso de uma racionalidade que permite regular a vazão, operar os reservatórios, sem que apresente ou comprometa a disponibilidade da Bacia. Aparece como garantia de planejamento para os investimentos independente da previsão de chuvas: “Para que os investimentos privados sejam atraídos para a região, é fundamental que os riscos fiquem limitados aos riscos conhecidos pelo mercado. Qualquer risco extra, fora do controle dos investidores, seria altamente inibidor” (MAGALHÃES, 2005, p. 46).

Nesse sentido, o representante do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) também explora em seu depoimento a dita “sinergia”, a importância da previsão racional que garantiria oportunidades de investimento para o crescimento econômico do Nordeste como um todo:

Deixa eu lhe dizer... o Semiárido, a região onde vai passar a transposição, você vê que as águas do São Francisco elas vão caminhar ou em leitos naturais ou em obras construídas, onde já existem grandes barragens. O grande *boom* da questão, eu tenho um açude, eu tenho possibilidade de fazer irrigação, tenho possibilidade de fazer um uso urbano e industrial dessa água e atender abastecimento humano. Hoje eu não faço. Por quê? Porque eu não tenho como garantir ao irrigante que eu vou garantir essa água num momento de escassez. A transposição vai equalizar, vai dar sinergia, porque eu já te falei, o uso preponderante é abastecimento humano, então chegou a um nível crítico e eu vou suspender as atividades agrícolas e industriais? Não, porque tenho certeza que tenho uma água que vai garantir o setor urbano. É muito difícil você quantificar os pontos de pressão dessa demanda porque envolve momento econômico, questões climáticas. Não se tem previsto nenhuma instalação de perímetro irrigado visando o uso dessas águas. No Apodi já existe. O Rio Piranha-Açu é quem manda água pra cá, independente do

São Francisco ou não. A transposição vai fortalecer o Rio Piranhas, que é intermitente, esses perímetros, não tenho conhecimento de nenhuma infraestrutura de irrigação sendo concebida para utilizar essas águas. Agora, claro, se eu tenho um sistema que vai promover essa sinergia, isso é claro. Vamo pegar o Castanhão. Castanhão foi concebido para abastecer Fortaleza. Se eu tenho uma água que vai chegar mais no Castanhão, em algum momento essa água vai ser utilizada para retirar riqueza. Ninguém questiona a água que São Paulo está trazendo de Minas, os sistemas hídricos de São Paulo estão na capacidade limite, e é para fins de que? Exclusivamente industriais. Espero que devido às taxas de crescimento do país e de toda essa região aqui, fatalmente vamos precisar de mais água. Além da pouca disponibilidade existente hoje, precisamos lembrar que o crescimento das regiões metropolitanas localizadas na faixa litorânea tem adentrado no Semiárido para buscar água. (Depoimento de campo, representante INSA, Campina Grande-PB, 20/06/12)

No sentido de desequilibrar a queda de braços entre interesses regionais divergentes, ligados ao capital mercantil da irrigação no rio São Francisco e no Nordeste setentrional, cujas divergências punham impasse histórico ao Projeto, o Governo lança mão de um discurso de interesse nacional mais amplo que envolveria a Transposição, inserida numa engrenagem logística dentro do PAC que movimentaria vários outros interesses econômicos. Aliás, é justamente a entrada de outros grupos econômicos de maior peso nessa disputa, representativos de um capital industrial mais poderoso e conectado com uma gama de interesses transnacionais – expressos, sobretudo, nos empreendimentos da Ferrovia Transnordestina, do Porto Pecém (CE) e Porto Suape (PE) – que determina a decisão política de realização do projeto, a custo de dissabores regionais não totalmente contornados (VIANA, 2011)¹⁰. Essa perspectiva mais macroeconômica é ressaltada no depoimento abaixo:

Agora não foi o Lula, foi o FHC; por isso que eu acho que a transposição ou transposições são estratégias de longo prazo, do capital do hidronegócio; trabalhando com a ideia de escassez no Semiárido aí você tem um prato feito, aí o negócio da água tem um campo imenso. O Ceará é o estado de todo o Brasil mais avançado

na gestão das águas, na perspectiva formulada pelo Banco Mundial de um negócio das águas. As outras transposições – Bahia, Piauí, Tocantins, - qual o negócio? A obra ou a mercadoria? Por isso que qualquer governo que entrasse sofreria o *lobby* da transposição – tanto as empreiteiras, a Votorantim do cimento, a Gerdau do ferro, a Suez, etc. FHC foi o período onde a transposição estava mais na iminência de ser acontecer, em 2001. Aí em 2001 teve uma seca braba no São Francisco, não só na Caatinga, mas no Cerrado, nos Gerais, a vazão de Sobradinho baixou muito. Um outro fator também que me leva a afirmar que esse projeto vem de longe, mas passaria por dentro de qualquer governo é o negócio da irrigação. A fruticultura irrigada no semiárido tem a ver com a baixa incidência de praga, com o sol, é ideal por conta do clima seco, o que aumenta o teor de açúcar nas frutas. Fernando Bezerra mesmo ontem disse que a transposição no Ceará irá irrigar 30 mil hectares. O modelo Juazeiro-Petrolina eles vão exportar, para onde for a transposição, o modelo vai. (Depoimento de campo, membro da CPT e Articulação São Francisco, Salvador-BA, 20/05/13)

Apesar das justificativas e estratégias de negociação, o governo encontrou limitações de pacto no setor empresarial com representação no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que deliberou pela não autorização da outorga de águas para o Projeto (BRASIL, 2003). Para contornar essa situação, acionou a atuação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para invalidar a decisão do Comitê de Bacia. Alegando que, dentro do conflito federativo, o mais importante era verificar qual o efeito final para o Brasil, o CNRH concluiu ser vantajosa para o país a pequena renúncia hídrica dos estados doadores, mesmo que inconveniente (MAGALHÃES, 2005, p. 47). A votação foi vista como uma manobra ilegal e chegou a ter sua validade suspensa posteriormente por uma liminar da justiça (BRASIL, 2007), por dois principais motivos: primeiro, não era função do CNRH aprovar o Projeto, e sim do Comitê de Bacia; segundo, ter sido convocada reunião em regime de urgência, sem passar pela discussão nas Câmaras Técnicas do Conselho, como é procedimento regular em decisões do CNRH. Esta atitude do Governo Federal fortaleceu as críticas e a crise política no Governo e no CNRH, representando um dos momentos máximos da quebra de legitimidade do processo decisório.

Os grupos locais e regionais subalternos

Se na perspectiva de tratamento dos conflitos de interesses junto aos grupos empresariais e políticos operou-se mais estratégias discursivas associadas a cálculos econômicos e eleitorais, junto aos grupos locais e regionais subalternos - posseiros, trabalhadores rurais, povos ribeirinhos, quilombolas, índios, movimentos sociais, pequenos comerciantes locais, professores públicos municipais, diaristas etc - o governo buscou mobilizar crenças focando num discurso humanitário e salvacionista, manejando informações de modo bem discrepante com o discurso oficial sistematizado em documentos técnicos. Centrou-se quase exclusivamente em ordens discursivas referenciadas nos valores da tradição, do vínculo pessoal, da proximidade, do sentimento de *dignidade comum* com a figura do Presidente. A “inspiração” do Projeto era associada à genialidade criativa e a singularidade de seu realizador, Luiz Inácio Lula da Silva, profundamente atravessadas pelo paradigma da dádiva.

Como bem consta nos documentos das empresas responsáveis pelo relacionamento comunitário e dos depoimentos, o governo cuidou de dialogar mais no *terreno das emoções* do que no da racionalidade instrumental:

[Oficina de Educação Ambiental/descrição da atividade] De trem pelo velho chico-teoria das paixões ou emoções – devemos considerar o motivo, o desejo e a vontade que nos move ou nos paralisa frente a determinadas ações. Este é o debate que pretende-se travar no campo da educação ambiental e na constituição de um mapa social que considere os aspectos anteriormente citados, sendo que não se deve esquecer que estamos em uma região de cultura forte, secular e muito atrelada à liberdade de estilos e por isso profícua.

[...]

Na visualização cartográfica dos Eixos Norte e Leste do PISF será inserido um trem de alguns vagões em que estarão representados pelas 5 dimensões da sustentabilidade: ambientalmente sustentável; culturalmente sustentável; economicamente sustentável e politicamente sustentável. As estações de parada do trem serão localizadas nos municípios considerados para o Projeto como Área de Influência Direta/AID (CMT Engenharia Ambiental, Plano de

capacitação de professores e Coordenadores pedagógicos, 2012) Aqui tudo é dado em função da relação que é constituída. O que houve em Cabrobó? Chega empresa, político e vão dar um valor simbólico à questão da identidade cultural do povo, daí se diz que foram respeitados... mas que respeito? (Depoimento de campo, índia Tumbalalá, Cabrobó-PE, 19/06/12)

Levando em consideração as representações e simbologias mobilizadoras nas regiões afetadas, observa-se que as estratégias acionaram interesses decorrentes tanto da condição de pobreza e desemprego nos municípios e zonas rurais do Semiárido, quanto das representações simbólicas ambíguas sobre as secas e a falta de acesso à água: de um lado, a memória da tragédia das secas que torna o fundamento da água como um ponto sensível para adesão a qualquer programa/projeto que garanta oferta hídrica; de outro, a memória desconfiada das intervenções estatais anteriores baseada nos grandes projetos e no discurso do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, tem a memória da seca muito forte, e as pessoas usam essa memória, principalmente as pessoas que hoje estão com 60/70 anos e reforçam o discurso para as gerações. Então toda vez que alguém vai falar sobre isso, sempre tem alguém que vai recorrer a essa época para justificar a continuidade. “Você fala isso porque não viveu aquela época...”. São 40 anos e qual a política resultou disso? (Depoimento de campo, consultor Sebrae, Paulo Afonso-BA, 04/06/12).

Não, nem todo mundo era favorável. Como em nossa região existem muitos elefantes brancos – fábricas que vem com esse mesmo discurso de desenvolvimento, simplesmente não funciona, vivem abandonadas, muitas fabricas de fibra de caroá que vieram como solução, mas também não funcionaram -, as pessoas ora não acreditavam, mas tinham aquilo de que o Governo quer, pronto, vai sair. (Depoimento de campo, assentado, Afogados da Ingazeira-PE, 15/06/12).

“Quando a gente vai vendo e percebendo, os grandes projetos no Brasil são projetos de interesse do grande capital, que garantem a

corrupção, a reprodução do capital na sua dinâmica de acumulação. E nem sempre os agricultores, eu fico olhando as grandes adutoras que são feitas, o agricultor fica olhando a adutora passar e não tem acesso á agua. e esse procedimento é bastante conhecido. A gente tem experimentado já essas experiências e tem ao longo do tempo que as cisternas, nós já temos feitas 450 mil cisternas, a captação da agua da chuva, onde o agricultor pode estar tendo sua emancipação, sua liberdade, podendo gerar, uma coisa mais simples, as coisas muito complexas não servem para o povo, as coisas mais complexas servem ao capital e não tem serventia para o povo (membro da Articulação do Semiárido -ASA, Caicó, RN)”

O acionamento de valores morais e religiosos difundidos na região foi outra ponte de comunicação construída, assim como a associação do Projeto a um exercício da caridade e solidariedade.

Para garantir a circulação e o trabalho dos operadores do discurso, a primeira providência foi criar uma estrutura local para “esclarecimentos, dúvidas e reclamações” que na verdade funcionou como difusor da estratégia de discurso propagandístico: o Centro de Referência em Comunicação Social, implementado na cidade de Salgueiro, Pernambuco, como uma base de distribuição de urnas, panfletos, bolsas, folders, canetas (*o kit do projeto*), bem como local de instalação da Coordenação dos Programas Ambientais, delegados a uma empresa terceirizada – CMT Engenharia Ambiental – que, na verdade, ficou incumbida da prática dos relacionamentos comunitários.

Há que se destacar que a ordem discursiva “mais humanitária e redentora” era realizada, sobretudo, junto a famílias camponesas e urbanas não vinculadas a movimentos sociais organizados. Quanto a esses últimos, o ímpeto de desmobilização da crítica passou menos pela tentativa de convencimento, vez que guardavam posições consolidadas a respeito dos impactos indesejáveis do projeto de transposição, e mais por meio de medidas compensatórias e incorporação de dirigentes de movimentos sociais na máquina pública. É o que veremos na análise dos depoimentos de campo mais adiante.

A seguir, exploraremos algumas das principais estratégias do Governo percebidas a partir da análise de discurso e práticas nos territórios afetados.

A prevalência do discurso humanitário sobre o desenvolvimento econômico

O Governo optou pela força simbólica do discurso de “matar a sede de 12 milhões de nordestinos”, deixando em plano submerso o discurso do desenvolvimento econômico. A exploração de dimensões culturais, como o espírito de solidariedade do nordestino, do “irmão nordestino” com água (os ribeirinhos) para com o “irmão nordestino” sem-água (“catingueiros”) tornou-se o carro-chefe.

A análise do material do curso de educação ambiental (*Material de Apoio na Formação de Professores e Coordenadores Pedagógicos*) oferecido pela CMT Engenharia Ambiental e do conteúdo dos kits distribuídos pela população local mostram a força discursiva da finalidade de matar a sede. O slogan adotado nos materiais e nas urnas é: “Projeto São Francisco: Água a quem tem sede”. Tendo as escolas como um espaço estratégico de abordagem, a empresa promove curso de capacitação de professores e coordenadores pedagógicos e realiza Feiras de Troca de Experiências, ressaltando como princípios do Projeto os valores da solidariedade, cooperação, ganhos mútuos e afastando a lógica da competição. Abaixo, a título ilustrativo, selecionamos algumas passagens textuais de folders distribuídos pelo governo na região:

Quem tem sede de progresso e justiça social, reconhece bom projeto. [...]. O objetivo é diminuir o sofrimento, a perda e as dificuldades de milhões de brasileiros vítimas da seca no Nordeste setentrional.

A integração é importante pois fará com que o sertanejo e as populações locais tenham água tanto para consumo humano e animal, quanto para o cultivo de alimentos. Isso irá fortalecer a economia da região e diminuir o inchaço urbano nas grandes cidades, pois o sertanejo não precisará mais se mudar para os grandes centros em busca de uma vida melhor (BRASIL, 2012d)

Divulgação do Programa de Reassentamento de Populações

É por isso que o governo federal, por meio do Ministério da Integração, elaborou ações compensatórias e de promoção social. Isso irá assegurar que, após a transferência para as VPRs, as condições das famílias sejam melhores que antes.

Num projeto de integração não podemos esquecer ninguém. Critérios amplamente discutidos com população. São elas: proprietárias de terras; não proprietárias de terras com benfeitorias e não proprietárias de terras sem benfeitorias. Serão transferidas para VPRs, habitarão casas de alvenaria e receberão título de propriedade [ilustração explora cenário existente de casa de taipa e maior parte não proprietária].

O bem estar de quem habita as áreas de influencia também será garantido. Para as comunidades indígenas, quilombolas e rurais localizadas ao longo dos canais, foram elaborados programas específicos que visam o seu desenvolvimento e fortalecimento.

Velho Chico no rumo certo: Quanto às obras e integração, você não precisa se preocupar. Serão retirados apenas 14 de cada 1000 litros que o rio despeja no mar. Além disso, seu curso não será alterado. A única coisa que vai mudar, e para melhor, é a vida de 12 milhões de pessoas, incluindo você. (BRASIL, 2012c)

Assim como o rio, a relação com a população deve correr bem. Seja participativo. Afinal, uma obra de integração não pode deixar nada de fora. Muito menos você. (BRASIL, 2012b)

Feira de Troca de Experiências

Historicamente feira define o local onde se negociam produtos por meio da venda e troca de mercadorias. Nesta feira o que se deseja é criar um espaço propício à troca de ideias e vivências. Vamos substituir a lógica do mercado, trocamos competição pela cooperação e a pechincha acontecerá às avessas: quanto mais se der, maior proporção há de se levar! (BRASIL, 2012a)

Como parte dessa estratégia, a utilização de projeções em *power-point* “colorindo” de verde uma representação espacial “vazia” inspira-va, por meio da estética visual, corações e mentes a desejarem aquela “realidade”. Segundo depoimentos, os desenhos estampavam a realidade “perfeita” e um ideal de vida rural:

[...] eu mesma vim pra cá pela promessa que o governo prometeu a gente, levaram o programa pra reunião, mostraram tudo bacana, no dia que funcionar verdadeiramente aquele meio que mostrou na mídia, aí é muito bom. Mostrou lá as casas boas, isso realmente a gente tem; mostrou mais: quando você vê tudo verde, molhação, quando a gente chega em Petrolina mesmo, a gente se encanta. Aí quando a gente viu toda aquela propaganda bonita da irrigação... No início recebemos de boa vontade, até porque você quando chega num canto e se encanta, você acredita. (Depoimento de campo, reassentada, VPR Negreiros, Sagueiro-PE, 19/06/12)

Com isso, tem-se o efeito de “humanização” valorizado em estruturas sociais tomadas pelo Governo como tradicionais e pouco adequadas às representações capitalistas. Ao contrário do discurso do interesse nacional e global para lidar com os conflitos entre grupos empresariais e políticos dos diferentes estados, o foco junto aos grupos locais é o enraizamento do Projeto na região. O sentido altruísta é a tônica predominante, como se tratasse de uma gratuidade e um gesto de bondade/sensibilidade para com o povo sofrido nordestino, desprovido de interesses particulares e de cálculo econômico. Um regime discursivo que analogamente remete ao “tabu de explicitação” dos preços ou da lógica mercantil tratado por Bourdieu na *Economia das Trocas Simbólicas* (1996), onde o autor menciona, por exemplo, o inquieto “riso dos Bispos” quando se aborda o financiamento da igreja e as lógicas econômicas que a presidem, como se a introdução de perspectivas financeiras “mattassem” o religioso. O tabu de explicitação, no caso, projetando a dimensão humanitária, desvia a desconfiança da sociedade em geral das preocupações econômicas:

Matar a sede sensibiliza todo mundo. Desenvolvimento econômico, as pessoas acham que o Governo tem medo de dizer isso, que econômico quem vai ser beneficiado são os grandes. (Depoimento de campo, membro de Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cabrobó-PE, 19/06/12)

Por essa linha de justificativa, inexistente outro interesse que não a prioridade maior de levar água a quem tem sede. O beneficiário é a ví-

tima da seca e ninguém mais; nenhum conflito vai ser gerado porque não se está retirando nada de nenhum grupo:

Essa água iria para o mar, não iria passar na casa de ninguém, na fazenda de ninguém, ela iria diretamente para o mar. Nós estamos tirando 26 metros cúbicos por segundo para atender a 12 milhões de pessoas de mais de 390 cidades do Semiárido. (BRASIL, Presidência da República, 2009)

A pretensão do empreendedor de “acomodar” os problemas de desigualdade social e conflitos, no mais das vezes sem tocá-los, entretanto, encontra seus limites na reflexividade crítica dos grupos sociais, como exemplifica o depoimento abaixo:

A CMT, ela tem vindo aqui, inclusive semana passada, tá começando umas oficinas de elaboração de projeto. Eu particularmente não gostei porque assim a qualidade das oficinas ela devia levar as pessoas a refletir sobre seu dia-a-dia, angariar recursos, porque a ideia de elaboração de projeto é gerar empreendimento, captar recursos, e isso ela não traz. De certa forma, a gente sabe que isso só é um meio primeiro de garantir emprego para mais um grupo de pessoas ali dentro, de outro, pra estar trazendo material da transposição pra fazer com que as pessoas vão se sensibilizando cada vez mais. Traz o material, mas não toca no assunto. Quando eles iam tocar no assunto, nas primeiras vezes, vindo pra aqui, era sempre um assunto que a gente vinha pra cima, depois eles passaram a não tocar aqui no assunto da transposição. (Depoimento de campo, quilombola, Conceição das Crioulas, Salgueiro-PE, 18/06/12).

O chamado “populismo hídrico” do Governo Lula foi inclusive motivo de divergência com o Governador do Ceará sobre a tônica da propaganda, até mesmo porque na região destinatária no Ceará - Jaguaribe, Castanhão - a experiência dos conflitos pela água, a visibilidade dos açudes cercados e a expansão do agronegócio formaram um cabedal crítico mais blindado à ideia de falta de água:

É dito que a transposição é pra abastecimento humano, mas é dito, inclusive explicitamente, que também é para o desenvolvimento do estado, pra projetos de irrigação, tabuleiro de russas, segunda etapa do tabuleiro, isso não fica implícito, é vinculado à geração de emprego e renda, embora a tônica seja abastecimento humano. Então o governo, ele defende, nunca escondeu seu apoio ao agronegócio, seja através das empresas de fruticultura que estão instaladas aqui no estado, seja através dos projetos de irrigação que o governo encabeça. Eles não escondem isso, o discurso estadual não esconde que o projeto tem essas duas finalidades. Os próprios projetos de integração aqui no estado são a prova disso (Depoimento de campo, membro da ASA Ceará, Fortaleza-CE, 02/07/12)

[...] a tecla exaustiva teclada é dos 12 milhões de sedentos; acho que uma contradição interessante de se trabalhar é a divisão do governo com relação ao discurso – acho que foi o governador do Ceará que falou “vamo parar com esse populismo hídrico” (Depoimento de campo, membro da APSF, Salvador-BA, 20/05/13)

A “simplificação” do empreendimento

Finalidades associadas em termos macroeconômicos, como investimentos na produção irrigada, mineração, relação com a Ferrovia Transnordestina, Porto Pecém, Porto de Suape não foram explicitados em termos de divulgação de massa. A obra, que é de extrema complexidade e se associa a uma séria de outras micro-obras e construção de hidrelétricas foi reduzida a algo simples, de curto prazo e funcionamento imediato, que pelas previsões iniciais já deveriam ter terminado. Utilizando-se da representação cartográfica como estratégia de simplificação, observa-se que, em nenhum mapa, buscou-se esclarecer que a água aduzida pelo Eixo Norte alcançaria, por meio da integração com outros canais, no caso por meio do Eixo da Integração, o Complexo Portuário e Industrial do Pecém (CIPP). Os projetos aparecem isolados, sempre em mapas separados, que, uma vez confrontados, mostram a total interligação dos empreendimentos, como, aliás, é admitido em documentos oficiais.

O repertório carismático do Presidente Lula

A conhecida força carismática do Presidente Lula teve efeito multiplicado no interior do Nordeste, primeiro por ser da região, um *conterrâneo*, cuja fala e discurso vêm com o carimbo autorizado pela experiência do “ter vivido na própria pele” as dificuldades do sertanejo, o que fortalece o sentimento de identificação e reciprocidade dos demais nordestinos sertanejos pobres com sua figura. Segundo, pelo modo de representação da política no interior e a crença maior depositada nos homens, por suas características excepcionais, virtuosas, do que na ideia de Estado, representação formal e máquina administrativa. Conforme Moacir Palmeira (2006, p. 139), essa “dualidade da política, feita de relações institucionais e pessoais em todos os seus níveis, fornece chave para o entendimento da percepção das populações do interior do Brasil do que seja a política”. A política é pensada tanto como algo externo e temporário, o que não significa impessoalidade. Se o mundo da política é visto como “pouco conhecido”, “de fora” e identificado a uma entidade de difícil definição, “o governo”, ele deve ser feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários. Por ser externa, a política precisa ser visível e nenhuma melhor face pública da política que as obras, abrindo a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (“patronagem pública”). “Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a ideia de política como ‘ação de Estado’ ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem-estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável” (PALMEIRA, 2006, p. 145).

Associado à liderança de Lula, soma-se a agenda de políticas de redução da pobreza que ajudaram a construir o *lulismo* (SINGER, 2012) como um fenômeno sociopolítico marcado pela forte adesão de grupos mais pobres, em particular no Norte e Nordeste, à Lula e ao PT.

Assim, a obra aparece recorrentemente associada a um desejo, um sonho, uma realização pessoal do Presidente Lula, que empreendeu uma luta epopeica contra todas as *forças ocultas* que vinham impedindo o *milagre* da transposição por mais de um século. A imagem da obra confunde-se com a imagem do Presidente, visto como um homem bom, que quer o bem do povo nordestino, que está fazendo pelo Nordeste o que nenhum outro nunca fez, *que arranhou salário para todo mundo (o bolsa-família)*; assim, num raciocínio coerente, a obra só pode ser boa. O vínculo com o Ex-Presidente é o que quali-

fica um projeto do qual mal se tem informação e mal se representa:

Eu fiquei muito animado com essa obra que nosso presidente fez (Depoimento de campo, reassentado, VPR Uri, Salgueiro- PE, 19/06/12)

Já ouvi falar da transposição, de hoje que eu ouvi falar nisso aí, desde que quando eu tava na roça. Vai servir pra nós, né não? Vai fazer muita coisa boa. Lula fez muita coisa boa, ele fez, não pode negar, porque a voz do povo é a voz de Deus”. (Depoimento de campo, feirante, Cabrobó- PE, 17/06/12))

Na realidade o projeto (de transposição) é uma boa vida pra nosso município. Não sei, assim, o plano é esse que eu falei, a ideia é de todo mundo trabalhar. Lula fez pela nação toda, muita coisa por conta da pobreza, nós não vamo ver um presidente igual a Lula mais nunca, se não fosse ele a gente não estaria aqui. E num foi só nós, foi um plano pra nação, tem vila assim pra quase todo lado, e a companheira dele por enquanto não tem o que dizer, que tá assumindo o que ele deixou. Eu acho que agora em diante vai ficar na mão dos dois... Eu tô satisfeito, eu com essa idade toda nunca alcancei ninguém igual a ele. (Depoimento de campo, reassentado, VPR Uri, Salgueiro-PE, 19/06/12)

O início pra chegar aí foi uma vocação do Presidente Lula. Ele quis chegar até aqui porque ele é nordestino, de Garanhuns, ele que sabe o sofrimento do estado, do município, sempre aqui é seco, abastecido por carro-pipa, chove 01 ano e no outro chove nada. (Depoimento de campo, dirigente de Sindicato de Trabalhador Rural, Sertânia- PE, 22/06/12)

A importância do Projeto era assinalada por visitas simbólicas do Presidente Lula à região, acompanhado de comitivas de deputados, senadores, ministros, entre outros, onde transitava como *filho de retorno à casa*, investindo no linguajar regional, no contato corporal, na materialização de gestos que honravam a autoestima de sertanejos:

As pessoas não sabem como é que vive o sertanejo, às vezes andando sete, oito, nove, dez, onze quilômetros para pegar um

balde d'água numa cacimba suja, e vai disputar aquela água com cavalo, com cabra, com vaca, metade é fezes, metade é água, e tem que colocar num pote para assentar para a gente tirar com canequinha para beber (BRASIL, Presidência da República, 2010).

Lógico que ainda falta muita coisa para fazer, mas muita, mas falta muita coisa, nós estamos apenas começando. Você não desfaz o desmazelo de um século em quatro anos, cinco anos ou seis anos, é um processo, isso é como construir uma escada, a gente vai construindo... Você está lembrado quando começou a fazer a Muralha da China, aquilo não foi terminada em um ano ou em dois anos, aquilo, alguém teve a coragem de começar a colocar a primeira pedra e, dali, outros que vieram foram colocando pedras, até que construíram a Muralha da China. (BRASIL, Presidência da República, 2009).

Hoje é 14 de dezembro [de 2010]. Eu, a dezesseis dias de deixar a Presidência da República, venho aqui quase me despedir de vocês, porque a gente poderia ter feito um grande comício, mas eu não queria fazer comício, eu queria só vir aqui visitar a obra, porque esta obra é uma das paixões da minha vida. Esta obra... é importante vocês lembrarem que D. Pedro, Imperador deste país, tentou fazer e não conseguiu. Eu digo sempre que o Lula de dona Lindu conseguiu fazer a obra que o Imperador, filho do rei Dom João VI, [...] não pôde fazer. Então, porque isso demonstra que é vontade política. Quando você decide fazer, você faz e acontece. (BRASIL, Presidência da República, 2010b).

A prova de grandeza da ação indissociavelmente ligada à grandeza da figura do Presidente nos remete à descrição feita pelo sociólogo Alain Caillé sob a ordem do transcendente no paradigma da dádiva:

“Sob o paradigma da dádiva, a noção de crença compartilhada é dimensão fundamental e a crença no vínculo se constrói a partir de um julgamento da situação e das pessoas. A realidade é mobilizada simbolicamente a fim de suscitar a confiança das pessoas e a esperança na mudança: há situações onde as pessoas *fecham os olhos* porque confiam no engajamento dos outros; a grandeza

afirma-se não pela sua objetivação nas provas, mas pela sua *transcendência* em relação à prova: a hipótese é que a prova é capaz de definir a grandeza *na medida em que ela faz crer na transcendência do grande*. A legitimidade da prova reside no fato de ela *fazer crer* que sob condições iguais alguns possuem qualidades que transcendem os critérios da prova: inteligência, força de vontade, sorte, etc. A *grandeza* se define pela possibilidade de caracterizar a superioridade como expressão de uma *dignidade* comum. [...]O grande é superior porque a partir de uma humanidade em comum ele foi capaz de se superar, mostrando o seu caráter *extraordinário* – é assim que ele consegue responder às duas expectativas, pois a partir das mesmas aptidões ele foi capaz de mostrar sua grandeza através de qualidades *imensuráveis*. Os pequenos enxergam a sua própria potencialidade na imagem do grande, pois acreditam na possibilidade de superação através da vontade. A singularidade do grande é construída no discurso como aquilo que o distingue dos demais, apesar de sua *dignidade comum*, e se manifesta naquilo que ele doa ao bem comum, através de qualidades pouco tangíveis e mensuráveis: seu esforço, comprometimento, vontade, obstinação, paixão, fé etc. A relação entre a *grandeza* e o *bem comum* se estabelece no regime da dádiva, na doação do grande ao bem comum. (CAILLÉ apud CASTRO, 2009, p. 5)

Conciliação entre a convivência com o semiárido e o combate à seca

A consistência do discurso crítico apresentado pelos movimentos sociais aos grandes projetos de combate à seca foi operando graduais deslocamentos no discurso do Governo e o mesmo passa a incorporar de modo conciliatório o discurso da convivência com o Semiárido e a dimensão ambiental. Além da internalização do projeto de revitalização, o Programa de Integração de Bacias (renomeação do Projeto de Transposição) passa a incluir verbas para a implementação de cisternas e vários programas ambientais de políticas públicas para comunidades quilombolas e indígenas do São Francisco. As alternativas apresentadas pelo Atlas Nordeste, elaborado pela Agência Nacional de Águas, passam a ser apresentadas como obras complementares, necessárias, mas que para tanto dependem da infraestrutura representada pelos canais da transposição; assim o megaprojeto passa a

ser necessário à ampliação das práticas da convivência. Coloque-se ainda o investimento maciço em programas de educação ambiental junto à população local, sustentadas no discurso da convivência com o Semiárido e da pedagogia popular freireana: “A convivência com o semiárido? Isso é muito o que a CMT trabalha com a gente, fazendo educação ambiental” (Depoimento de campo, quilombola, Conceição das Crioulas, 18/06/12).

Divulgação de benefícios econômicos

A partir dos depoimentos realizados, observa-se que as promessas de emprego e diversificação das oportunidades econômicas ganharam força como aspecto positivo do projeto diante da realidade de destituição material das famílias, do cenário de pobreza local. Ainda que não internalizado o mérito do projeto quanto aos seus fins, apresentava-se como única alternativa *para movimentar um pouco a vida*, ganhar dinheiro com o emprego nas obras.

A expectativa muita o agricultor não tem porque a única coisa é o emprego.

[...]

A gente analisando de cima talvez fique difícil de entender porque o povo tava ali no meio, mas analisando nas comunidades, o abandono mesmo que fizeram nas comunidades foi assim de colocar como única opção os empregos que estavam sendo prometidos. Eu percebia os jovens, um jovem ter oportunidade de trabalho, mesmo que o pai ou a mãe não concorde muito com a transposição, não tem outra alternativa. É melhor ir pra transposição que ir pra São Paulo, do que ir pra Suape. (Depoimento de campo, assentado, Afogados da Ingazeira-PE, 15/06/12)

No caso das estratégias junto aos grupos locais, observa-se que, apesar de a ênfase do governo no regime discursivo centrar-se na oferta de água, a expectativa de emprego com as obras foi uma ideia-força que mobilizou mais as pessoas no interior, mesmo sabendo do caráter temporário e precário dos mesmos. A crença na promessa de água teria sido mais permeável à crítica por duas razões aparentemente inversas: primeiro, o fato de se poder garantir água por meio de me-

didadas muito mais simples e imediatas, baseado nas experiências da ASA, acumulado com a desconfiança inerente aos grandes projetos na região pelo histórico anterior das barragens e das fábricas falidas; segundo, a projeção idealizada, encantada, agregada ao mito da obra que vem de tanto tempo, que se imbrica com a ideia de algo que oscila entre o pedestal do sonho e a falência do real. Representada de modo bastante dúbio nos depoimentos, a “crença” na chegada da água está relacionada a um desejo que se constrói sem a mediação das condições objetivas do “objeto” ou “técnica” (transposição) para alcançá-lo, mesmo porque se o olhar for lançado para a técnica –a grande obra – há desconfiança da sua eficácia:

A gente veve no Semiárido, que a gente não tem a água e água é a vida, sem água a gente não consegue sobreviver. Então isso pega muito quando você tira ou quando tem a promessa de levar a água. Quem não tem, e tem a promessa de levar, isso é uma maravilha. E quem tem pouco e ouve falar que vão levar para outro lugar, isso é uma coisa que não dá nem pra explicar.

[...]

Nós vivemos numa região muito seca. Para o nordestino, sertanejo que vive naquela região, ele pensa a vida dele a partir da água. Água é tudo pra ele. Então a esperança e o entusiasmo que gerou no povo da região, foi a questão da água [...] Também houve muitos conflitos, mas foi essa esperança que fez o pessoal abrir as porteiças porque conflitos eles tiveram muito (Depoimento de campo, membro de comunidade de fundo de pasto, Casa Nova-BA, 25/05/12)

A experiência da ASA chega nas comunidades, ela chega com aquele pouco de água mas que tá funcionando, se você for perguntar pra qualquer um em que acredita mais, nas experiências da ASA ou do Governo, todo mundo vai falar da ASA. Então foi mais a questão do emprego com a transposição; é um pesadelo que o pessoal constantemente vive com isso, pessoas que tã ao lado e tã vendo o que tá acontecendo. (Depoimento de campo, assentado, Floresta- PE, 13/06/12)

A situação de destituição material também parece ter favorecido tendências ao consentimento ou a um certo “anestesiamento”. Essa

foi, por exemplo, a percepção retirada da visita realizada ao povo indígena Pankararu (sertão de Pernambuco) e alguns outros, atingidos pela barragem de Itaparica de uma forma não passível de recomposição: para os mesmos, o rio já se perdeu há muito tempo e a transposição não significa mais nenhuma ameaça. Ou ainda decorre de uma análise realista da correlação de forças onde nada adianta se opor: *quando os “ômi” quer, eles vão lá e fazem, pronto* (Depoimento de campo, posseiro, Sertânia-PE, 22/06/12).

Há ainda aqueles que se colocam nessa situação - de quem não tem nada a mais a perder ou recuperar - mas se engajam em denúncias coletivas ao projeto *em solidariedade* a outros povos para que não passem pela mesma experiência, a exemplo do povo Pankará; “nós viemos pra ajudar os parentes porque nós mesmo já perdemos tudo e não queremos que os parentes sofram igual” (Depoimento Pankará, Itacuruba, PE, 05/06/12).

Uma conduta que também merece atenção perante tais grupos é o silenciamento completo da opinião, que não é indiferença e está mais próximo à intimidação e temor. Parece-nos atrelado ao fato de que qualquer fala é uma predisposição grande à exposição e ao julgamento público: num território onde todos se conhecem e a notícia *corre solta*, falar o que se pensa é associado a “querer comprar briga” e isso pode não ser bom no momento de procurar emprego nas “firmas”. Qualquer crítica é sinônimo de abjuração diante das possíveis oportunidades que apareçam.

Breves considerações

A mobilização dos grupos frente às estratégias de legitimação não segue uma lógica linear, mas se compõe da interpenetração de uma série de elementos – racionais e emocionais – que serão acionados em diferentes contextos, a partir de referências morais, simbólicas, críticas e de cálculos de interesse bastante diferenciados, onde as contradições são constitutivas das formas de expressão.

Os discursos assumidos pelo Governo são explicitamente mais irreais e redentores junto aos grupos locais subalternos e isso pode ser compreendido também conforme o campo das “probabilidades objetivas” e “esperanças subjetivas” de tais grupos, suas disposições de futuro que são menos mediadas pelos cálculos econômicos do que

os demais. O que em outros circuitos pareceria absurdo, quixotesco, em comunidades rurais mais pobres tem força de arrasto e crença. Segundo Bourdieu (1979):

As disposições a respeito do futuro, estruturas estruturadas, funcionam como estruturas estruturantes. O futuro é mais ou menos acessível segundo as condições materiais de existência e o estatuto social de cada indivíduo e, por outro lado, segundo o domínio da existência que se acha empenhado. Não vai causar admiração que as aspirações tendem a se tornar mais realistas, mais estritamente medidas às possibilidades reais, à medida que estas últimas se elevam. O cálculo econômico se encarna progressivamente na conduta à medida que a melhoria das condições materiais o permite.

[...]

Na ausência de expectativas razoáveis, só restam o devaneio e a utopia. A distância entre as aspirações e a realidade tende para o infinito. As aspirações tendem a circunscrever-se à medida que aumenta a possibilidade de satisfazê-las, talvez porque a consciência as dificuldades interpostas se torna mais aguda, como se nada fosse realmente impossível enquanto nada realmente é possível. (BORDIEU, 1979, p. 78-82)

Da representação à ação engajada, projetada na disputa de opinião e mobilização pública sobre o Projeto, outras são as margens do rio. Se nas estratégias de legitimação enfatizamos o papel do Governo na construção de regimes de justificação, buscamos a seguir tratar da trincheira estabelecida pela crítica radical ao Projeto e o modo como, ao revés, movimentos sociais organizados e outros grupos impulsionaram uma política de “confronto” ao Projeto apresentado pelo Governo Lula.

Notas

¹ A noção de profissionais da representação política aqui adotada remete-se à reflexão de Bourdieu sobre o campo político e suas “unidades de produção”. Para o autor, “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (BOURDIEU, 2003, p.166). A produção desse campo é monopólio de profissionais que oferta seus produtos aos “consumidores” (os cidadãos profanos), os quais se veem limitados na escolha pela lógica censitária que rege a oferta dos produtos. Retomando a reflexão de Weber que “pode-se viver para a política e da política”, Bourdieu destaca que a rigor seria melhor dizer que só se pode viver da política com a condição de se viver para a política: “é com efeito na relação entre os profissionais que se define a espécie particular de interesse pela política que determina cada categoria de mandatários a consagrar-se à política e, por este meio, aos seus mandantes. Mais precisamente, a relação que os vendedores profissionais dos serviços políticos [...] mantêm com os seus clientes é sempre mediatizada pela relação que eles mantem com seus concorrentes. Eles servem os interesses dos seus clientes na medida em que se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social” (BOURDIEU, 2003, p.177).

² Referimo-nos aqui à noção de “subalterno” trabalhada por Gramsci como um atributo de oposição à noção de “dominante” dentro da estrutura socioeconômica; uma condição geral de subordinação por condições de classe, gênero, raça, ocupação ou qualquer outra forma de gradação em uma escala de hierarquias. Para o autor, os grupos subalternos são descontínuos e fragmentados, sempre sujeitos à iniciativa dos grupos que governam, inclusive quando se rebelam; são os setores marginalizados pela história e pela sociedade em oposição ao grupo dirigente formado pelas elites que detêm poder político, econômico, ideológico e cultural (GRAMSCI, 2002).

³ As *provas de grandeza* distinguem-se das *provas de força* por incluírem um espaço para o juízo moral: “Enquanto a atribuição de uma força define um estado de coisas sem nenhuma coloração moral, a atribuição de uma grandeza pressupõe um juízo que não só tange à força respectiva dos seres presentes, mas também ao caráter justo da ordem revelado pela prova” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p.73)

⁴ Em 03/02/2000, a Câmara dos Deputados instalou o “Grupo de Trabalho Transposição do São Francisco”, destinado a tratar da transposição de águas do Rio São Francisco e da revitalização dos seus afluentes, bem como apresentar propostas ao orçamento que viabilizassem estas ações. Integrado por 72 Deputados (56 da bancada do Nordeste) - a maior composição de Grupo de Trabalho e de Comissão já registrada na Câmara -, o Grupo não conseguiu consenso para votar o relatório, o que ensejou manobras de obstrução para que não houvesse *quorum* para deliberação. (MELLO, 2006).

⁵ Ao final de seu mandato, em dezembro de 2002, FHC esteve no Ceará para inaugurar simbolicamente a barragem do Castanhão e justificou que no seu Governo ele teve dificuldades para executar a obra devido a barreiras político-partidárias entre os estados da federação. Segundo matéria da Folha de São Paulo, entre outras declarações, o presidente afirmou: “Empenhei-me bastante nesse assunto, mas há muitas oposições políticas, algumas irracionais, outras com certa dose de razão” (ANTENORE, 24 dez. 2002, p. 1). Da cerimônia, veio a participar o então senador Tasso Jereissati, ex-governador

do Ceará, e defensor da transposição. FHC sentenciou que ao novo Governo eleito “não se deveria ficar inventando a roda, a transposição era dever a ser cumprido” (ANTENORE apud ARAÚJO, 2012).

⁶ Os 102 discursos parlamentares analisados pela autora, compreendendo o período entre os anos de 1994 e 2007, mostram 68 pronunciamentos favoráveis e 34 contrários ao Projeto. Dos 34 pronunciamentos contrários, 30 são da região Nordeste, a maioria da Bahia e Pernambuco; dos 68 discursos favoráveis, 63 são da região Nordeste, majoritariamente da Paraíba, Ceará e Pernambuco.

⁷ Para pensar as articulações de classes/elites e a mobilização dos regionalismos conforme a dinâmica de avanço capitalista, Vainer (1990) nos sugere algumas referências de análise, a partir das seguintes premissas básicas: o reconhecimento de que há forte interação entre elite regional e poder central; que seu domínio político tem caráter conservador; que essa elite está presente no aparelho burocrático do Estado, especialmente nos órgãos de ação regional; que há diferenças quanto aos limites históricos desse papel, ao limite político-institucional do seu poder e ao alcance do seu desiderato. Uma das hipóteses colocadas é que as oligarquias tradicionais, além do acesso a fundos públicos via controle dos órgãos formais de poder, principalmente as agências oficiais de desenvolvimento regional, obtiveram suporte dos segmentos mais modernos – grupos empresariais nacionais, por exemplo – para colocar-se em posição de negociação e se associar a capitais nacionais e estrangeiros que tomaram conta dos seus territórios, incorporando-se aos segmentos dominantes em escala nacional. Os padrões de regionalismos nesse aparente paradoxo entre mundialização/integração e reafirmação do local implicaram diferentes tipos de agrupamento de interesses em múltiplas estratégias de construção política e legitimação. Para o autor, tem-se um *padrão clientelista localista* revitalizado por dois elementos: processo de democratização e fortalecimento do Congresso Nacional como arena política. Caracterizaria o clientelismo-localista a seguinte dinâmica: políticos de um município ou microrregião emprestam sua legitimidade a demandas localizadas de grandes grupos empresariais nacionais que, em troca, emprestam sua capacidade de interferir, em escala nacional, na luta pela partilha dos fundos públicos e demonstram extraordinária capacidade de atuar e fazer valer seus interesses em escala microterritorial (no geral empresas de obras públicas), transformando o Congresso Nacional em uma câmara federal de vereadores, permeada de acordos erráticos e eventuais.

⁸ Segundo relatório do TCU (BRASIL, 2006), a FUNCATE foi contratada sem licitação sob o argumento de especialização técnica e, no entanto, subcontratou inúmeros serviços/empresas atestando que não tinha qualificação para o objeto do contrato; (BRASIL, 2006. Tribunal de Contas da União. AC 1045-26/06-P)

⁹ Cf. artigo de João Santana “A Integração de Bacias sob a Ótica do Desenvolvimento Regional, em Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – nº 5 (setembro/dezembro 2007) – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2007.

¹⁰ Em relação aos grandes projetos e investimentos públicos de grande porte, especificamente, Vainer (1990) aponta três variáveis significativas que alteram parcialmente os padrões políticos: 1^o) decisões referentes a grandes projetos têm repercussões estratégicas na afirmação de eixos articuladores de setores inteiros ou territórios; 2^o) tendem a mobilizar interesses e atores cujos recursos econômicos e políticos são infinitamente mais importantes e cuja escala de ação é infinitamente mais ampla - grandes grupos nacionais e internacionais; 3^o) por envolver macropolíticas setoriais, a disputa e a arbitragem têm por arena privilegiada a esfera própria do Poder Executivo, em particular suas agências setoriais especializadas. Segundo o autor, nas

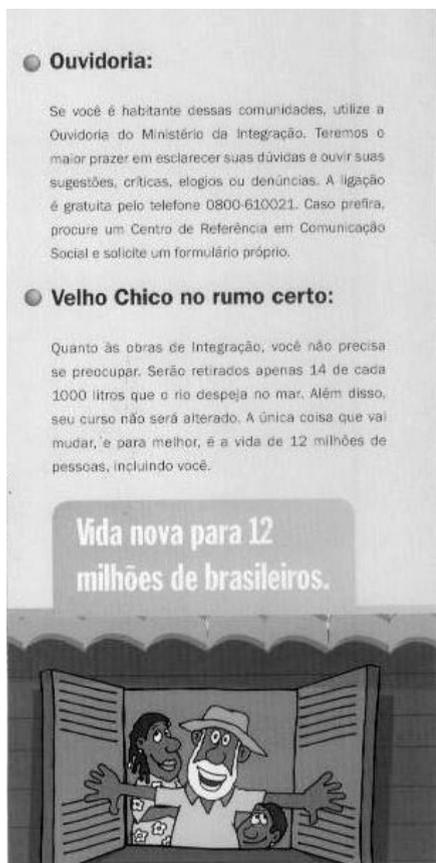
lutas por investimentos públicos de grande porte são mobilizados e enunciados interesses regionais que combinam o regionalismo tradicional com padrões de negociação e arbitramento de disputas setoriais herdadas do regime autoritário. Seria típica do regime autoritário a sistemática de negociações que se dá via direta entre representantes do empresariado e integrantes dos altos escalões burocráticos, sem mediação partidária ou de interesses regionais, marcada pelo corporativismo (Eli Diniz apud VAINER, 1990).



Fotos 1 e 2. Capa de folders distribuídos para população local. Centro de Referência em Comunicação Social do MI, Salgueiro, Pernambuco. Junho de 2012. Fonte: acervo da autora



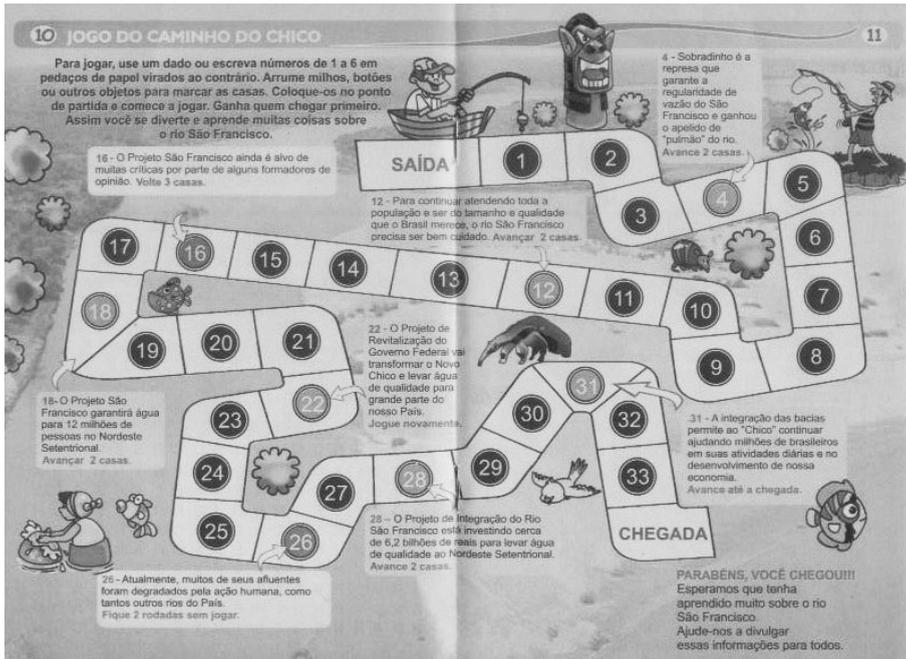
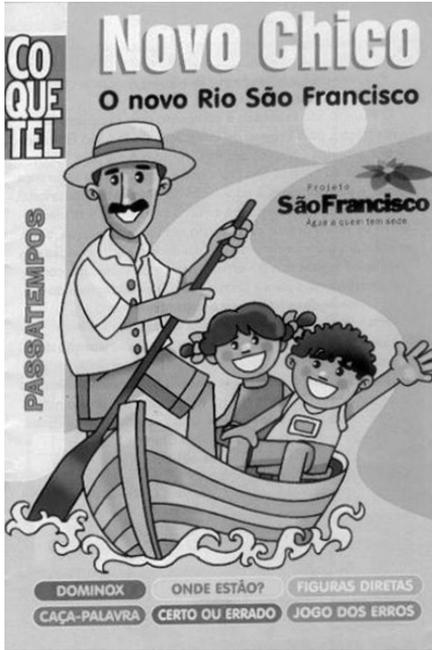
Foto 3. Adesivo em residência no município de São José das Piranhas, Pb. Junho de 2012. Fonte: acervo da autora



Fotos 4 e 5:Capa e contracapa de folders distribuídos para população local em Salgueiro, Pernambuco.



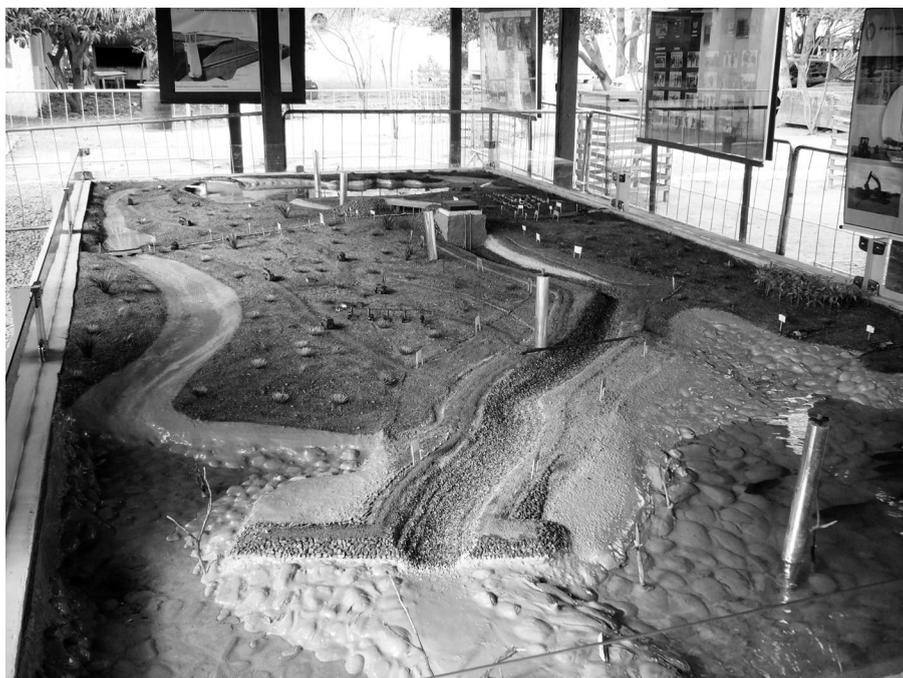
Foto 6: Cartaz encontrado em Sertânia, Pe. Junho de 2012.
Fonte: acervo da autora.



Fotos 7,8 e 9: jogo de “passatempo” distribuído pelo MI em Salgueiro, Pe. Junho de 2012. Fonte: acervo da autora



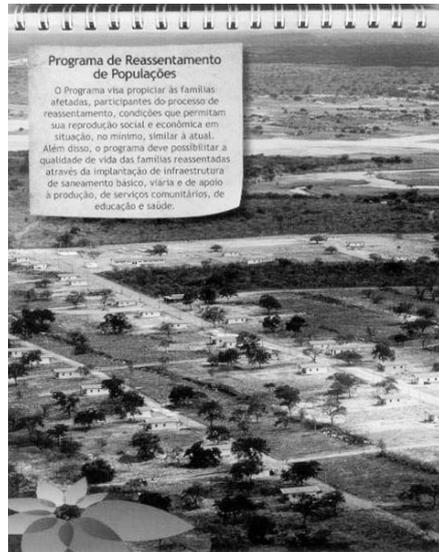
Fotos 10 e 11: Cartazes afixados no Centro de Referência Social do MI, Salgueiro, Pe. Junho de 2012. Fonte: acervo da autora



Fotos 12 e 13: Exposição da maquete do Projeto pelo Exército brasileiro no município de Floresta, Pernambuco. Agosto de 2011. Foto: Maria Orberhorf



Foto 14: urna para 'sugestões' na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sertânia, Pe. Junho de 2012. Fonte : acervo da autora.



Fotos 15, 16, 17 e 18: páginas de calendário distribuído pelo MI. Junho de 2012. Fonte: acervo da autora

As trincheiras da disputa: o confronto pelos movimentos sociais

As estratégias de legitimação do Governo encontraram oposições críticas radicais em movimentos sociais organizados e em outros grupos cujas práticas espaciais guardavam uma incompatibilidade ou quebra de sentidos com o Projeto numa dimensão inconciliável. Tais grupos se engajaram em ações de denúncia e confronto com o governo e passaram a constituir uma ampla rede de resistência popular contra o Projeto de Transposição.

Analisaremos as dinâmicas dessas resistências sob a perspectiva do conceito de confronto desenvolvido por McAdam, Tarrow e Tilly (2009), como algo concentrado na relação dominantes-subordinados, que envolve uma desigualdade substancial entre os protagonistas: *a singularidade da ação coletiva confrontacional situa-se na oposição construída entre aqueles que detêm poder e aqueles que, a priori, são destituídos de meios institucionais de reivindicação*. Os agentes em confronto diferem-se, pois, de outras relações de oposição ao Projeto em segmentos de classe, como Banco Mundial, funcionários públicos, políticos, empresários.

Utilizando a contribuição desses autores para análise da ação coletiva e do confronto político, buscamos pensar a dinâmica de contestação ao Projeto de Transposição relacionada aos seguintes elementos: i) estrutura de oportunidades e restrições políticas desencadeadoras do confronto; ii) enquadramentos interpretativos da luta e motivações para o engajamento; iii) estruturas de mobilização; iv) repertório de ações e ciclos do confronto (TARROW, 2009)

As condições políticas do confronto

Segundo Tarrow (2009), a motivação elementar para o engajamento na ação coletiva, em geral, e na política confrontacional, em particular, é condicionada por uma variável ambiental. São as mudan-

ças operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas, dimensões consistentes de encorajamento e desencorajamento à ação coletiva, que estabelecem as condições nas quais o confronto tende ou não a se manifestar. Seja qual for a origem das reivindicações do confronto, são as oportunidades e restrições políticas que as transformam em ação. Elas produzem movimentos sociais disponibilizando conhecimento e repertórios flexíveis de confronto, desenvolvendo quadros interpretativos de ação coletiva e identidades coletivas, e construindo estruturas de mobilização em torno de redes sociais e de organização.

Legatários de processos de firme resistência contra os grandes projetos e forjados numa militância social que também convergiu com a construção do PT, a grande “primeira obra de batismo” do governo Lula deixou em estado de embaraço e letargia uma miríade de movimentos que atuavam no Semiárido e no São Francisco. Mais estranhamento causou por ter sido deliberada ao lado da institucionalização de políticas públicas depositárias das experiências da convivência com o Semiárido, como o PIMC (Programa Um Milhão de Cisternas), que se contrapunha diretamente à formulação governamental do combate à seca.

Nesse primeiro momento, a “variável ambiental”, do ponto de vista dos movimentos sociais, apresentou-se como uma restrição política. Apesar de se ter uma significação bem consolidada do projeto como algo injusto e custoso, a conjuntura limitava a capacidade de ação confrontacional. Fez-se um vácuo no repositório de ações da mobilização social: como se opor publicamente a uma proposta de governo que os movimentos ineditamente tinham ajudado a eleger? Para muitos dirigentes, cujas falas constantemente remetiam à noção de “nosso presidente”, qualquer crítica mais radical ou ação de confronto poderia fragilizar o Governo e dar azo para capitalização por partidos de direita:

Todo mundo achava que era um absurdo fazer a transposição, mas não ia para o enfrentamento. A avaliação era essa: como nós vamos bater em nós mesmos, esse governo é nosso, tinha que tentar de qualquer forma negociar. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 14/06/12)

Eu acho que a transposição foi o primeiro confronto com a lógica lulista, com petistas no poder, de desenvolvimento. Foi o grande

alerta para tudo que viria depois: Madeira, Belo Monte... Eu acho que a transposição é esse primeiro momento. Só que a transposição pelo discurso da sede, ele é muito ambíguo, ele tem sua sutileza, até minha mãe questiona como eu posso ser contra levar água pro povo. E o mais duro para nós é que era o Governo Lula, você estava diante do mito, e ninguém queria se confrontar com o mito. (Depoimento de campo, membro do CPP, Juazeiro-BA, 15/06/12)

Nesse contexto de crise política, unidades e aparelhos de mobilização já constituídos em torno da defesa do São Francisco, como o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco (FPDSF), movimentaram-se cautelosamente, investindo mais nos espaços de denúncia jurídico-institucional, como a disputa no Comitê de Bacia e o diálogo com o Ministério Público Estadual em vários estados para ajuizamento de ações civis públicas¹:

Tinham as ações judiciais, as discussões com grupos com posição mais firmada, mas também toda uma preocupação dos movimentos de não ir para o enfrentamento (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 14/06/12)

Uma primeira oportunidade para a oposição pública deu-se na própria institucionalidade criada pela Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) durante o Governo FHC. A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que constituía instância deliberativa para alocação externa de uso das águas da Bacia, tornou-se embaraçosa ao Governo na medida em que os diferentes segmentos de usuários ali representados, de irrigantes a pescadores, por motivos totalmente diversos, convergiam num posicionamento contrário ao Projeto. Apesar das tentativas, não houve incidência política de Governo capaz de mudar essa correlação de forças no Comitê.

Em outubro de 2003, o Comitê elaborou a Declaração de Penedo, um documento que se posicionou de forma crítica à transposição, apoiando em primeiro lugar iniciativas que beneficiassem as populações do Semiárido Setentrional, com foco no abastecimento humano e na dessedentação animal. Em julho de 2004, em sua III reunião plenária, aprovou a Carta de Juazeiro e o Plano Decenal de Recursos Hídricos, concluindo, com argumentos técnicos, pela inviabilidade da

transposição do Rio São Francisco, nos moldes propostos pelo Governo Federal.

Observa-se assim que as primeiras insurgências, em cima das brechas institucionais, guardavam o tom de crítica moderada que as restrições políticas para mobilização demandavam. Além do Comitê de Bacia, como brechas - oportunidades dentro do aparato estatal para fortalecer o campo contrário - havia posicionamentos técnicos independentes dentro da ANA (Agência Nacional de Águas), do MMA (Ministério do Meio Ambiente), do TCU (Tribunal de Contas da União) e do MP (Ministério Público) que reforçaram, com caráter de posição oficial, argumentos contrários ao Projeto. Além desses, destaca-se o apoio da coordenação das promotorias ambientais da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

A partir do avanço de atos concretizadores do Projeto, foi-se intensificando o fluxo de informações e de reuniões entre os vários grupos da Bacia para construção de alianças e ações de enfrentamento. Em paralelo à atuação mais institucional do FPDSF, a Articulação Popular em Defesa do São Francisco (APDSF), criada em 2004, sob coordenação de pastorais sociais e com um aporte de financiamento que lhe garantia recursos materiais e humanos para o trabalho de mobilização, avançava na realização de ações articuladas e de formação de base entre povos tradicionais e comunidades ribeirinhas, sob o formato de “mutirões locais” que convergiam posteriormente em encontros regionais para sistematização da experiência:

No nosso trabalho, no planejamento, a gente sempre colocou como pauta a defesa do São Francisco, e fomos provocados a uma articulação mais sistemática. A gente achava que não tinha condição, não tinha pernas, foi aí que a gente chamou as organizações da Bacia, nos articulamos, começamos com o primeiro espaço de diagnóstico. Algumas entidades foram visitar todas as áreas da Bacia, da nascente à foz, então a gente gastou tempo, ou ganhou tempo, fazendo esse trabalho, conhecendo a Bacia, as experiências de revitalização, terminando sempre com um encontro regional, culminando com o grande, foi esse crescente que foi reforçar as grandes lutas depois. Daí a gente percebeu que não dava pra ficar só em encontro, era necessário pensar outras estratégias políticas. O pessoal teria que se articular para peitar

quem estava pensando esse Projeto. A gente tinha dificuldade às vezes, mas também a gente se somava, aí foi se firmando toda essa possibilidade de articulação. Todo mundo que estava lá estava com um só objetivo, apesar das dificuldades, diferenças que todo mundo tem (Depoimento de campo, membro CPT Juazeiro-BA, 15/06/12).

As primeiras mobilizações públicas aconteceram no início de 2005, com a convocação das audiências públicas nas capitais dos estados para apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental. A ação do Governo, convocando audiências em período de recesso e nas capitais, não abrangendo as populações diretamente afetadas da Bacia e negando a afetação de territórios indígenas, impulsionou o sentimento de injustiça e deslegitimação nos grupos da Bacia, que lançaram mão do “*boicote*” para invalidar as audiências.

A despeito da falta de participação, as audiências foram consideradas formalmente realizadas e, na sequência, foi emitida a licença prévia do empreendimento. Aliado a isso, as declarações públicas de representantes do Governo, cujo porta-voz principal era Ciro Gomes - conhecido pelo estilo tempestuoso e espírito de animosidade - denotavam uma posição “dura”, de pouca disponibilidade ao diálogo e nenhum aceno de recepção das reivindicações dos movimentos sociais. As “respostas” do Governo foram reforçando um sentimento de descredibilização nos espaços institucionais de negociação e de necessidade de pensar um outro repertório de ação, mais radicalizado, articulado e com uma bandeira mais unificada. Dessa percepção, vai ganhando força uma grande rede de resistência popular, impulsionada por um esforçado trabalho de coordenação e conexão entre redes já existentes, como a Articulação Popular em Defesa do São Francisco, o Fórum de Defesa Permanente do São Francisco, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste e a Frente Cearense em Defesa das Águas, todas integradas por inúmeros movimentos sociais e organizações de base.

As ideias-força da contestação ao Projeto e os grupos mobilizados

A história e memória de grupos particulares sobre as formas de confronto vivenciadas constituem a base sobre a qual se inscreve e se comunica novos confrontos. Tanto a construção de sentidos compartilhados da luta, criando entendimentos que *justificam, animam ou dignificam a ação coletiva*, quanto os repertórios disponíveis estão vinculados a formas de ação política surgidas em meio a conflitos numa dada época; não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores (TARROW, 2009).

A partir de sua roupagem técnica – solução hidráulica de grande porte – e do fundamento central - “combate à seca” -, pode-se dizer que o conflito da transposição aciona uma farta memória de confrontos anteriores, constitutivos de inúmeras organizações e movimentos sociais da Bacia voltados à denúncia da “indústria da seca” e aos efeitos de expropriação territorial e degradação ambiental pelos grandes projetos no rio. Como uma proposta já antiga, arquivada nos gabinetes ministeriais, ela própria já estava inscrita num enquadramento contestatório que servia à denúncia do padrão de intervenção estatal sobre o território: compunha, juntamente com os demais grandes projetos, a atribuição de um sentido mercantil ao rio, valorizado como grandes quedas ou córregos d’água propícios para instalação de hidrelétricas ou outros empreendimentos hidroeletros, como siderurgias, carcinicultura, mineração, ostentados como promessas de desenvolvimento e progresso para uma região “pobre e seca” e cujos resultados só fizeram reproduzir ou ampliar as relações de dominação na região:

Eu acho que todas essas grandes obras que ocorreram no Nordeste, elas têm esse caráter de um discurso dúbio. De um lado os que apoiam, do outro os que não gostam. Nas grandes barragens que nós acompanhamos existia isso, inclusive uma fragmentação da sociedade em relação à importância dos projetos. A indústria da seca, ela é pautada nessa dubiedade dos projetos, num discurso de contra e favor. Que não é só uma polarização política, mas também social: por um lado, uma situação de miserabilidade de toda uma

imagem que foi criada do Nordeste, a fome, a seca, e que, portanto, eram as grandes obras, a grande fazenda, o grande cultivo, que daria conta para resolver toda uma situação de miserabilidade que existia. E isso foi passado historicamente para essas populações. E por isso que os grandes projetos, a indústria da seca, tanto é um discurso que pega, tanto pega que ele é recorrente, passa a ser uma coisa de educação e se transforma numa operação industrial que as pessoas se envolvam numa postura favorável aos grandes projetos. E a transposição não é diferente. A transposição ela veio com essa marca, a marca de uma resolução de um problema de que aqui é um lugar ruim de se viver, de seca, de miséria, e que portanto somente os grandes projetos é que dão conta de sair dessa situação de miséria. A transposição vem com essa marca (Depoimento de campo, membro do CPP, Paulo Afonso-BA, 20/06/12)

Trazia consigo insculpida também a marca da polêmica:

E por que o Projeto de Transposição gerou mais polêmica ainda? Porque apesar de ele ser imbuído de todos os vícios da indústria da seca, traz a concepção ideológica dos grandes projetos, ela é um projeto gigantesco que atravessa diversas regiões, regiões onde tem donos, tanto donos de territórios político-governamentais históricos, dos antigos governantes ora aliados ao PT, como os grandes coronéis que estavam estabelecidos por aí, mesmo aqueles que não eram pro-Lula, mas aquilo era importante para eles. Por outro lado, você tinha forças sociais extremamente divididas. Você tem nesse momento histórico do governo Lula, no auge de uma contraposição dos grandes projetos, toda uma elaboração de discursos e projetos e programas governamentais voltados para a convivência com o Semiárido. Nós temos a ASA, onde tem várias forças, das mais diversas: igreja, trabalhadores, setores populares, pequenos agricultores, sem-terra, e setores do próprio Governo, você tem uma mistura muito grande de gente aí. (Depoimento de campo, membro do CPP, Paulo Afonso-BA, 20/06/12)

É todo esse compartilhamento de sentidos que se dispõe para a luta contra o Projeto de Transposição e que foi emblemático no *slogan* de uma das campanhas: “transpor não, conviver é a solução”.

Composta por essa grande unidade de resistência que se construiu para fazer frente ao paradigma do “combate à seca” e à estratégia de privilegiamento de classe e dominação que alimentava a indústria da seca, os agentes que se engajaram na luta representavam diversas coletividades organizadas: movimentos da Via Campesina (MST, MAB, MPA), indígenas, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, pescadores, organizações ambientalistas, geraizeiros, vazanteiros, movimento negro, organizações de assessoria vinculadas à Igreja Católica (CPT, CIMI, CPP, Cáritas), conselhos profissionais, universidades, comunidades científicas, entre outros.

O trabalho de enquadramento interpretativo, em grande parte já construído, deu-se em cima de alguns eixos principais, que buscaram tanto dar respostas às ordens de justificativa do Governo quanto mobilizar os grupos sociais que não tinham a experiência da territorialização em torno do Rio São Francisco e tendencialmente internalizavam mais o discurso oficial. Mais do que uma construção estrategicamente racionalizada, as denúncias enfatizadas baseavam-se numa miríade de experiências, narrativas e reivindicações bem difundidas entre vários povos do São Francisco.

As principais formulações de denúncia e oposição ao Projeto por parte da rede popular de resistência eram as seguintes:

i) a necessidade prioritária de revitalização do Rio São Francisco, o qual se encontrava em situação de extrema degradação, sendo utilizado como expressão de força a frase “onde já se viu um paciente em estado terminal doar sangue?”. A situação do rio era exposta com todos os seus conflitos ambientais, com destaque para a situação da foz e do comprometimento da vazão, onde o mar já estava avançando e prejudicando a atividade de pescadores, situação metaforizada na profecia de Antônio Conselheiro: “o sertão vai virar mar”. A ênfase nesse exemplo contrapunha-se a um discurso maciçamente utilizado pelos grupos favoráveis ao Projeto no sentido de que a “água do São Francisco se desperdiçava no mar enquanto pessoas passavam sede” e que era mínima a vazão a ser retirada:

Da transposição só fala que é bom, que pro bem da população. Mas como, desse jeito? A gente não vê benefício. A transposição só traz prejuízo pra gente porque nós onde moramos tem o rio e

o mar e se o rio não tem força, o mar invade a nossa comunidade. Não vai ficar mais o rio, fica o mar, o mar está avançando. Do tempo que era criança tinha lugar perto de nossa comunidade que os barquinhos que estão passando não passava onde a gente passa porque tinha limite, tinha divisa. Minha mãe já dizia: tá vendo essa água aqui escura e a outra branca? Aqui é o mar, ali é o rio. E aí eu dizia: mas como pode que os dois não se misturam? A gente olhava e tinha divisa entre o mar e o rio, a gente ficava olhando como era é bonito. Os peixes que nos pescava de primeiro, a gente não pesca mais, surubim só se vê no caderno. (Depoimento de campo, pescadora da foz do São Francisco, Januária-MG, 25/05/12)

[...] água salgada tá chegando até Propriá, por aí. Já se pega peixe da água salgada na margem do São Francisco, e nunca foi feito isso. Tá vendo como é as coisas? Tá danificando cada vez mais e eu não estou achando nada disso correto. (Depoimento de campo, pescador da foz do São Francisco, Januária-MG, 25/05/12)

ii) a falsa premissa de déficit hídrico no Semiárido, havendo bastante água estocada nos 70 mil açudes públicos já construídos²; a questão seria proporcionar a democratização do acesso, emblemática na frase “o problema não é seca, é a cerca”, e também na ideia de que “o Semiárido nordestino é o mais chuvoso do mundo”. Muitos exemplos demonstravam a experiência dos canais cercados, de gente à beira do São Francisco impedida de pegar água, tendo que furar canos ou passar por debaixo de arames para roubar água e do volume retido usado para o hidronegócio:

[...] essa transposição quando ela parte daqui do São Francisco, se essa água vai pra lá, pra cá, pro Estado, uma das coisas tá na minha mente: não vai beneficiar a pobreza, tá na cara que não vai! Quando essa água chegar por lá, vai passar bem na porta do roceiro, do lavrador. Ele não vai ter direito de puxar aquela água pra dentro do rancho dele, porque isso vai custar muito caro. Ó, e não é só isso não, vai chegar onde? Na fazenda do usineiro, do latifundiário... isso vai chegar lá pra fazer o quê? Pra dar poeira, fazer uma barragem pro gado dele e nada que pobre não vai beber desta água. (APOINME, depoimento de índio Xocó, 2010)

Quando você pega a questão da comunidade doadora e comunidade beneficiada, quando você vai pra questão dos pescadores, todos dois estavam sendo prejudicados. O pescador do São Francisco ia ser prejudicado com a diminuição de água e o pescador do Ceará ia ser prejudicado com aumento de água porque a água iria aumentar o cultivo de camarão na região. Hoje um dos grandes impactos da pesca no Ceará e no RN são as fazendas de cultivo de camarão. No Vale do Jaguaribe, as fazendas de Aracati são praticamente maiores que o município de Aracati, as comunidades foram dizimadas, destroçadas por causa da carcinicultura. E aí, assim, com relação aos pescadores, houve um elo em relação a isso porque as águas da transposição vão piorar esse cenário. Nos açudes, que seriam o Apodi e outros, abastecidos por essa água, o conflito pelo uso dessas águas já é muito forte, a questão da irrigação e a liberação dos espelhos dá água para piscicultura, para criação de tilápia ... o pessoal lincava uma coisa: aumentar água dos açudes era aumentar área de cultivo, aumentar área de cultivo era diminuir a área de pesca. Tinha essa discussão conjunta. (depoimento de campo, membro do CPP, Recife-PE, 15/06/12)

iii) a denúncia de que o traçado não contemplava as áreas mais propensas às estiagens, localizadas no “miolão do Semiárido” e que o atendimento das necessidades da população rural que mais sofre com os efeitos da seca não seria viável por meio da construção de uma grande obra, já que o modo de ocupação é difuso, só sendo possível pensar em inúmeras micro-obras localizadas:

Ninguém, na sua sã consciência, vai achar, nem Lula – que tem hora que ele tem uma inteligência, mas tem hora que ele conversa muita abobrinha – que tem como acabar com a seca. Quem conhece a geografia, aqui é o ponto de captação, aí sai aqui por Tucutu, vai pra Terra Nova, sai por Salgueiro e vai pro Ceará. Então essa parte aqui todinha que vai por Belém de SF, quem vai levar água pra lá? Quem vai levar água pro Boqueirão? Quem é que vai levar água pra Orocó Santa Maria da Boa Vista, Curaçá, Abaré, Chorrochó, Macururé? Então, o eixo norte fica aqui, e essa área toda tá descoberta. Quando você volta pro eixo leste, cadê Alagoas, Sergipe, Poço Redondo? Então a indústria da

seca vai permanecer. (Depoimento de campo, índia Tumbalalá, Cabrobó-PE, 10/06/12)

Essa água não irá perenizar rios secos. Essa água só será despejada na cabeceira dos dois maiores rios do Nordeste, ou seja, será despejada fora do Rio São Francisco e do Parnaíba, que é onde se concentram 70% das reservas típicas da região. Então, essa história de associar a transposição com a seca é a maior fraude que existe. (GUIMARÃES, 2012)

iv) a relação custo-benefício enquadraria o projeto nas práticas da indústria da seca: com metade do valor orçado, o Atlas da Agência Nacional de Águas propunha soluções para garantir água ao dobro da população do Nordeste e Norte de Minas. A simplicidade das micro-obras propostas pela ASA constituiriam meio muito mais eficaz e rápido de se prover água para as famílias mais necessitadas:

[...] a gente percebe que quando se trata do interesse dos pequenos, dos que precisam de produzir para poder sobreviver, o Governo não tem interesse nenhum de investir, de dar apoio. A exemplo do meu povo que vive lá no alto Sertão, no Semiárido, que tem aldeia que não tem sequer água para consumo humano. E a gente já vem há muito tempo reivindicando abastecimento de água, poço artesiano para poder oferecer água para aquele povo, e o Governo não dispõe de recurso para isso. Mas quando se trata de um megaprojeto desse, que vem a beneficiar os poderosos, aí sim, o Governo pode, tem condições de fazer. Então isso é preocupante. (Depoimento de campo, índio kambiwá, Ibimirim- PE, 12/06/12)

v) a reivindicação da titulação dos territórios indígenas e quilombolas atravessados pelo Projeto, o que fortaleceu o engajamento dos povos indígenas. Nos estudos de impacto, o Governo negou qualquer afetação direta de povos indígenas, o que lhe exigiria a realização de consulta pública e de autorização do Congresso Nacional:

[...] o primeiro ponto é a invasão do território, não tem mais como negar que o território é nosso, uma das práticas do Governo era

tentar dizer que a terra não era da gente. Então, não somente o território do Povo Truká está sendo invadido, tem o território do Povo Pankararu, o território dos quilombolas que estão á frente, que vai ser cortado também pelo canal, e lá onde vai se receber a água, no Ceará e no Rio Grande do Norte também está dentro de territórios tradicionais. (APOINME, Depoimento de índio Truká, 2010)

vi) denúncias em relação às ilegalidades e autoritarismo no licenciamento do Projeto, sem consulta às comunidades diretamente afetadas e atropelando decisões do Comitê de Bacia:

O que ainda incomoda muito é a violação de direitos. Então seria um ponto pra dentro da justiça ambiental, a questão do direito legal...como é que um país signatário da convenção 169, que tem todo um respaldo para botar a aplicabilidade da lei no Brasil, como é que a própria justiça brasileira, o estado brasileiro que sabe disso, passa uma tinta, uma venda nos olhos do povo? Você não pode brigar com um leão... um tinto, uma asa branca pra brigar com o leão é demais...eu acho que a justiça brasileira ainda é muito falha, principalmente com a questão da legitimidade da questão ambiental, dos povos nativos, dos afro, das mulheres, quem manda mesmo no país é quem tem o poder aquisitivo, quem pode mais é quem empurra o trem. E quem não pode não empurra nem uma carroça (Depoimento de campo, índia Tumbalalá, Cabrobó-PE, 10/06/12)

vii) para além da perspectiva de denúncia - que generalizava a situação de injustiça e de ameaça para grupos sociais de estados receptores e doadores -, a rede de resistência buscava apontar alternativas de desenvolvimento que se distanciavam das premissas da “pobreza natural do Semiárido” e afirmavam a valorização da biodiversidade local inspirada no exitoso desenvolvimento de tecnologias populares da ASA. A proposta centrada em outros modelos de desenvolvimento constituía-se também em uma forma de demarcar campo em relação às elites políticas de Bahia e Minas que eram contrárias ao Projeto de Transposição por contrariar seus interesses lucrativos:

O que se pretendeu dentro do processo de luta foi nacionalizar a questão do São Francisco e a questão do Semiárido. E se tentou fazer isso nacionalmente, internacionalmente, e eu acho que de certa forma foi mostrado, se pautou a importância do São Francisco como questão ambiental, não tão forte como as questões da Amazônia, mas se pode apresentar como um rio importante que está em risco. O uso da “região Nordeste”, como um regionalismo dos movimentos também, é uma faca de dois gumes. Por um lado você pauta uma região que sempre foi subjugada em relação a um Sul/Sudeste, e mostra um discurso de um Nordeste viável, eu acho que o movimento fez uma tentativa de mostrar isso, da beleza que existe que não é a beleza antiga que a literatura passou de um Nordeste onde só tem seca, miséria, vaca morta e criança barriguda. Mas de um Semiárido que é viável, de ecossistemas que são extremamente ricos, de compreender o bioma Caatinga como um bioma viável (Depoimento de campo, membro do CPP, Paulo Afonso-BA, 20/06/12)

ix) o recurso a outras narrativas e metáforas que remetiam à ideia de fracasso, engodo e manipulação de crenças também compunham o enquadramento contestatório. Explorando o formato de engenharia do Projeto, o mesmo é associado metaforicamente em diversas falas a uma “cobra de concreto”:

Então assim, por princípio e qualquer cidadão olhando a arquitetura do projeto de destruição, você vê claramente que essas duas cobras de concreto sobre o bioma Caatinga é tecnicamente equivocada e já mostra sinais de fragilidade. Essas duas cobrinhas de concreto leva água para grupos com relação direta com o capital internacional (Depoimento de campo, membro da APSF, Petrolina-PE, 24/05/12)

Se o rio se acaba, a gente se acaba, a transposição vai deixar o rio em poço. Essa obra é uma serpente que começa nos truká para alimentar o dragão [Porto Pecém]. Na verdade a transposição é para trazer mais água para esses projetos que estão nas nossas terras, para os políticos. Aqui é o rabo da serpente, é onde tá o veneno (APOINME, 2010, depoimento de índio Anacé, São Gonçalo do Amarante-CE)

viii) em termos da irracionalidade técnica do Projeto, a comparação da ideia de combater a seca no Nordeste com a ideia de combater a neve na Europa servia para sinalizar *a falta de inteligência* da proposta, cujo fundamento não tinha respaldo nem sequer sob a perspectiva do *iluminado* saber eurocêntrico tão valorizado e almejado pelas elites políticas brasileiras: “a seca não é um problema efetivamente, é um fenômeno. Na Europa quando você vê, tem a neve e não tem programa de combate à neve” (Depoimento de campo, consultor SEBRAE, Paulo Afonso-BA, 20/06/12). A experiência da transposição fracassada do Mar de Aral³ também era recorrentemente exposta para alertar sobre os riscos ambientais da proposta técnica.

Contrariando a ideia de que a afirmação étnica de determinados grupos inviabilizaria a construção de “unidades de articulação”, por centrar-se em projetos territoriais muito específicos, observamos que se construiu a referência a uma oposição mais ampla conjugada numa identidade comum de “rede de resistência”.

Outras diferenças, que não comprometeram a ação coletiva unificada, mas revelam distintos sentidos de compartilhamento sobre o Projeto e de enunciar seus prejuízos, estiveram relacionadas ao modo como os grupos sociais integrantes da rede de resistência se relacionam com a natureza. Por exemplo, na cosmologia indígena, a visão sagrada sobre as águas do rio tornam absurda a própria mudança do seu curso, uma intervenção humana desse porte em “obra da natureza” seria uma técnica irracional e destrutiva em si mesma, quase uma “maldição” (APOINME, 2010). Difere da tônica de outros movimentos da região - como MAB, MST, MPA, sindicatos rurais - onde os discursos ressaltarão menos a dimensão ambiental/simbólica do transcurso do rio em si para denunciar mais as finalidades de acumulação capitalista e os destinatários privilegiados da água (grupos econômicos ligados ao agronegócio e à siderurgia).

Observa-se o quanto foi importante para a facilitação desse processo de articulação o engajamento anterior das pessoas, as suas formas de inserção em vários tipos de estruturas e práticas sociais que mediarão o trabalho de agregação para o ativismo:

Já se tinha todos os efeitos das barragens já construídas, se tinha a ameaça da transposição, se tinha a ameaça de construção de

novas barragens, todos esses projetos do intensivo da piscicultura, no alto e médio São Francisco os grandes latifúndios de monocultivos de fruta e eucalipto. Desse diagnóstico, cada região foi priorizando lutas e processos que repercutiam em suas vidas. Um dos problemas de Bacia e não só de região era a transposição. O propósito do projeto da articulação se dava a propósito dos problemas da Bacia do São Francisco. Houve todo um percurso onde se fez todo um diagnóstico, a transposição era só mais um problema. (Depoimento de campo, membro da CPT, Juazeiro-BA, 14/06/12)

Como analisado por Tarrow (2009), os movimentos sociais - apresentando formas familiares de confronto - tornam-se pontos focais que transformam as oportunidades externas em recursos. Os repertórios de confronto, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair pessoas para a ação coletiva, produz confiança de que não estão sozinhos e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações. Antes de se associar à ideia de um cálculo consciente da parte do indivíduo, em uma avaliação de custos e benefícios,

[...] as pessoas agem para confirmar as fontes centrais de significado e identidade em suas vidas, especialmente quando há modelos disponíveis na forma de repertórios e reivindicações inseridas na história do grupo. [...] A maior parte dos movimentos não surge porque os outsiders são induzidos a se juntar à luta; ao invés, eles são agregados a partir da solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização do movimento que estão, por sua vez, ligadas às comunidades de identidades comunicadas por meio de redes sociais. (MCADAM et al, 2009, p. 31-32)

O repertório de ações e os ciclos do confronto

A noção de repertório de ação coletiva introduzida por Tilly corresponde a um conjunto de *formas* de ação metaforizado na ideia de linguagem: “é uma linguagem, estrutural e estruturante [...], que ape-la tanto para a permanência quanto para o uso, é conhecimento social sedimentado, “entendimentos, memórias e acordos compartilhados”,

“relações sociais, significados e ações amalgamadas em padrões conhecidos e recorrentes” (ALONSO, 2012, p. 22). Segundo Mc Adam (2009), os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, sendo que “a eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de desencadear períodos particularmente conflituosos” (MCADAM, 2009, p. 25).

Nesse sentido, situando os desafios de mobilização para a ação num contexto de Governo Lula, onde movimentos sociais de massa recebiam lançar mão de formas de protesto de maior impacto, tal qual faziam em governos anteriores de oposição, como mobilizações de rua e ocupações, podemos dizer que a guinada do confronto com o Governo no Projeto de Transposição foi pautado por um repertório inusitado, que surpreendeu as autoridades e constrangeu a uma tomada de posição mais pública dos movimentos: a greve de fome do Bispo Dom Frei Luiz Flávio Cappio em setembro de 2005.

A greve de fome de Dom Luiz e a fase de mobilizações

O insuspeitado gesto de contestação ao Projeto de Transposição, que rompeu com um silêncio ainda embaraçoso dos movimentos sociais e transbordou para outras ações de protesto, foi iniciado por Dom Luiz Cappio no dia 25 de setembro de 2005 na Capela de São Sebastião, a três quilômetros de Cabrobó, Pernambuco, próximo ao ponto de captação das águas. Esta não era a primeira vez que um bispo católico confrontava uma política do Estado no Brasil, mas teve a peculiaridade do recurso à greve de fome anunciada como “jejum e oração”, surpreendendo a muita gente, tanto na Igreja católica quanto no espaço público.

O Bispo era conhecido por sua devoção ao Rio São Francisco, o qual já tinha percorrido da nascente a foz em peregrinação em 1992, junto com um pequeno grupo de agentes pastorais com o objetivo de conhecer os vilarejos ribeirinhos e envolver mais grupos na defesa do rio. Estava engajado na luta pela revitalização e atuava como religioso em uma cidade ribeirinha, Barra-BA, no Médio São Francisco (QUEIROZ, 2011).

Além das divergências técnicas, sociais e ambientais, o Bispo acusava o custo do Projeto e discordava dos procedimentos do Governo,

que estava a implantá-lo sem prévia consulta às populações locais por ele afetadas. Por outro lado, criticava a fragilidade da sociedade e do processo democrático brasileiro e a ausência de articulação dos movimentos sociais em defesa do meio ambiente. Nesse momento, Cappio escreveu ao Presidente Lula:

Sempre fui seu admirador. Particpei ativamente em todas as campanhas eleitorais do PT, alimentando o sonho de ver o povo no poder. Esperávamos do senhor um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo. Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este Projeto que carece de verdade e de transparência.

Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança. (CAPPIO, 2008, p. 19)

O gesto do Frei provocou muita repercussão, atraindo não só milhares de fiéis - legatários da tradição de religiosidade e da força do catolicismo popular⁴ no interior do nordeste brasileiro -, mas também militantes de movimentos sociais e políticos críticos ao projeto de transposição. O jejum, que é de caráter religioso, se tornou um instrumento de pressão política e protesto social, passando a ser chamado de “greve de fome” de caráter reivindicatório e de afronta política. Seu gesto foi uma espécie de mola propulsora no exercício da participação social pois terminou provocando em diversos povos um conjunto de atitudes coletivas que levaram à mobilização. As celebrações eram entremeadas com palavras de lideranças de diversos movimentos sociais (MST, MPA, MAB, povos tradicionais, movimentos estudantis, sindicatos, técnicos, intelectuais e artistas), que perceberam a greve como *tiro de largada*:

Então o próprio ato do Frei Luiz, que depois criou outros atos ali, foi nessa direção de abrir o diálogo, foi um ato de loucura, digamos assim, para tentar chamar o Governo à realidade, para suas origens, suas raízes, no sentido de que ele era daquele lado, né?

De que ele precisava ouvir as populações, os implicados naquele Projeto (Depoimento de campo, membro do CPP, Juazeiro-BA, 14/06/12)

Destaca-se que Dom Cappio ganhou notoriedade num momento em que o Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco estava sendo implantado silenciosamente, sem encontrar qualquer tipo de oposição e questionamento visível por parte da sociedade. Dessa forma, pode ser interpretado como um gesto profético na acepção de Bourdieu (2005), para quem o profeta é um homem ligado às situações sociais, que dispõe de seus dons, os quais não são nada especiais e muito menos extraordinários, mas que correspondem à demanda de grupos sociais específicos. O autor busca ilustrar que o discurso profético tem maiores chances de aparecer em períodos de crise manifesta ou latente de representatividade.

Na Igreja católica, um amplo setor demonstrava apoiar o gesto político do bispo, mas repudiava a greve de fome como meio adequado ao protesto. Outro setor, menos numeroso, considerava sua atitude equivocada, radical, fundamentalista e contrária aos princípios cristãos; além disto, por defender a transposição, posicionou-se claramente contrário ao protesto de D. Cappio e favorável ao projeto do Governo federal. A voz discordante do episcopado brasileiro era liderada pelo Bispo da Paraíba Dom Aldo Pagotto (2005), que afirmava que os bispos do Nordeste eram, em sua maioria, a favor da integração das bacias do rio:

O protesto do Bispo de Barra (BA), que está em greve de fome, deve ser visto como ato pessoal. Ele não consultou os responsáveis da CNBB, tomando uma atitude isolada da opinião do episcopado. Seu gesto não se identifica com a opinião e com a postura de muitos outros bispos brasileiros. (PAGOTTO, 2005)

Após mediação da CNBB, em 29 de setembro de 2005, o Presidente Lula dirigiu uma carta ao bispo em que se propôs ao diálogo:

O apelo pessoal ao diálogo que lhe faço, Dom Luiz Flávio, baseia-se na minha responsabilidade de governante, que deve dialogar com uma sociedade múltipla em suas crenças, convicções pessoais e

ideologias, tendo como fundamento a vida democrática, com o necessário respeito às decisões das maiorias e aos direitos das minorias. (SILVA, 2008 apud QUEIROZ, 2011, p. 30).

D. Cappio, porém, insistiu em manter-se em jejum, enquanto não tivesse em mãos um documento assinado cancelando o Projeto de Transposição, para posteriormente estabelecer um diálogo e propor alternativas para o São Francisco. Essa atitude causou claro incômodo nos meios políticos e eclesiásticos. Diante da polêmica em nível internacional, Jacques Wagner – ministro chefe da Secretaria de Relações Institucionais – em nome do Governo Federal escrevia, no mesmo dia 5 de outubro, carta com três promessas:

O Governo Federal assegura que será prolongado o debate em torno do processo de transposição das águas do Rio São Francisco, ainda na fase anterior ao início de obras, para o esclarecimento amplo de questões que ainda suscitem dúvidas e divergências. Além disso, o Governo Federal dará continuidade e intensificará as obras relativas à revitalização do Rio São Francisco. [...] Por fim, o Presidente Lula lhe transmite convite para ser recebido por ele no Palácio do Planalto tão logo o senhor estiver restabelecido, com o objetivo de dialogar sobre o mesmo tema. (WAGNER, 2008 apud QUEIROZ, 2011)

Essa proposta do Governo ganhou força devido ao respaldo do Vaticano, que interpretava a greve de fome como ofensa ao “preceito divino” e chamava D. Cappio ao dever de obediência. Depois de horas de negociação com o ministro Jacques Wagner, D. Cappio decidiu-se pela interrupção do jejum, mediante um acordo ambíguo, em que não ficou claro qual era o compromisso assumido pelo Governo.⁵ No dia seguinte, não se sabia exatamente quais seriam os próximos passos. Na carta de encerramento do jejum, D. Luiz Cappio relatou os termos do acordo:

Considerando um gesto de grandeza o senhor Presidente dar continuidade ao diálogo na fase anterior ao início da possível execução das obras de Transposição das águas do Rio São Francisco;

Considerando o empenho do governo federal no projeto de revitalização;

Considerando que o tempo para o diálogo deva ser suficiente para permitir uma ampla discussão, participativa, verdadeira e transparente para que se chegue a um plano de desenvolvimento sustentável baseado na convivência em todo o Semiárido, para o bem de sua população, priorizando a mais pobre;

Declaro: fica suspenso meu jejum em favor da vida.

(CAPPIO, 2005b)

Logo após a suspensão da greve de fome, houve uma grande passeata em Juazeiro-BA, organizada por vários segmentos da sociedade civil. Em uma audiência, em dezembro de 2005, entre o Bispo e o Presidente Lula, foi firmado o compromisso de se criar um Grupo de Trabalho, coordenado pela Casa Civil, com representantes do Governo e da sociedade civil, com a função de organizar um amplo debate sobre o desenvolvimento do Semiárido e do São Francisco.

As rodadas de negociação e o ano eleitoral

O Grupo de Trabalho funcionou durante o primeiro semestre de 2006 e sua maior realização foi a organização de dois seminários, em Brasília, sobre três questões: 1) revitalização do Rio São Francisco, 2) desenvolvimento do Semiárido e 3) Projeto de Integração (que na verdade foi tratado como “questões de abastecimento hídrico”). O ponto central de discordância era o Projeto de Integração, que, assim como em outras vezes, dominava centralmente o debate. De um lado e do outro, as posições permaneciam as mesmas e, por mais que houvesse o esforço de estabelecer uma mediação, não se obteve sucesso nesse ponto. A ideia era que os dois seminários que ocorreram em Brasília acontecessem na Bacia do São Francisco e no Semiárido (MENEZES, 2009). Construída a primeira proposta, veio o período eleitoral e paralisou-se o processo, sob a argumentação de que, por lei, não poderia haver mobilização social durante a campanha:

Tava todo mundo achando que ia sentar com o Governo e negociar as ações do Governo, mas o Governo veio e desceu transposição goela abaixo. Ele só empurrou o projeto no 2º mandato. E no 1º

mandato quando o Bispo fez a greve ele suspendeu. De 2006, teve uma rodada ainda de discussões, com representações lá do Governo Lula, para debater outras alternativas. Também só fez um, alegou que não tava tendo recurso, e entrou num processo de disputa do 2º mandato. Fez as primeiras rodadas, suspendeu e disse que só ia retornar após eleição. Ele passou a campanha eleitoral dele toda fugindo do Projeto de Transposição. Ele percebeu que tinha uma reação, uma resistência, se tinha um apelo social por parte de um Nordeste, também tinha uma resistência que gerava perda eleitoral para ele. Assim ele avaliava que não era interessante pautar a transposição [...] Então, ali naquele processo, ali ele não tocou, seguiu o grupo que tava coordenando a campanha, até porque com a greve de frei Luiz o movimento contrário à transposição ganhou uma dimensão nacional e internacional. Logo reeleito, ele veio com força, né?! Foi eleito em 2006, no final de 2006 teve um evento em Cabrobó, Lula fez um discurso que a gente já percebia que ele ia levar à frente, com os indicativos de levar a qualquer custo. Aí teve um acampamento em Cabrobó que os movimentos decidiram ir a Brasília. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 15/06/12)

Passado o período eleitoral, em 19 de dezembro de 2006, com o então Presidente Lula reeleito, o ministro Sepúlveda Pertence, no último dia de trabalho do Supremo Tribunal Federal no ano em exercício, suspendeu todas as liminares judiciais que impediam a continuidade do Projeto de Integração (BRASIL, 2006). O ato confirmou a percepção de que, ao lado da intenção de dialogar com a sociedade civil, também havia o interesse de apenas tomar decisões mais drásticas após as eleições. Outros episódios já tinham levantado a suspeita de que o acordo não estava sendo cumprido:

Foi nesse período que nós demos um flagrante no exército brasileiro, abrindo as picadas lá no eixo leste, pois o acordo pós greve de fome era de paralisação. A Alzeni recebeu a denúncia de um dos pescadores e nós fomos. E isso rendeu reportagem no *Brasil de Fato*, se irradiou para a mídia nacional (Depoimento de campo, fotógrafo militante, Januária-MG, 25/05/12)

Na avaliação de representantes de movimentos sociais, esse período de breve pactuação pós greve de fome serviu somente como uma parada estratégica para o Governo reavaliar o discurso do Projeto de Transposição e incorporar demagogicamente as reivindicações dos que se posicionavam contrariamente. O Grupo de Trabalho teria ajudado a envernizar essa mudança de discurso e de abordagem nas comunidades afetadas do primeiro para o segundo mandato do Governo Lula:

A gente percebe isso, por exemplo, com relação à ação do exército. A ação do exército ela chega com uma força de organização social nos lugares onde ele teve que foi diferente do primeiro momento que eles tiveram para fazer a demarcação e colocação dos piquetes. Num segundo momento eles vêm com força organizativa. O eixo leste é que teve muito claramente isso. Veio um coronel muito experiente, com o propósito de mudar uma lógica, inclusive com relação à convivência com o Semiárido, de levar água, de fazer trabalho de base educativa, de envolver os índios, as agrovilas, as crianças, os jovens, os adultos, os velhos, então existiu todo um movimento social do próprio exército, que era pré-estabelecido pelo Governo, de ação junto a essas comunidades (Depoimento de campo, membro do CPP, Paulo Afonso-BA, 20/06/12)

Aí você começa a criar um discurso e uma série de *marketings* importantes, de propaganda, de televisão, de mostrar que o Atlas da Ana era um complemento, que não dava conta de toda a realidade do Semiárido. E o Governo foi obrigado a criar um programa de revitalização do São Francisco para dar resposta. Vai fazer a revitalização e inventa uma série de programas. Eu acho que nesse intervalo o movimento social conseguiu pautar porque o Governo parou para qualificar o discurso e pauta o Governo “você quer fazer uma grande obra quando o Semiárido tem esses e esses problemas?” E você tem de certa forma uma postura de Governo que se modifica com essa postura do movimento social, que eu acho que isso foi muito importante. Foi importante por um lado, e por outro você dá munção para isso, para que o Estado construa seu discurso (Depoimento de campo, membro do CPP, Juazeiro-BA, 15/06/12)

A difusão do conflito ou o acirrar da luta

Explicitados os limites da negociação institucional, o ano de 2007 foi orientado para intensificação das ações de mobilização de massa, com significativo protagonismo da Articulação Popular em Defesa do São Francisco (ADSF):

No final de 2006, o Baixo e o Submédio São Francisco fazem um encontro dos povos no território e lá surgem elementos dizendo que o foco da luta deveria ser Brasília. Transposição pautada em todos os trechos da Bacia, com trabalho de mobilização de base construído, uma posição crítica dos movimentos sociais, aí resolvemos em março ocupar a torre de televisão em Brasília. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 15/06/12)

De início, houve um grande acampamento em Brasília pautando o julgamento das ações judiciais contra o Projeto no Supremo Tribunal Federal, uma diversificada pauta de reivindicações junto aos ministérios, em especial o do Meio Ambiente encarregado do licenciamento; e ao Congresso Nacional. “Brasília” representava a estratégia de nacionalização da luta:

Foi logo no início do segundo mandato dele, os povos do São Francisco fizeram acampamento em Brasília, visitaram ministérios, foi quando Marina disse aquela bendita frase dela que ainda não tinha assinado a licença, que ainda tava avaliando, ela informou à comissão o que os assessores tinham avaliado, que o Projeto não tinha nenhum problema do ponto de vista ambiental, que ela ia ser julgada numa outra dimensão, ia ser julgada por Deus, mas que ela ia assinar. Marina representava um segmento do ambientalismo brasileiro que gerava uma dúvida, como uma militante do quilate da Marina assinaria um EIA/RIMA da transposição e naquele momento dos militantes dizendo “caiu a máscara para nós”. Até ali se alguém tinha dúvida que o Governo levaria a transposição adiante, pra frente, ali se desfez isso. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 15/06/12)

No retorno do acampamento, sem lograr nenhuma negociação com o Governo, várias agências da CODEVASF e as hidrelétricas de Sobradinho e Itaparica foram ocupadas pelos diversos movimentos sociais, do Alto ao Baixo São Francisco, como uma forma de denunciar o modelo de desenvolvimento a que as águas da transposição iriam servir:

[...] na época, o foco da discussão dos grandes projetos na bacia era a CODEVASF, então a gente mal chega de Brasília e começa a ocupar as superintendências da CODEVASF nas regiões. Saímos de Brasília sem negociação, ali caracterizou-se para nós que aquela comissão formada era uma balela e a disposição do Governo era fazer a transposição. O Geddel já vem para lidar com essa situação de CODEVASFs ocupadas e ele então, para criar as bases de um processo futuro, cria uma viagem ao longo da Bacia do São Francisco que ele chamou de “Travessia para o Futuro”, aonde ele vai pelo longo da Bacia distribuindo recursos públicos, liberando dinheiro para prefeituras, projetos, recursos para algumas associações, então esse processo foi ao longo de toda a bacia, por uns 10 dias. (Depoimento de campo, membro da CPT Lapa-BA, Salvador, 10/07/12)

A capilarização da discussão, tendo em vista buscar o apoio dos grupos diretamente afetados do Nordeste Setentrional, tidos como beneficiários, deu-se por via da realização de mutirões em todos os estados, à semelhança do que foi realizado anteriormente com os grupos ribeirinhos. Nesse processo, a articulação com parceiros do Ceará, como a Frente Cearense em Defesa das Águas, foi uma interlocução excepcional frente ao cenário de adesão encontrado nas regiões ditas receptoras.

Além dos mutirões, a estratégia de intercâmbios e troca de experiências – considerando o peso que tem a concretude do visto e vivido na formação da opinião dos grupos locais – contemplou atividades de “*ajuntamento*” e visita mútua entre ribeirinhos e catingueiros a fim de problematizar sobre as causas estruturais da pobreza em que ambos, com rio ou sem rio, viviam.

Preocupados com a nacionalização da luta, onde o desafio maior era pautar impactos sobre a sociobiodiversidade de uma região onde

o imaginário coletivo pensa não haver meio ambiente digno de proteção, que é considerado bioma de “*segunda categoria*”, a resistência popular articulou *caravanas* por várias capitais do país, organizando discussões e seminários com o fito de disputar a opinião pública. Nesse mesmo período, também foi organizada por Dom Aldo Pagotto caravanas pró-transposição.

Denúncias e alianças em âmbito internacional foram realizadas por meio de viagens de comitivas a instâncias representativas do sistema internacional de defesa dos direitos humanos e por meio de relações com a cooperação internacional de desenvolvimento que financia a ação de muitas ONGs no Brasil, com destaque para a cooperação alemã no Semiárido. Por essa interlocução, Frei Luiz Cappio tornou-se pessoa bastante requisitada em fóruns de debate, sobretudo na Alemanha, onde o Partido Verde e a discussão ambiental têm um campo fértil de discussão.

O investimento na produção de material audiovisual e textos que alcançassem o maior público possível contou com o apoio de duas pontas: a do viés da formação popular e a vertente técnico-científica. Cordéis, fotos, fotonovela, jornais alternativos, vídeos, feiras, foram realizados com apoio de muitos profissionais e artistas voluntários, que procuravam estratégias de comunicação que dialogassem diretamente com as manifestações culturais regionais. Destaca-se nesse processo a criação da Rede de Educadores e Comunicadores Populares do São Francisco, a *Educomunicadores* (APSE, 2013).

Por meio da fotografia, emblemática na militância do fotógrafo João Zinclar (*in memoriam*) buscava-se tanto projetar essa imagem de riqueza da Caatinga e existência de água no Sertão, quanto as contradições colocadas pelos grandes projetos ao longo de todo o rio:

O que de início tava meio indefinido – se ia fazer jornalismo ou militância com a fotografia, eu optei pela militância. Vim disposto a, através da fotografia, fazer um certo contraponto ao discurso oficial do Governo de que a transposição seria a grande panaceia para o problema de *déficit* hídrico do sertão. Aí eu fiquei de maio de 2006 até agosto na beira do São Francisco e fiz tudo. Voltando a Campinas, fiz uma exposição fotográfica; daí fiquei conhecido na cidade como o cara que fotografa o velho chico; mas um dos objetivos que agente queria, que era contribuir com a nacionalização do debate, a gente conseguiu isso ali na região, atores que eram

refratários à discussão das águas, ambiental, desenvolvimentistas, acho que a gente conseguiu sensibilizar, tanto que no final o sindicato financiou a publicação do livro. A gente disponibilizou fotos pra quem quisesse reproduzir. A gente fotografou tudo: o Rio São Francisco e seus povos. Tem uma coisa que é muito cara pra mim: a foto precisa ter o elemento humano[...] Na fotografia, a gente queria pegar as contradições e aí a gente ia pra beira do rio com a fissura de encontrar alguém com a lata d'água na cabeça, as mazelas das mineradoras, da falta de saneamento básico, então todas aquelas críticas que os movimentos faziam em torno da revitalização contra a transposição, era esse o nosso mote. E com o tempo eu fui convencido de que a transposição não era possível admitir (Depoimento de campo, fotógrafo e militante, Januária-MG, 25/05/2012)

Com o foco para a disputa no campo técnico-científico, a participação de intelectuais reputados como especialistas em recursos hídricos no Semiárido, como João Suassuna (Fundação Joaquim Nabuco), João Abner (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Manoel Bonfim⁶, o engajamento do geógrafo Aziz Ab'Saber⁷ e de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência⁸ contribuíram para a disputa dos infinitos fundamentos técnicos e estatísticos do projeto (vazão comprometida, disponibilidade hídrica, alternativas etc). Jornalistas com acúmulo na discussão ecológica, como Washington Novaes e seu *Repórter Eco* também foram porta-vozes importantes nesse campo. As próprias informações produzidas por técnicos do governo, como o Atlas da ANA, serviram de contraponto ao discurso oficial. No aspecto jurídico, contou-se com o Ministério Público, OAB e juristas de renome que produziram farto material sobre ilegalidades e violações de direitos humanos decorrentes do processo de licenciamento.

Novamente a despeito das mobilizações e amplas alianças que se constituíam, o Governo anunciou, em julho de 2007, tanto a concessão da licença de instalação, que autorizava o início das obras, quanto o envio do Batalhão de Engenharia do Exército aos municípios de Floresta e Cabrobó, ambos em Pernambuco, para construção dos pontos de captação de água. O marco das obras, configurado como momento decisivo, de maior tensão e situação-limite do embate, desafiou o que

seria a última grande “cartada” da rede de resistência: a ocupação do canteiro de obras em Cabrobó, já envolto por trincheiras das forças militares que remetiam a um estado de guerra.

A ocupação do canteiro de obras

A ocupação do canteiro de obras de Cabrobó, em pleno território do povo indígena Truká, constituiu a melhor síntese do encontro entre diferentes lógicas organizativas que se esforçaram, a despeito dos contratempos e desencontros, em uma proposta de articulação. Durante 15 dias no mês de junho e julho, cerca de 2000 pessoas - indígenas, quilombolas, via campesina, movimento negro urbano, pastorais, ambientalistas, pescadores, gente de toda a Bacia e dos sertões - tomaram o trecho de captação das obras onde estava instalado o exército brasileiro. Experimentaram os sabores e dissabores do que significa na prática “a tentativa de unidade na diversidade”. Vivenciaram a “experiência da diferença” nos limites da necessidade de coordenação das ações e encontraram, por diversas vezes, seus pontos de tensão: as disputas por centralidade; a legitimação dos porta-vozes; as formas de planejamento da luta; os tempos dos rituais e os tempos das reuniões; entre outros.

Da parte do Governo, o questionamento sobre o protesto foi levado ao judiciário, que concedeu uma ordem liminar de despejo cumprida com forte aparato policial (BRASIL, 2007). O despejo de Cabrobó, tal como conduzido, significou uma reação do Estado de extrema rejeição às demandas dos manifestantes. Nesse momento, revelaram-se diferenças de rumo entre os movimentos: na avaliação de parte da organização, não havia nenhuma possibilidade de resistência, sob pena de se colocar em risco a vida das pessoas, das “bases” do movimento; já alguns grupos indígenas propunham-se a uma reação ofensiva diante da ameaça de despejo e só não “guerrear” porque dissuadidos pelo Cacique. O ânimo radical dos povos indígenas foi canalizado para a realização de outras retomadas de territórios indígenas próximos aos canais da transposição, mas de algum modo houve ali um fracionamento da luta, caminhando os movimentos cada qual para suas agendas mais específicas, sem conseguir retomar a força de articulação alcançada na ocupação do canteiro de obras.

A “lição de Cabrobó” soa nos depoimentos como um nó atravessado na garganta dos dirigentes e lideranças que sobre ela são questionados. Representado por muitos como o marco último das grandes

mobilizações, cujos limites são avaliados tanto em termos do poder de repressão estatal quanto das dificuldades de articulação entre movimentos tão diversos, pesa um mal-estar sobre o “enigma” da desarticulação que se abateu ali e nunca mais se conseguiu recompor em igual intensidade, em qualquer outro processo de luta social no Nordeste:

[...] o canteiro de obras, para mim, foi o momento ímpar da mobilização, foi um momento diferente. A gente conviveu com diversas organizações, povos diversos, tantos dias, tanta gente diferente, e a gente sair de cabeça erguida daquele acampamento, pena que depois daquele acampamento – por alguns imprevistos, por coisas que a gente não se preparou – começou após o termino daquilo, a dispersão, e às vezes por questões internas, de encaminhamentos. Não sei se a gente não soube trabalhar os desentendimentos, tenho a impressão que teve muito daquela historia de quem conduz o que, quem é o pai da criança, a ciumeira, quem aparece, isso foi sendo refletido posteriormente, no segundo jejum de Dom Luiz, e as coisas foram se esfacelando, os movimentos como um todo, não acho que foi culpa de um ou outro, mas não soubemos avaliar bem esse momento. (Depoimento de campo, membro do IRPAA, Juazeiro-BA, 20/06/12)

Quando nós ocupamos o canteiro, eu acreditava na justiça, não em Lula, mas no judiciário, no MPF, que ia sair as liminares para barrar as obras, quando fazia o dossiê de tudo que tava acontecendo, nas greves de fome, as cartas que vinham, eu acreditava ainda. Aqueles movimentos todos que chegavam, Sergipe, Minas Gerais, os povos indígenas unidos... Eu vim a fraquejar quando o exército se instalou em Cabrobó, o acampamento que tinha lá, o posto e quando veio a ação de despejo, aí eu vi que não tinha volta, que a transposição tava consolidada. A luta do grande embate acabou. Acabou no momento do despejo do canteiro de obras quando não se acreditou em outras estratégias de luta, o que veio depois foi rebarba, foram coisinhas para compensar o que já estava entregue. (Depoimento de campo, índia Tumbalalá, Cabrobó-PE, 13/06/12)

Mesmo fragilizada, a resistência popular contra a transposição ainda teria fôlego para alguns outros suspiros no ano de 2007. As

últimas trincheiras de efervescência das mobilizações fazem um movimento de retorno para se confundir com as primeiras estratégias: judiciário e nova greve de fome do Bispo Dom Luiz, cuja diferença era a repetição.

A 2ª greve de fome e a decisão do STF: o apelo de “Lula” ao “Estado”

Diante da infrutífera insistência para reabertura do diálogo, do descumprimento do acordo estabelecido com o Governo Federal e do início das obras, no dia 27 de novembro de 2007, sem aviso prévio, D. Cappio entrou novamente em jejum na Capela de São Francisco em Sobradinho, no estado da Bahia. O local era significativo por evocar a violenta expulsão de muitos trabalhadores rurais cujas terras seriam alagadas pela barragem do Rio São Francisco. Numa correspondência que data de 25 de novembro de 2007 dirigida ao clero da Diocese de Barra/BA, o Bispo manifesta sua frustração com o governo, avalia como sem efeito significativo o trabalho dos movimentos sociais e alerta sobre a gravidade do problema da transposição, encontrando como única solução a retomada do jejum:

Os movimentos sociais têm feito o que podem. Em vão. Diante da sucessão de absurdos que vem acontecendo a nível institucional, econômico, político, social e ambiental, não posso me omitir. Novo grito tem que ser dado. Se o eco do primeiro ainda ressoa, agora será alimentado por novo gesto baseado na fé e no amor, principalmente ao povo de Deus, a quem doei minha vida. Peço-lhes perdão pela ousadia. Mas não tenho outra alternativa. Espero e desejo voltar são e salvo para continuarmos nossa caminhada de pastores em nossa querida Diocese de Barra. Sei que isto traz uma profunda experiência de insegurança diante do futuro. Peço que encarem com fé este profundo gesto de amor e doação. A profecia não pode morrer, ensinava Dom Helder Câmara, embora saibamos que seu preço é muito caro (CAPPPIO, 2008 apud QUEIROZ, 2010, p. 39)

Desta vez a atitude do Bispo teve repercussão ainda maior⁹, porque o debate sobre a transposição havia se estendido por todo o Brasil e gerado divergências entre quem apoiava o “Plano de Aceleração do Crescimento” (PAC) onde se inseriam as obras da transposição e quem esperava do Governo Lula soluções ecologicamente susten-

táveis, como a proposta elaborada pela Agência Nacional de Águas (ANA) e a construção de cisternas da Associação do Semiárido (ASA). Nesse contexto, o jejum motivou vários grupos a promoverem jejuns de solidariedade em outras cidades e a organizarem caravanas de apoio. A mais importante delas foi a romaria a Sobradinho em 9 de dezembro de 2007, com cerca de quatro mil pessoas e 120 representações de movimentos sociais:

Aí foi um momento muito pesado, porque a gente vinha de um ano cheio, carregado, e ali se acenava que ele estava disposto a morrer contra a transposição. Aí foi muita mobilização. Foi uma decisão dele. Foi mobilização em Ibotirama, Montes Claros, no Pará, Rio Grande do Sul, uma grande Marcha em Sobradinho, com mais de 4 mil pessoas, e uma preocupação, a gente pensava até numa possibilidade de haver uma possibilidade de sequestro por parte do Governo, toda uma polêmica em torno do ato de jejuar. (Depoimento de campo, membro de pastoral social, Bom Jesus da Lapa-BA, 05/07/2012)

A legitimidade da forma de luta foi mais uma vez duramente questionada¹⁰. Por vezes, o “modo de protestar” roubava a discussão dos “motivos do protesto”. Como nos lembra Bourdieu (1975), o que se chama de formas de luta legítimas é uma definição dominante que não é percebida como tal, que é reconhecida pelos dominados porque se desconhece o interesse que os dominantes têm nesta definição. Há uma luta sobre os objetos de disputas e os meios de luta que opõe os dominantes e os dominados, mas também os dominados entre si: uma das sutilezas da relação de força dominantes/dominados, é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados, a respeito dos meios e fins legítimos.

Desta vez, a reação do Governo Lula foi mais dura e rápida, pronunciando-se por meio do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima:

Greve de fome como método de pressão política só fez sentido na História em lutas libertárias contra injustiças extremas. (...) Na forma, a greve de fome do Bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio se aproxima da estética dos mártires. No conteúdo, não.

Dom Cappio diz protestar contra a transposição e a favor da revitalização do Rio São Francisco, o que justificaria seu gesto radical. Mas é um erro banalizar esse instrumento sagrado de luta porque, antes de mais nada, ele exige uma causa nobre ou uma iniquidade de enormes proporções. E isso é tudo o que não é o Projeto do Governo para o São Francisco. Dom Cappio faz do *marketing* do martírio seu único argumento, numa alegoria da sua incomunicabilidade com o Governo. Produz com isso talvez uma imagem forte, mas um debate certamente fraco. Um fato precisa ser colocado com toda a moderação, mas com toda honestidade intelectual: atitudes assim embutem o vício de pensar que uma democracia pode se dobrar a uma vontade individual. Mas, em democracia, desrespeitar os ritos e os processos é pecado capital. (LIMA, 2007 apud QUEIROZ, 2010)).

Mesmo entre os integrantes da rede de resistência, a greve encontrava divergências de opinião:

A ida de João Pedro lá na greve de fome, quando ele fala: nós consideramos o Frei Luiz melhor vivo que morto, portanto achamos que os movimentos deveriam pedir o mesmo. Tinha uma puta crise emocional. Eu mesmo chegava a falar: olha, eu já fiz vários piquetes para impedir o furo de uma greve, mas eu não consigo me imaginar impedindo a força pública de chegar aqui e pegar frei Luiz para impedir que ele morra. Eu mesmo cheguei pra Ruben, eu sou contra a greve de fome como método. Sugeriria por exemplo uma peregrinação arrebanhando o povo contra a transposição. Isso é um dos elementos da organização política, é você aglutinar massa em torno de um fato político. (Depoimento de campo, fotógrafo militante, Januária-MG, 25/05/12)

As críticas e acusações recebidas – associando a figura do bispo a “inimigo da democracia” – levaram Dom Cappio a escrever o seguinte texto no jornal Folha de São Paulo de 12 de dezembro de 2007:

Acusam-me de inimigo da democracia por estar em jejum e oração combatendo um projeto do Governo Federal autoritário, falacioso e retrógrado, que é o da transposição de águas do Rio

São Francisco. [...]

Meu jejum e oração não é mera “greve de fome”, não sou “suicida” nem adepto da “eutanásia”. Uma das mais profícuas tradições bíblicas e cristãs é o jejum e oração, necessários para expulsar certos demônios, conforme disse Jesus (cf. Mateus 17, 21). Um dos movimentos mais profundos da história da humanidade tem sido a “Não Violência Ativa e Firmeza”, da tradição de um Gandhi. Agora mesmo, foi desencadeado um movimento, Jejum Solidário, que está crescendo em adesões em várias partes. São pessoas de religiões diversas ou mesmo sem religião confessional que jejuam por alguns dias em comunhão espiritual conosco [...]. Não quero morrer, mas a vida do rio e do povo do rio e de todo o sertão nordestino vale meu sacrifício, se tiver que consumá-lo. Para que todos tenham vida. (CAPPIO, 2008 apud QUEIROZ, 2010, p. 47)

Chegando a entrar em estado de inconsciência pela sua debilidade física, o jejum prolongado fez o país e a mídia pulular de polêmicas sobre os limites da não interdição. Vendo-se em uma nova “queda de braço” com a posição radicalizada do Bispo, a postura do Governo dessa vez foi de silenciamento, como se a demanda não lhe estivesse sendo dirigida. Saiu de cena totalmente o Executivo e se relegou a interlocução “política” ao Judiciário. A estratégia do Governo foi despolitizar a discussão e colocá-la nos termos do legal e ilegal que só o fetiche do direito produz: as “verdades” jurídicas contra as opiniões políticas. E assim o foi. O clamor gerado pela greve de fome, que gerou mobilizações tanto em Sobradinho-BA, local onde Bispo escolheu jejuar, quanto na Praça dos Três Poderes, em Brasília, tomada por manifestantes em vigília, constrangeu o STF a pautar o julgamento das ações para a última sessão do ano no dia 19 de dezembro de 2007. A votação, em um econômico exercício de hermenêutica jurídica, derrubou todas as liminares judiciais que ainda vigiam e liberou a continuidade das obras.

Ao saber da decisão, D. Cappio, já debilitado e frágil, desmaiou. Duas horas depois foi internado, em estado inconsciente, na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Memorial de Petrolina. Na dia seguinte deixou a UTI e, depois de 24 dias, encerrou seu jejum e concelebrou a missa na mesma Capela de São Francisco¹¹.

No mesmo dia (21/12/07), o jornal Folha de São Paulo publicou matéria cujo título bem resume o desfecho sobre o conflito social em

torno da transposição no ano de 2007, então nas palavras do presidente Lula:

“Se o Estado cede, o Estado acaba”, diz Lula sobre Bispo.

[...] Para o petista, a obra no rio São Francisco é a mais humanitária deste governo; ele reclama do cansaço [...] e disse ter aprendido que a greve de fome vai contra os preceitos da igreja (SANDER, 2007)

Aqui se observa que Lula não faz uso daquilo que recorrentemente era seu costume de Presidente da República: a promoção de um Estado personificado na sua imagem. Ao contrário, refugiou-se na representação do Estado para afirmar sua posição bastante contraditória com seus discursos anteriores de diálogo participativo. Ali a autoridade carismática, para fazer frente a uma outra, recorreu à autoridade institucional.

Seguiu-se adiante, com todo um processo de saturação e esgotamento das energias de mobilização, o “fato dado” da transposição. Talvez não caiba falar em fim de ciclo, mas sim de desaceleração gradativa do repertório confrontacional:

[...] depois da ocupação da obra em Cabrobó, com o exército lá dentro – acho que o exército não nos perdoa até hoje por causa disso – então ali foi muito forte essa luta (movimentos sociais, povos tradicionais, sindicatos, profissionais,) – fizemos logo depois outras ações, mutirões, mas logo depois começou os movimentos a recuarem... acho que teve um puxão de orelha, uma pressão do Governo que tava o tempo todo dialogando com os movimentos – aquela decisão do STF acabou sendo um balde de água fria pra gente. O exército retoma as obras em 2008 com a gente tentando juntar os cacos, mas 2008 foi meio que um ano pra gente de muita ressaca, de tentar juntar o que restava para continuar discutindo, pautando a questão da transposição . (Depoimento de campo, membro da Articulação Popular São Francisco Vivo, Januária, 10/06/12)

No início de 2008 houve uma Conferência em Sobradinho para

avaliação do resultado das lutas articuladas, mas que acabou redundando em outros impasses:

Na conferência em fevereiro de 2008, nós, frentes paraibana, cearense, fizemos uma grande discussão. Dessa conferência sai uma reunião; aí já havia nesse processo um desgaste interno, com a via campestina, os indígenas; setores queriam questionar, que Dom Luiz revisse o ato dele; João Pedro dizendo que não era momento para mártires. Aí então a relação já estava estremecida; e teve depois uma grande reunião em Salvador com representantes da via campestina, e achamos que era o momento de discutir os rumos da luta. Fizemos então um seminário em Caruaru e ali se confirmou que muitos já não estavam tão dispostos a levar a luta pra frente, chegaram a dizer que a luta não acumulava força para eles, não acumulava base para o movimento. A gente vem então num momento de perder força que estava sendo acumulada. (Depoimento de campo, membro do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA -, Juazeiro-BA, 15/05/12)

Ainda em 2008, as organizações indígenas, consideradas juridicamente não afetadas pelo Projeto, desenvolveram uma campanha internacional contra a transposição e pela regularização dos seus territórios, a Campanha Opará. Com o apoio do projeto Nova Cartografia Social, construíram e publicaram mapas denunciando as formas de atravessamento do Projeto de Transposição nos seus territórios e pleiteando o reconhecimento dos direitos no STF. As ações até aquele momento não tinham sido julgadas no mérito (APOINME, 2010).

O tempo das grandes mobilizações passou e a obra, longe de terminar nesse exato momento, só se tropeça em si mesma e nos desarranjos técnicos e contratuais entre Governo e empreiteiras, confirmando as denúncias feitas anteriormente pelos movimentos sociais. Iniciou-se a *segunda hora da resistência*, como assim tem nomeado os posseiros paulatinamente expulsos pelas ações de desapropriação para referir-se ao fato de que *passou todo aquele momento da decisão da implementação, a obra já está iniciada*. Ganha corpo o enquadramento de *atingidos pela transposição* e as lutas, esparsas e localizadas, focam no cumprimento das medidas compensatórias. O megaprojeto deixa de ser pauta prioritária, de enfrentamento direto, e mistura-se em

uma agenda de inúmeros outros conflitos ambientais que os movimentos enfrentam de modo mais territorializado:

O Governo deixa transparecer que a revitalização era condicionada à transposição e aí a gente faz o 3º mutirão. Esse foi um mutirão muito grande, onde a gente atuou no Nordeste todo, com uma equipe muito forte, que saiu de Russas no Ceará – um mutirão com 50, 60 pessoas e saímos para avaliar o que tinha avançado desde 2007. E a gente conseguiu identificar inúmeras contradições da obra; conseguimos sistematizar isso e socializar. No último mutirão, que foi a última grande ação contra a transposição, ele se inicia em Russas e termina em Campina Grande, encerrando-se num ato. Naquele momento a frente paraibana, cearense, o sindicato de Apodi, estava se movendo mais. Em 2010, houve então um encontro dos atingidos pela transposição. A gente percebeu que havia um conjunto de pessoas perdendo casa, perdendo terra, tendo suas vidas mudadas por causa da transposição. Então esse seminário aconteceu em Campina Grande, em julho de 2010, bem no período do São João. Foi um momento muito rico, dos atingidos falarem sobre os momentos que eles estavam vivendo. (Depoimento de campo, membro do CPP, Juazeiro-BA, 15/05/12)

Sob a ótica dos que fizeram a resistência, há percepção de vitórias parciais nesse processo: provocaram deslocamentos na proposta inicial e conseguiram emplacar o projeto de revitalização da Bacia do São Francisco; também conseguiram pautar a opinião pública através de críticas consistentes e alavancaram o debate de uma outra proposta de desenvolvimento para o Semiárido; construíram a “hegemonia moral” dos movimentos, mesmo com a popularidade do Governo Lula, e só foram derrotados pelo aparato repressivo/coercitivo do Estado representado sobretudo pelo Exército e pelo Judiciário.

Breves considerações

Politicamente, os movimentos sociais tendem a representar o desfecho do conflito da transposição como resultado de uma conjunção de fatores associados tanto ao exercício da força material quanto simbólica do Governo. Ainda que reconheçam terem desenvolvido argu-

mentos muito mais consistentes, com capacidade de compartilhamento enraizada nas próprias experiências dos grupos sociais, o discurso de levar água, massificado por um controle da grande mídia, foi uma barreira à disputa de opinião pública nacional e à adesão daqueles que não conheciam ou viviam perto do Rio São Francisco:

A gente atua em todos municípios que vão receber águas da transposição. A gente fazia reuniões, acompanhava fóruns de discussões, mas olhe, era tão difícil chegar lá e dizer qualquer coisa, porque assim o pessoal já tinha cabeça feita que aquela água ia chegar lá e ia ser a redenção dos municípios, principalmente em municípios que estavam passando por estado de sede, que tem municípios, por exemplo, Luis Gomes, Luis Gomes não tem uma gota d'água, faz 230 dias que num tem uma gota d'água na torneira. Então pra essas pessoas essa água ia fluir pra abastecer todos os municípios. A gente chegava lá e dizia: olha gente, essa história de transposição que vai chegar e matar a sede não é bem assim, essa história é diferente. Essa água ainda não tem uso definido, vai vim em proporção tal, essa história da cobrança ninguém me engana, já vai ter uma agência reguladora pra cobrar. Era difícil fazer a discussão, mas a gente fez. E aí vinham e diziam: ah, porque Diaconia é contrário à transposição, é contrário ao bem do povo. Então, a gente ia e dizia: não, o Diaconia não é contra o bem do povo, defende uma política da convivência com o Semiárido que é diferente da que o governo vem propondo. (Depoimento de campo, membro do Diaconia, Mossoró-RN, 04/07/12)

O difícil de se lutar na transposição é justamente essa polaridade de pensar o rio na sua dimensão histórico-cultural, econômica, de relação simbiótica dos povos com o rio, e o discurso de quem sempre viveu na Caatinga, com suas relações históricas diferenciadas, onde você não tem o rio. Então ficou aparecendo em determinado momento que era o povo que tinha o São Francisco nas mãos, e por outro, o povo que passava sede, o povo das Caatingas, do Nordeste Setentrional que não tinha água, e de fato houve uma fragmentação. O MST, a própria CPT Nordeste nesses estados receptores, tiveram dificuldade de se envolver mais a fundo (Depoimento de campo, membro do CPP, Paulo Afonso-BA, 13/06/12)

Teria agravado tal dificuldade de mobilização o fato de ter sido o primeiro grande projeto do Governo Lula, cujo carisma e apoio popular provocaram recuo em muitos movimentos populares, alguns dos quais chegaram a justificar o não enfrentamento por uma espécie de “populismo com as bases”:

Então, e eu lembro que o pessoal da via campesina nos questionava, que éramos infelizes porque a obra dividia forças, dividia o povo, utilizando os dados da popularidade de Lula, a transposição é inglória porque bate num Lula, e bater com Lula é bater contra tantos por cento da sociedade brasileira. Mas os movimentos também tinham seus interesses. (Depoimento de campo, membro CPT Bom Jesus da Lapa, Salvador-BA, 05/07/12)

Assim a transposição sempre foi muito polêmica entre nós – principalmente nesse início porque nós somos um movimento de massa. É diferente de um movimento de quadros, que só pensa teoricamente. Diferente de ter uma base ali que pensa: hoje eu não tenho água, amanhã vou ter água. Uma base acampada, assentada e naquele momento esse discurso pegou muito para nossa base. E se criou duas vertentes dentro do movimento: bom, é muito bonitinho dizer que é contra, contra, contra, mas vamos lá, existe uma população que tem historicamente o acesso à água negado, porque não é só uma questão de ter água ou não ter água, o acesso é negado, seja porque a água está cercada dentro das terras. Então você tem essa população e vai ter um projeto ali que vai levar água, então simplesmente dizer que sou contra é complicado. E muito nessa perspectiva porque lá os líderes locais diziam “olha, vai chegar água, quem não quer isso é porque quer que o sertanejo continue na seca”. Então sempre foi muito complicado esse debate. Quem defendia o Projeto de Transposição nos poderes públicos locais eram nossos aliados e quem era contra eram nossos inimigos. Quem tava contra a transposição naquele momento eram os partidos mais conservadores. Pernambuco naquela época já era muito dominado no interior pelo PSB e nas capitais pelo PT, e se não me engano, o PSDB aqui era contra o Projeto. Nas bases também, o povo é louco por Lula. Uma coisa é você enfrentar um Governo que te encara na porrada, que aí o inimigo é claro, a

luta de classe tá ali muito clara. Outra coisa, é você enfrentar um Governo que não deixa de tentar te destruir, mas de uma outra forma muito mais eficaz. Aqui agora tudo é negociado, não existe mais despejo violento. O Estado ainda é totalmente reacionário, mas tem todo um manual de conciliação de despejos da Ouvidoria Agrária Nacional, então tem que conversar, ouvir, passar por todo aquele processo. Então o Governo não faz o enfrentamento direto, o que dificulta para nós também, fazer o enfrentamento direto. (Depoimento de campo, dirigente de movimento social, Caruaru-PE, 25/06/12)

Na avaliação das ações de mobilização, principalmente a partir da ocupação do canteiro de obras, são enfatizadas majoritariamente as dificuldades de articulação entre movimentos com várias trajetórias organizativas, reconhecendo, porém, a riqueza desse processo conflitivo e de que foi feito todo o possível com a experiência:

Eu acho assim, nós temos pecado bastante no sentido de achar que cada movimento da gente tem razão. Nós temos levantado nossa bandeira e não temos ouvido muito quem de fato quer ser parceiro. Não adianta a gente fazer um movimento contra a transposição e depois aparece os Truká que são os salvadores da pátria, MST que é salvador da pátria, não. Tem que parar porque isso atrapalhou muito. Nós vimos a discussão com nosso entendimento e achar que só nos tínhamos razão e pouco ouvir, ser assim obrigado a tolerar porque tá ali junto. Então a gente pecou bastante. O Governo soube tirar proveito disso. Primeiro nós jogamos com alguém que era do nosso meio, que era o Presidente Lula, que era movimento social puro. Então ele saiu pesquisando a fragilidade de cada um e soube dar resposta à altura. Nós, por nossa vez, continuamos da mesma forma: de achar que o movimento indígena é o movimento único, de achar que o MST é único, enfim. Se nós temos por objetivo, primeiro, paralisar os grandes empreendimentos, segundo, garantir o acesso da gente ao território indígena, aos assentamentos, nós temos que ter esse pensamento de se respeitar entre si. Então assim, a transposição em si trouxe pra gente uma convivência que nós não tínhamos, de estar o movimento indígena, negro e popular junto. O que ficou de lição pra gente? Que a gente

tem que reavaliar os passos que a gente deu e conseguir traçar um horizonte para que a gente consiga chegar até lá. [...] às vezes eu fico pensando nos momentos de 2007, os dias de hoje, estudando de que forma a gente vai conseguir enfrentar o que está posto para nós. Eu vejo que nós temos que ter uma articulação muito boa (Depoimento de campo, liderança Truká, Cabrobó-PE, 15/06/12)

A grande incógnita e ausência percebida nas grandes mobilizações vem da ASA enquanto rede, maior patrimônio das lutas sociais do Semiárido frente à lógica do combate à seca e que teria retrocedido na sua proposta inicial de discussão – com uma crítica mais estrutural sobre a indústria da seca e os grandes projetos – para uma atuação pontual e quantitativista em torno da implantação das cisternas do P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas):

A ASA é essa articulação de forças para tentar dar visibilidade ao projeto de convivência em contraposição aos chamados grandes empreendimentos, às propostas milagrosas da ideia de combate à seca. A velha lógica do combate que é a conhecida indústria da seca. Só que no meu entendimento a ASA surge ali, vai pra negociação com o governo e nessa negociação para o Programa Um milhão de Cisternas, ela deixou um pouco de lado o embate político com a lógica histórica do desenvolvimento de combate à seca e elegeu naquele momento a história de viabilizar a tecnologia de captar a água de chuva. E naquele momento, não diria que foi nenhum vacilo, mas assim a ASA via na viabilização do P1MC uma âncora para espalhar a proposta da convivência com o Semiárido para outros estados, uma porta de entrada. Só que a máquina do Estado, a burocracia do Estado, envolveu tanto as organizações da ASA que acabou se limitando muito a isso e essa visão do conjunto da proposta, de uma visão mais estruturante da convivência, ela terminou sendo deixada de lado, perdeu fôlego, acabou na tecnologia de captação, que é importante, ninguém nega isso, mas terminou fragilizando esse embate político com o Governo, o que está posto até hoje. (Depoimento de campo, membro da ASA, Fortaleza - CE, 02/07/12)

A ASA deveria se interessar por esses projetos que exigiriam dela um posicionamento político bem mais forte. E esse posicionamento

político é dizer que esses dois tipos de projeto não podem conviver harmoniosamente. A convivência com o Semiárido não pode estar ao lado de grandes projetos de desenvolvimento do capital, que avança sobre territórios e inviabiliza implementação de tecnologias de convivência. A ASA infelizmente priorizou a lógica produtiva, nesse campo de tecnologia, e não o enfrentamento direto ao modelo (Depoimento de campo, membro da ASA, Fortaleza - CE, 02/07/12).

O que sustenta esse silenciamento? A gente tem que dizer isso com muita clareza, é o Estado, os convênios, os contratos, os editais, os termos de parceria para fazer algumas ações que nós... por exemplo, que fazer uma cisterna prejudica o Governo? Prejudica em nada, até a FEBRABAN financia, todas as empresas financiam. (Depoimento de campo, membro da ASA, Mossoró-RN, 04/07/12)

Se representantes de movimentos sociais organizados veem na ocupação do canteiro de obras de Cabrobó o momento ímpar, o ápice do repertório das ações coletivas de enfrentamento, a maior parte dos entrevistados locais – não vinculados a organizações – remetem o conflito exclusivamente ao gesto do Bispo, ignorando quaisquer outras ações de protesto, o que pode demonstrar tanto o bloqueio da mídia sobre a cobertura dos fatos quanto o poder simbólico da greve de fome:

Não teve grupos organizados contra aqui, o que teve foi o Frei que fez, e trouxe gente da Bahia, Alagoas, de outros lugares (Depoimento de campo, pequeno comerciante, Cabrobó-PE, 12/06/12)

Eu tive em Sobradinho que o Bispo de Petrolina fez a festa das águas lá, ele tá no direito dele, mas o caso é que vai ficar a margem do São Francisco abastecida, mas não a área rural que fica distante, onde tá todos os criatório morrendo de sede nessa época. (Depoimento de campo, reassentado, VPR Uri, Salgueiro-PE, 19/06/12)

Sobre movimentos contrários ao projeto... Tá falando do padre aqui em Cabrobó, que fez a greve de fome ali? Não fui lá, mas acompanhei pela televisão. No momento, eu achei que ele tava impactando uma coisa que vinha ser favorável pro Nordeste. (Depoimento de campo, reassentado, VPR Negreiros, Salgueiro-PE, 19/06/12)

Lembro da agitação, a greve de fome do Bispo... porque eu queria sair de lá eu ficava contra a quem era contra. (Depoimento de campo, reassentada, VPR Uri, Salgueiro-PE, 19/06/12)

As grandes provas de força foram o Exército e o Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal¹², que puseram limites à luta política:

Lula mesmo pensando em ser democrático, ele não foi democrático não. Muitas vezes ele disse que os índios estavam impedindo o crescimento. Era um pensamento pequeno. A conjuntura maior que você vê isso é que ele iniciou as obras com o exército, se não fosse o exército ele não teria começado (Depoimento de campo, índia Tumbalalá, Cabrobó-PE, 13/06/12)

[...] a gente acha que não pode pagar um preço tão alto, acho que são mais de sete bilhões para poder satisfazer uma vontade do Estado e beneficiar seus colegas de parlamento, que são detentores do poder aquisitivo e econômico desse país e dessa região. Depois que aconteceu essa decepção nossa, do julgamento do Supremo Tribunal Federal, que a gente avalia que não foi um julgamento técnico, mas sim político, que essa decisão foi tendenciosa, que houve influência do estado, porque é um Projeto do Governo do Estado, portanto, a gente sabe que muitos ministros que compõem o Tribunal é indicação do próprio Presidente. A gente achou isso um desrespeito (APOINME, 2010, depoimento de liderança Tuxá)

As condições materiais de existência, a situação de pobreza e ausência de políticas públicas também criaram facilidades para que, mais por necessidade do que por convencimento, as comunidades aderissem ao projeto com a expectativa de alguns outros benefícios ofertados como “moeda de troca”:

O Governo sabe muito bem lidar com isso do que vem das comunidades com a perspectiva de compensações, ele sabe lidar com essas necessidades orgânicas da comunidade e consegue fazer um trabalho de cooptação com muita facilidade. Quando o Governo chega e diz “oh você tem que ser quilombola porque

assim vai ser mais fácil conseguir isso e aquilo”, negando inclusive a auto definição... Terra Nova, por exemplo, a grande maioria da comunidade, dizia “eles trouxeram tudo o que já queria, disseram que a gente já podia se mudar, vai ter energia, água, então o Governo sabe criar uma situação localizada e explorar bem essas necessidades. Os índios, por exemplo, diziam a gente quer a estrada, a casa, porque é um direito da gente, mas somos contra a transposição, são políticas públicas que a gente tem direito. Em algum momento era até razão de tensão porque alguns grupos achavam que tinham que negar, e como era possível dentro desses grupos, desses sujeitos coletivos, você negar uma coisa que nunca teve e tá tendo oportunidade ter agora, não é possível negar isso, seria pedir demais pra esse povo, né? Não era possível fazer o embate nessa perspectiva das necessidades. (Depoimento de campo, liderança Truká, Cabrobó-PE, 13/06/12)

No eixo leste, eu lembro que a única agrovila que a gente teve, a agrovila 05, onde o exército está hoje, foi onde a gente mais discutiu, que o pessoal tinha uma cabeça mais consolidada contra a transposição. Mas quando o exército chega, era a única agrovila que não tinha água, a adutora não chegava lá, e ajeita-se a igreja, o posto de saúde, a escola, e ajeita a adutora para chegar água, “oh, são nossos inimigos que tornaram-se nossos amigos e já são de casa”. Era a agrovila que não conseguia nada e chega o Governo e dá tudo. E a gente só chegava com nosso discurso. (Depoimento de campo, membro da Articulação Popular São Francisco, Paulo Afonso-BA, 30/07/12)

As representações sobre a dinâmica de correlação de forças que pendeu para a realização do Projeto continuam em constante ressignificação, sobretudo passados tantos anos de início das obras e da repercussão dos seus efeitos mais imediatos. Como apontado por Marshall Sallins (apud REBOUÇAS, 2000, p. 171), os sistemas simbólicos são criados, constantemente absorvidos e transformados nas práticas sociais: “qualquer ordem cultural possui dois âmbitos: o que é convencionalizado e o que é vivenciado. Ao vivenciar um conceito, o sujeito pode alterar o seu valor convencionalizado”.

Notas

¹ No relatório do MPE- Bahia (2008), há o registro de 14 ações judiciais contra o projeto de transposição, entre ações populares e ações civis públicas.

² O século XX foi o século da açudagem no Semiárido. Assim como tivemos a civilização do Ouro, do Algodão de que nos fala Câmara Cascudo e do Couro comentado e analisado por Capistrano de Abreu, tivemos a Civilização do Açude, por todo um período de 100 anos (Declaração de Manoel Bonfim Ribeiro em entrevista concedida a TV Senado em 2009).

³ Sobre a experiência do Mar de Aral ver mais informações disponíveis em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_345576.shtml.

⁴ De acordo com Pedro A. Ribeiro de Oliveira (1985), o catolicismo popular pode ser compreendido como as representações religiosas que estão do lado de fora da instituição. São os cultos e práticas religiosas que não necessitam da catequese e da mediação do sacerdote para serem efetivadas.

⁵ Assim comenta o episódio e a reação do governo o cientista Aziz S'aber: "O governo vê na atitude do Bispo uma chantagem pessoal, algo de quem está lutando em causa própria. Ao mesmo tempo, enfatiza que o Projeto visa ao atendimento de doze milhões de pessoas que não recebem águas do Rio São Francisco. Disposto a levar a obra até o fim, coloca a situação na base do ou oito ou oitenta. Ou a vida de Dom Cappio ou a vida de doze milhões de pessoas do Semiárido" (AB'SABER, 2005, p. 4). "À pergunta: Quem está manuseando a batuta neste concerto? O Governo não responde. O certo é que o conflito está longe de um consenso. O primeiro impasse, que culminou com a primeira greve de fome de Dom Cappio durante 11 dias, deixou antever que o compromisso não fora assumido satisfatoriamente pelas duas partes. Recordo que, acertada a negociação, ainda no local onde se encontravam Dom Cappio e o Ministro Jacques Wagner, ficou um clima de indefinição no ar. Dom Cappio saiu afirmando que haviam fechado um acordo, o ministro saiu transparecendo que não. Ao ser indagado desta indefinição do Ministro, Dom Cappio ficou perplexo. Em seu rosto a sensação de que fora dito uma coisa para ele e outra para os repórteres. Passados dois anos, este clima de indefinição volta agora concretizado na segunda greve de fome do bispo Dom Cappio". (AB'SABER 2005, p. 3).

⁶ Manoel Bomfim (2008, p. 1) adverte: "[...] Conclamamos os engenheiros do Brasil, arquitetos, agrônomos, meteorologistas, os demais profissionais das ciências exatas. Conclamamos os clubes de engenharia; os Conselhos Regionais de Engenharia (CREAs), conclamamos o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia (CONFEA), órgão máximo da engenharia nacional, a exigir do Governo da República, participação e acompanhamento nas análises técnicas e econômicas deste Projeto de Transposição. O Semiárido não suporta mais projetos de resultados duvidosos, muito menos de um projeto, hidrologicamente, errado".

⁷ Cf. Ab'Sáber, Aziz *A quem serve a transposição do São Francisco?* (Folha de SP, 20/2011). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2002200522.htm>

⁸ Cf. SOCIEDADE BRASILEIRA PELO PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Encontro Internacional sobre Transferência de Águas entre Bacias Hidrográficas - Workshop sobre a Transposição de Águas do rio São Francisco. Relatório das Discussões. Outubro de 2004. Publicado em http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo_25.pdf.

⁹ Cf. KUCINSKI, Bernardo. O Natal da discórdia. Publicado em <http://desempregozero.org/2007/12/21/texto-fabuloso-de-bernardo-kucinski-o-natal-da-discordia-e-agora-dom-cappio/>. Acessado em 24 de março de 2009.

¹⁰ Exemplo importante de significado contrário ao profético foi a entrevista de Luiz Alberto G. de Sousa, concedida à Revista *Carta Capital*, em 16 de janeiro de 2008, intitulada *A transposição de dom Cappio*. Nela o jornalista A. Maurício Dias faz a seguinte pergunta sobre a atitude de Dom Cappio frente à transposição: CC: Essa reação ao projeto de transposição faz sentido na biografia dele? - Luiz A. Gómez: Neste caso, ele faz confusão. Confunde a luta legítima, pelos ribeirinhos, com posições radicais, duras, contra qualquer tipo de transposição das águas do rio. Ele tem o direito de ter mesmo uma certa mística em relação ao São Francisco, porque, afinal, é franciscano. Não poderia ter sido, no entanto, tão taxativo em relação a problemas de natureza técnica. (DIAS, 2008, p. 133).

¹¹ Em carta aberta, referiu-se a “uma de nossas grandes alegrias neste período foi ter visto o povo se levantando e reacendendo em seu coração a consciência da força da união”. Assim explica ele sua decisão: “Ouvi com profundo respeito o apelo de meus familiares, amigos e das irmãs e irmãos de luta que me acompanham e que sempre me quiseram vivo e lutando pela vida. Lutando contra a destruição de nossa biodiversidade, de nossos rios, de nossa gente e contra a arrogância dos que querem transformar tudo em mercadoria e moeda de troca. Neste grande mutirão formado a partir de Sobradinho, vivemos um momento ímpar de intensa comunhão e exercício de solidariedade. Depois desses 24 dias encerro meu jejum, mas não a minha luta que é também de vocês, que é nossa. Precisamos ampliar o debate, espalhar a informação verdadeira, fazer crescer nossa mobilização. Até derrotarmos este projeto de morte e conquistarmos o verdadeiro desenvolvimento para o semiárido e o São Francisco. É por vocês, que lutaram comigo e trilham o mesmo caminho, que eu encerro meu jejum. Sei que conto com vocês e vocês contam comigo para continuarmos nossa batalha para que ‘todos tenham vida e tenham vida em abundância’”. (VIAN, 2008 apud QUEIROZ, 2010, p. 50).

¹² Depoimento de membro da Articulação do São Francisco em Petrolina (24/05/12): “Eu acho que o mundo vive o momento da judicialização. Nós temos semideuses que decidem os destinos da terra e das pessoas que vivem nela. Então hoje toda essa tensão deságua no campo jurídico e esse campo que legitima a permanência ou extinção dessa ação. Então os embates sociais que tem uma reverberação sobre a esfera jurídica não podem fazer força frente à dimensão do poder político. É tanto que a decisão do STF legitima, digamos assim, a oficialidade de um dos campos da tensão, eu diria que injeta mais força nesse lugar, que é um lugar de apropriação dos espaços de poder para consolidar ainda mais a força do capital. E visivelmente o julgamento da transposição como esse lugar divinizado foi feito na transposição”.

Considerações finais: a dinâmica das mobilizações e tendências de mudança social

A título de reflexões parteiras de novas perguntas, buscamos fazer um balanço da análise do conflito no que ele impulsionou de interesse à pesquisa que resultou neste livro: como se mobilizaram os grupos sociais na disputa do Projeto durante o governo Lula, considerando, sobretudo, um contexto regional de legitimação do paradigma da “convivência com o Semiárido frente ao do “combate à seca”. Apon-tamos ainda, a partir de sinalizações dos efeitos territoriais oferecidas pela pesquisa, algumas tendências de mudança social nos territórios afetados.

A dinâmica das mobilizações

As mobilizações contra o projeto de transposição tiveram um forte legado de inúmeros conflitos anteriores ocorridos na região, em especial no que toca à memória das hidrelétricas e das ações da “indústria da seca”, mas também se depararam com lacunas que demandaram recriações nos repertórios de luta existentes.

Ao contrário do que tem sido comum nos conflitos de barragens, por exemplo, cuja delimitação espacial orienta a concentração dos processos mobilizadores em torno dos locais inundados pela formação de reservatórios, a obra da transposição estende-se de modo disperso por inúmeros territórios, espalhados em diferentes estados. Assim, as ações de denúncia e enfrentamento - encampadas majoritariamente por organizações e grupos da Bacia do São Francisco - ligaram-se a um exercício de projeção de efeitos negativos que seriam mais diluídos no tempo e no espaço, portanto menos concretos.

Por outro lado, as obras dos canais, que materializam ameaças mais bruscas e imediatas por implicarem o reassentamento de populações, seriam realizadas nas áreas receptoras, potencialmente beneficiárias das águas. As famílias não teriam a experiência de saída de

um modo de vida ribeirinho, mas sim de dentro da própria Caatinga, representada como mais desvalorizada, e o movimento de deslocamento compulsório proposto seria em direção à água. Certo é que havia descontentamentos, mas em um volume insignificante para impulsionar, a partir da proposta, ações coletivas de resistência por parte dessas comunidades. Ainda: elas se localizavam em áreas onde não havia referências tão fortes de unidades de mobilização de luta como na beira do São Francisco.

Pode-se perceber, entretanto, que a força simbólica do rio e das ações coletivas construídas foram capazes de mobilizar por sobre a não concretude ou sobre a diluição das ameaças. Fizeram-se ressoar mesmo com todos os desafios de crítica política colocados pela conjuntura de primeiro grande projeto do governo Lula, num início de mandato onde o mesmo tinha alta popularidade e legitimidade social, sobretudo no interior do Semiárido nordestino. Para tanto, a figura do profeta na luta política – emblematizada pelo poder de mobilização da greve de fome do Bispo – foi fundamental, bem como a relativa pujança dos movimentos sociais organizados em dinâmica de luta na região: mais do que constitutiva de novos movimentos de resistência, o conflito da transposição tornou-se pauta de articulação dentre os vários já existentes por conta dos inúmeros outros conflitos registrados.

Observar, entretanto, a relativa desmobilização nos estados receptores, nas áreas de Caatinga, é perguntar-se pela atuação da Articulação do Semiárido durante todos esses anos e a difusão promissora das tecnologias de convivência com o Semiárido que ela vinha imprimindo. Essa avaliação de êxito do paradigma da convivência, tanto na sua dimensão de experiências concretas quanto de discurso político, foi um dos motes principais deste livro: como se processou a reação social diante de um megaprojeto com um discurso aparentemente anacrônico, que trazia esculpida a marca da “indústria da seca”?

A pesquisa mostrou vários aspectos dessa “indagação”. Considerando os vários elementos que se põem no engajamento dos sujeitos sociais, a primeira questão que veio à tona nos depoimentos foi a reflexão sobre o processo de despolitização da ASA, se comparada às suas origens, por um gradativo processo de burocratização e relação de dependência financeira com o Estado, esvaziando o espaço da crítica social. Limitada ao viés tecnológico de construção de cisternas, que foi institucionalizada como política pública pelo Governo, a articu-

lação teria se enredado na engrenagem estatal. A tônica de atuação das organizações sociais nos últimos anos foi se alicerçando mais em propostas de assistência técnica produtiva do que nos processos de formação político-crítica.

Essa análise, que destaca a importância da informação e dos processos de “conscientização”, é uma parte da explicação, mas não alcança a diversidade de condutas observadas em relação à proposta do Governo. A informação “consciente” também não impediu que outros grupos - por vínculos sociais com a figura de Lula, partidos políticos, ou mesmo por sentimentos de fidelidade decorrentes da implantação de programas sociais ou do repasse de recursos públicos mediante contratos com organizações sociais - demonstrassem interesse no projeto. Houve ainda lugar para a crença transcendente, totalmente rompida do cálculo das possibilidades objetivas (BOURDIEU, 1979) e ancorada no desejo milagroso, aqueles que acreditaram um tanto utopicamente, sem crer que seria realizável; os que se mantiveram na incerteza, espreitando as movimentações para não comprometer possíveis interesses. Ou seja, não foi a dimensão do desconhecimento de direitos ou de reflexão crítica que orientou automaticamente os modos de reação.

Revelou-se também a força da experiência passada e como a memória sobre um mesmo fato pode gerar opiniões e condutas antagônicas. A percepção sobre “a seca e seus efeitos”, apesar de ter avançado e estar referenciada hoje mais nos “políticos da indústria da seca” do que na “vontade de deus”, continua operando como um fantasma a assombrar. A memória ou lição do fato de o Governo já ter feito *um tanto que nunca adiantou* – o que alimenta a crítica – também esbarra no quadro trágico que a falta de água produz, criando uma espécie de círculo vicioso: sob a perspectiva dos que justamente são os mais afetados, a contingência da necessidade não permite descartar qualquer mais uma medida anunciada, ainda que se saiba ter o mesmo viés político das anteriormente fracassadas.

Assim, valendo-se ainda da análise de Sigaud (1992) e Viana (2012) sobre a sociologia das condutas frente aos deslocamentos forçados, que desconstrói a ideia de homogeneidade da reação a partir da presença ou falta de consciência, observa-se que a diversidade de condutas e de produção da crença/interesse no conflito da transposição jamais poderia se circunscrever ao alcance do paradigma da convivên-

cia com o Semiárido; a sua presença faz diferença, mas não é necessariamente determinante. Também não caberia buscar só no embate de “eficácias” de discursos o resultado da ação porque se engendraram práticas de doações e distribuições de bens materiais, conjugadas com uso do aparato coercitivo via Judiciário e Exército, que significaram mais a expressão do uso de *provas de força* do que de *provas de justiça* (BOLTANSKI, 2009) por parte do Governo.

Nesse contexto de relativização dos modos de engajamento, observamos que, ainda que haja uma continuidade estrutural na forma de representação do Estado sobre a região, centrada no evento das secas como fator explicativo da pobreza regional, tal representação perdeu significativa força de compartilhamento social. O Projeto operou no campo das incertezas entre a maioria dos grupos (sua dimensão concreta nunca foi muito palpável talvez pelo próprio vai e vem na história e gigantismo do porte) e quem aderiu o fez mais pelo vínculo ou relação de confiança com o empreendedor – personalizado na figura do Presidente Lula - ou pretensões associadas ao instrumental da obra (emprego, repasse de verba etc) do que por um julgamento moral sobre seu mérito e exequibilidade. A análise corrobora a avaliação de muitos representantes de movimentos sociais para os quais *a luta da resistência teve hegemonia moral*, no sentido de terem conseguido pausar o discurso público sobre as inúmeras inconsistências do Projeto e o que seriam as políticas mais viáveis para o Semiárido, provocando deslocamentos inclusive no discurso governamental.

Reforça essa conclusão a própria experiência de início da obra, com uma série de tropeços e paralisações, convergindo com uma outra grande seca em 2012 tomada como a pior das últimas cinco décadas: a frustração com o fato de o Projeto não ter “acabado com a seca” ou “levado água” simplesmente não aparece nas falas ou emerge de modo bastante tangencial. Há um corte profundo de associação entre as percepções sobre a seca de 2012 e sobre *a promessa ainda não cumprida* da transposição.

Uma outra questão que chamou bastante atenção nas entrevistas de campo e não pode ser aprofundada pelos limites da pesquisa foi a representação dos “políticos” e da lógica “político-eleitoral” como algo que encarna todos os interesses dos grupos poderosos. Sintetizada muitas vezes como mais uma prática da “indústria da seca”, o próprio projeto de transposição é enquadrado centralmente nas motivações

eleitorais do Presidente Lula. A dimensão de interesses empresariais, de grupos econômicos de maior porte, é bastante invisibilizada. Oligarquias e chefes políticos locais/regionais galvanizam as rivalidades políticas e o alvo das críticas sociais. Ou, no caso dos grandes projetos de barragens e perímetros irrigados falidos, são as agências estatais como CODEVASF e CHESF que assim aparecem. Essa tendência se altera em alguns locais onde há capital de grande porte materializado, como, por exemplo, nas chamadas “ilhas de dinamismo econômico” onde se tem os polos da fruticultura irrigada, mas, no geral, percebeu-se essa supervalorização das tradicionais condicionantes políticas frente às econômicas.

Assim, a dinâmica política nos territórios onde aporta o Projeto de Transposição pouco permitiu incorporar a ligação desse com outros interesses mais macroeconômicos, explicitamente assumidos em planos oficiais. Tão próximo, o Projeto da Ferrovia Transnordestina, que forma um “abraço”, em muitos municípios, com a transposição, *rumando* ao Porto Pecém e Porto Suape, só vai aparecer em alguns pouquíssimos depoimentos.

Tendências de mudança social

Os vários efeitos iniciais levantados, com a grande limitação de ter privilegiado nessa pesquisa mais uma abordagem panorâmica sobre o conflito como um todo, na sua articulação entre vários elementos e territórios, sinalizam algumas mudanças relevantes em curso e outras tendências que o desdobrar dos fatos e análises mais aprofundadas poderão confirmar ou não.

A primeira diz respeito ao aparato burocrático estatal e não estatal que acompanha o processo de implementação do Projeto, com novas formas de controle sobre os territórios e a circulação dos grupos.

A presença do “Ministério” (Ministério da Integração Nacional) como um novo mediador nas relações políticas locais, tal qual o DNOCS, CODEVASF e CHESF em algumas outras sub-regiões, pode implicar novas formas de representação da política: conjugada com a lógica dos programas sociais de transferência de renda, que prescindem da intermediação do chefe local, a maior presença de um funcionalismo do governo federal na região tende a conduzir a modos de representação política menos permeável às relações pessoais locais, criando

novos modos de vínculo e podendo mesmo reforçar formas de dominação burocrático-institucional.

A presença das empresas envolvidas no gerenciamento de obras e emprego de mão de obra vem reforçando uma referência à “firma” como alteridade político-social que pode vir a dar mais peso aos interesses empresariais nas relações de poder, contrabalanceando ou articulando-se nas representações com o poder de interesse quase exclusivo referenciado no voto, na eleição e na política dos cargos como se fosse um fim em si.

A chegada de novos sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Pesada, pode significar novas formas de agenciamento da luta política articuladas à dinâmica dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, mesmo porque muitos que se tornaram operários são trabalhadores rurais e se veem hoje tanto com a demanda das demissões e verbas salariais devidas quanto com o fato de ter interrompido a contagem de tempo para aposentadoria rural.

As empresas envolvidas em práticas de “relacionamento comunitário” (caso das consultorias ambientais), com investimentos fortes em oficinas de educação ambiental, práticas de incentivo à formação de associações comunitárias e incidência no sistema de ensino público básico configuram vetores de produção de subjetividades inspiradas em projetos políticos hegemônicos que fazem, sobretudo, o trabalho de contorção do capital crítico acumulado pelas lutas sociais. Fazendo uso do discurso da convivência com o Semiárido, através de ferramentas pedagógicas próximas às propostas da educação popular, representam um desafio a mais para movimentos sociais e organizações que disputam outros paradigmas de desenvolvimento para o Semiárido.

Somando-se a tal desafio o legado do embate da transposição, devemos estar atentos a possíveis modos de reinvenção da luta social na região, fruto do que vem sendo diagnosticado e refletido pelas próprias organizações que integram a ASA como um processo de despolitização em curso. Foi apontada nesse âmbito a necessidade de amadurecimento dos padrões de relacionamento político com o Estado, no sentido de que a institucionalização de práticas como políticas públicas não signifique relação de dependência financeira de recursos do Estado e conseqüente perda de autonomia no diálogo e recuo na capacidade conflitiva.

Por fim e para seguir, alerta-se para os inúmeros efeitos territo-

riais em curso decorrentes da implementação do Projeto. De modo mais imediato, tais efeitos estão associados à tomada de terras pelo Estado e aos poderes de reordenação fundiária, aos deslocamentos compulsórios realizados e as consequentes transformações nos modos de reprodução social, com significativas restrições de acesso e uso dos recursos territorializados, o que tende a acirrar o quadro de conflitos. No caso de acontecer a subida das águas do rio, cabe acompanhar em que medida serão ainda mais afetadas as populações da foz, que sabem que o rio não se desperdiça a si mesmo e que - mais dia, menos dia - veem sendo cumpridas as profecias do beato Conselheiro: tomada de povoados inteiros pelo avanço do mar.

Todas essas prospecções emergem de uma passagem sobre a superfície dos efeitos já vivenciados e enunciados em decorrência do Projeto e requerem desdobramentos em mergulhos próprios de pesquisa e análise. Ainda que haja muita situação em impasse, que só o bom tempo permitirá descer a águas mais profundas, o curso das mudanças sociais flui com força, por mais interrompido que pareça. É preciso atentar para sua direção.

Em tempo, vale dizer que o ‘desencantamento das águas no sertão’ mencionado no título do trabalho não busca enfatizar qualquer ânimo de reação frustrada diante do Projeto, antes inspira-se na formulação weberiana (WEBER, 1995) do ‘desencantamento do mundo’, buscando situar o Projeto como parte de um processo histórico de esvaziamento e destruição dos sentidos sagrados das águas, do soterramento de seus valores múltiplos, dos seus usos *esquadrinhados e calculados* por inúmeros projetos ditos de desenvolvimento, portadores da típica razão técnico-instrumental do Estado moderno, que busca legitimar a ideia de dominação da natureza pelo homem. Invoca ainda diretamente a cosmologia dos índios do rio São Francisco para quem as intervenções do Estado e de grandes grupos econômicos sobre o rio enfraqueceram suas águas e deixaram os Encantados – espíritos protetores que habitam as cachoeiras e constituem a força e a própria origem das aldeias – *sem rumo, sem lugar pra ficar, deixando sem rumo também o Povo* (APOINME, 2010, p. 11).

Notas posteriores

Ainda que a pesquisa tenha se centrado no conflito antes da implementação propriamente dita do Projeto de Transposição, esboçamos aqui uma breve contextualização do estágio mais recente da sua execução e a sinalização de alguns dos seus efeitos sociais, dialogando com o que havíamos apontado ao final da pesquisa como tendências de mudança social.

O início das obras deu-se em julho de 2007 com a participação do Batalhão de Engenharia do Exército, que instalou acampamento nos dois pontos de tomada da água, localizados nos municípios de Floresta (eixo leste) e Cabrobó (eixo norte), ambos no estado de Pernambuco. Todo o sistema foi dividido em 14 lotes, entregues a consórcios de empreiteiras por meio de processos licitatórios; os programas ambientais passaram a ser executados sob responsabilidade da empresa CMT Engenharia Ambiental. Marcadas por uma fase inicial de intensa mobilização nos municípios, com impactos sobretudo no setor do comércio, a rápida “euforia” logo cedeu lugar a um ritmo de lentidão. Devido a alegados erros nos estudos básicos ambientais, mas também irregularidades e desvio de recursos flagrados pelo Tribunal de Contas da União (projeto básico deficiente; superfaturamentos; valores pagos por serviços não realizados, falhas de fiscalização e controle, qualidade de material, entre outros), o projeto sofreu diversas paralisações, com suspensões, rescisões e desistências de contratos por parte das empresas; muitas movimentaram-se em direção aos ‘booms’ da construção civil trazidos pelos grandes eventos esportivos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016). O orçamento total mais que dobrou, pulando de 4,8 bilhões para 8,2 bi, tendo chegado no ano de 2016 com a cifra anunciada de 10,7 bilhões (BRASIL, 2016).

Nos discursos oficiais, para explicar os atrasos no cronograma, a “burocracia” e a “complexidade da obra” tornaram-se carro-chefe das justificativas, deixando de ser representada com aquela dimensão simplificada inicialmente divulgada - cuja previsão de operação seria em 2012. Se antes havia um conflito centrado no mérito do

projeto, por diferentes modos de compartilhamento do rio e disputas em torno do uso das suas águas, a experiência da obra provocou deslocamentos nas representações dos grupos sociais, incluindo aqueles que tinham se posicionado favoravelmente e aderido às expectativas traçadas no discurso oficial. Os defensores da obra e a grande mídia de modo geral passaram a pautar criticamente os rumos da transposição pelo atraso, ineficiência e denúncias de corrupção com o dinheiro público, pairando um grande descrédito sobre sua conclusão.

A partir do ano de 2012, emergiram informações sobre o início de uma prolongada e grave estiagem no Nordeste – tida como a pior dos últimos 50 anos. Com o constrangimento político de não ter operado o “milagre de acabar com a seca”, o governo passou a dissociar completamente as promessas da obra da transposição e o problema da seca: na pauta pública, o fato de o projeto ter sido divulgado como principal ação estruturante para oferta de água no Semiárido é invisibilizado e ganham força, de modo enfático, as ações emergenciais e as experiências com a construção de cisternas. A maior parte das notícias governamentais acerca das medidas tomadas vinculam-se à divulgação da liberação dos auxílios emergenciais. O investimento no Programa 1 Milhão de Cisternas e P1 + 2 (Programa 1 Terra e Duas Águas) e em pequenas obras de infraestrutura passam a ser mais valorizadas do que as grandes obras, assim como se observam inusitadas críticas aos perímetros irrigados e modelos importados de outros países frente ao potencial das medidas mais endógenas. De um modo geral, boa parte dos entrevistados que seriam possíveis beneficiários com a água do projeto mal esboçam frustração com o fato de a Transposição não estar pronta; a associação do sofrimento com a seca é logo atribuída às adutoras paradas, canos não puxados, cisternas não construídas, enfim, à não implementação de microobras difundidas pela ASA.

Até dezembro de 2016 o Ministério da Integração anunciava que mais de 90 por cento (90%) das obras estariam finalizadas. Entretanto, uma visita mais recente aos eixos leste e norte no estado de Pernambuco mostra que o desafio para o início de operação do Projeto é gigantesco, apesar de - de fato - se observar um avanço. O testemunho ocular das obras mostra-nos um porte muito mais surpreendente do que o que se depreende da descrição no papel. São quilômetros e quilômetros de canais, intercalados por barragens, estações de bom-

beamento, redes de energia, tuneis, que esbanjam as desmedidas da epopeia humana na superação dos contornos da natureza. Amontoados enormes de pedras e lenhas dão uma ideia da intensidade das explosões e do desmatamento que vão dar lugar à passagem de água. Na área da tomada, o ‘desvio’ parece realmente um ‘novo rio’.

Antes de especular sobre o potencial do investimento estatal para alcançar ou não os objetivos finais explicitamente enunciados, sinalizamos alguns perceptíveis “efeitos de instrumento” do Projeto, compreendidos estes como resultados que, a princípio, parecem como meros “efeitos colaterais” de uma tentativa para engendrar uma transformação econômica mas que tornam legíveis outras perspectivas que – mesmo dadas como não intencionais ou instrumentais – compõem uma constelação de elementos cujo efeito é expandir o exercício de um tipo particular de poder do Estado (FERGUSON,1994; ESCOBAR, 2007).

Dentre esses efeitos, observamos que os deslocamentos compulsórios e os reassentamentos nas VPRs materializam as mudanças mais bruscas para as famílias. Até 2016, 16 vilas produtivas rurais haviam sido implantadas, com o reassentamento de 623 famílias segundo dados do Ministério da Integração (BRASIL, 2016).

A liberação de terras para o empreendimento possibilitou uma significativa reordenação fundiária do espaço. Houve um esvaziamento social das áreas rurais contíguas aos canais, reforçando a especulação de que não servirão às áreas mais necessitadas. A forma de liberação das áreas implicou em medidas de indenização que levaram em consideração o título cartorial das propriedades, num processo onde cerca de 70% das famílias remanejadas eram não-proprietárias. Muitos posseiros revelaram que ficaram totalmente alheios a qualquer negociação ou possibilidade de contestação de valores nos mutirões de homologação de acordos feitos no judiciário. Enquanto os grandes proprietários – que tiveram seus valores de indenização discutidos administrativamente – tiveram uma reparação “lucrativa”, superavaliada, os posseiros, ao invés de reparados, foram expropriados mediante o recebimento de valores tão ínfimos que nem sequer se configuram juridicamente como indenização.

Os reassentados há mais de 05 anos não conseguem plantar nas novas áreas e só tem acesso restrito à água via carro-pipa. No caso das famílias reassentadas ou indenizadas, observa-se que saem de uma

condição de relativa autonomia produtiva para uma situação de maior dependência financeira de transferências governamentais. As perdas de terras e de solos produtivos são compensadas com mecanismos como Verbas de Manutenção Temporária (VMTs) que são sucessivamente prorrogadas.

Visitas a 03 vilas já implantadas no município de Salgueiro (PE) – Negreiros, Vila do Junco e Baixões – mostram que há uma satisfação dos reassentados com as casas e com o fato da renda familiar está em torno de 2 salários mínimos (valor que costuma agregar bolsa-família, aposentadoria e verba de manutenção temporária), patamar nunca antes alcançado, mas um profundo descontentamento com a ausência de atividade produtiva e com o fato de ter que comprar o que antes se plantava, colocando-os numa situação de “reféns” do Ministério e tendo que conviver com a insegurança de tempos em tempos da ameaça de corte da VMT. Nas palavras de um reassentado, *perderam a identidade de agricultor, não sabem ainda o que vão ser e vivem na dependência dessa sustentabilidade do governo*, referindo-se à VMT como única materialização da idéia de “sustentabilidade” propalada nos cursos de educação ambiental. Ironicamente o significado apreendido de ‘sustentabilidade’ expressa-se na ideia da mínima condição de sobrevivência e da dependência da transferência monetária.

O fato de as vilas significarem uma junção de povoados acarretou uma transformação nas relações sociais que estavam estreitamente vinculadas à descontinuidade espacial. Cada vila tem casas muito próximas umas das outras, com o que as famílias se sentem incomodadas e profundamente vigiadas. Essa tem sido uma prática nas políticas de reassentamento dos grandes projetos, como observou Sigaud (1986) na UHE Sobradinho, destacando o quanto a junção de povoados em núcleos esteve na raiz de alguns problemas sérios que afetaram a coesão social dos agrupamentos.

É também nos reassentamentos que se explicita mais as mudanças nas relações de poder provocadas pelo novo aparato burocrático que acompanha o processo de implementação do projeto, por meio da presença do “Ministério” (Ministério da Integração Nacional) e da empresa de consultoria ambiental como novos mediadores. Como já notado por Scott (2009) nos reassentamentos de Itaparica, os reassentados da Transposição saíram “de uma situação de múltiplas relações entre pequenos produtores, posseiros e patrões, com variados contratos for-

mais e sobretudo informais, para um feixe de relações centralizada por numa única instituição governamental e marcadas pela distância e impessoalidade”.

Outro contrassenso é que as famílias retiradas das áreas para construção dos canais, reassentados em vilas produtivas rurais, saíram de lugares com água para vilarejos onde é precário ou inexistente o fornecimento de água. Além disso, empreiteiras com atividades em andamento acabaram por disputar a água dos açudes com as populações, muitas vezes ignorando procedimentos formais de outorga por parte do conselho gestor. Tem-se, portanto, o caso de um projeto que, com o fim de acabar com a seca, cria ou agrava a situação de falta de água por parte da população, estimulando ainda mais a dependência do carro-pipa. Aqui podemos fazer corresponder a “indústria da seca” à “máquina do desenvolvimento” tratada por Escobar (2007): em analogia com a idéia paradoxal de “mais alimento, mais fome” como referência pra sintetizar o lugar ideológico da fome e subnutrição nas iniciativas de desenvolvimento capitaneadas por países do “primeiro mundo” sobre os do “terceiro mundo” – correspondente ao domínio de uma certa razão cínica nas instituições -, a lógica de funcionamento da indústria da seca firmou-se na linha “mais açude, mais sede”, “mais combate à seca/ mais privatização da água”.

A ausência de água implicou numa outra forma de descapitalização, que foi a venda dos animais de criação – normalmente reservados para a venda em situação de emergência, como uma poupança – a preços irrisórios, quase gratuito, para não morrerem.

A situação das famílias reassentadas nas VPRs reflete uma dinâmica padrão que foi muito bem tratada por Parry Scott na sua obra intitulada “Descaso Planejado”, onde se debruça sobre os reassentados da Barragem de Itaparica. Scott caracteriza esses anos de espera – típicos da chamada *fase de transição* do reassentamento - como um período de *violência administrada*, um período em que a desorganização e a morosidade reinam, configurando um uso particular do poder de organizações burocráticas, *encarregadas de executar programas de desenvolvimento, de criar expectativas para as populações atingidas para, logo em seguida, na execução do programa, frustrá-las*. O conjunto se apresenta numa cada vez mais permanente indefinição onde, para quase todos, o novo ambiente sempre está em reconstrução e à *mercê* de caprichos da cronologia particular seguido pelos administradores dos projetos

(SCOTT, 2009). O autor destaca como um dos aspectos mais perversos da violência administrada o processo de culpabilização das vítimas, a preparação de um discurso que as identifica como potenciais responsáveis por fracassos futuros dos projetos: impõe-se um ócio aos reassentados – que antes eram agricultores ativos – e passa-se a deixar de responsabilizar o governo pela morosidade na entrega dos lotes para desqualificar os reassentados como *bando de desocupados, aproveitadores e preguiçosos que recebem do governo para não fazer nada*. Reforçam-se os comentários desclassificadores desta população, questionando a sua capacidade de absorção de novas técnicas.

Situações de maior vulnerabilidade face à implantação do Projeto também foram relatadas nas comunidades quilombolas de Santana, Contendas/Tamboril e Conceição das Crioulas, além das denúncias de que várias ações previstas no programa de compensação ambiental não foram cumpridas. As comunidades entendem que os Programas Básicos Ambientais não representaram as suas reais demandas e que as oficinas de educação ambiental são vistas como distantes da realidade sociocultural das comunidades, pouco conseguindo dialogar com as mesmas, além de serem pontuais. Apesar do discurso adotado pelo MI, há um descaso nos canais de participação da comunidade local em relação às obras da transposição (BARACHO, 2014).

Por outro lado, as extensões de concreto cortando alguns territórios destruíram acessos e vias de circulação e desestruturaram modos de relação com os recursos territorializados. Assim como mudou e dificultou a circulação das pessoas, a obra alterou o circuito de acumulação e escoamento das águas da chuva – retidas nos canais – e de pastagem dos animais, o que também implicará a médio prazo no desenvolvimento de novas estratégias de adaptação.

No que toca à dinâmica gerada pelos empregos nas obras, o ligeiro aumento da circulação de dinheiro e da demanda de serviços gerou um efeito no padrão de consumo e endividamento entre comerciantes. Os postos foram muito temporários e rotativos, sendo boa parte da contratação de mão-de-obra trazida de outros estados e cabendo às comunidades locais postos de mais baixa remuneração e qualificação. A fase de “febre” dos empregos levou agricultores a se enquadrarem juridicamente em outra categoria e comprometer o tempo de contagem para aposentadoria rural. Mudou também o padrão de consumo, levando muitos a projetarem uma renda salarial de mais

longo prazo do que o que de fato aconteceu e endividarem-se em crediários comprando móveis, motos, tvs e outros bens de consumo, ou investirem em serviços como refeitórios, restaurantes e dormitórios, na expectativa de um retorno na demanda que não ocorreu.

Passaram-se 13 anos desde o anúncio do Projeto de Transposição, os conflitos desencadeados e o início das obras. De lá pra cá, pudemos observar muitas permanências e mudanças: permanências mais no que se refere aos desdobramentos do Projeto sobre o âmbito local e as áreas afetadas; mudanças bruscas no quadro econômico e político nacional, em especial nos realinhamentos partidários em relação à composição de interesses que protagonizaram a defesa do Projeto. A obra, que foi anunciada sob os auspícios da popularidade do governo Lula, iniciada no *boom* das grandes obras de infraestrutura que acompanharam o ciclo das commodities na América Latina, testemunhou em seu curso o auge e a crise política do chamado *lulismo* no Brasil; uma crise iniciada mais ou menos na segunda metade da década de 2010 e que culminou com a derrocada do PT do governo por meio de um golpe de estado sofrido pelo governo da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. A capitulação do lulismo tem se dado por uma articulação judicial-midiática, encampada pela elite rentista do país, que recorreu à bandeira do “combate à corrupção” e da “responsabilidade fiscal” para ascender – sem eleições – à chefia do poder executivo no país e promover uma série de retrocessos em termos de direitos sociais com amplo apoio do Congresso Nacional. No meio dos sucessivos escândalos que serviram à plataforma do golpe, a relação promíscua entre políticos e empreiteiras no país, financiamento de campanhas/pagamento de propinas e privilégios na contratação de obras públicas alimentou as investigações policiais e judiciais da *Operação Lava-Jato*. Tal operação, por meio de holofotes seletivos, abalou moralmente o Partido dos Trabalhadores e implicou novamente na suspensão de trechos do projeto de Transposição que estavam sob responsabilidade de empreiteiras envolvidas nas denúncias de corrupção; antes, em 2015, o Projeto já tinha sido alvo da operação da Polícia Federal Vidas Secas e Turbulência, com denúncias de desvios da ordem de 220 milhões. Nas palavras de Malvezzi (2016), “*por caminhos tortuosos a Transposição desaguou no golpe e o golpe na Transposição*”.

As possibilidades de intervenção que se abrem sobre o território do Semiárido, ao se analisar mais a fundo os planos oficiais, apontam

para uma perspectiva de ampliação do acúmulo de capital mediante comoditização dos recursos naturais e ampliação das desigualdades sociais. A *crise*, antes de justificar um possível recuo nos grandes projetos, aparece como uma alavanca na intensidade da exploração. O futuro do Projeto da Transposição abre-se no meio dessa encruzilhada política e econômica que atravessamos. Do ponto de vista do conflito, observam-se algumas iniciativas que refletem esse espírito de disputa sobre os rumos do Projeto, como as ocupações das áreas dos canais por famílias atingidas e povos indígenas, carecendo ainda de uma articulação mais ampla.

As possibilidades de intervir no cenário e estancar a máquina de produção da *indústria da seca* no Nordeste Semiárido é o desafio renitente para os grupos subalternos e movimentos sociais, desafio de desencadear o exercício da Política nos termos de Rancière (1996) – como capacidade de instaurar o dissenso, fazer eclodir os conflitos e criar interrupções na ordem de relações de desigualdade dada - em tempos amorfos, secos para os visgos críticos.

Referências

ACSELRAD, H. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental**. *Estudos Avançados*. São Paulo: 2010. vol. 24, nº 68. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext. Acesso em 22 /05/2012.

_____. **Paradoxos da ambientalização do Estado brasileiro: liberalização da economia e flexibilização das leis**. In: RIBEIRO, Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira de. (Org.). *Desafios ao planejamento: produção da metrópole e questões ambientais*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 115-136.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no imaginário Nordeste (1877-1922)**. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Revista sociologia&antropologia*. v. 02.03: 21 - 41, 2012.

ALONSO, Angela e André Botelho. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos entrevista com Sidney Tarrow. *Revista Sociologia & antropologia*, v. 2, 2012. Disponível em: http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano2v3_artigo_angela-alonso_andre-botelho.pdf Acesso em: 14 jun 2012.

ANDRADE, Lopes. *Sociologia das secas*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1947.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e O Homem no Nordeste**. São Paulo. Editora Atlas, 1986.

_____. **Tradição e Mudança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

APOINME. **Relatório de denúncia Povos Indígenas do Nordeste impactados com a transposição**. Recife: 2010.

ASA. **Articulação do Semiárido Brasileiro**. Disponível em: <http://www.asa-brasil.org.br/>. Acesso em: 20 abr 2013.

ARAÚJO, Leonardo Alves. **Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/153>. Acesso em:

14 maio 2013.

ARAÚJO, Christianne Evaristo de. **A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – 2012. 310 f. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/11617/3/2012_ChristianneEvaristoAraujo.pdf. Acesso em: 12 ago 2013.

ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** In: AFFONSO, Rui de Brito Alvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, FUNDAP, Editora da UNESP, p. 125-156, 1995.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. São Paulo: vol.11, n.29, p. 7-36, jan/abr. 1997. ISSN 0103-4014.

_____. Palestra no BNDES – realizada no Centro Celso Furtado – rio de janeiro, 2012 - 1º Congresso Internacional do Centro Celso Furtado - **A crise e os desafios para um novo ciclo de desenvolvimento** - 15, 16 e 17 de agosto de 2012.

ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO. **Relatório de conflitos ambientais**. Mimeo, 2008.

AZEVEDO (2008), Márcia Regina da Silva. **A representação popular na Câmara dos Deputados e o pacto federativo no Brasil**: estudo de caso: transposição do Rio São Francisco. 2008. Monografia (Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) - Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/421>. Acesso em 22/01/2013.

BARACHO, Lucia M. S. Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre comunidades quilombolas do semiárido pernambucano. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Recife, 2014.

BARREIRA, César. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: Palmeira, Moacir; Barreira, Cesar. (Org.). **Política no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 151-164.

BERNARDES, Denis de Mendonça. **Notas sobre a formação social do Nordeste**. São Paulo: Revista Lua Nova, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/02.pdf>. Acesso em 14 jan 2013.

BEZERRA, Marcos Otavio. O Caminho das Pedras: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. In: Palmeira, Moacir; Barreira, Cesar. (Org.). **Política no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 179-201.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand, 2003.

_____. **A Greve e a ação política**. Comunicação apresentada como “conclusão” da segunda mesa redonda sobre a História Social Européia, organizada pela Maison de sciences de l’homme, em Paris, 2 e 3 de maio de 1975. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rcct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F23100729%2F396177785%2Fname%2FBourdieu%2C%2BPierre%2B.%2BA%2BGreve%2Be%2BA%2BA%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BPo1%25C3%25ADtica.pdf&ei=k5t-UrHFOK7j4APo8IHYBw&usq=AFQjCNGZ6dOoeY9ypx7vYSfJFtzET0jQcA&sig2=6-odeX_JJ055ufdZrch-cg&bvm=bv.56146854,d.dmg. Acesso em 20/06/12.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Efeitos de Lugar. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **A Delegação e o Fetiche Político**, In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Economia das Trocas Linguísticas**. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12933/11099/AEconomiasdasTrocasLinguisticasPierreBourdieu.pdf>. Reproduzido de BOURDIEU, P. *L'économie des échanges linguistiques*. *Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero.

_____. **A economia dos bens simbólicos**. Campinas: Papyrus, 1996. p. 163-203

BOURDIEU, Pierre *et al.* **A Profissão de Sociólogo – Preliminares Epistemológicos**. Petrópolis: Vozes. 1999.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológicos**. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, n.38. São Paulo, 1998.

CALLADO, Antônio. **Os Industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CAPPIO, Luiz Flávio. Que todos tenham vida: declaração. In: VIAN, Itamar (Org.).

Uma vida pela vida: o jejum de dom Luiz Cappio em defesa do rio São Francisco e de seu povo. Porto alegre: ESTEF, 2008.

_____. **Carta ao presidente Lula**. 2005^a

_____. **Carta do acordo**. 2005b. Disponível em: http://www.umavidapelavida.com.br/detalhes_cartas.asp?ID=11. Acesso em 20 abr 2013.

_____. **Carta ao presidente Lula**. 2007. Disponível em: http://www.umavidapelavida.com.br/docs/pt/20071127_Carta%20dom%20Luiz.pdf

- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime Autoritário.** Discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: Hucitec-Sudene 1987.
- CARVALHO, José Otamar de. **Economia Política do Nordeste. Secas, Irrigação e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____.O SOERGUIMENTO DO DNOCS. (A Propósito do seu I Centenário). Revista Conviver Nordeste Semiárido. V. I n. 6 – (2009), Fortaleza: DNOCS/ BNB – ETENE. Disponível em: http://www.geoeconomica.com.br/pdf/Otamar_DNOCS.pdf. Acesso em 23 maio 2013.
- CASTRO, César Nunes de. **Impactos do projeto de transposição do rio São Francisco na agricultura irrigada no nordeste setentrional.** Texto Para Discussão 1573, IPEA, 2011.
- _____.**Transposição do São Francisco: análise de oportunidade do projeto.** Texto Para Discussão 1577, IPEA, 2011.
- CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade. Discurso e prática do regionalismo Nordestino.** Ed. Bertrand Brasil. Rio de janeiro 1992.
- _____.**Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste.** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf> . Acesso em: 12 jul 2013.
- CASTRO, Josué de. **Sete Palms de Terra e um Caixão. Ensaio sobre um Nordeste explosivo.** São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CASTRO, Rodrigo de. **A Crítica e a Dádiva na construção do vínculo social.** PPGAS, Jornal do Mauss. Periódicoo Iberolatino Americano, 2009.
- CERQUEIRA, Paulo Cesar Lisboa. **A Seca no contexto social do Nordeste, em “O genocídio do Nordeste 1979-1983”**, organizada por CPT, CEPAC, IBASE. São Paulo: Mandacaru, [?].
- CNI. Confederação Nacional das Industrias. Industria contribuirá para sistema de gestão do são Francisco. 02/09/11.
- COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- DAOU, Ana Maria. Um espaço fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: **Cartografia Social, Terra e Território**, IPPUR/UFRJ 2013.
- DUARTE, Renato. **Seca, Pobreza e Políticas Públicas no Nordeste.** Recife: Fundaj, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>. Acesso em 05 jun 2013.
- FERGUSON, James. **The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho.** 1990
- FURTADO, Celso. **Seca e poder:** entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **A operação nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. **A Fantasia Desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Uma política para o desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República, Imprensa Nacional, 1959.

GORGULHO, S. Transposição do São Francisco. Debate volta com tudo apoiado pelo presidente Lula e pelo vice José Alencar. **Folha do Meio Ambiente**. 01/08/2003 Disponível em: <http://folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2003/08/transposicao.html>. Acesso em: 10 jan 2013.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002 . v. 5

GUIMARÃES JR, João Abner. **O nascimento da indústria das secas no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/02/22/o-nascimento-da-industria-das-secas-no-brasil-artigo-de-joao-abner-guimaraes-jr/> Acesso em 12 abr 2013.

_____. Transposição do rio São Francisco: "Onde está o Tribunal de Contas da União? Ninguém se manifesta. Isso é um escândalo". Entrevista concedida ao Instituto Humanitas em 30 de março de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/507955-transposicao-do-rio-sao-francisco-onde-esta-o-tribunal-de-contas-da-uniao-ninguem-se-manifesta-isso-e-um-escandalo-entrevista-especial-com-joao-abner-guimaraes-junior>. Acesso em 12 fev 2013.

HALL, Anthony. Irrigação para vencer a seca: o caso do Nordeste brasileiro. In: HADDAD, Paulo Roberto; BAER, Pedro Werner (Org.). **Dimensões do desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. Região Regiões: visões e classificações do espaço social. In: ESTERCI, Neide et al (Org.). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.167-88.

_____. **Profissões, Candidatos e Eleições**. Comunicação GT 1: Rituais, Representações e Violência na Política. Anpocs, 1998. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5166&Itemid=359. Acesso em: 07 mar 2013.

HERINGER, Apolo (Coord.). **Informativo da Caravana São Francisco**: Transposição, águas da ilusão. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão/Faculdade de Medicina da UFMG, 2007.

HIRSCHMAN, Albert O. Os problemas do Nordeste Brasileiro. In: **Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Serie Antropologia, n. 174. Brasília: departamento de Antropologia, 2002. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>. Acesso em 05 fev 2013.

MAGALHÃES, Paulo Canedo de. **A transposição das águas do rio São Francisco**. Ciência Hoje, vol 37, nº 217. 2005.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In : _____. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003

MARTINS-COSTA, A. L. B. **Uma retirada Insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGS, 1989.

MCADAM, Doug; Tarrow, Sidney e Tilly, Charles. Para mapear o confronto político. In : **Lua Nova: Cultura e Política**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02>. Acesso em 12 jan 2013.

MELLO, Cecília Campello do Amaral - **O debate parlamentar sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002)**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/becas/20100409125103/06campe.pdf>. Acesso em 18 jan 2013.

MENDONÇA, Kleber. **O “gosto de cinza” da objetividade: uma análise das reportagens de Antônio Callado sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco**. Unirevista, vol 1, julho de 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Mendonca.pdf. Acesso 25 jun 2012.

MENEZES, Marcela. **As águas da disputa: um estudo da experiência do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia**. Dissertação de mestrado defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Brasília 2009.

MODESTO, Alcides. **Entrevista concedida a Alzeni Tomaz em novembro de 2011**. Transcrição: Juliana Barros. Glória, Bahia. 2011.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

MOREIRA NETO, Mariana. **De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão**. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum23_dos04_fortunato-moreiraneto.pdf. Acesso em: 07 jan 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A Metamorfose da Arribaça: fundo e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste**. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, 1990. Disponível em: http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/content-s/61/20080624_a_metamorfose.pdf. Acesso em 23 set 2012.

PAGOTTO, Aldo. **Dom Aldo defende a transposição**. Artigo publicado em 2005 no site da Montfort Associação Cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=imprensa&subsecao=brasil&artigo=20051005&lang=bra>. Acesso em: 20 jul. 2012.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: Palmeira, Moacir; Barreira, Cesar. (Org.). **Política no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, p. 137-150.

PALOCCI FILHO, Antônio. **Programa de Governo: Coligação Lula Presidente** – Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um Brasil para todos, crescimento, emprego e inclusão social. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002.

PEREIRA, Francisco Gondim. **A Multidão, os Saques e a Mobilização Popular: o relacionamento entre movimentos sociais e a ação direta em tempos de seca em Itapiúna-CE (1988-93)**. 2006.

PÓVOA NETO, Helion. **Nordeste, Nordestinos. Questão Migratória e política Regional**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR, 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Nota Técnica sobre Projeto Governamental de Transposição da Bacia do rio São Francisco. Mimeo, 2000.

PEDRAO, Fernando. **Condições e perspectivas do planejamento no Nordeste**. Série Estudos e pesquisas, Salvador, v. 67. 2004. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/BIBLIOGRAFIA%20APOIO/PLANEJAMENTO%20NO%20NORDESTE.pdf>. Acesso em: 12 jul 2013.

QUEIROZ, Fábio Adriano de. **O profeta e o rio: dom Cappio e a polêmica da transposição**. Belo Horizonte, 2011. 122f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2011.

RANCIÈRE, J. O Desentendimento. São Paulo: Editora 34, 1996.

REBOUÇAS, Lidia Marcelina. **O Planejado e o vivido**. O reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. 19 ed. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RIBEIRO, Manoel Bonfim. **A potencialidade do semiárido brasileiro**. Fubrás. 2007.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANDER, Letícia. **“Se o Estado cede, o Estado acaba”, diz Lula sobre Bispo**. Folha de São Paulo, 21 de dezembro de 2007.

SANTOS, Rodrigo Sales Pereira dos. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. In: Sociologia&antropologia, v.02.03: 309 – 315, 2012. Disponível em: http://www.revistappgsa.ifs.ufrj.br/pdfs/ano2v3_resenha_rodrigo-santos.pdf | Acesso em 09 out 2012.

SANTOS, Chico. BNDES quer transpor águas do Tocantins. **Folha de São**

Paulo, 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0408200308.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

SCOTTO, Gabriela, CARVALHO, Isabel C. de Moura, GUIMARÃES, Leandro B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana** – Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 3, n. 1, 1997.

SCARPIN, Paula. Era uma vez a transposição. Erros de planejamento do governo, açodamento político e pouco caso das empreiteiras encarecem, atrasam e comprometem as intermináveis obras do rio São Francisco. Revista **Piauí**, 75 ed, 2012.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SCOTT, Parry. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de Descaso Planejado. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2009.

_____. Etnia e nação em dois movimentos de resistência a barragens: México e Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). **Etnia y nación em América Latina**, v.II, serie: Colección INTERAMER, nº 44-45, 1994b. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/artigos/129/etnia-e-nacao-em-dois-movimentos-de-resistencia-a-barragens-mexico-e-brasil>. Acesso em 12 set 2012.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho** (Comunicação nº 9). Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, 1986.

_____. Crença, Descrença e Interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: ROSA, L.P; SIGAUD L; LA ROVERE, E. (Coord.). **Estado, Energia e Meio Ambiente** - o caso das grandes barragens. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE 1995, p. 162-183.

_____. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Anpocs, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm. Acesso em 15 de setembro de 2012.

SIGAUD, L.; Martins-Costa A. LL. E Daou A. M. **Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma análise dos efeitos da política energética do Estado**. São Paulo: Ciências Sociais Hoje: ANPOCS, 1987.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SIQUEIRA, Ruben. **Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho**. Disserta-

ção de mestrado defendida no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPb), João Pessoa, 1992.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. 1ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2012

STUDART, Hugo. **Canteiro de Intrigas**. As empreiteiras estão em pé de guerra pela disputa das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, uma bolada de R\$ 100 bilhões Revista Isto É. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/1972/artigo58394-1.htm>. Acesso em 09 ago 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**. Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras 1998.

VAINER, C.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VAINER, C. B. **Grandes Projetos e Organização Territorial**: Os Avatares do Planejamento Regional. In: Margulis, Sérgio (Ed.). Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos. Brasília: IPEA/PNUD, 1990, p. 179-212.

_____ **Regionalismos contemporâneos**. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz (Orgs.). **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995

VIANNA JR, Aurélio. **Prisão em Lajeado Pepino**: uma ação social contra a barragem de Machadinho. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

VIANA, Cristine Ferreira Gomes. **Conflitos socioambientais do projeto de integração do rio São Francisco**. Dissertação de mestrado defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005.

VIANA, Luna Bouzada Flores. **Entre o abstrato e o concreto**: legado do embate sobre o projeto de integração do São Francisco ou Transposição. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **A IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana)**: Integração, Soberania e Território na América do Sul. XI Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Esclarecer o Habitus**. Educação & linguagem • ano 10 • nº 16 • 63-71, jul.-dez. 2007. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/download/126/136>. Acesso em 20/09/2013. Traduzido do inglês por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira; revisado por Carla Augusto e Loïc Wacquant. A presente versão foi

publicada em Sociologia. Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, n. 14, 2004, p. 35-41.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução de Leonidas Heugenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

Documentos oficiais

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas Nordeste – abastecimento urbano de água**. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/atlas.asp>. Acesso em: 23 mar 2012.

BRASIL. **Decreto/03 | Decreto de 11 de junho de 2003**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para analisar e elaborar proposta para a transposição de águas para o semi-árido nordestino. Brasília: D.O.U. de 12.6.2003. Disponível em: <http://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98581/decreto-03#art1>

BRASIL. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Deliberação CBHSF n 06, de 03 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o posicionamento do CBHSF em relação ao Projeto de Transposição de Águas do rio São Francisco**. Penedo, 2003.

BRASIL. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Deliberação CBHSF n 18, de 27 de outubro de 2004. **Define limites, prioridades e critérios de alocação e outorga para usos externos à bacia, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Salvador, 2004a.

BRASIL **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, 2004b. Publicado em: <http://www.mi.gov.br>. Acesso em: 27 set 2012.

BRASIL, Ministério da Integração. **Nova delimitação do Semiárido Brasileiro**, 2005. http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915.

BRASIL. Ministério da Integração. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**, 2005. Ministério da Integração Nacional. Agência de desenvolvimento do Nordeste. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Recife, abril de 2005. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=dfcd33d2-f5b6-4de3-bf28-d303ca22510a&groupId=24915

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão do relator Sepúlveda Pertence na ACO 876 e outras ações conexas**. 19 dez 2006. Mimeo.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatoria dos processos 011659/2005-0; 011.768/2006-1; 010.341.2005-4**. 2006.

BRASIL. Vara única da Justiça Federal de Salgueiro. **Decisão judicial no**

processo 140.07.0003.4010-0, publicada no Diário do Poder Judiciário em 1 jul 2007.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão de 19 de dezembro de 2007 na Ação Civil Pública 876 e outras conexas. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**. Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Versão para discussão. 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto Nacional do Semiárido. **Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro**. Campina Grande, 2012.

BRASIL. Brasília **LEI Nº 9433 DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. Institui a política nacional de recursos hídricos, cria o Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da constituição federal, e altera o art. 1º da lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA, 1986.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Material de divulgação do Projeto São Francisco**: Feira de Troca de Experiência – Salgueiro, 2012a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Material de divulgação do Projeto São Francisco**: folder sobre as obras – Salgueiro, 2012b.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Material de divulgação do Projeto São Francisco**: folder sobre benefícios gerais do projeto – Salgueiro, 2012c.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Material de divulgação do Projeto São Francisco**: folder sobre reassentamentos – Salgueiro, 2012d.

BRASIL. Presidência da República. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva**, às rádios dos estados beneficiados pelo projeto São Francisco. Pernambuco: Presidência da República/Secretaria de Imprensa, 15 out. 2009.

BRASIL, *Íntegra do discurso do Presidente Lula na Vila Produtiva Rural do Projeto São Francisco*. Salgueiro (PE): Presidência da República/Secretaria de Imprensa, 14 dez. 2010. Disponível em: <www.mi.gov.br/noticias>. Acesso em: 06 jan. 2012.

CADERNO DE IMAGENS



1 - Pescador se refrescando no rio São Francisco em território indígena Truká, Cabrobó (Pe), 2007. Foto: João Zinclar

2 - Senhora ribeirinha pescando no rio São Francisco durante festejos do dia de São Francisco, Penedo (Al), 2005. Foto: Andrea Zelhuber

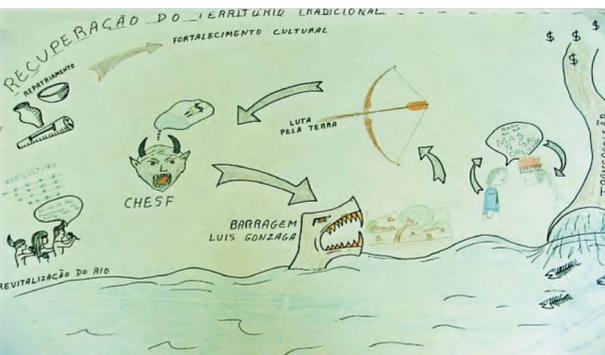


3 - Pescador jogando a rede no rio São Francisco, 2007. Foto: João Zinclar



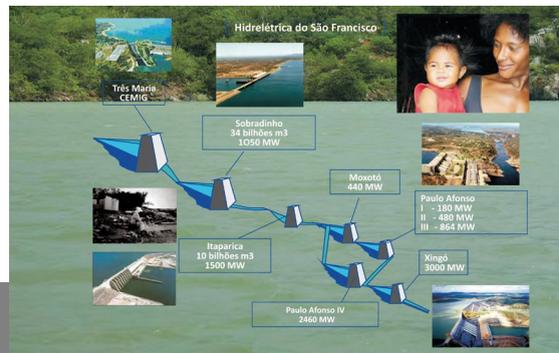


4 - Crianças brincando em trecho do Velho Chico no território indígena Tuxá, Rodelas (Ba), 2008. Foto: autora



5 - Etnomapa do povo indígena Tuxá representando a transposição e os conflitos territoriais em implantação de grandes projetos no rio São Francisco, oficina da Nova Cartografia Social em Rodelas (Ba), 2008.

6 - Representação da cascata de hidrelétricas do rio São Francisco elaborada por Juracy Marques.





7 - Abastecimento de água por carro-pipa em zona rural de Custódia (Pe), 2012. Foto: Joao Zinclar.



8 - Carro-pipa circulando pelas ruas de Sertânia (Pe), 2012. Foto: Joao Zinclar



9 - Agricultor preparando o agave para alimentar o gado na zona rural de Sertânia (Pe), 2012. Foto: Joao Zinclar



10 - Cabras e bodes em trecho de Cabrobó a Terra Nova (Pe), área bem isolada (ou esvaziada socialmente) por onde passa o canal do eixo norte da Transposição, dezembro de 2016. Foto: autora.





11 - Criança esperando transporte escolar perto da Vila Produtiva Rural de Negreiros, Salgueiro (Pe), 2012. Foto: João Zinclar





12 a 14 - Ocupação do Canteiro de Obras em Cabrobó (Pe), junho e julho de 2007. Foto: Joao Zinclar.



14



15 - Frei Luiz durante greve de fome em Sobradinho (Ba), dezembro de 2007. Foto: João Zinclar.



16



17



18







20



23

20 e 21 - Animais disputam água no Semiárido com obras da transposição durante seca de 2012, em Salgueiro (Pe). Foto: autora



21



24

22 - Obras do Projeto de Transposição em território indígena Pipipã, Floresta(Pe), 2016. Foto: Alzeni Tomaz.



25

23 – Canteiro de obras da transposição em Floresta (Pe), 2012. Foto: Joao Zinclar.



24 - Área de tomada das águas do rio São Francisco em território Truká, Cabrobó(Pe), eixo norte da transposição. Obra paralisada por envolvimento da empresa responsável em caso de corrupção, Cabrobó, dezembro de 2016.



25- Canal do eixo leste da transposição em dezembro de 2016, Floresta (Pe). Foto: Alzeni Tomaz.

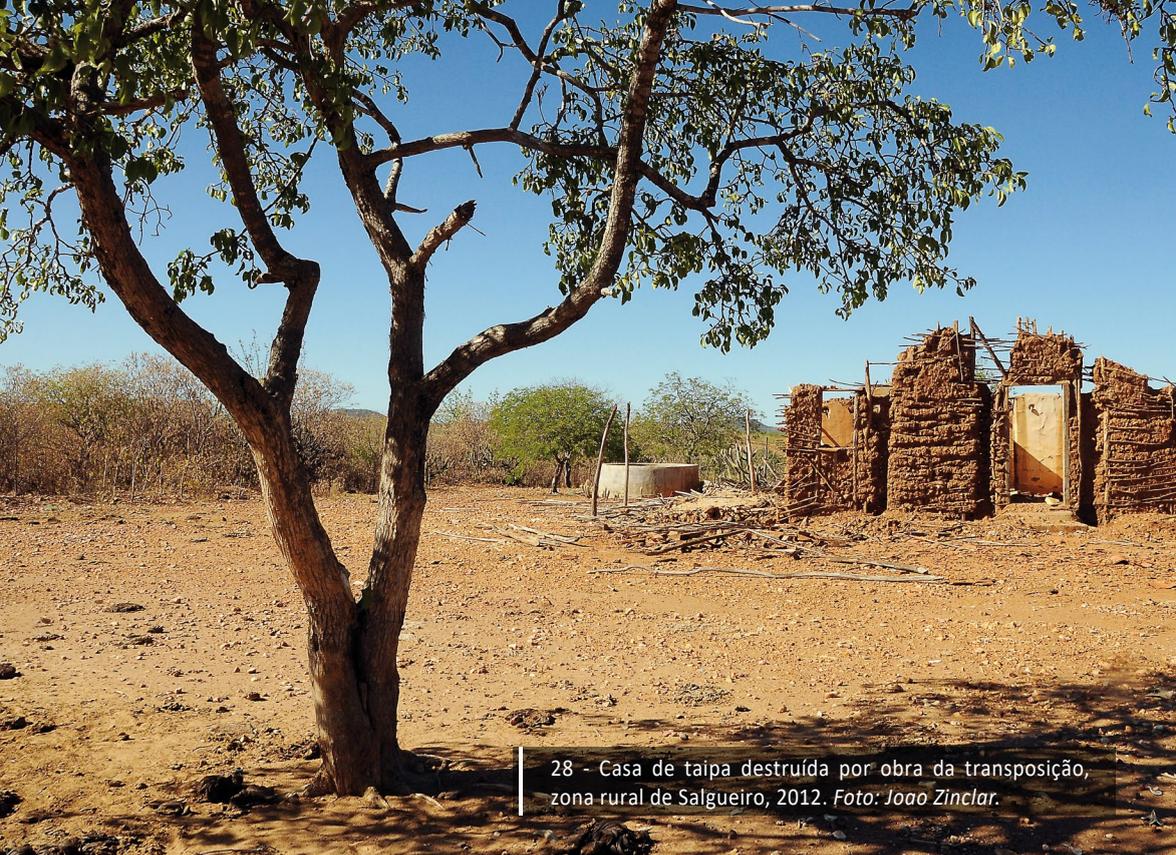


26 – Reassentado pelo projeto de Transposição em zona rural de Salgueiro mostra o local onde morava e o acesso que tinha à água. A mudança para Vila Produtiva Rural (VPR) significou a perda desse acesso e a dependência de abastecimento por carro-pipa. Salgueiro, 2012. Foto: Joao Zinclar.



27 - Fileira de casas de alvenaria na VPR de Negreiros, Salgueiro (Pe). A proximidade das casas representa uma ruptura cultural com práticas sociais anteriores, onde as casas ficavam mais dispersas e distantes umas das outras, garantindo assim maior privacidade entre núcleos familiares. Salgueiro, 2012 . Foto: Joao Zinclar.

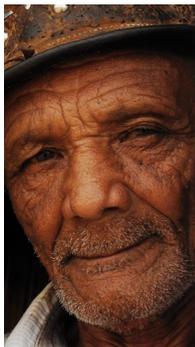




28 - Casa de taipa destruída por obra da transposição, zona rural de Salgueiro, 2012. Foto: Joao Zinclar.



29 - Rachaduras em casa em decorrência de explosões das obras nos canais da transposição, Betânia(Pe), 2012. Foto: João Zinclar.



30 - Trabalhador rural mostrando cópia de 'alvará judicial' para levantamento de irrisório valor de indenização recebido pela perda da terra em zona rural de Sertânia, 2012. Os acordos foram realizados em regime de mutirão na vara federal de Serra Talhada (Pe) e muitos trabalhadores queixam-se de não terem tido oportunidade de contestar de forma alguma o valor indicado. Sertânia, 2012. Foto: João Zinclar.

31 – Rio São Francisco em Paulo Afonso (Ba). Foto: João Zinclar.



32 – Estrada de caatinga seca entre Ibimirim e Floresta (Pe), 2012. Foto: autora.



33 – Cartaz interroga sobre rumos da transposição durante festa de São João em Campina Grande. Foto: João Zinclar.





Este livro discute o conflito em torno da implementação do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco, no período do Governo Lula (2003-2010), anunciado com a pretensão de abastecer de água 12 milhões de pessoas, em 390 municípios do Semiárido nordestino. Investiga as estratégias de legitimação produzidas, as formas de reação social à intervenção do Estado e as forças mobilizadoras acionadas na tomada de posições diante do Projeto, germinado sob a marca da polêmica e do mito em suas tantas outras aparições na história política brasileira.



an
pur

LETRACAPITAL

ISBN 978-85-7785-941-2



9 788577 859412